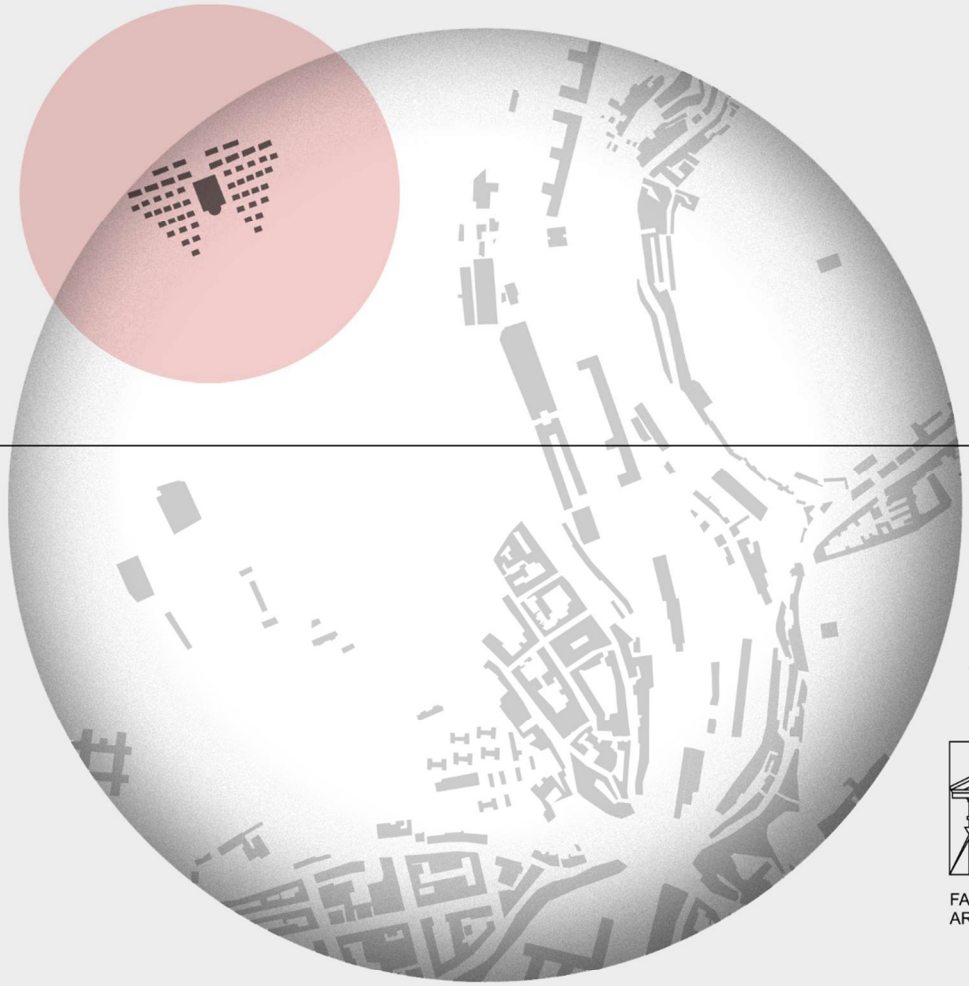


UMA ILHA NA CIDADE

REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO CENTRAL DO BAIRRO DO ALVITO

ALEXANDRE FURTADO TAVARES *LICENCIADO*

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edificado

Orientação Científica:
Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz
Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

Júri:
Professora Doutora Maria Dulce Costa de Campos Loução *Presidente*
Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz *Vogal*
Especialista Fernando Sanchez Salvador *Vogal*

LISBOA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA

LISBOA . JANEIRO 2024

DOCUMENTO DEFINITIVO



Capa elaborada pelo autor. Fotografia de Vadim Softenko

UMA ILHA NA CIDADE

Reabilitação do Edifício Central do Bairro do Alvito

ALEXANDRE FURTADO TAVARES *LICENCIADO*

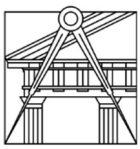
Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edificado



Orientação Científica:

Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz

Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo



Júri:

Presidente - Professora Doutora Maria Dulce Costa de Campos Loução

Vogal - Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz

Vogal - Especialista Fernando Sanchez Salvador

Lisboa. Fevereiro 2024

RESUMO

Certas zonas urbanas de Lisboa, implementadas outrora com funções e significados perdidos no tempo, sôfregas pelo abandono progressivo, podem criar, por vezes, oportunidades para implementar dinâmicas que reforcem e estabeleçam comunidades mais ativas e integradas.

Uma destas oportunidades encontra-se no Bairro do Alvito em Lisboa, o Edifício Central, que funcionou anteriormente como escola, mas depois do seu encerramento, mesmo com diferentes atividades implementadas, entrou num processo de progressiva degradação, sendo considerado neste momento um risco de segurança para a população. Este Projeto final de Mestrado surge neste seguimento, pela vontade de contribuir para a sua reabilitação.

Com o intuito de devolver este edifício à cidade de forma requalificada, nasce o Polo Cultural do Alvito, um equipamento de cariz híbrido, que responde a várias necessidades sentidas pela comunidade local. Para isso, foi importante abordar temáticas como hibridização, envelhecimento ativo, relação intergeracional, património cultural, reabilitação e arquitetura sustentável, para além da análise do lugar.

Oferece-se à cidade um equipamento adaptado à atualidade, preservado pela sua identidade, e que, acima de tudo, promove o bem-estar social.

Palavras-Chave

Bairro do Alvito. Reabilitação. Relação Intergeracional. Hibridização. Sustentabilidade.

ABSTRACT

Certain urban areas in Lisbon, once built with functions and meanings that have been lost in time and suffering from progressive abandonment, may sometimes create opportunities to implement dynamics that reinforce and establish more active and integrated communities.

One of these opportunities can be found in the Alvito neighborhood in Lisbon, the Central Building, which previously functioned as a school, but after its closing, even with different activities implemented, fell into a process of progressive degradation being currently considered a safety risk for the population. This final Master's project arises from this wish to contribute to its rehabilitation.

With the aim of returning this building to the city in a requalified form, the Alvito Cultural Center is created, a hybrid facility that responds to various needs perceived by the local community. To do this, it was important to address subjects such as hybridization, active ageing, intergenerational relations, cultural heritage, rehabilitation, and sustainable architecture, as well as analyzing the place.

The city is being offered a facility that is adapted to the current times, preserved by its identity and which, above all, promotes social well-being.

Key words

Alvito neighborhood. Rehabilitation. Intergenerational Relationship. Hybridization. Sustainability..

AGRADECIMENTOS

Admiração e respeito pelas minhas professoras orientadoras, Bárbara Massapina Vaz e Luísa Maria Reis Paulo, por toda a disponibilidade, paciência e partilha de conhecimento.

À minha família por todo o apoio, compreensão e carinho.

Ao Ginásio Clube do Bairro do Alvito, MIAU, Paroquia de Alcântara e vizinhos do Bairro do Alvito pela disponibilidade.

A todos os funcionários do Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo de Estudos Olisiponenses, Arquivo do Forte de Sacavém, Arquivo da EPAL, Arquivo do INATEL, Arquivo do Ministério da Educação, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca da Faculdade de Arquitetura, Biblioteca da Ordem dos Arquitetos, Biblioteca da Universidade de Évora, Museu Municipal de Peniche e Direção Geral do Território.

À Biblioteca de Alcântara, Junta de Freguesia de Alcântara, Junta de Freguesia da Ajuda, Arquiteto Filipe Borges de Macedo e Sons em Trânsito, Sara Nasi Pereira e Rita Piteira

Por fim, a todos os meus amigos, colegas e professores que contribuíram e me acompanharam nesta longa jornada académica.

X

ÍNDICE GERAL

RESUMO V
ABSTRACT VI
AGRADECIMENTOS IX
ÍNDICE GERAL XIII
ÍNDICE DE FIGURAS XV
ÍNDICE DE TABELAS XXIII
ÍNDICE DE ABREVIATURAS XXV

1. INTRODUÇÃO 1
1.1 JUSTIFICAÇÃO DA TEMÁTICA 3
1.2 OBJETIVOS 5
1.3 METODOLOGIA 7
1.4 ESTRUTURA DO DOCUMENTO 9

2. (RE)HABI(LI)TAR UM EDIFÍCIO HÍBRIDO 11

3. CASOS DE REFERÊNCIA 23
3.1 BIBLIOTECA DE ALCÂNTARA. MARGARIDA GRÁCIO NUNES E CML. LISBOA 2019 25
3.2 CARPINTARIAS DE SÃO LÁZARO. BORGES DE MACEDO. LISBOA 2019 35
3.3 CAPITÓLIO. ALBERTO SOUZA DE OLIVEIRA. LISBOA 2016 47
3.4 OFICINA DAS ARTES. JUNTA DE FREGUESIA DA AJUDA. LISBOA 2020 57
3.5 SÍNTESE CONCLUSIVA 67

4. O BAIRRO DO ALVITO 69
4.1 LOCALIZAÇÃO 71
4.2 HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL 75
4.3 O BAIRRO ECONÓMICO DO ESTADO NOVO 79
4.4 O ARQUITETO PAULINO MONTEZ 127
4.5 CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA E CONSTRUTIVA 131
4.6 SÍNTESE CONCLUSIVA 145

5. O EDIFÍCIO CENTRAL DO BAIRRO DO ALVITO 147
5.1 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO 149
5.2 CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO 169
5.3 TEORIA DE VALORES 173
5.4 ESTADO DE CONSERVAÇÃO 187

6. O POLO CULTURAL DO ALVITO 199
6.1 PROGRAMA 201
6.2 CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA 205
6.3 PEÇAS DESENHADAS 261

7. CONCLUSÃO, CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES 263

BIBLIOGRAFIA 265
WEBGRAFIA 269
ANEXOS 271

ÍNDICE DE FIGURAS

000. Signal Mediahus, SpaceGroup Architects. Oslo, Noruega. 2010 Foto: Ivan Brodey 15

001. Aula de Viola de Fado. Oficina das Artes, Junta de Freguesia da Ajuda, Lisboa. 2023. PA 17

002. Biblioteca de Alcântara . Análise das áreas. PA 26

003. Biblioteca de Alcântara . Plantas dos pisos 0 e 1. PA 27

004. Biblioteca de Alcântara . Plantas do piso 2. PA 28

005. Biblioteca de Alcântara . Fachada Principal . Foto: João Peleteiro 29

006. Biblioteca de Alcântara . Pátio . Foto: João Peleteiro 30

007. Biblioteca de Alcântara . Átrio . Foto: João Peleteiro 31

008. Biblioteca de Alcântara . Entrada . Foto: João Peleteiro 31

009. Biblioteca de Alcântara . Entrada . Foto: João Peleteiro 32

010. Carpintarias de São Lázaro . Análise das áreas. PA 36

011. Carpintarias de São Lázaro . Planta piso -1. PA 37

012. Carpintarias de São Lázaro . Planta piso 0. PA 38

013. Carpintarias de São Lázaro . Planta piso 1. PA 39

014. Carpintarias de São Lázaro . Planta da cobertura. PA 40

015. Carpintarias de São Lázaro . Entrada . Foto: Nuno Almendra 41

016. Carpintarias de São Lázaro . Instalações Sanitárias . Foto: Nuno Almendra 42

017. Carpintarias de São Lázaro . Circulações . Foto: Nuno Almendra 43

018. Carpintarias de São Lázaro . Cobertura . Foto: Nuno Almendra 44

019. Capitólio . Análise das áreas. PA 48

020. Capitólio . Planta do piso -1. PA 49

021. Capitólio . Planta do piso 0. PA 50

022. Capitólio . Planta do piso 1. PA 51

023. Capitólio . Planta do piso 2. PA 52

024. Capitólio . Sala de espectáculos . Foto: autor desconhecido 53

025. Capitólio . Fachada Principal. Foto: autor desconhecido 54

026. Capitólio . Exteriores . Foto: agenda cultural de Lisboa 54

027. Capitólio . Exteriores . Foto: DR 51

028. Capitólio . Exteriores . Foto: autor desconhecido 51

029. Oficina das Artes . Análise das áreas. PA 58

030. Oficina das Artes . Planta do piso -1. PA 59

031. Oficina das Artes . Planta do piso 0. PA 60

032. Oficina das Artes . Planta da cobertura. PA 61

033. Oficina das Artes . Aula de Fado . Foto: rede social da Junta de Freguesia da Ajuda 62

034. Oficina das Artes . Discussão pública . Foto: rede social da Junta de Freguesia da Ajuda 62

035. Oficina das Artes . Aula de cante . Foto: rede social da Junta de Freguesia da Ajuda 63

036. Oficina das Artes . Sessão de cinema . Foto: rede social da Junta de Freguesia da Ajuda 63

037. Oficina das Artes . Contos para crianças . Foto: rede social da Junta de Freguesia da Ajuda 64

038. Oficina das Artes . Aula de yoga. Foto: rede social da Junta de Freguesia da Ajuda 64

039. Oficina das Artes . Entrada. PA 65

040. Vista aérea do Bairro do Alvito . Foto: Vadim Softenko 2023 71

041. Esquema de localização do Bairro do Alvito . PA 72

043. Identificação dos locais de interesse . PA 73

044. Bairro de casas económicas de Caselas, Salvador de Almeida Fernandes, (195-) AML 77

045. Extracto da Planta topographica da marinha das cidades de Lisboa occidental, e oriental, desde o Forte de S. Joseph de Ribamar té o Convento do Grilo, feita no anno de 1727, Olisipo, nº18, Abril 1942 81

046. Paço Real de Alcântara, Pier Maria Baldi, 1668 82

047. Abertura com pormenor de painel de azulejos do Palácio dos Condes de Tentúgal séc. XVII com vista de Alcântara . col Museu do Azulejo Lisboa 83

048. Alcântara e o Calvário, representação de mapa no início do século XVIII 84

049. Vista da zona de Alcântara e da ponte sobre a ribeira em 1756 in Remarques sur la carte du royaume de Portugal, Jacques Nicolas Bellin, arq. Bibliothèque nationale de France 85

050. Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa. ANTT 86

051. Grand Atlas de Mr. Calmet de Beauvoisin, Plan de Lisbonne. 1821 . Technische Universitat Darmstadt 87

052. Reflorestação do Parque Florestal de Monsanto pela Mocidade Portuguesa, 1938 . AML 88

053. Fotografia aérea sobre o bairro Salazar, 1947. AML | Pode-se observar os moinhos de vento e o Casal da Estrangeira de Cima ao fundo 89

054. Acesso ao Parque de Monsanto pela estrada do Alvito, Eduardo Portugal 1940. AML 92

055. Estrada para o alto da Serra de Monsanto, Eduardo Portugal 1939. AML 92

056. Parque Florestal de Monsanto, Montes Claros, Eduardo Portugal 1940. AML 93

057. Parque de Monsanto, estrada vindo do Alvito a Alcântara, Eduardo Portugal 1939. AML 93

058. Casal da Estrangeira de Cima . Eduardo Portugal, 1940. AML 94

059. Casal da Estrangeira de Cima . Eduardo Portugal, 1940. AML 94

060. Vista aérea do Vale de Alcântara em GEO. 1951. 95

061. Junto ao Casal do Alvito, pedreira ainda em laboração, e mecanizada. Maria Amélia Lima AML, 1971. 97

062. Junto ao Casal do Alvito, sucateira de Sr. Américo Vale. Maria Amélia Lima, AML, 1971. 97

063. Panorâmica tirada de Montes Claros sobre a parte sul da cidade, Armando Maia Serôdio, AML 1961 98, 99

064. Análise histórica e cartográfica do local. PA 100, 101

065. Evolução das principais vias. PA 102

066. Perspetiva do bairro do Alvito, desenho de Paulino Montez, Estudos de Urbanismo de Portugal, Lisboa, Alcântara, Alvito, nº2. 103

067. Carta de agradecimento pelo vereador presidente do Conselho Administrativo da CROA ao arquiteto Paulino Montez, pelo trabalho prestado. Acervo do Arquiteto Paulino Montez, Museu Municipal de Peniche 105

068. Lagoa Branca na Tapada da Ajuda, avistando-se o Bairro do Alvito, a Estrangeira de Cima e os moinhos. Autor desconhecido (193-) fonte Flickr 106, 107

069. Primeira casa construída no bairro Salazar, Paulo Guedes 1937-8, AML 108

070. O Bairro do Alvito . Eduardo Portugal, AML, 1938 108

071. O Bairro do Alvito em construção . Eduardo Portugal, AML, 1938 109

072. O Bairro do Alvito . Ruy Jervis D' Authoguia, AML, 1938 109

073. O Bairro do Alvito em construção. Jornal O Século, Álbuns Gerais nº59, ANTT, 1938 110

074. O Bairro do Alvito em construção. Jornal O Século, Álbuns Gerais nº46, ANTT, 1938 110

075. O Bairro do Alvito em construção. Jornal O Século, Álbuns Gerais nº46, ANTT, 1938 111

076. O Bairro do Alvito em construção. Jornal O Século, Álbuns Gerais nº46, ANTT, 1938 111

077. O Bairro do Alvito em construção. Ruy Jervis D' Authoguia, AML, 1938 112

078. O Bairro do Alvito em construção. Jornal O Século, Álbuns Gerais nº59, ANTT, 1938 112

079. Fotografia aérea do bairro do Alvito, 1938?, FT13826 GEO 113

080. Um aspecto do novo bairro Dr. Oliveira Salazar, nas terras do Alvito, em Alcântara, Jornal O Século, Álbuns Gerais nº91, doc 1769S, ANTT, 1944 117

081. Vista do bairro do Alvito. Jornal O Século, Álbuns Gerais nº91, ANTT, 1944 118

082. Vista do bairro do Alvito. Jornal O Século, Álbuns Gerais nº91, ANTT, 1944 118

083. Escola Primária do Bairro do Alvito, Ferreira da Cunha, 1944 AML 119

084. Um aspecto do novo Bairro Dr Oliveira Salazar nas terras do Alvito Jornal O Século, Álbuns Gerais nº91, ANTT, 1944 119

085. "O Subsecretariado de estado das Corporações, Dr António Júlio de Castro Fernandes, inaugurando, com o presidente da CML, o Bairro Dr. Oliveira Salazar." Jornal O Século, Álbuns Gerais nº91, ANTT, 1944 120

086. "O Subsecretariado de estado das Corporações, Dr António Júlio de Castro Fernandes, inaugurando, com o presidente da CML, o Bairro Dr. Oliveira Salazar." Jornal O Século, Álbuns Gerais nº91, ANTT, 1944 120

087. Perspetiva da Igreja a construir no Agrupamento de Casas Económicas do Alvito, Arquiteto José de Lima Franco, 1947, Arquivo do Forte de Sacavém. 121

088. Panorâmica do bairro de casas económicas, Salvador de Almeida Fernandes, 1958, AML 122

089. Fotografia aérea do bairro do Alvito, 1960, DGT 123

090. Edifício Central do Bairro do Alvito em 1989, Arquivo do Teatro Lanterna Mágica 124

091. Vista aérea sobre o bairro do Alvito. Imagem drone: Vadim Softenko 125

092. Palácio Galveias, Conferência do Arquiteto Paulino Montez sobre o Prémio Valmor e a evolução da arquitectura, Firmino Marques da Costa, AML, 1952 129

093. Bairro da Encarnação, Mário de Oliveira, 1940, AML 130

094. Desenho de Paulino Montez, Estudos de Urbanismo de Portugal, Lisboa, Alcântara, Alvito, nº2 131

095. Planta do Bairro da Caixa de Socorros e Reformas dos Operários e Assalariados da Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo da EPAL 132

096. O bairro do Alvito em construção. Jornal O Século, Álbuns Gerais nº46, ANTT, 1938 133

097. Vista aérea sobre o bairro do Alvito. Imagem drone Vadim Softenko 2023 134

098. Distribuição das tipologias. PA 134

099. Bairro do Alvito. Tipologia de casas tipo A1. PA 135

100. Bairro do Alvito. Tipologia de casas tipo A2. PA 136

101. Bairro do Alvito. Tipologia de casas tipo B1. PA 137

102. Bairro do Alvito. Tipologia de casas tipo B2. PA 138

103. Bairro do Alvito. Esquema da construção. PA 139

104. Bairro do Alvito. Esquema das fundações. PA 140

105. Desenho de fundações de uma habitação. Atelier de Paulino Montez 1936 140

106. Parede com estrutura à vista. PA 141

107. Representação dos tipos de pavimentos. PA 142

108. Representação dos tipos de escadas e coberturas. Fotografias pelo autor e foto da cobertura por Vadim Softenko 143

109. Projeto da esquadra da polícia. GEO (193-?) 149

110. Plantas de fundações e 1ºpiso. Desenhos do atelier de Paulino Montez, elaborados por Manuel Machado,
GEO 1936 150

111. Plantas do 2ºpiso e cobertura. Desenhos do atelier de Paulino Montez, elaborados por Manuel Machado,
GEO 1936 151

112. Alçados. Desenhos do atelier de Paulino Montez, elaborados por Manuel Machado, GEO 1936 152

113. Alçados e cortes. Desenhos do atelier de Paulino Montez, elaborados por Manuel Machado, GEO 1936 153

114. Projeto de adaptações na escola do bairro do Alvito, AML 1943, (manipulada digitalmente pelo autor) 154

115. Fotografia aérea do Bairro do Alvito onde se pode observar a barraca de mercearia a norte do edifício central. 1950. DGT 155

116. Planta elaborada com base numa descrição de uma visita feita pela CML em 10 de janeiro de 1961. PA 156

117. Edital da CML a publicitar a hasta pública de concessão de um estabelecimento sito no Bairro do Alvito
destinado à instalação de mercearia. Coleção de editais da CML, AML 1963 157

118. Proposta apresentada pelo GCBA à CML com algumas adaptações. Proc. 4284 AML.1963 158

119. Sala de Leitura da Biblioteca Municipal do Bairro do Alvito (194-)-(197-). AML 160,0161

120. Biblioteca Municipal do Alvito, Armando Maia Serôdio, AML. 1964. 162

121. Biblioteca Municipal do Alvito, Armando Maia Serôdio, AML. 1964. 162

122. Foto cedida à MIAU por uma moradora do bairro 163

123. Peça de Teatro. Foto cedida à MIAU por uma moradora do bairro 164

124. Peça de Teatro. Foto cedida à MIAU por uma moradora do bairro 164

125. Carta enviada à Direção do Distrito Escolar de Lisboa. 1975. Arquivo do Ministério da Educação 165

126. Vista aérea do edifício central. Imagem drone Vadim Softenko 2023 167

127. Vista aérea do edifício, retirado do livro Estudos de Urbanismo de Portugal, Lisboa, Alcântara, Alvito, nº2 169

128. Cinema Portolago . Armando Bernabiti . Lakki, Grécia . 1938 170
129. Palazzo Bahobesci . Giuseppe Arata . Asmara, Etiópia . 1936 170

130. Escola Primária . Arturo Miraglia . Fertilia, Sardenha . 1935. PA 171

131. Torre de controlo de Campolide . Cotinelli Telmo . Lisboa 1940 171

132. Teoria de Valores. Planta piso 0. PA 176

133. Teoria de Valores. Fotografias de análise do piso 0. PA 177

134. Teoria de Valores. Fotografias de análise do piso 0. PA 178

135. Teoria de Valores. Fotografias de análise do piso 0. PA 179

136. Teoria de Valores. Fotografias de análise do piso 0. PA 180

137. Teoria de Valores. Planta piso 1. PA 182

138. Teoria de Valores. Fotografias de análise do piso 1. PA 183

139. Teoria de Valores. Fotografias de análise do piso 1. PA 184

140. Teoria de Valores. Planta da cobertura. PA 185

141. Análise ao estado de conservação da fachada sul. PA 188, 189

142. Análise ao estado de conservação da fachada nascente. PA 190, 191

143. Análise ao estado de conservação da fachada poente. PA 192, 193

144. Análise ao estado de conservação da fachada norte. PA 194, 195

145. Análise ao estado de conservação nas coberturas e pátios. PA 196

146. Análise ao estado de conservação em alguns espaços interiores. PA 197

147. Distribuição do programa. Imagem elaborada pelo autor. PA 203

148. Legenda referente à planta de proposta do bairro. PA 208

149. Planta de proposta do bairro. PA 209

150. Esquema de estratégias de circulação e formação do pátio. PA 210

151. Estudos para o pátio e novas adições. PA 211

152. Ambiente noturno na fachada poente. PA 212

153. Ambiente diurno na fachada poente. PA 213

154. Ambiente noturno na fachada sul e poente. PA 214

155. Ambiente diurno na fachada sul e poente. PA 215

156. Ambiente noturno na fachada sul. PA 216

157. Ambiente diurno na fachada sul . PA 217

158. Estudos para o pátio. PA 218

159. Entrada para o pátio interior. PA 220

160. Pátio interior. PA 221

161. Pátio interior. PA 222

162. Pátio interior. PA 223

163. Pátio interior. PA 224

164. Pátio interior. PA 225

165. Planta do pátio. PA 226

166. Pátio interior. PA 227

167. Estudos para a porta de entrada. PA 230

168. Estudos entrada. PA 231

169. Planta da zona de entrada sul. PA 232

170. Planta e alçado principal da porta de entrada. PA 233

171. Entrada com exposição permanente PA 235

172. Estudo para a entrada norte. PA 238

173. Entrada norte. PA 239

174. Estudos para a cafetaria. PA 240

175. Corte e Planta da cafetaria. PA 242

176. Cafetaria. Planta do mezanino e corte. PA 243

177. Cafetaria. PA 244

178. Cafetaria. PA 245

179. Cafetaria. PA 247

180. Planta, cortes e alçado dos ateliers. PA 250

181. Fachada poente, montras de comércio e a adição nova com os ateliers. PA 251

182. Ateliers, circulação. PA 252

183. Ateliers. PA 253

184. Instalação sanitária. PA 256

185. Sala de exposições. PA 257

186. Cores e elementos. PA 259

187. Mapa de materiais. PA 260

ÍNDICE DE TABELAS

T 001. Tabela comparativa dos casos de referência. PA 67

T 002. População residente na Freguesia de Alcântara. INE - Recenseamentos Gerais da População. PA 91

T 003. Critérios de avaliação para a elaboração da teoria de valores. PA 174

T 004. Teoria de Valores. Avaliação do Piso 0. PA 175

T 005. Teoria de Valores. Avaliação do Piso 1. PA 181

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

Arquivo Municipal de Lisboa **AML**

Arquivo Nacional da Torre do Tombo **ANTT**

Atelier de tempos livres **ATL**

Câmara Municipal de Lisboa **CML**

Direção Geral do Território **DGT**

Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho **FNAT**

Ginásio Clube do Bairro do Alvito **GCBA**

Gabinete de Estudos Olisiponenses **GEO**

Instalações sanitárias **IS**

Junta de Freguesia de Alcântara **JFA**

Pelo autor **PA**

1. INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICAÇÃO DA TEMÁTICA

Os processos de urbanização e desenvolvimento das cidades podem ter, por vezes, resultados pontuais inesperados, maioritariamente, frutos de um ordenamento eficiente, mas sôfregos em termos de políticas de planeamento, tanto a curto como a longo prazo.

O Bairro do Alvito em Lisboa pode ser um destes casos, desenhado pelo Arquiteto Paulino Montez, em pleno Estado Novo, com inspiração no movimento *City Beautiful*, teve o propósito de fornecer habitação, essencialmente, aos trabalhadores da CML, que posteriormente, se tornariam proprietários ao final de alguns anos de prestações mensais, em modo de propriedade resolúvel. Com a construção da nova ponte sobre o Tejo, no início da década de 60, toda a zona adjacente sofre grandes alterações urbanísticas e também sociais, com uma série de deslocações de famílias para outras partes do concelho ou freguesia, o que também provoca mudanças no próprio bairro. O edifício central funcionava como escola, e servia uma significativa parte da população local, e não só. Existia um planeamento concreto para fazer ligar o bairro à zona central da freguesia de Alcântara, que foi sendo abandonado até aos dias de hoje, mesmo com outras propostas provenientes de diferentes gestões autárquicas.

O bairro neste momento encontra-se numa situação de ilha urbana, pois mesmo estando incluído na freguesia de Alcântara, concelho de Lisboa, está isolado e desprovido de diversos serviços, essencialmente comércio, entre outros. O edifício central, que em tempos serviu de escola primária às populações locais, tendo posteriormente alocadas outras funções, como arquivo e biblioteca municipal, clube desportivo, mercearia, capela, associação cultural e estúdios de música e teatro, poderá ser uma solução que dê resposta a estas problemáticas. Encontra-se neste momento em estado de degradação avançada, com algumas, pontuais, intervenções de conservação, mais ao nível profilático.

Sendo o Bairro do Alvito e toda a Freguesia de Alcântara, composta por uma população de carácter sociocultural misto, com uma parte significativa mais envelhecida, será fundamental, pensar em estratégias de implementação programática que respondam às reais necessidades da população do bairro e freguesia. Um equipamento que forneça bem-estar, físico, mental e social, onde se pode promover dinâmicas culturais, englobando diversas fatias etárias da população, assegurando a transmissão de conhecimento, que responda também aos novos modos de trabalhar. Que seja dotado de um pequeno

comércio, evitando assim, deslocações desnecessárias para fora do bairro. Ter-se-á em consideração, um fator fundamental como a sustentabilidade, tanto a nível ambiental, de eficiência energética, como ao nível financeiro e autónomo. Essencialmente, dotar o bairro de um equipamento multifuncional atualizado, que sirva a população em diferentes vertentes e que, no fundo, haja um sentimento de orgulho e pertença, contribuindo também para a sua manutenção e conservação futura.

Tendo em consideração que o assunto a tratar é, deveras pertinente e urgente, o principal objetivo deste trabalho será uma Proposta de Reabilitação para o Edifício Central do Bairro do Alvito, analisando a fundo todos os fatores, construindo uma base de fundamentação e orientação para assim poder criar um programa e projeto que dê resposta a toda a problemática identificada.

1.2 OBJETIVOS

Este trabalho de Projeto Final de Mestrado tem como principal objetivo, a reabilitação de uma pré-existência, o Edifício Central do Bairro do Alvito, Lisboa, Monsanto, Freguesia de Alcântara, bem como a aplicação de uma abordagem contemporânea no mesmo, estabelecendo uma relação saudável entre o seu passado e o futuro.

Neste momento, a população do Bairro do Alvito é composta, em grande parte, por gente mais idosa, no entanto, num período mais recente, foram-se fixando novas famílias que acabaram por adquirir ou alugar habitações no lugar, resultando populações mistas a nível geracional. Este é também, um fenómeno nacional e europeu, onde é urgente e pertinente oferecer soluções que promovam, essencialmente, o bem-estar social. O bairro é totalmente desprovido de serviços e comércio, sendo esta última, uma das maiores lacunas, pois para a população ter acesso a simples mercearias do dia-a-dia, têm de se deslocar de transportes ou a pé, realizando um trajeto, bastante ingreme, de cerca de 1km até ao centro de comércio mais próximo.

Dada a relevância e a atualidade do assunto, a questão do envelhecimento da população, presente, não só a nível nacional, mas também europeu, será deveras urgente, propor soluções que respondam de forma célere e sustentável a estas problemáticas.

Pretende-se assim, criar um programa que procure dar resposta a todas estas carências, de cariz cultural, laboral e comercial. Que reforce e promova as relações intergeracionais dentro da população do bairro e cidade. Um núcleo autónomo financeiramente, e autossustentável, em que haja uma simbiose entre gerações e serviços, onde se promova o conhecimento, e que faça a ligação com o resto da cidade.

Numa altura em que as alterações climáticas são um tema real, será fundamental intervir também nesta vertente, procurando soluções atuais de sustentabilidade ambiental e financeira. A intervenção procurará relacionar-se o mais possível com a envolvente, respeitando sempre o valor histórico e patrimonial, bem como as suas memórias.

1.3 METODOLOGIA

Este trabalho será dividido em fases distintas, distribuídas gradualmente numa linha temporal. Sendo na sua totalidade, composto por dois momentos, iniciado por um estudo de análise e pesquisa e posteriormente aplicado a um projeto, sendo indissociáveis e estando interligadas, resultam assim, num projeto de arquitetura integrado. A vertente teórica será desenvolvida através da recolha de toda a informação conseguida, pelo que, sendo analisada e processada, resultará numa base de apoio escrita para o desenvolvimento da parte prática, que terá forma de apresentação gráfica em forma de imagens, desenhos e maquetes, argumentando assim todo o processo escrito.

Inicialmente, por um processo exaustivo de recolha de informação, para assim, compreender melhor o lugar e o projeto a desenvolver. Dados como documentação arquivística, cartografias, imprensa escrita e audiovisual, dados estatísticos, mapas ou mesmo a observação direta, numa análise sintética do território e lugar, primeiramente ao nível histórico, teoria de valores e depois ao nível morfológico e sociocultural. Dos parâmetros analisados, pode-se assim partir para um estudo prévio de projeto. A relação do tecido urbano será essencial para poder criar uma solução de adaptação às novas intervenções.

Tendo um estudo prévio realizado, onde se definem determinadas áreas e se distribuem os diferentes equipamentos, onde se criam lógicas de habitar e circulações. Partindo sempre do princípio de articular entre vários fatores inerentes ao tema, bem como, as adaptações ao clima, a ligação à memória coletiva, as sinergias intergeracionais. Será mais simples criar um pensamento lógico, onde estas peças se encaixam e se ajustam equilibradamente. Um levantamento com base em plantas, cortes e alçados, bem como fotografias no local, será imprescindível como base de trabalho.

Com um plano bem definido é possível então seguir para um processo criativo mais formal, tendo uma escolha criteriosa de casos de referência, avalia-se hipóteses de forma, cor, textura, materiais, onde a luz natural será sempre fundamental, a adaptação aos regulamentos urbanos e de construção e as acessibilidades. Obviamente o fator sustentabilidade estará presente, o que influenciará todos os parâmetros, tanto ao nível de economia de custos, manutenção e autogestão.

Com os elementos todos definidos pode-se elaborar uma apresentação para a melhor compreensão do projeto, utilizando desenhos rigorosos, maquetes a diferentes escalas e modelação tridimensional. Tendo sempre em consideração que esta apresentação será transversal a todo o tipo de públicos,

a informação apresentada será clara e ergonómica, de modo que possa existir lugar para uma discussão construtiva relativa ao resultado obtido.

Por fim, far-se-á uma análise do resultado obtido, concluindo assim todo o processo de trabalho, podendo existir espaço para recomendações e considerações finais, com vista a que todo o resultado tenha forma de se adaptar e afinar, consoante as mutações do futuro.

1.4 ESTRUTURA DO DOCUMENTO

RESUMO
ABSTRACT
AGRADECIMENTOS
ÍNDICE GERAL
ÍNDICE DE FIGURAS
ÍNDICE DE TABELAS
ÍNDICE DE ABREVIATURAS

1. INTRODUÇÃO
1.1 JUSTIFICAÇÃO DA TEMÁTICA
1.2 OBJETIVOS
1.3 METODOLOGIA
1.4 ESTRUTURA DO DOCUMENTO

2. (RE)HAB(IL)ITAR UM EDIFÍCIO HÍBRIDO

3. CASOS DE REFERÊNCIA
3.1 BIBLIOTECA DE ALCÂNTARA. MARGARIDA GRÁCIO NUNES E CML . LISBOA 2019
3.2 CARPINTARIAS DE SÃO LÁZARO . BORGES DE MACEDO . LISBOA 2019
3.3 CAPITÓLIO . ALBERTO SOUZA DE OLIVEIRA . LISBOA 2016
3.4 OFICINA DAS ARTES . JUNTA DE FREGUESIA DA AJUDA 2020
3.5 SÍNTESE CONCLUSIVA

4. O BAIRRO DO ALVITO
4.1 LOCALIZAÇÃO
4.2 HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL
4.3 O BAIRRO ECONÓMICO NO ESTADO NOVO
4.4 O ARQUITETO PAULINO MONTEZ
4.5 CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA E CONSTRUTIVA
4.6 SÍNTESE CONCLUSIVA

5. O EDIFÍCIO CENTRAL DO BAIRRO DO ALVITO
5.1 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO
5.2 CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO
5.3 TEORIA DE VALORES
5.4 ESTADO DE CONSERVAÇÃO

6. PROJETO FINAL DE MESTRADO
6.1. PROGRAMA
6.2. CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA
6.3. PEÇAS DESENHADAS

7. CONCLUSÃO, CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

BIBLIOGRAFIA
WEBGRAFIA
ANEXOS

2. (RE)HABI(LI)TAR UM EDIFÍCIO HÍBRIDO

O desenvolvimento de um projeto de reabilitação[1], para ser lúcido e racional, engloba uma intervenção em tecidos e edifícios urbanos, onde existe uma articulação com diferentes políticas socioeconómicas e culturais, proporcionando essencialmente, uma melhoria das condições de vida das populações residentes.

Na última década, as cidades tornaram-se cada vez mais digitais, ao integrar empresas que oferecem novos espaços e serviços, articuladas com uma, também crescente, aquisição de dispositivos tecnológicos por parte da população, apoiadas fundamentalmente pelas redes digitais, que vai oferecendo novos lugares para relações sociais, substituindo as anteriores formas de comunicação. Todos estes fatores contribuem substancialmente para o processo de hibridização. É bastante frequente, atualmente, encontrar áreas urbanas ou edifícios, que outrora estavam adormecidos ou esquecidos, com mudanças significativas de valor, em que o papel digital contribuiu para que tal acontecesse. Pode bastar uma publicação numa rede social, para que um conceito de lugar se dissemine e se transforme em pouco tempo. Estes fenómenos dão origem a lugares transformados e híbridos, que consoante a interação da população se podem mutar.

Esta hibridização[2] é baseada na conexão multifuncional com a estrutura interna da cidade e as áreas suburbanas, caracterizam-se por oferecerem serviços e infraestruturas para a população, empresas e visitantes, o que dá lugar ao desenvolvimento de negócios atuais, novas consciências sociais que se articulam entre si, formando tipos diferentes de fazer política, o que também, por sua vez, se torna atrativo para quem investe e visita. Estes complexos de arquitetura funcional estão a surgir gradualmente nos tecidos urbanos das cidades modernas e têm influência direta nas mudanças sociais e económicas ao seu redor, resultando em sinergias entre vários espaços e as suas funções.

---

[1] "Sob o ponto de vista urbano a reabilitação tornou-se uma alternativa viável, mais fundamentada e credível – sob diversos pontos de vista, do cultural ao económico e social – às anteriores estratégias de "renovação urbana", tomadas estas no antigo e mau sentido do termo, ou seja: a demolição dos "velhos" edifícios e quarteirões tradicionais, substituindo-os por outros edifícios, mais "novos e higiénicos", e por traçados urbanos de duvidosa modernidade."

J. Aguiar, R. cabrita, J. Appleton *In Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais*

[2] "During the Covid-19 pandemic, the term 'hybrid' became increasingly used by official planners, policy makers and stakeholders. This debate around hybrid city spaces and buildings has also gained greater attention in relation to the hybrid work revolution in several cities around the world, such as Helsinki, Montreal, Johannesburg, London, Milan, Amsterdam and many others."

Hybrid cities and new working spaces – The case of Oslo, Di Marino, Mina; Tabrizi, Helyaneh Aboutalebi; Chavoshi, Seyed Houssein; Sinitsyna, Anastasia. Progress in Planing, 2022

Estes espaços podem ser considerados verdadeiros catalisadores de ambientes urbanos sustentáveis, visto promoverem soluções flexíveis de adaptação para todo o tecido urbano. Neste contexto, I. S. Cho (2016) distinguiu 3 formas de hibridização: A hibridização espacial, que significa a complexidade estrutural e de desenho do espaço, relação com a inovação tecnológica e o meio ao nível de acessibilidade. Os híbridos programáticos ou funcionais que abrangem uma variedade de atividades que possam subsidiar formas não convencionais de uso do espaço, e a hibridização operacional referente à redefinição de noções convencionais de limites e acessibilidade por meio de propriedade, regulamentos de tempo e gestão de espaço, o exemplo das parcerias público-privadas.

A hibridização arquitetónica vai além da complexidade física e dos múltiplos programas dentro de um edifício ou complexo urbano, ela requer uma maior interação entre as peças estruturais programáticas e o contexto da envolvente. Esta pode ser a peça chave para a revitalização do cenário urbano atual, partindo de um processo de planeamento urbano e arquitetónico onde se tem em consideração as interações entre espaço, função e características sociais, apoiadas constantemente com os recursos digitais disponíveis.

"(..)the rising use of hybrid (on-site and on-line) working practices, planners, policy makers and stakeholders, as well as scholars, have increasingly discussed the concept of hybridization. In this context, various hybrid typologies of urban spaces have materialized in forms such as new working spaces (NWS) which include co-working spaces, incubators, as well as some cafés and multi-functional public libraries, which have recently provided working spaces. (...)"

Hybrid cities and new working spaces – The case of Oslo. Mina di Marino, Helyaneh Aboutalebi Tabrizi, Seyed Houssein Chavoshi, Anastasia Sinitsyna

000. Signal Mediahus, SpaceGroup Architects. Oslo, Noruega. 2010. Foto: Ivan Brodey

É o exemplo da reabilitação de um complexo industrial do século XVII que resultou num polo cultural, onde se instalaram companhias de cinema, estúdios de som, escritórios, salas de reuniões e espaços comuns. Contemplando estratégias de eficiência energética e acessibilidade.

Ao integrar a comunidade, será essencial implementar programas que contemplem e fomentem as relações intergeracionais[3], em que a participação possa ser de todos e para todos, valorizando o papel de cada indivíduo, resultando assim num maior sentido de pertença por parte da população.

A Relação Intergeracional define-se como um modelo de cidadania, demonstrando que a influência exercida diretamente sobre os dois grupos que estabelecem a relação, compromete indiretamente todos os elementos da sociedade. A aproximação entre diferentes gerações resulta, não só do fator cronológico, mas também dos estilos de vida, valores, memória, partilha de conhecimento, de experiência, de tradições, de tecnologias, do saber e fazer. Neste intercâmbio de conhecimento, a forma de transmissão não é linear, ambas as gerações possuem sabedorias distintas, o que pode originar histórias únicas comuns, partindo das experiências individuais, ambos ensinam e ambos aprendem. Esta troca de conhecimento só é possível através de elementos mediadores, como por exemplo, membros de uma geração intermédia, os pais, para o caso da família.

O Estado e a comunidade têm um papel fundamental em sensibilizar a população para esta matéria, criando políticas ativas de cooperação entre diferentes serviços, que resultam na prevenção de situações de afastamento familiar ou social, promovendo a inclusão dos diferentes agentes e reduzindo o fosso geracional que se verifica atualmente.

Deve-se fornecer ferramentas adequadas, aumentando o reforço da rede de serviços existentes, com base em normas sociais, que sigam as orientações europeias dirigidas a estas matérias. Integrar os grupos mais desfavorecidos na vida social e profissional, criando dinâmicas com base em modelos de sustentabilidade e autossuficiência. O papel das instituições oficiais e corporações, bem como o Arquiteto, é fulcral no apoio à manutenção e gestão destes modelos.

Deve-se atuar nas mais variadas frentes, de modo a incentivar e promover políticas de inclusão e formação que contribuam para uma nova sociedade mais consciente, atenta e disponível para o contacto e envolvimento geracional, seja de que natureza for.

---

[3] "(...análise do termo intergeracional traduz a convivência entre duas pessoas que se encontram em diferentes fases da vida, implicando o seu reconhecimento e identificação, de modo a entenderem a plenitude e especificidade de cada um.)"
Cristina de Oliveira, Relações Intergeracionais: Um estudo na área de Lisboa

001. Aula de Viola de Fado. Oficina das Artes, Junta de Freguesia da Ajuda, Lisboa. 2023. PA

A Oficina das Artes é um exemplo de oferta cultural permanente para a população da freguesia da Ajuda, sessões de cinema, debates, apresentações de livros, aulas de guitarra, cante, yoga, formação informática entre outros.

Portugal, no quadro do envelhecimento global da população, encontra-se dentro dos países mais envelhecidos do espaço europeu (Patrícia Matias, 2015). De acordo com as previsões elaboradas pelo INE, a proporção de idosos será entre 30% e 36% da população total, podendo vir a atingir os 395 idosos por cada 100 jovens em 2050. Facto este que se poderá explicar por algumas transformações sofridas na sociedade como o aumento da diversidade das estruturas familiares, a continuação dos movimentos emigratórios, a desertificação rural e as questões ligadas à reabilitação urbana, como a falta de infraestruturas sociais ou as condições precárias de habitação.

No que diz respeito à saúde, falamos essencialmente de bem-estar, que se desdobra nas vertentes física, mental e social. É, portanto, fundamental, diminuir os fatores de risco que podem contribuir para doenças crónicas e o declínio funcional. As pessoas beneficiam de uma melhor qualidade de vida quando existem programas que promovem e asseguram constantes cuidados médicos e serviços assistenciais, muitas vezes, bastante onerosos, nestes termos será mais simples implementar iniciativas de profilaxia. Ao existir programas e políticas de segurança social, pode-se também, assegurar a proteção e o auxílio às pessoas idosas, tornando-as mais dignas e autónomas financeiramente. A participação relaciona-se diretamente com a educação ou transmissão de conhecimento, atividades culturais, sociais, civis, económicas e espirituais contribuem para um desempenho notável dentro da sociedade, intervindo e contribuindo para o seu desenvolvimento. É necessário que o idoso tenha um papel útil, numa sociedade que lhe seja segura, tornando-o autónomo plenamente.

O envelhecimento ativo[4] depende da ação de cada indivíduo, da sua responsabilidade, bem como, do contexto promotor dessa forma de envelhecimento. Para que um programa de envelhecimento se possa fazer com relativo êxito, será necessário prevenir a doença e a incapacidade associada à otimização do funcionamento psicológico e cognitivo. O fator psicológico estará na base de um bom envelhecimento ativo, pois é este que faz com que o indivíduo consiga ultrapassar qualquer situação adversa que encontre.

Outro fator fundamental é o ambiente circundante e construído, pois este, criado com critérios que respeitem a mobilidade e acessibilidade, contribuirá

[4] Para a Organização Mundial de Saúde, o envelhecimento ativo consiste no *"processo de otimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança, no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas que envelhecem"* (OMS, 2002, p.12) e deve ser vivido de uma forma ativa, tendo em conta 3 aspetos fundamentais, saúde, segurança e a participação.

também para o bem-estar do idoso, que se pretende ativo. Uma diversidade de estudos conclui que a maioria dos idosos prefere permanecer num ambiente que lhe seja familiar, na sua casa e comunidade. A capacidade de controlar uma rotina diária ou cuidados pessoais conduzem a um desejável "envelhecimento em casa", que só será possível mediante adaptações ao meio envolvente, pois as crescentes limitações físicas e funcionais serão sempre fatores a ter em consideração. Para esta área de intervenção abrange-se todo o espaço habitacional, os espaços envolventes e os respetivos transportes que os servem, que devem ser essencialmente, acessíveis e de fácil utilização, devendo assegurar também conforto e segurança. No espaço habitacional, o número de pisos, qualidade da construção, existência e localização das instalações sanitárias, acessibilidade e segurança no interior e espaços circundantes são fatores essenciais. No espaço envolvente tem que se envolver questões de planeamento urbano e infraestruturas que respondam da mesma forma nos espaços públicos como praças, arruamentos e transportes, até à escala da cidade.

Providenciar espaços ideais, projetados de raiz ou totalmente reabilitados, pode ser bastante complexo a nível financeiro, no entanto, é possível adaptar espaços já construídos com uma significativa redução onerosa de encargos. Intervenções de atualização de infraestruturas e qualidade construtiva, devem ser consideradas de modo que o habitar destes espaços seja mais confortável, seguro e que obedeça aos princípios normativos de acessibilidade e qualidade habitacional. Mesmo assim, em Portugal, a incapacidade de proceder a obras de intervenção e a consequente degradação habitacional, compromete o bem-estar e segurança habitacional, o que obriga muitos idosos a permanecer longos períodos em casa.

Será essencial também fomentar estratégias de preservação e reflexão relativas ao Património Cultural[5], construído[6] ou imaterial[7].

Estas convenções de salvaguarda pretendem assim, colmatar uma lacuna existente nos instrumentos multilaterais com carácter vinculativo destinados a salvaguardar o património cultural imaterial da humanidade no sentido em que este constitui um fator de aproximação, intercâmbio e entendimento entre as diferentes culturas, tornando-se um instrumento de combate à intolerância e às ameaças de degradação, desaparecimento e destruição do património cultural imaterial, fruto dos atuais processos de globalização e transformação social. Aborda conceitos como a diversidade cultural, o desenvolvimento sustentável, a criatividade humana e a interdependência entre o património cultural imaterial e o património material, cultural e natural. As várias partes

[5] É em 1976, com a implementação da nova Constituição portuguesa, a primeira democrática, que se inclui, também pela primeira vez, o papel do Património Cultural nos Direitos e Deveres Fundamentais. Desde logo no nº1 do artigo 78 – "*Todos têm direito à fruição e criação cultural*" e também "*bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural*". Com estes direitos e deveres pode-se garantir o acesso à cultura enquanto satisfação de uma necessidade humana vital e requisito da "*dignidade da pessoa humana*", no qual o artigo 1 da Constituição da Républica Portuguesa se baseia. Esta iniciativa justifica-se contra a constante e histórica premissa de que, somente os grupos sociais privilegiados fruíam dos bens culturais, enquanto se marginalizavam os restantes e amplos sectores da sociedade. Com esta articulação entre o direito à criação cultural e o dever de preservar o património cultural, consegue-se que a criação cultural postule sempre um substrato formado pelo património, sustentando-se na herança cultural recebida.

[6] Segundo Paulo Pereira, o Património Construído ou Imóvel, considera-se como as estruturas criadas e implantadas pelo homem, ou que ele produziu, transformando a natureza, dotadas de valor de testemunho histórico, artístico e técnico. Pode tratar-se de estruturas isoladas ou em conjunto. Podem deter uma finalidade imediata, relacionada com a vida material do homem. Como podem também deter uma finalidade mediata e essencialmente simbólica, relacionando-se com a vida espiritual das comunidades.

[7] *"Entende-se por património cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhe estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana.*
O património cultural imaterial [...] manifesta-se nomeadamente nos seguintes domínios:
a) tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial;
b) artes do espetáculo;
c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
d) conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo;
e) técnicas artesanais tradicionais."

UNESCO (2003) Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial, Artigo 2º: Definições.

intervenientes como o Estado, comunidade internacional, gerações mais jovens, comunidades, grupos e indivíduos, têm como papel a tomada de consciência, produção, salvaguarda, manutenção e recriação do património cultural imaterial.

Nas duas tradições culturais, popular e humanística, encontrar-se-ão sempre, associados e indissociáveis, o material e o espiritual, assumindo assim a dignidade do património cultural, não em natureza de grau inferior ou superior, mas sim por ser produto do homem, fruto da sua atividade mental em determinadas circunstâncias de tempo e lugar.

Atualmente tem de se pensar também, em formas alternativas de produção de energia e desenho de edifícios, onde o papel do arquiteto é cada vez mais importante e engloba a consciencialização nestas matérias.

"O desenho verde é sensível ao lugar. Um dos seus atrativos face à globalização, é o potencial que oferece para se fazer uma arquitetura especificamente localizada, respondendo a características particulares de um clima e de um local e utilizando, tanto quanto possível, materiais locais sustentáveis."

In Green Vitruvius, princípios e práticas de projeto para uma Arquitetura Sustentável, 2001

3. CASOS DE REFERÊNCIA

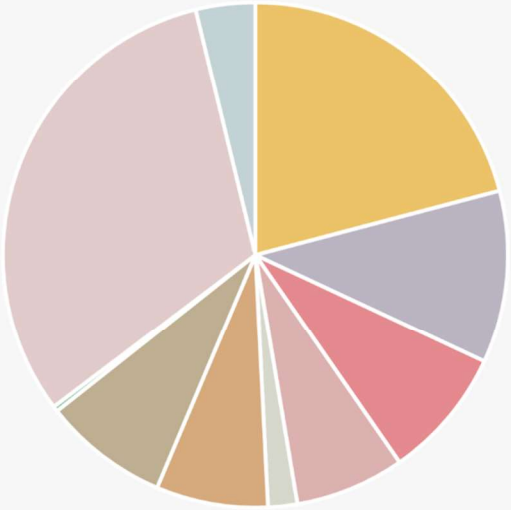
3.1 BIBLIOTECA DE ALCÂNTARA . MARGARIDA GRÁCIO NUNES E CML . LISBOA 2019

Trata-se de um projeto de reabilitação do antigo Palacete dos Condes Burnay, edificado no final do século XIX, convertido na Biblioteca Municipal de Alcântara.

O edifício, composto por 3 corpos, desenvolve-se em 3 pisos, e os corpos laterais em 2 pisos. O piso térreo contacta com o jardim a poente e é semienterrado na fachada principal. Existe um conjunto de anexos no muro sul a tardoz. Foi equipado com sala multiusos, loja, espaço para famílias, galeria de arte, cafetaria com terraço e esplanada, e jardim.

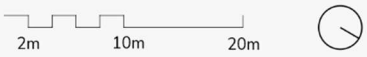
Este é um exemplo de reabilitação em que se respeitou o aspeto original do edifício, mantendo o desenho, e complementando com alguns detalhes construtivos mais atuais. Ao fazer o aproveitamento do edifício e terreno conseguiu-se um equipamento público multifuncional, dotado de várias valências, que serve a população da freguesia e município. Foi feita uma adaptação às normas vigentes regidas pela lei tais como, acessibilidades, eficiência energética ou risco de incêndios.

Atualmente é possível constatar uma dinâmica entre o edifício e a população que cresce gradualmente. Desde a sua intervenção, têm surgido várias iniciativas por parte de diferentes agentes, numa programação regular, o que promove dentro da população, hábitos culturais e, ao mesmo tempo, um sentido de pertença, sendo essencialmente dirigido à população local.



BIBLIOTECA DE ALCÂNTARA
MARGARIDA GRÁCIO NUNES E CML
LISBOA 2019

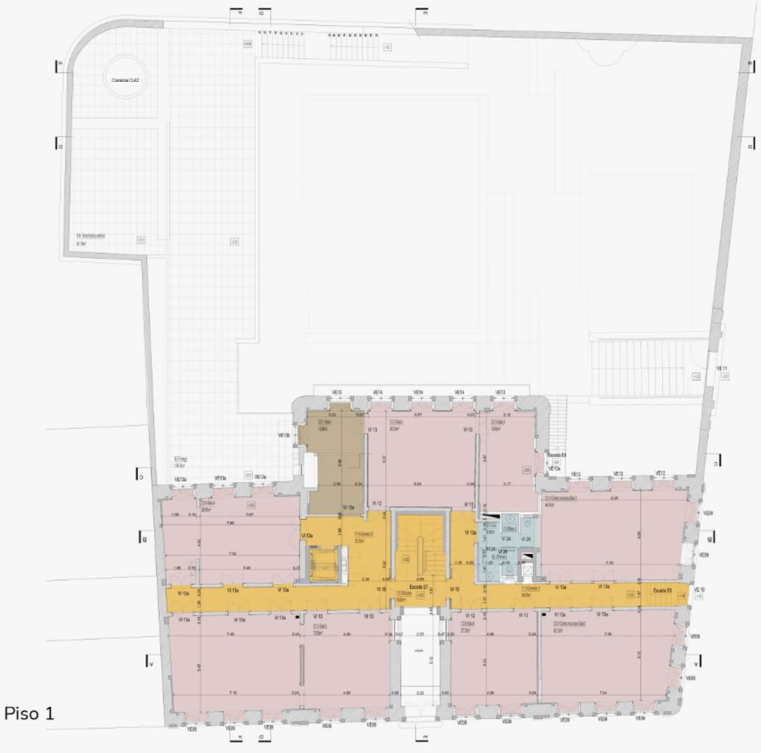
IMPLANTAÇÃO 1344m2
. **CIRCULAÇÃO** 271.65m2
. **ARRUMOS** 143.09m2
. **ESPAÇO POLIVALENTE** 109m2
. **ESPAÇO EXPOSITIVO** 91m2
. **COMÉRCIO** 24.3m2
. **ÁREA TÉCNICA** 4.35m2
. **ESPAÇO DE FORMAÇÃO** 93m2
. **ÁREA DO PESSOAL** 104.1m2
. **BIBLIOTECA** 408.75m2
. **IS** 49.46m2







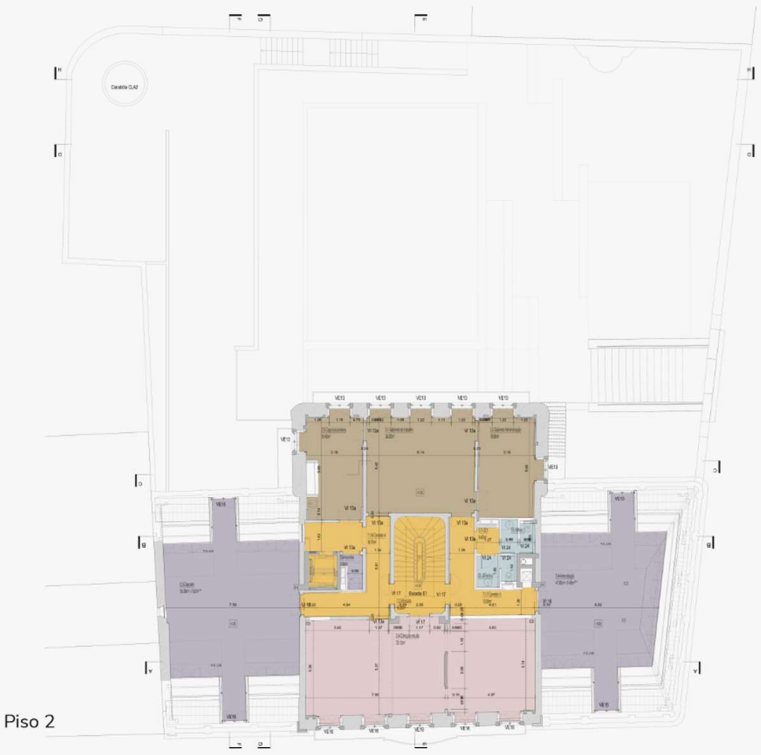
Piso 0



Piso 1

003. Biblioteca de Alcântara . Plantas dos pisos 0 e 1

004. Biblioteca de Alcântara . Plantas do piso 2. PA



Piso 2

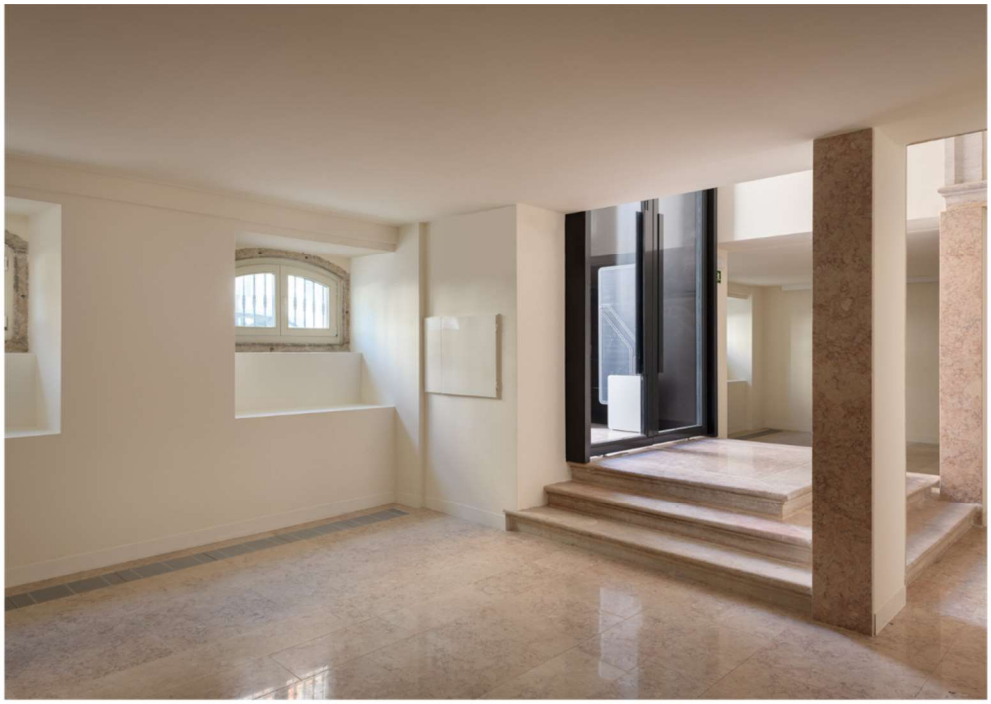
005. Biblioteca de Alcântara . Fachada Principal . Foto: João Peleteiro



006. Biblioteca de Alcântara . Pátio . Foto: João Peleteiro



007. Biblioteca de Alcântara . Átrio . Foto: João Peleteiro



008. Biblioteca de Alcântara . Entrada . Foto: João Peleteiro

009. Biblioteca de Alcântara . Entrada . Foto: João Peleteiro

Este é um projeto onde a pré-existência foi respeitada e celebrada. Verifica-se uma intenção clara de restauro e cuidado nos detalhes. A utilização da pedra local (lioz) de uma forma mais contemporânea, ajuda a fazer a ponte entre o novo e o antigo. Sendo esta biblioteca municipal, um equipamento que serve a população local e não só, ela é também servida de diversos espaços onde é possível instalar exposições temporárias, assistir a conferências, formações e workshops. Existe ainda um espaço infantil, com atividades de tempos livres e uma loja que vende exclusivamente edições sobre a cidade de Lisboa.

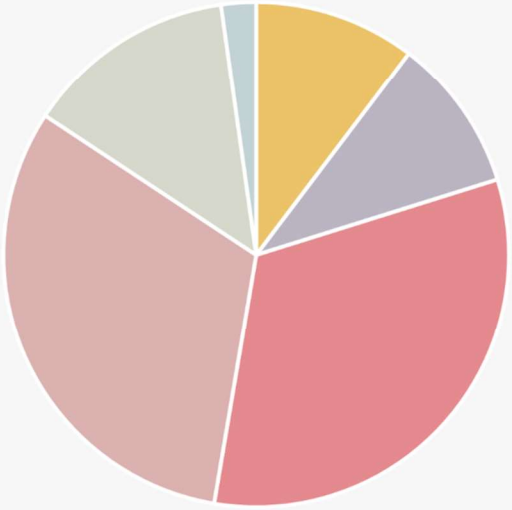
3.2 CARPINTARIAS DE SÃO LÁZARO . BORGES DE MACEDO LISBOA 2019

Uma antiga carpintaria industrial da década de 1930, consumida por um incêndio no início do século XXI, adquirida e reabilitada pela câmara municipal de Lisboa. Trata.se de um projeto a implementar em diferentes fases evolutivas. Com relativa intervenção na preexistência, implementou-se primeiramente as circulações, pavimentos, instalações sanitárias, infraestruturas técnicas, eletricidade e sistemas de segurança. Resultou assim um espaço flexível que permite albergar diferentes programas culturais, entre estes, exposições, concertos, peças de teatro ou residências artísticas.

O piso 1 é dotado de um pé direito de 7m, consegue acolher públicos de 80 a 800 pessoas, para diversos eventos culturais ou corporativos. Está equipado com um sistema de *rigging* que permite a suspensão de sistemas de iluminação e som, bem como a utilização de cortinas acústicas que podem formatar o espaço consoante o evento. No piso 0 encontra-se um espaço relativamente mais pequeno que dá lugar a concertos mais intimistas, residências artísticas, ensaios ou atividades educativas. O mezanino serve de galeria artística e dará lugar, futuramente, a um espaço de cozinha atelier para projetos de gastronomia criativa. No terraço encontra-se um espaço de lazer e restauração com esplanada e miradouro panorâmico, com programação própria, onde é também desenvolvido e promovido o trabalho com comunidades locais

O que caracteriza esta intervenção é o seu sentido de sustentabilidade economicista, concentrando-se somente no essencial, sendo o espaço para ser ocupado de forma efémera, não é no espaço que se vai concentrar a sua aplicação estética, mas sim nas intervenções artísticas representadas na sua programação cultural anual.

010. Carpintarias de São Lázaro . Análise das áreas. PA

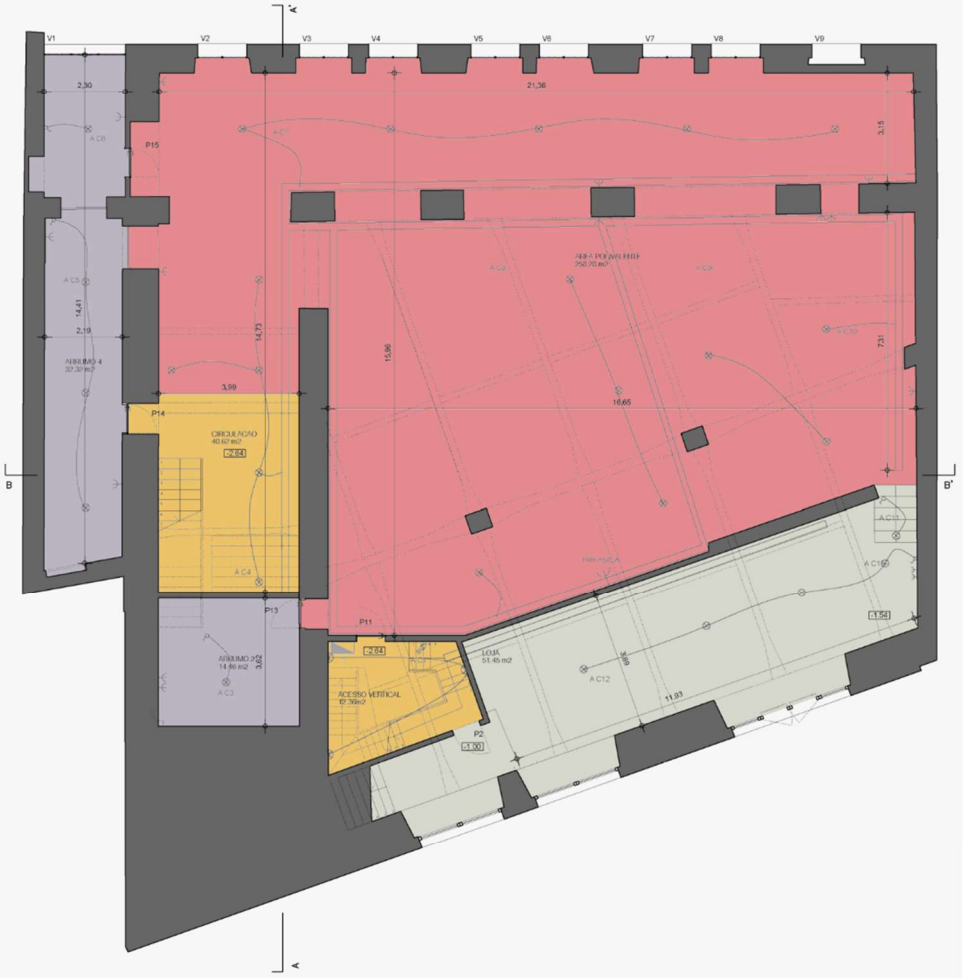


CARPINTARIAS DE SÃO LÁZARO
FILIPE BORGES DE MACEDO
LISBOA 2019

. **IMPLANTAÇÃO** 531m2
. **CIRCULAÇÃO** 110.48m2
. **ARRUMOS** 105.52m2
. **ESPAÇO POLIVALENTE** 347.41m2
. **ESPAÇO EXPOSITIVO** 337.96m2
. **COMÉRCIO** 141.45m2
. **IS** 23.91m2







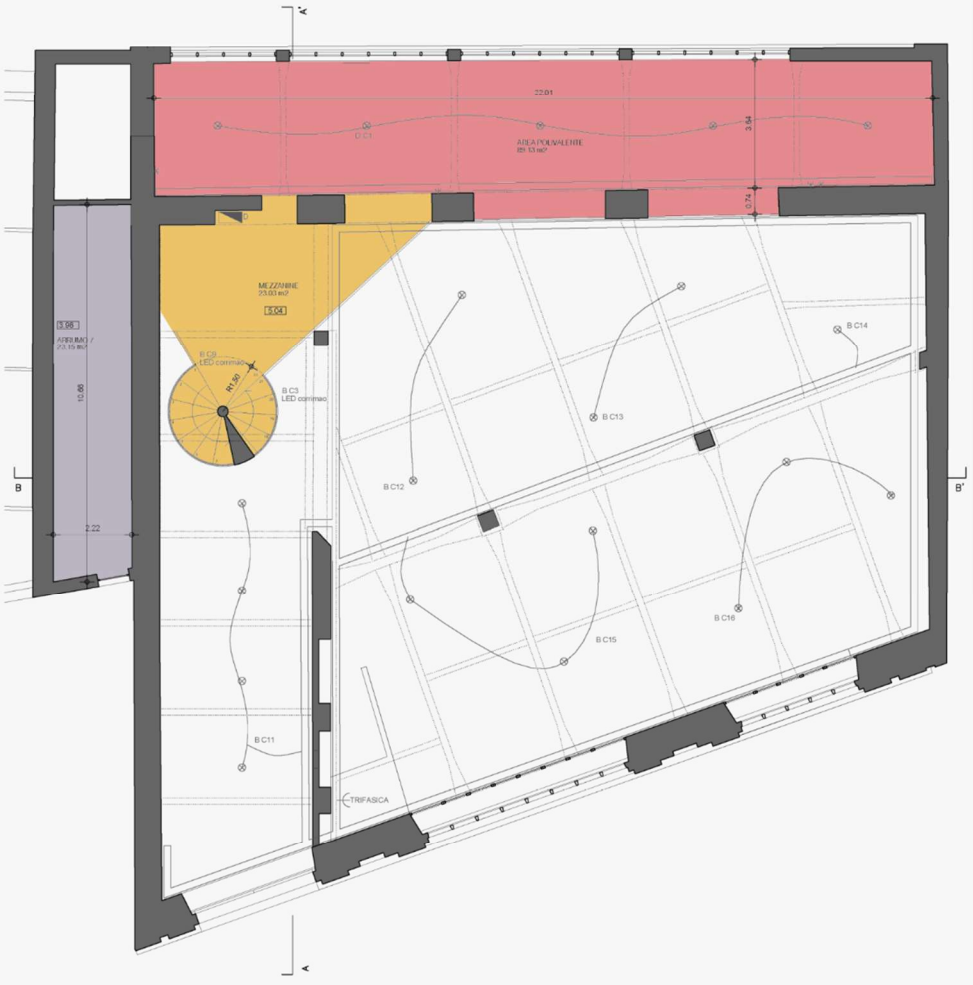
Piso -1

011. Carpintarias de São Lázaro . Planta piso -1. PA

012. Carpintarias de São Lázaro . Planta piso 0. PA



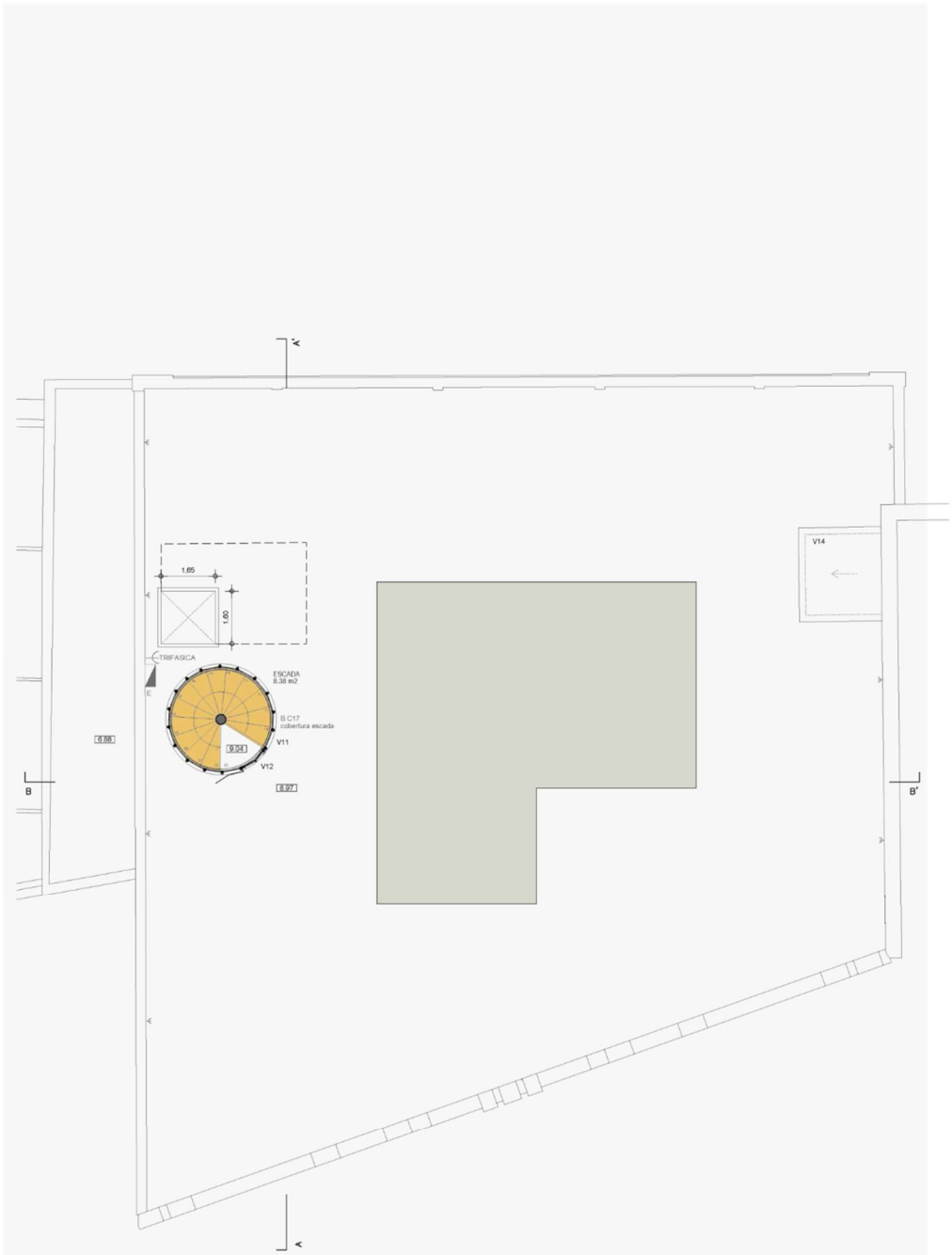
Piso 0



Piso 1

013. Carpintarias de São Lázaro . Planta piso 1. PA

014. Carpintarias de São Lázaro . Planta da cobertura. PA





015. Carpintarias de São Lázaro . Entrada . Foto: Nuno Almendra



016. Carpintarias de São Lázaro . Instalações Sanitárias . Foto: Nuno Almendra

017. Carpintarias de São Lázaro . Circulações . Foto: Nuno Almendra

018. Carpintarias de São Lázaro . Cobertura . Foto: Nuno Almendra

A estrutura à vista, com uma intervenção mínima, uma solução de escadaria em espiral que garante o acesso a todos os pisos, infraestruturas e instalações sanitárias atualizadas. O espaço veste-se pelas intervenções artísticas, ou atividades implementadas, fornecido também, de uma teia eficaz de iluminação e projeção permite que assim, seja mutável consoante a temporada programática.

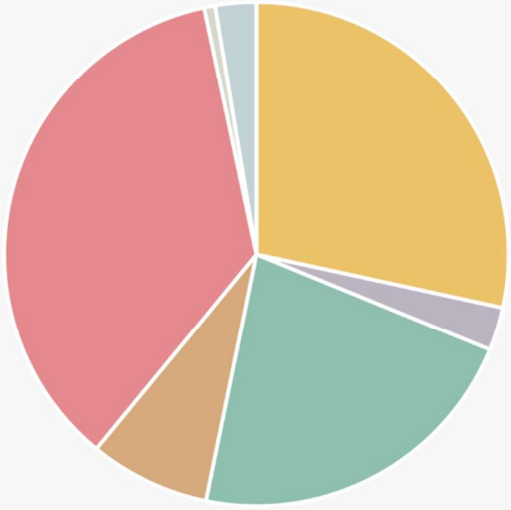
3.3 CAPITÓLIO . ALBERTO SOUZA OLIVEIRA . LISBOA 2016

A requalificação e ampliação do edifício do Capitólio no Parque Mayer em Lisboa, foi realizada de modo a adaptar diferentes tipos de espetáculos e quantidades de público, para isso foi também agregado um novo corpo de forma a prever uma caixa de palco mais atualizada. Inicialmente projetado em 1929 pelo Arquiteto Luís Cristino da Silva, foi um dos primeiros edifícios de betão armado construídos em Portugal.

Toda a sua fachada e elementos decorativos, foi preservada de modo a manter a memória do edifício, preservando também a sua estrutura em betão, e reforçando-a pontualmente, onde existiu necessidade. Todo o edifício foi atualizado, tanto ao nível das exigências técnicas que os espetáculos obrigam hoje em dia, como ao nível de acessibilidades, através de plataformas elevatórias, elevadores ou rampas, às instalações sanitárias entre outros espaços.

Resulta assim um edifício da década de 30 do século XX em que as suas características da época e funções foram preservadas, atualizando-se aos dias correntes, respondendo às tecnologias vigentes para as artes do teatro, música e cinema, bem como às necessidades e normas de mobilidade exigidas legalmente.

019. Capitólio . Análise das áreas. PA



CAPITÓLIO

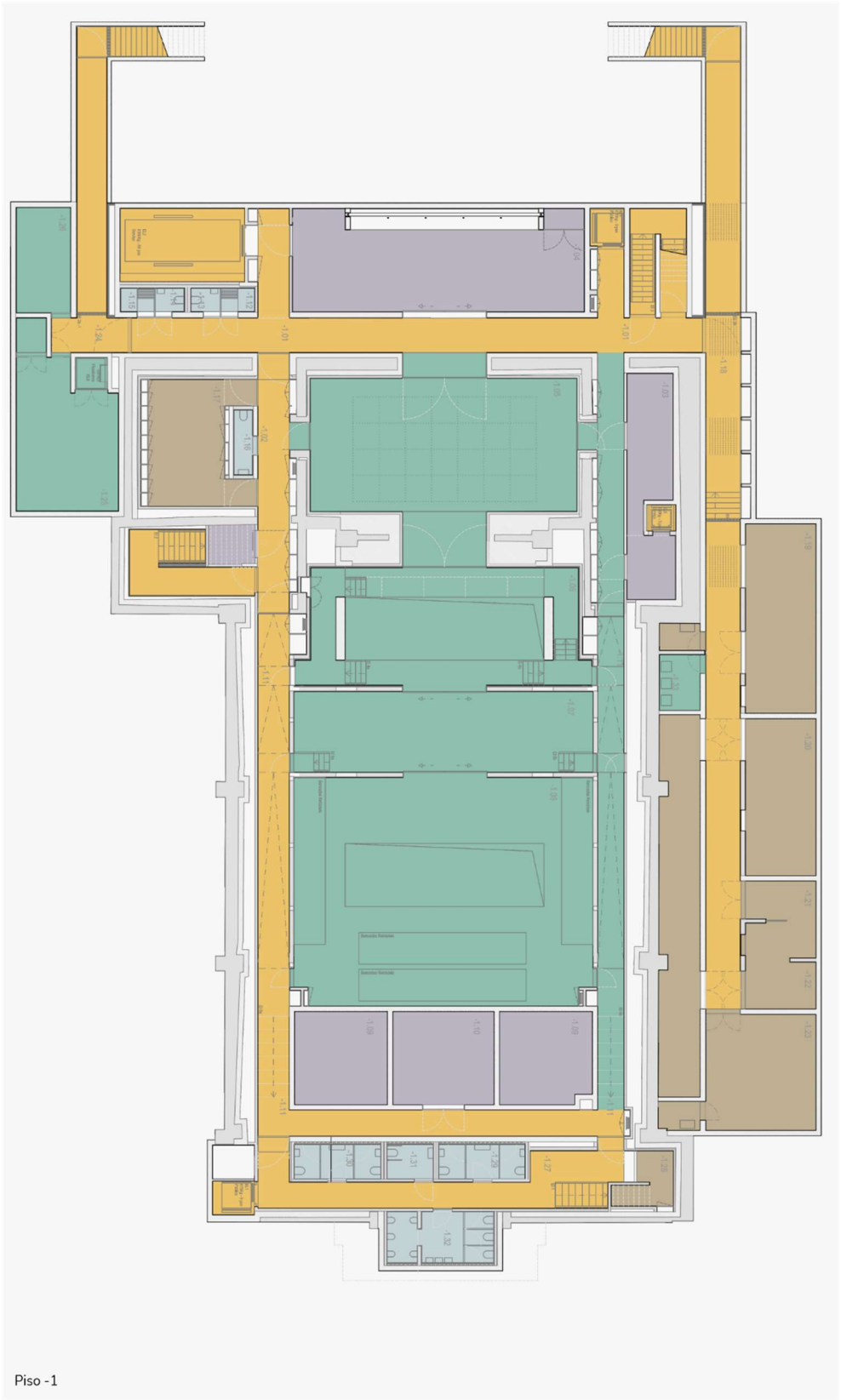
ALBERTO SOUZA OLIVEIRA

LISBOA 2016

. **IMPLANTAÇÃO** 1200m2
. **CIRCULAÇÃO** 975.2m2
. **ARRUMOS** 95.39m2
. **ESPAÇO POLIVALENTE** 1227m2
. **COMÉRCIO** 24m2
. **ÁREA TÉCNICA** 756.76m2
. **ÁREA DO PESSOAL** 265.55m2
. **IS** 90.19m2



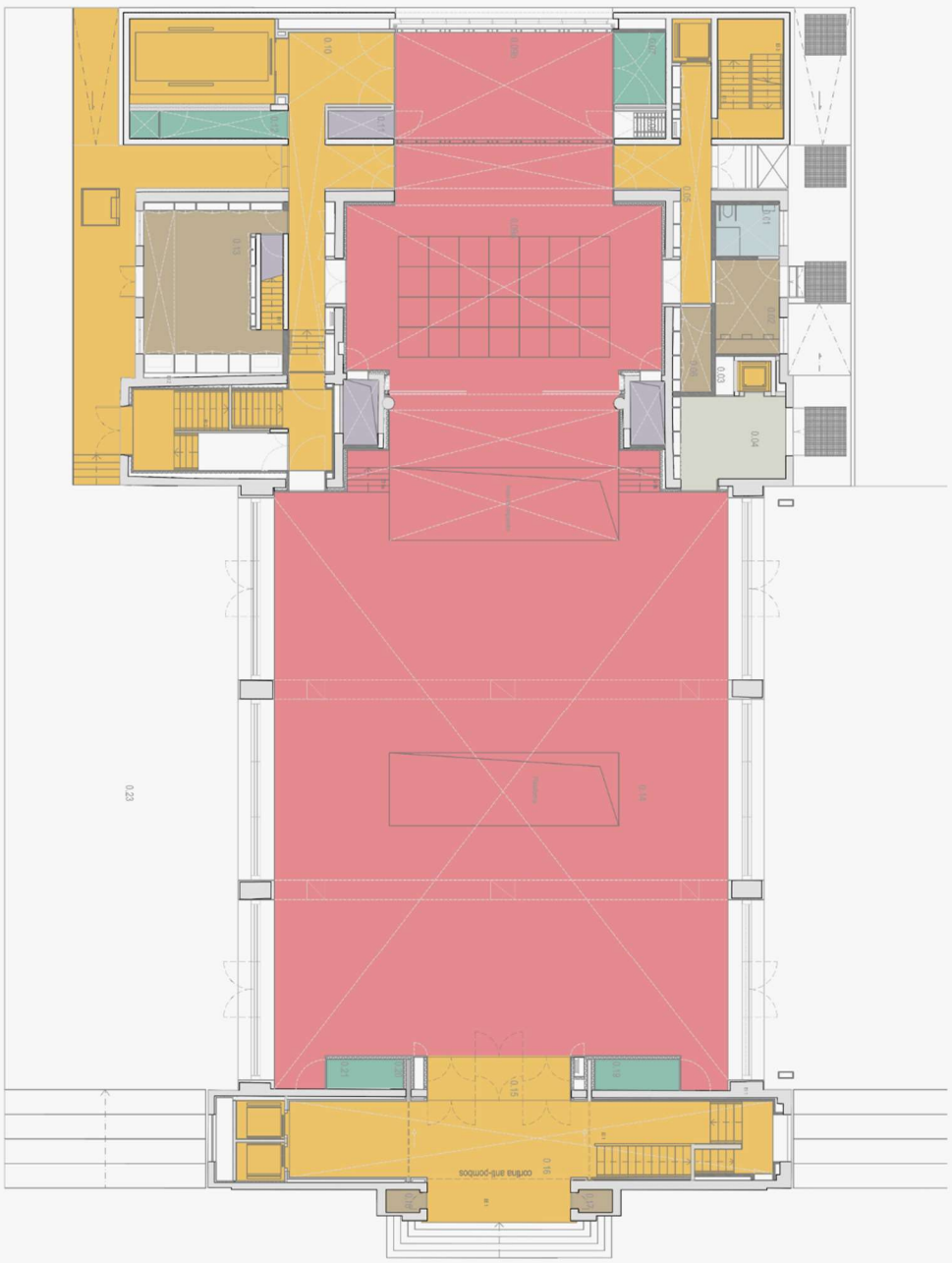




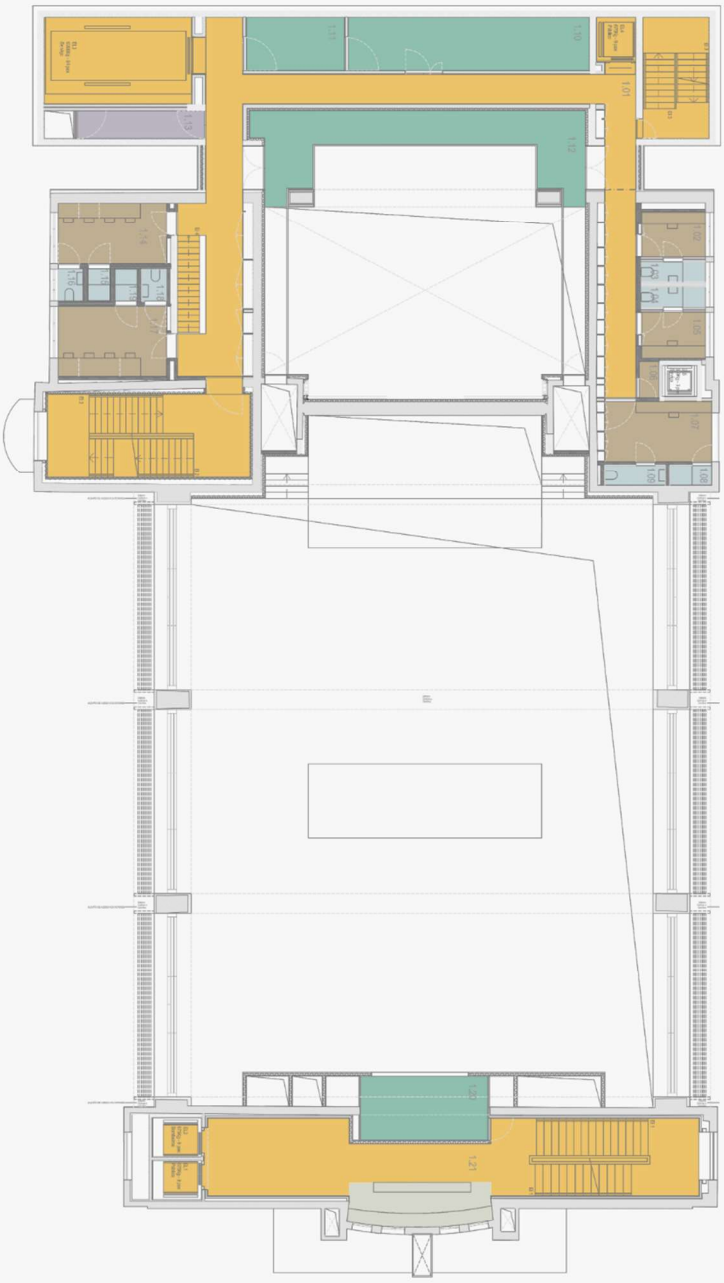
Piso -1

020. Capitólio . Planta do piso -1. PA

021. Capitólio . Planta do piso 0. PA



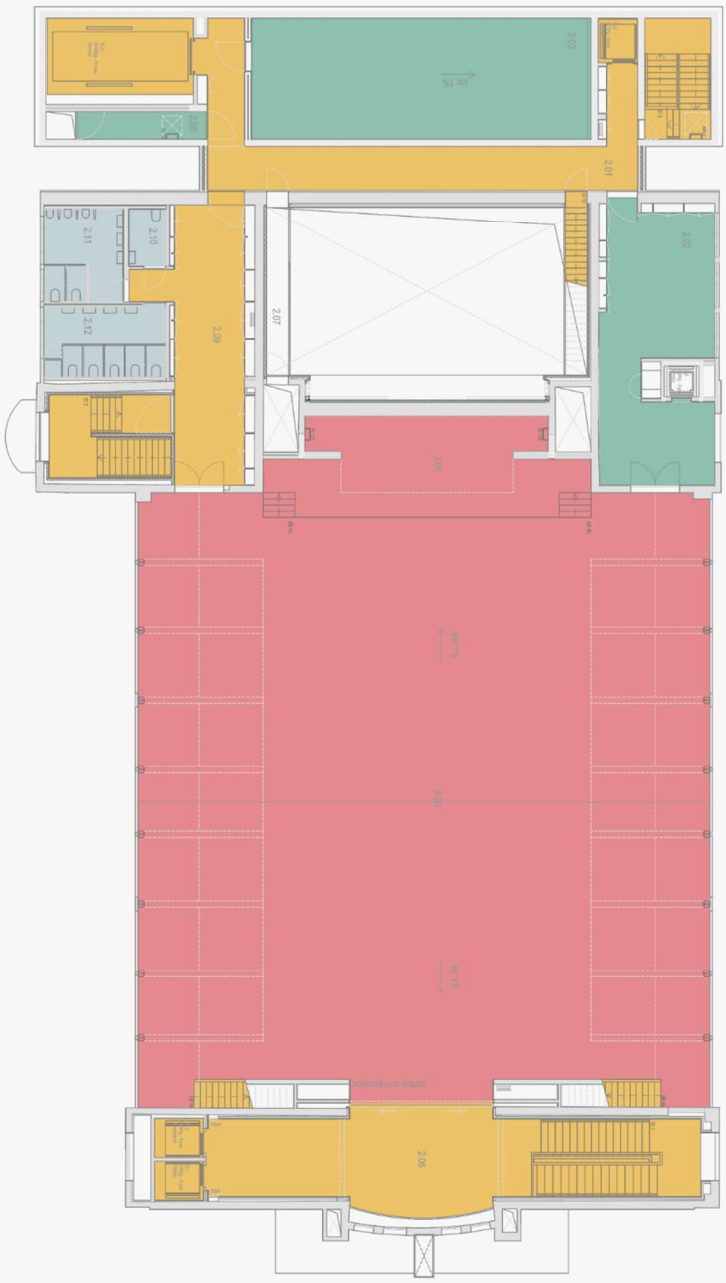
Piso 0



Piso 1

022. Capitólio . Planta do piso 1. PA

023. Capitólio . Planta do piso 2. PA



Piso 2



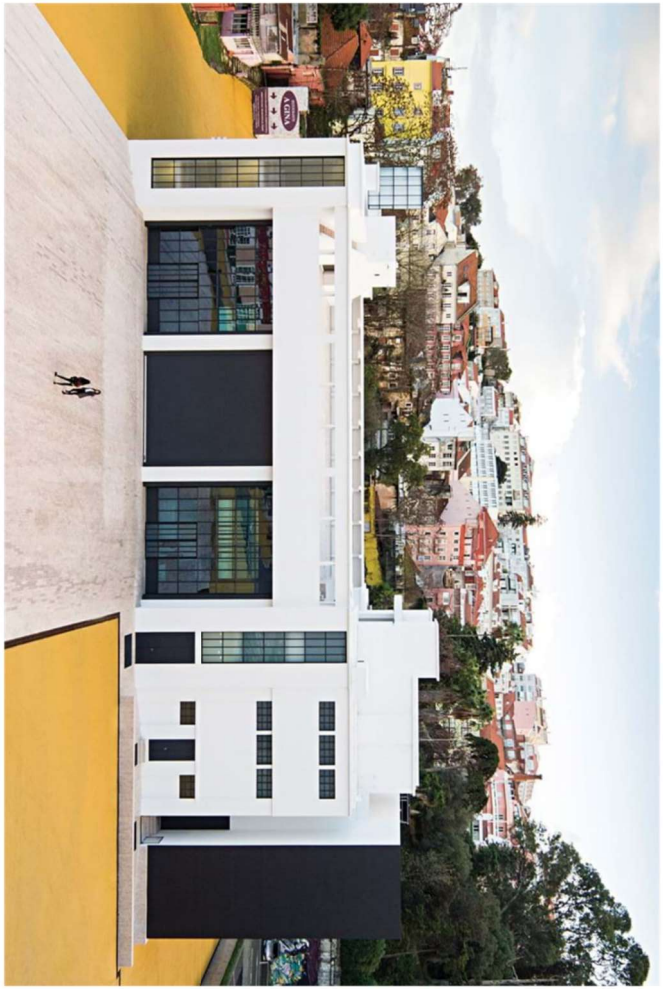
024. Capitólio . Sala de espectáculos . Foto: autor desconhecido



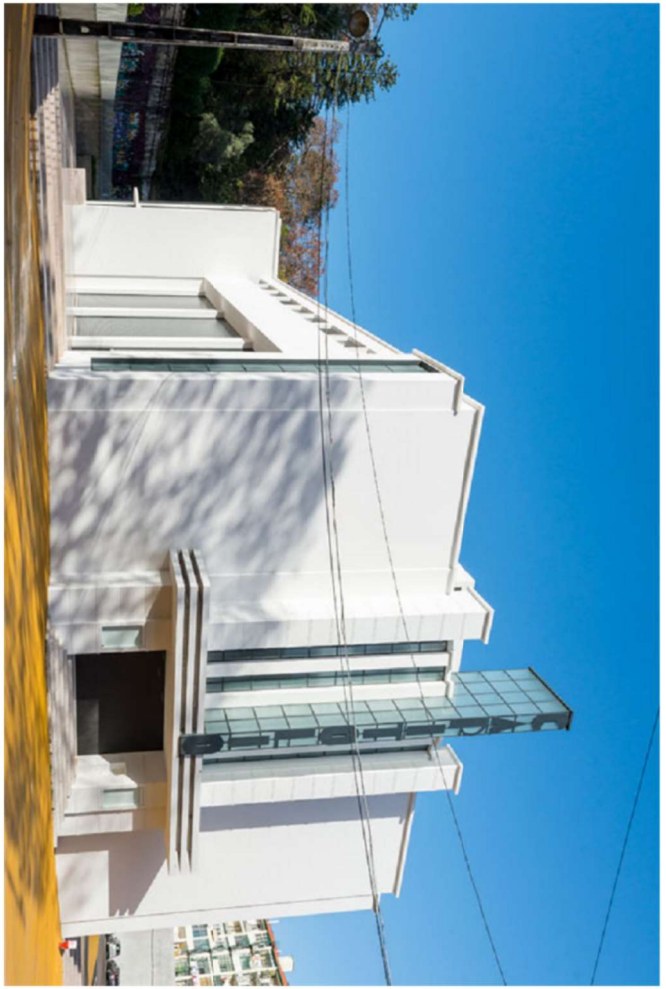
025. Capitólio . Sala de espectáculos . Foto: autor



026. Capitólio . Sala de espectáculos . Foto: agenda cultural de Lisboa



028. Capitólio . Sala de espectáculos . Foto: autor desconhecido



027. Capitólio . Sala de espectáculos . Foto: DR

Este é um exemplo de um edifício da década de 40 que sofreu nos dias de hoje, obras de adaptação e atualização, essencialmente tecnológica. Foi também adaptado às diferentes normas em vigor no que diz respeito a acessibilidades ou eficiência energética. O resultado é um equipamento que serve múltiplas vertentes artísticas como artes performativas, dança, moda, música ao vivo, instalações artísticas ou até mesmo conferências.

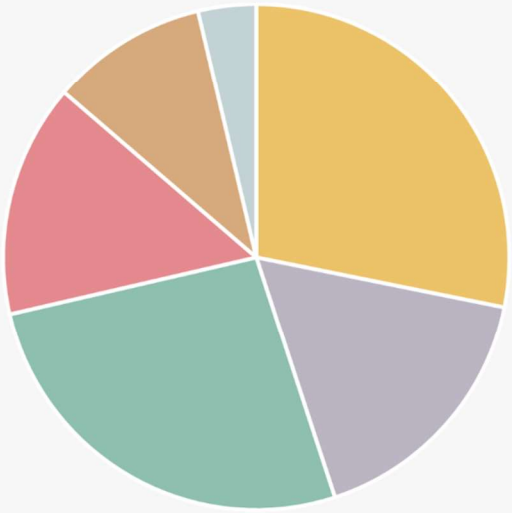
3.4 OFICINA DAS ARTES . JUNTA DE FREGUESIA DA AJUDA LISBOA 2021

A reabilitação do antigo balneário da Ajuda resultou num equipamento multidisciplinar, onde acontecem semanalmente diversas atividades culturais, centradas exclusivamente na comunidade da freguesia. Sessões de cinema, aulas de instrumento ou canto, fado, yoga, aplicações informáticas, discussões públicas, entre outros.

O projeto, sendo muito simples, adaptou-se bem às necessidades atuais, sendo a sustentabilidade contemplada com a utilização de materiais reciclados, bem como a eficiência energética do edifício com isolamentos térmico-acústicos e uma utilização mais pragmática da luz natural, introdução de espécies vegetais e arranjos exteriores, a mobilidade reduzida também foi pensada.

Sendo um edifício com valor histórico na freguesia, toda a sua fachada foi preservada, intervindo morfologicamente somente no interior.

029. Oficina das Artes. Análise das áreas. PA



OFICINA DAS ARTES

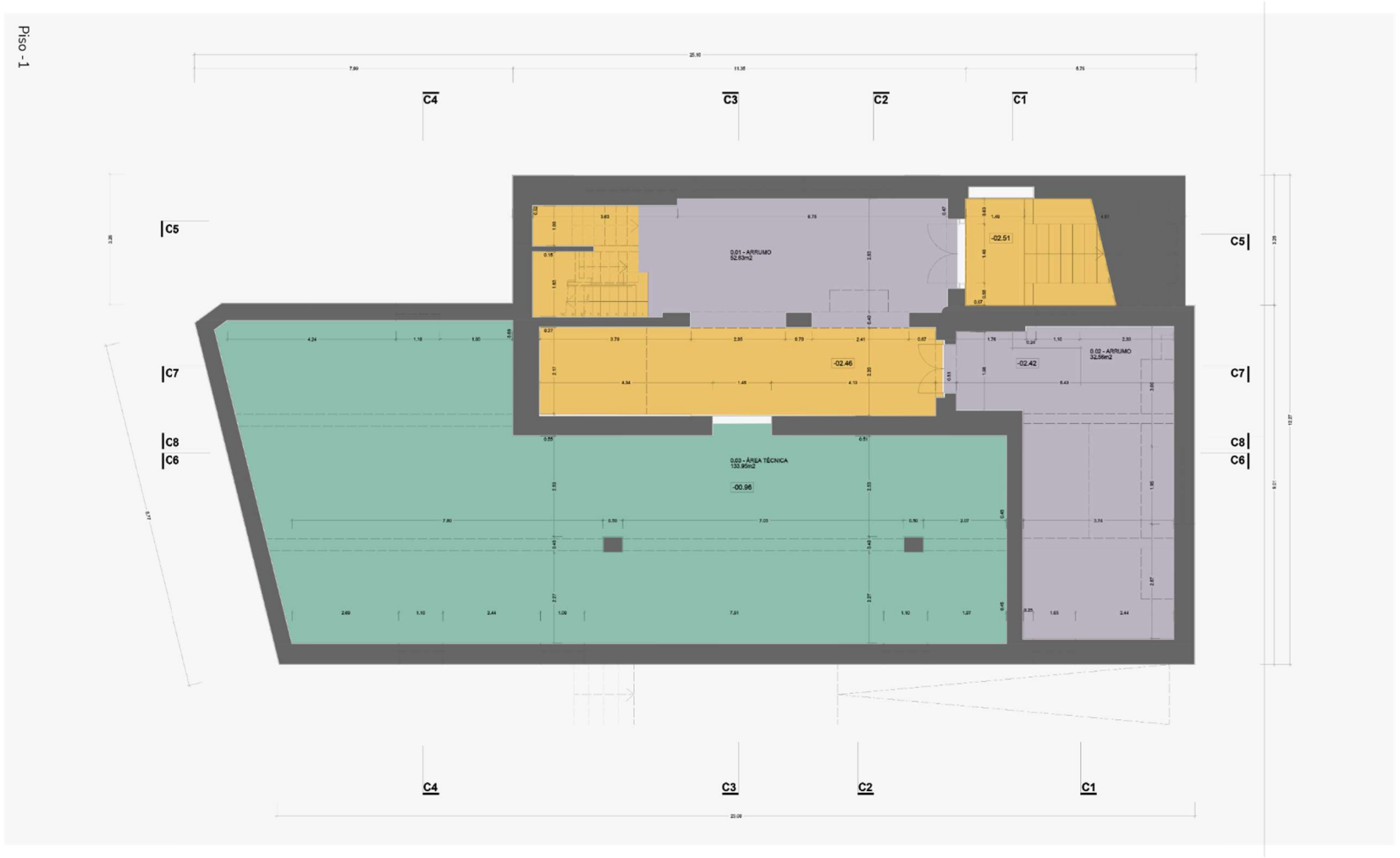
CML E JUNTA DE FREGUESIA DA AJUDA

LISBOA 2021

. **IMPLANTAÇÃO** 288m2
. **CIRCULAÇÃO** 142.73m2
. **ARRUMOS** 85.19m2
. **ESPAÇO POLIVALENTE** 75.39m2
. **ESPAÇO FORMAÇÃO** 50.86m2
. **ÁREA TÉCNICA** 133.95m2
. **IS** 18.781m2

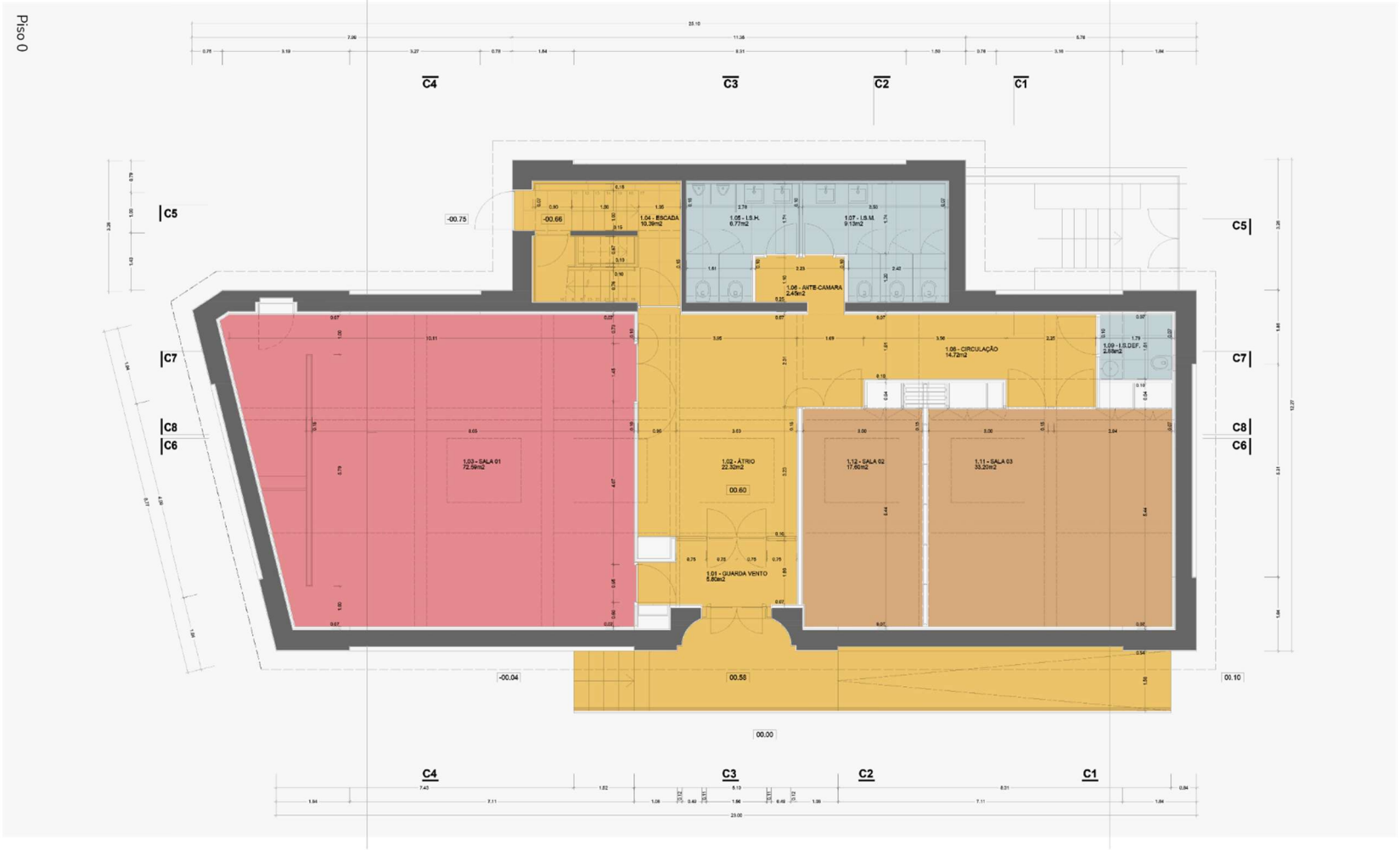


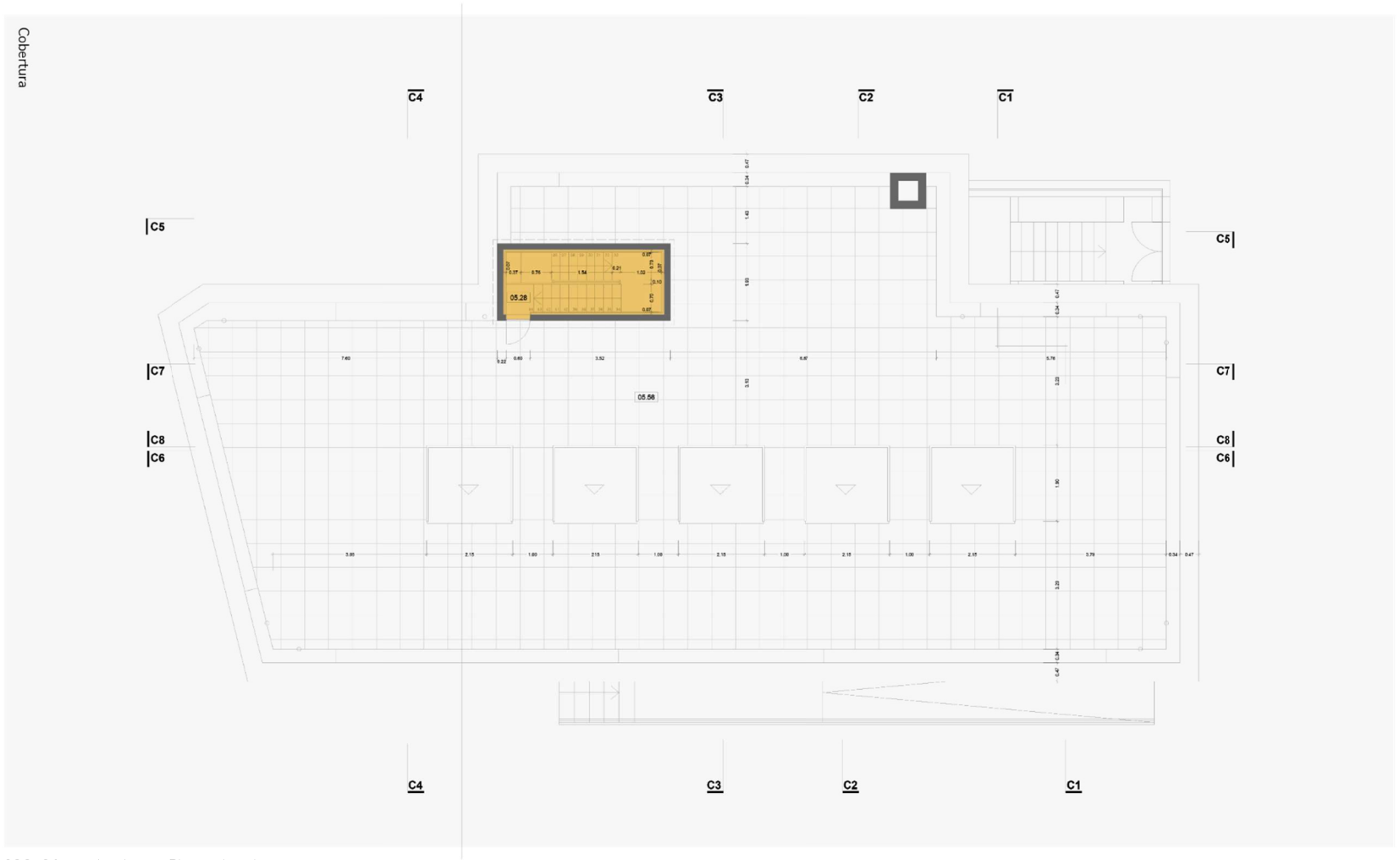




030. Oficina das Artes . Planta do piso -1. PA

031. Oficina das Artes . Planta do piso 0. PA





032. Oficina das Artes . Planta da cobertura

034. Oficina das Artes . Discussão pública . Foto: rede social da Junta de Freguesia da Ajuda



033. Oficina das Artes . Aula de Fado . Foto: rede social da Junta de Freguesia da Ajuda





036. Oficina das Artes . Sessão de cinema . Foto: rede social da Junta de Freguesia da Ajuda

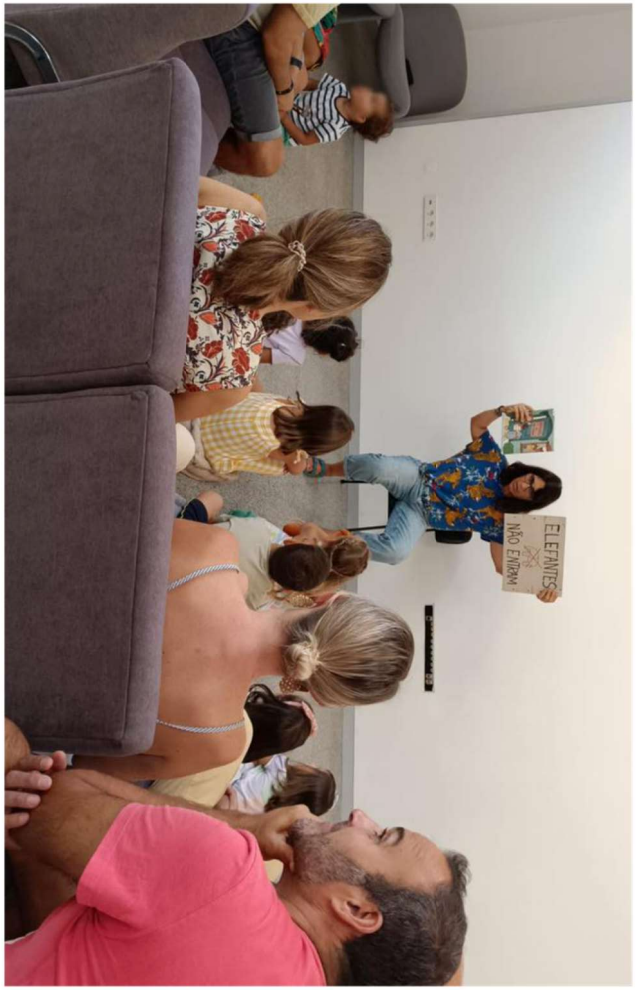


035. Oficina das Artes . Aula de cante . Foto: rede social da Junta de Freguesia da Ajuda

038. Oficina das Artes . Aula de yoga. Foto: rede social da Junta de Freguesia da Aiuda



037. Oficina das Artes . Contos para crianças . Foto: rede social da Junta de Freguesia da Ajuda



039. Oficina das Artes . Entrada. PA

A reabilitação do antigo Balneário da Ajuda permitiu que surgisse na freguesia, um equipamento que tem dado resposta a diversificadas atividades culturais e sociais implementadas pela Junta de Freguesia. As paredes interiores compõem o mobiliário fixo, num sistema de compartimentos e arrumos. O restante mobiliário é disposto consoante a atividade proposta. O espaço foi atualizado em termos de eficiência energética.

3.5 SÍNTESE CONCLUSIVA

		Biblioteca de Alcântara	Carpintarias de São Lázaro	Capitólio	Oficina das Artes
Projeto	A fachada é permeável?			●	
	Tem espaço exterior?	●	●	●	
	Tem separação entre espaço público e privado?	●		●	●
	Tem espaço expositivo?	●	●		
	Tem espaço polivalente?	●	●	●	●
	Tem comércio?	●	●		
	É reversível?	●	●		●
	Tem espaço de restauração/cafetaria?		●	●	
Funcionamento	Está aberto diariamente?	●	●		●
	É direcionado para a comunidade local?	●			●
	Pode ser considerado multigeracional?	●			●
	Existe área contemplada para tratamento de resíduos?				
Reabilitação	É um Projeto de Reabilitação?	●	●	●	●
	Foram utilizadas técnicas pouco intrusivas?	●	●		●
	O valor do edifício foi preservado?	●	●	●	●
Acessibilidade Mobilidade	A mobilidade reduzida foi contemplada?	●		●	●
	Existe proximidade a transportes públicos?	●	●	●	●
Sustentabilidade	Existem estratégias de eficiência energética?			●	●
	Houve utilização de materiais reciclados?				●
	Existem estratégias para um consumo eficiente de água?				
	Existe aproveitamento da luz natural?	●	●	●	●
	A reutilização de materiais foi contemplada?	●	●		

T 001. Tabela comparativa dos casos de referência

Da análise destes 4 exemplos, retirou-se muita informação que influenciou determinadas decisões no projeto. Foi fundamental respeitar o valor histórico do edifício, celebrando-o ao mesmo tempo com a conservação e restauro de alguns elementos determinantes para o seu significado.

Um programa que responde às necessidades da população local, com um papel multidisciplinar, de modo a promover simultaneamente, um sentido de pertença à comunidade. Que se adapta às exigências atuais como acessibilidade, mobilidade, sustentabilidade ambiental e financeira, e tecnologia. Em que o amanhã é contemplado com políticas de gestão pragmáticas, quando a autonomia é possível, tanto como a reversibilidade do espaço arquitetónico.

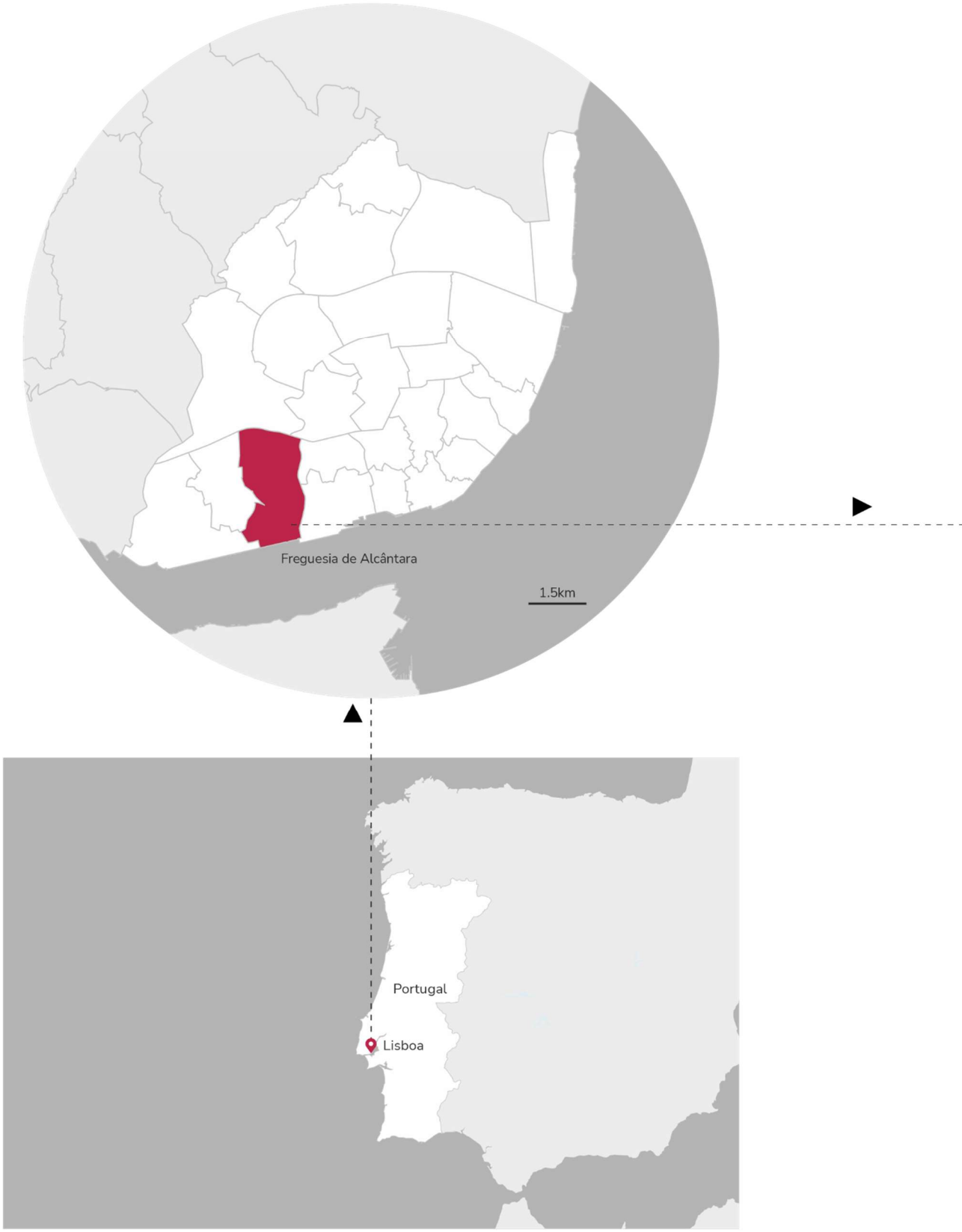
4. O BAIRRO DO ALVITO

4.1 LOCALIZAÇÃO

Localizado em Lisboa, inserido na Freguesia de Alcântara, o Bairro do Alvito encontra-se na encosta sul da Serra de Monsanto, envolvido na parte norte pelo parque florestal, com uma exposição solar privilegiada, protegido dos ventos norte. Delimitado pela estrada do Alvito e pela estrada da Estrangeira de Cima e Clube de Ténis, em terreno de forma triangular, desenvolve-se num planalto debruçado sobre o rio Tejo. Na envolvente sudoeste encontra-se a antiga pedreira do Alvito, a Piscina Municipal do Alvito, o complexo desportivo do Atlético Clube de Portugal e a Tapada da Ajuda. A norte, o Clube de Ténis de Monsanto e o Parque Infantil do Alvito. Na encosta a nascente, um complexo de vias que serve os acessos à Ponte 25 de Abril, bem como a Avenida de Ceuta ou a autoestrada para Cascais. A sul, todo o bairro de Alcântara com os seus edifícios de habitação, serviços e comércio, transportes e a frente ribeirinha.



040. Vista aérea sobre o Bairro do Alvito . Foto: Vadim Soffenko 2023



041. Esquema de localização do Bairro do Alvito . PA



042. Identificação dos locais de interesse. PA

4.2 O BAIRRO ECONÓMICO DO ESTADO NOVO

Pela necessidade de poder regular algum descontrolo e crescimento urbanístico[8] que se sentia na altura nas grandes cidades, bem como alguns sinais resultantes como a proliferação de doenças, descontentamentos[9] ou conflitos entre os habitantes, o Estado Novo, promoveu, no início da década de 30, o Programa das Casas Económicas, em que assumiu ele, o papel de urbanizador e promotor habitacional, tornando até este tema como instrumento político e ideológico, tanto pelas preocupação sociais como um fator de estabilidade.

O Programa inspirava-se numa certa ruralidade instituída pelo regime, que se aproximava à ideia da "Casa Portuguesa"[10], independente, com jardim e quintal, criando bairros de pequena ou média dimensão, localizados em zonas periféricas ou pouco urbanizadas das principais cidades, tentando mimetizar as cidades-jardim inglesas (Agarez, 2018). O regime promovia assim a defesa da família, impulsionando a *constituição de lares independentes em condições de salubridade* (artigo13º, nº1, da Constituição de 1933).

Esta seria a primeira iniciativa consistente de construção de habitação pelo Estado Português, um esforço conjunto que mobilizou um amplo conjunto de agentes, individuais e coletivos. Desde a aquisição dos terrenos à distribuição das habitações, o Estado delineou uma estratégia em que responsáveis e funcionários do poder local, arquitetos, engenheiros, juristas, fiscais, assistentes sociais, ministérios, câmaras municipais, sindicatos, organizações corporativas e empresas de construção se articularam conjuntamente para a concretização eficaz deste plano.

---

8 "Desde finais do século XIX, várias acções planeadas foram mais ou menos eficazes na resolução do problema de garantir alojamento para as pessoas que viviam com muitas dificuldades económicas, sobretudo para os habitantes das ilhas. A criação de habitação para pessoas de rendimentos reduzidos coloca-se como problema urbano desde que, com a revolução industrial, houve um aumento muito significativo de moradores nas cidades. Estes, oriundos do meio rural, chegavam para trabalhar na indústria."
In Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia FLUP 2009, Vasco Cardoso

9 "A exigência da casa era um tema recorrente das lutas sindicais das primeiras metades do século"
IN CONTEXTO PROGRAMA PROJETO, Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação, por Sérgio Dias Silva

10 "O Estado Novo, vai precisamente introduzir um conteúdo ideológico evocativo dos valores culturais nacionais, neste "modelo" da «Casa Portuguesa», para o qual é fundamental a contribuição de Raul Lino, como um dos principais teóricos do regime em termos de habitação, na tradução, interpretação e "teorização" do conceito"
In Ideologia e habitação: Os modelos de habitação do Estado Novo, por Luís Miguel Saraiva, Universidade Lusíada, 1999

Dos primeiros casos construídos, podem-se destacar os bairros em Lisboa, do Alto da Serafina, Alto da Ajuda, Caselas ou o bairro do Ilhéu no Porto, em que as vias se adaptam à topografia do local e as habitações são orientadas a sul, refletindo ideais de modernidade inspirados por Camillo Sitte[11] ou os princípios da cidade-jardim da tradição das *Siedlungen*[12]. Estas tipologias, apesar do aspeto inspirado nas construções tradicionais, apresentavam já abordagens modernas, como a eliminação de circulações, a estandardização dos elementos construtivos ou a polivalência espacial.

Numa primeira fase de implementação seria mais comum utilizar modelos habitacionais individuais, as típicas moradias com o quintal agregado, numa segunda fase, marcada pelo período pós-guerra, o bloco de habitação coletiva implementa-se em grande escala, essencialmente por razões de ordem pragmática, dando uma resposta mais eficaz às crescentes pressões demográficas resultantes também da migração rural para as cidades.



043. Bairro do Alto da Ajuda, Judah Benoliel, (195-), AMLFernandes,

---

11 Foi um Arquiteto e Historiador de Arte Austríaco, autor do estudo urbanístico *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen,* onde através de uma análise de diferentes cidades propõe uma interpretação de recuo à era medieval, onde a paisagem urbana é celebrada segundo o seu desenvolvimento orgânico, caracterizado por uma riqueza visual mais forte, pontes, passagens, assimetrias e elementos inesperados, ao invés das correntes racionalistas impostas na época.

12 No início da segunda guerra mundial, a Alemanha sofria uma grande crise económica, o que permitiu muitas experiências no campo urbanístico e habitacional, surgindo construção em grande quantidade de habitações sociais. Exemplo disso é o caso de um conjunto de bairros designados *Siedlung*, em Frankfurt, onde os ideais modernistas como o controlo urbano ou a industrialização da construção permitiram uma grande sintonia entre arquitetura, gestão e políticas urbanas municipais.



044. Bairro de casas económicas de Caselas, Salvador de Almeida Fernandes, (195-) AML

É no final da década de 30, com as celebrações dos centenários de 1940, que a cidade de Lisboa se enche de obras de renovação, o que implica uma deslocalização forçada de determinadas populações, originando outro programa semelhante, que tentava dar soluções temporárias de alojamento, o Programa de Casas Desmontáveis. Esta ação foi ainda alargada ao Porto e a Coimbra, com pequenas intervenções, nem sempre de montagem simples.

Numa terceira fase de implementação, a partir dos finais da década de 50, o Programa das Casas Económicas caracteriza-se pela introdução de planos de grandes dimensões, são exemplo disso o bairro de Agualva-Cacém ou o de Olivais Sul, em que se acrescentam áreas comerciais e equipamentos coletivos, reforçando os conceitos de unidade e vizinhança que até aqui tinham sido ignorados. Introduzem-se mais tipologias, de renda elevada, localizadas em torres altas. O tipo de construção seria de modo mais rápido recorrendo também a sistemas de pré-fabricação.

"Talvez a verdadeira morte das CE tenha realmente acontecido em 1976, quando foi estabelecida, pelo decreto-lei 461/76, de 9 de junho, a entrega, sem concurso, de uma casa económica a quem previamente tivesse sido expulso de uma por motivos políticos. Ou talvez tenha ocorrido logo em 29 de maio de 1974, quando a portaria 343/74 estabeleceu o Regulamento de Atribuição de Habitações Sociais, aplicável a todas as habitações construídas/promovidas/coordenadas pelo Fundo de Fomento da Habitação, conjunto que desde 1972 incluía também as Casas Económicas."

IN CONTEXTO PROGRAMA PROJETO, Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação, por Sérgio Dias Silva

Com a revolução do 25 de Abril de 1974, o programa continuava em vigor, e com um nível de atividade bastante superior às fases anteriores, mas quando a estrutura política que sustentava o regime desabou, pode ter sido o princípio do fim.

4.3 HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A antiga freguesia de Alcântara é um lugar repleto de história e carácter que suportou mudanças sem nunca perder a sua identidade. Deve o seu nome à ponte (em árabe *al-qantara*) que ali passava sobre uma ribeira e que se foi desenvolvendo, sobretudo a partir do Terramoto, com a industrialização posterior, chegou aos nossos dias com uma memória bastante rica de acontecimentos e pessoas que importa manter viva.

Desde os finais do século XIX que têm sido detetados vestígios arqueológicos no que foi a margem ocidental da Ribeira de Alcântara, sobretudo na Serra de Monsanto[13] e Tapada da Ajuda, o que prova bem a existência humana desde os tempos recuados do Paleolítico, Neolítico e Calcolítico. As linhas de altura revestidas por densas florestas tão procuradas para segurança, a proximidade de rios abundantes em água e peixes, bem como pedreiras de sílex, furnas e grutas, foram condições que ajudaram bastante o desenvolvimento destas comunidades. Um povoado da Idade do Bronze datado pelos investigadores de cerca de 1300 AC, foi descoberto na Tapada da Ajuda, em 1980, revelando uma população com economia assente na agricultura e pastorícia. No século XII (ac). também os fenícios aqui subsistiram visto ser uma zona provida de ótimos acessos terrestres e marítimos.

Do período romano encontraram-se alguns sinais evidentes como a construção da ponte (mais sólida e evidente, de cantaria adquirida na zona, ao

---

13 *Segundo o Professor Leite de Vasconcelos, em trabalho publicado em 1897, e mais tarde em 1905, no livro "Religiões da Lusitânia", admite que Monsanto é o monte citado por Varrão em "De Re Rustica", localizado ao pé de Olisipo "...havia junto do mar lusitano, para o Ocidente, um monte que os povos tinham por sagrado – Mons Sacer". O mesmo autor, salienta que o primitivo caráter religioso ainda aparece no seu nome, decomponível em Monte Santo.*
Outra corrente de opinião considera que a atual designação provém do facto de, mais recentemente, se ter instalado nas faldas da serra, um conde originário da aldeia de Monsanto, cuja família teve grande influência na cidade de Lisboa, principalmente a partir do reinado de D. João I. Os defensores desta corrente apoiam-se no facto de nos documentos anteriores a D. Dinis, não existirem referências à Serra de Monsanto, falando-se apenas em montes arralbadinos.
In Evolução das Quintas de Lisboa, Maria Paula de Vasconcelos de Osório Saraiva, Curso de Arquitetura Paisagista, Universidade de Évora, 1989

invés das supostas[14] anteriores, naturalmente de madeira), que posteriormente, com a ocupação muçulmana lhe veio dar o nome, tal como à ribeira. O toponómio *Horta Navia* (correspondente talvez a uma divindade indígena romanizada) ou mesmo a descoberta de um túmulo do século III DC. Também foi pela mão dos romanos que se iniciou o processo de desflorestação da zona, finalizado mais tarde pelo período muçulmano[15], aquando se explorou na totalidade o território com culturas de trigo.

Já na era medieval e após a reconquista de Lisboa em 1147, as terras de Alcântara ficaram integradas nos então chamados reguengos de Ribamar que abrangiam o território entre a Ribeira de Alcântara e a Ribeira da Laje (Oeiras), mais tarde constituiu o Reguengo de Algés, ainda no século XIII. Durante a primeira dinastia foram feitas diversas doações deste território, como recompensa de serviços prestados, quer a nobres, ordens militares ou religiosas. Exemplo disso foi uma doação feita em 1322 por D. Dinis a Estevão da Guarda[16], um terreno no Restelo para onde deveria mudar a sua azenha de mar, que junto à ponte de Alcântara, laborava na altura[17].

Por não ser da linhagem do antigo proprietário Estevão da Guarda, o clérigo de nome Afonso Rodrigues foi obrigado a pagar o quarto do foro dos casais de Alvito e depois intimado a vendê-los, o que não o fez, perdendo-os a favor do rei D. João I. Em 1443, o regente D. Pedro doa estes casais a João de Basto, escrivão da câmara do Infante D. Henrique.

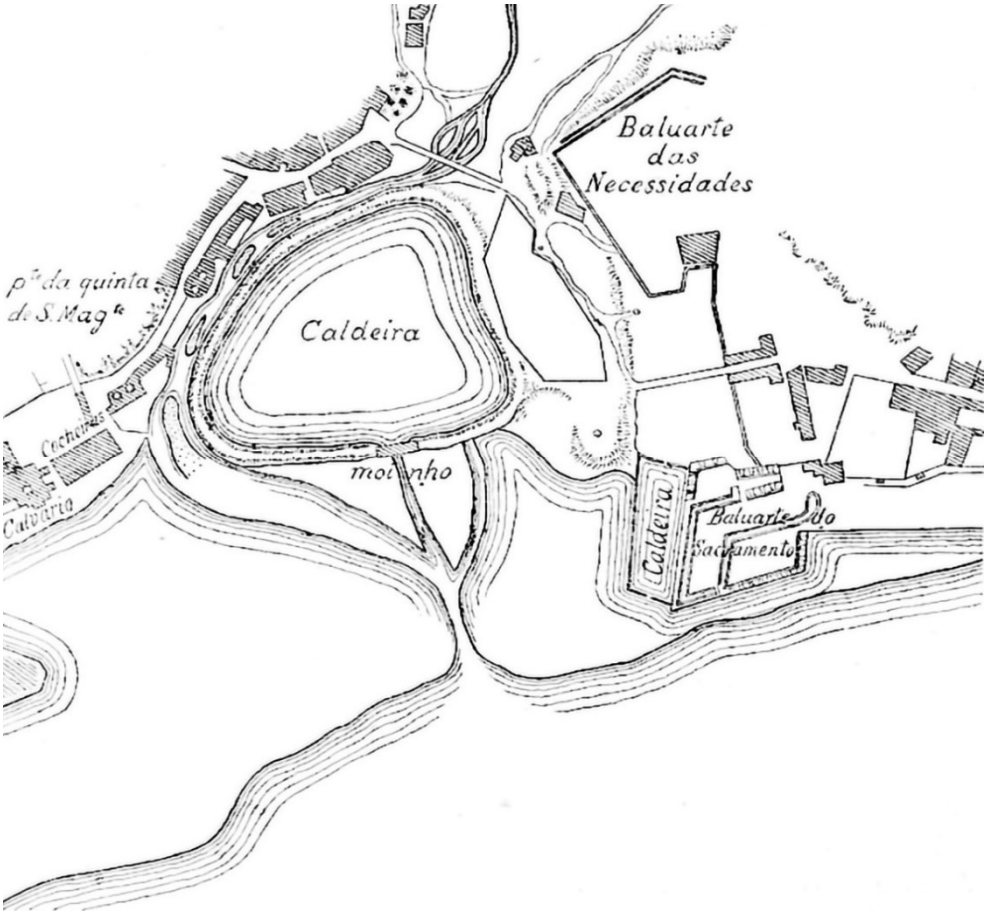
---

14 *Desde tempos imemoriais deve ter existido ali uma ponte, naturalmente de madeira primitivamente; mas com tantas pedreiras calcáreas nas vizinhanças da ponte, é mais que provável que este material cedo atraísse a atenção dos construtores, e que a ponte, desde remotos tempos, fôsse construída em cantaria.*
In A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças, Eng. A. Vieira da Silva, Revista Olisipo n18, Abril 1942

15 *Quanto aos muçulmanos, só a toponímia atesta a sua presença por estas paragens. Algés e Alcântara são nomes de recomnhecida origem árabe, mas também o serão Alconena, Almargem (perto das Salésias), Alvito e Almotiva (toponómio antigo na área da Tapada. Passando Lisboa para o domínio português, em 1147, parte da população mourisca, escorraçada da cidade, espalhou-se pelos "montes" e termos em redor, juntando-se aos que ali viviam e constituindo o grupo étnico dos chamados saloios.*
In Pelas Freguesias de Lisboa, Carlos Consiglieri, Filomena Ribeiro, José Manuel Vargas, Marília Abel, CML, 1996

16 Estevão da Guarda, trovador e escrivão do rei Dinis, pela sua fidelidade e bons serviços prestados foi acumulando benesses e doações por parte da coroa, sendo também dono dos Casais de Alvito, estando isento de pagamento de foro do quarto das colheitas, como era costume no reguengo de Algés.

17 Consta que esta azenha laborou até ao início do século XVIII

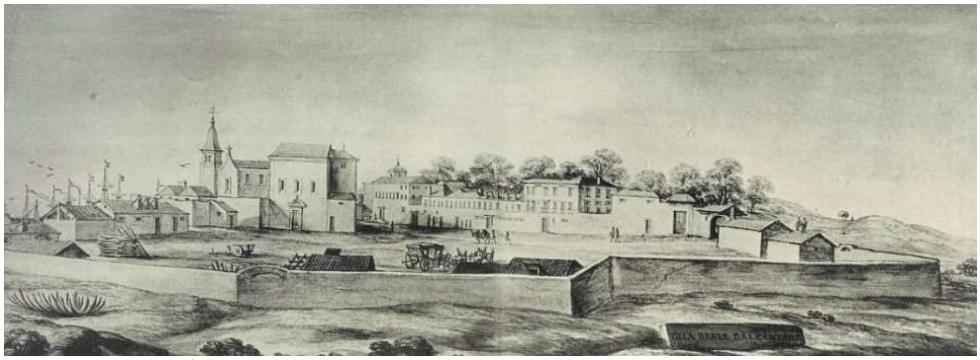


045. Extracto da Planta topographica da marinha das cidades de Lisboa occidental, e oriental, desde o Forte de S. Joseph de Ribamar té o Convento do Grilo, feita no anno de 1727, Olisipo, nº18, Abril 1942

No final do século XV, pela zona do Alvito, as pedreiras de extração de lioz ou calcário (bem como os seus fornos de cal) já eram em número considerável e com bastante atividade, o que fez que surgisse um cais junto à ponte para desembarcar tojo que seria o combustível utilizado na altura para os fornos de cal. A norte da ponte, a atividade surgiu em forma de azenhas e courelas que aí produziam pão, vinho ou fruta.

Com a peste a assolar fortemente Lisboa, surgiu um hospital na então designada horta de D. Jerónimo de Eça (*Horta Navia*), junto à ponte. A 25 de Agosto de 1580, Portugal perdeu a sua independência na célebre Batalha da Ponte de Alcântara, em que o exército espanhol derrotou com êxito as tropas de D. António, Prior do Crato. Durante o domínio filipino, Alcântara desenvolveu-se urbanisticamente graças a uma dinâmica criada pelo

estabelecimento de algumas instituições religiosas como o Convento das Flamengas e o Mosteiro do Monte do Calvário, bem como o Palácio Real de Alcântara, projeto de Teodósio de Frias, arquiteto régio.



046. Paço Real de Alcântara, Pier Maria Baldi, 1668

(...) Segue-se a ponte de Alcântara,
sobre hũa fresca ribeira,
cujas cristalinas águas
por entre montes e serras.
Vem correndo brandamente
Como escutando de veras
as cantigas que ali cantam
as rústicas lavadeiras.

Uma relação anónima, datada de 1625.

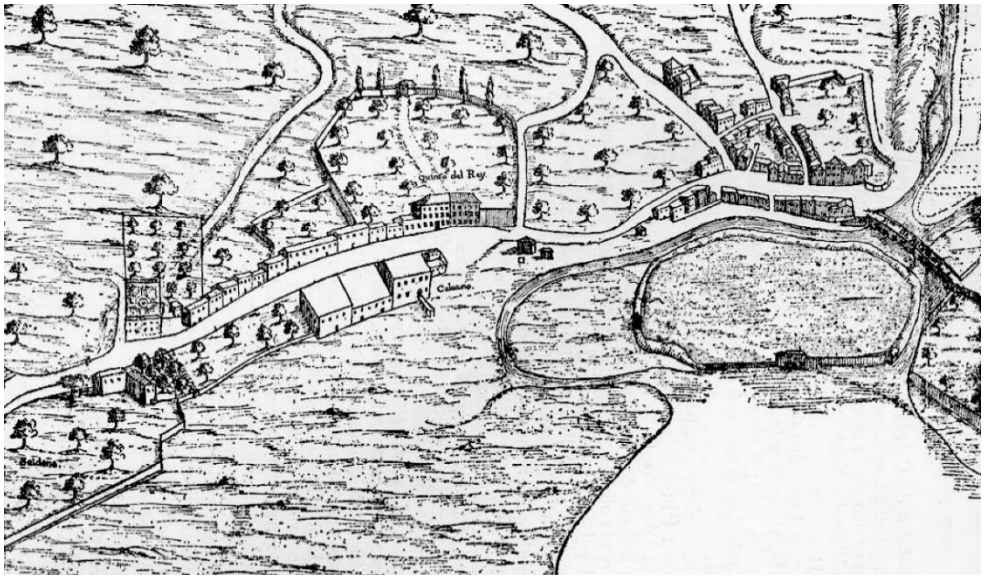
Depois de 1640, D. João IV, habitou com frequência o palácio de Alcântara, atraído pelo ambiente bucólico que aí se sentia. A Real Tapada de Alcântara, foi criada por um decreto de 1645, mais tarde designada Tapada da Ajuda, tornou-se um espaço exclusivo da família real destinado à caça e ao lazer. Para a constituição da Tapada, o rei adquiriu também o Casal do Rio Seco que anexou à Quinta da Ninfa, situada a norte do palácio. A Alcântara do século XVII assistiu às aventuras e peripécias perpetradas pela real família e aos seus nobres pares, desde as assinaláveis quintas como a dos Saldanhas, Caldas, Carvalhos ou Junqueira, a passeios de barco, dirigidos a montante da ribeira, chegando à Quinta da Pimenteira. Na Quinta do Cabrinha estabeleceu-se a Fábrica da Pólvora[18], terminada em 1728.

[18] A Fábrica da Pólvora, após o terramoto de 1755 foi transferida para a Ribeira de Barcarena em 1762

047. Abertura com pormenor de painel de azulejos do Palácio dos Condes de Tentúgal séc. XVII com vista de Acântara . col Museu do Azulejo Lisboa



"Dados da Corografia Portuguesa" de 1712 indicavam que nesta altura, Alcântara contava com uma população de 147 vizinhos (cerca de 600 habitantes), a Junqueira com 29 vizinhos, Pimenteira e Monsanto com 11 e 7, respetivamente. Na figura 3 observa-se as imediações do palácio real de Alcântara com os seus edifícios adjacentes e outro núcleo altamente habitado, perto da ponte, próximo das atuais ruas da Cruz e Alvito. Pode-se observar também o célebre moinho de maré, e a sua respetiva caldeira de água e a chamada praia do Calvário, que na altura seria um terreno lamacento, como um sapal.

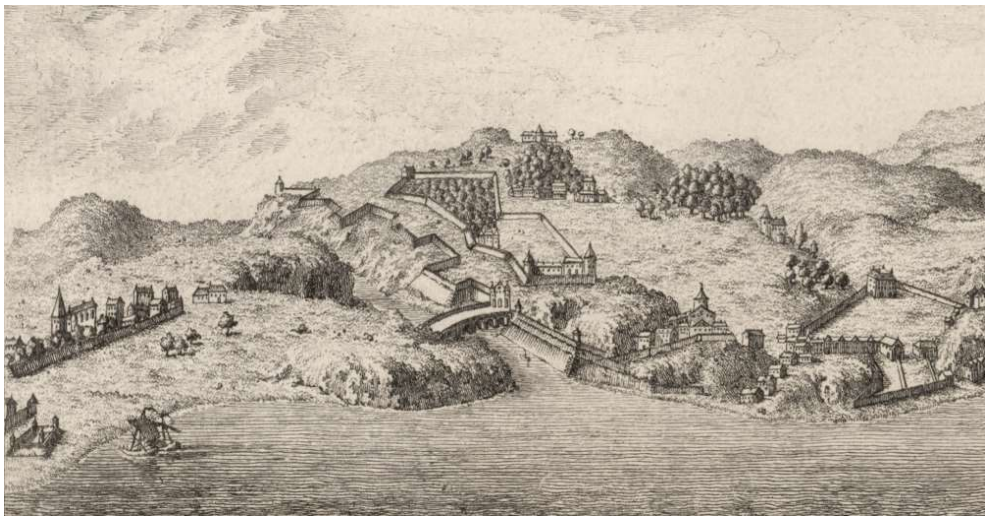


048. Alcântara e o Calvário, representação de mapa no início do século XVIII

Por volta de 1730, o engenheiro Carlos Mardel surgiu com as primeiras ideias de construção de um grande cais em aterro, foi também nesta altura que se tomaram iniciativas reformadoras de caracter estrutural e urbanístico, a fim de combater eficientemente os problemas herdados pelo período medieval na cidade. Exemplo disso, e mais concretamente na zona de Alcântara, o alargamento da ponte de 5,20m para 13,50m, permitiu uma travessia mais eficaz de pessoas e mercadorias. A ribeira deixou de ser um limite para a expansão urbanística ocidental da cidade.

Foi de uma forma surpreendente que Alcântara foi poupada ao impacto do grande Terramoto de 1755, salvo algumas situações como o abatimento do coro no Convento do Calvário, que provocou 32 vítimas mortais, ou como o Palácio Real que não resistiu ao abalo, ficando gravemente danificado. Muitos

habitantes da cidade aqui procuraram refúgio, o que poderia ter promovido mais tarde um aumento da construção, o que na altura não se verificou, pois fora proibida qualquer construção fora das fortificações através de um decreto de 3 de dezembro de 1755 que se estendeu até finais do século XIX. D. José e a corte instalaram-se na Ajuda, na Quinta de Cima, onde foi construído um paço de madeira, a "Régia Barraca". Mandou também renovar a Tapada e repovoando-a com espécies cinegéticas. Seguiu-se então um plano de reconstrução da cidade, somente intramuros, incidindo essencialmente no anterior tecido medieval completamente devastado. Consistia num plano de raiz baseado na estética iluminista que dava resposta aos problemas de higiene e às dificuldades de circulação de pessoas e carruagens.

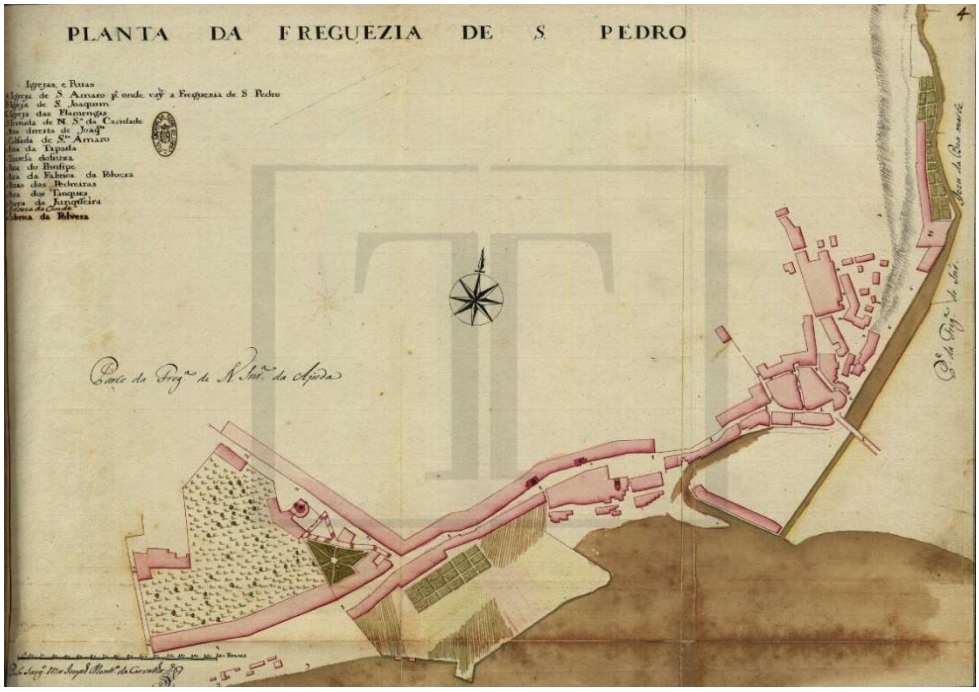


049. Vista da zona de Alcântara e da ponte sobre a ribeira em 1756 in Remarques sur la carte du royaume de Portugal, Jacques Nicolas Bellin, arq. Bibliothèque nationale de France

Por esta altura iniciou-se o processo de desenvolvimento industrial em Alcântara, em parte fomentado pelo Marquês de Pombal. Assim surgiu a Tinturaria da Real Fábrica das Sedas, junto à ribeira, ou mais instalações diversas de fornos de cal na zona do Alvito, ambos gozando de proteção pombalina no que tocava a impostos. Este movimento levou a que, naturalmente, se fixassem mais pessoas na zona. O mapa de 1764[19] (figura 05) evidenciou este desenvolvimento urbano.

---

[19] *Não é de estranhar, face ao crescimento de Alcântara, que na remodelação das freguesias de 1770, tivesse sido decidida a criação de uma freguesia neste lugar, ou melhor, fosse transferida para Alcântara a freguesia de S. Pedro, antes sediada em Alfama.*
In Pelas Freguesias de Lisboa, Carlos Consiglieri, Filomena Ribeiro, José Manuel Vargas, Marília Abel, CML, 1996



050. Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa. ANTT

Apresentava então, a recém-criada freguesia de Alcântara, num registo de 1780, uma população de 4769 habitantes, com 1297 fogos na sua totalidade. Nas décadas seguintes, com a fixação de mais indústrias junto à ribeira, essencialmente estamparias de algodão, verificou-se, no início do século XIX, um aumento para o dobro da população.

No início do século XIX[20], Alcântara cresceu industrialmente, com a instalação de fábricas como a dos Lanifícios Daupias ou a Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense. Mais tarde seguiram-se as indústrias químicas como a do sabão, velas de estearina, azeite de purgueira, óleos, posteriormente, as metalurgias, tabaqueiras e cerâmicas.
Com o crescimento demográfico sentido na freguesia, o acompanhamento dos transportes públicos foi essencial. Vários tipos de companhias fixaram-se em Alcântara, fornecendo a freguesia e a cidade de carruagens, *ómnibus*, americanos, cocheiras, carros chora, elétricos e a característica linha férrea do Estoril e Sintra. Em 1876 terminam as obras do aterro na praia de Alcântara, que conquistam cerca de 500 metros ao Tejo, o que possibilitou a instalação de mais indústrias, equipamentos portuários e arruamentos.

[20] O general Junot fixa-se em Alcântara aquando das invasões francesas em 1807.



051. Grand Atlas de Mr. Calmet de Beauvoisin, Plan de Lisbonne, 1821. Technische Universität Darmstadt

Na segunda metade do século XIX, que a ideia de arborização da Serra de Monsanto surgiu pela primeira vez no "Relatório Acerca da Arborização Geral do País"[21].

Só mais tarde, em 1934, e depois de algumas propostas apresentadas, é que surgiu, muito pela persistência do Engenheiro Duarte Pacheco (Ministro das Obras Públicas e Comunicações em simultâneo com o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa), um Decreto-lei[22] a criar um Parque Florestal em Monsanto, destinado a ser o pulmão verde da cidade e zona de lazer da população.



052. Reflorestação do Parque Florestal de Monsanto pela Mocidade Portuguesa, 1938 . AML

21 *"...poderia mesmo lembrar a V. as imediações de Lisboa, toda a Serra de Monsanto que muito conviria arborizar, ...amenizando ao mesmo tempo a aridez que nota o viajante quando entra no Tejo, vendo num e noutro lado montanhas escalvadas."*
IN Evolução das Quintas de Lisboa, Maria Paula de Vasconcelos de Osório Saraiva, Curso de Arquitectura Paisagista, Universidade de Évora, 1989

22 Decreto-Lei nº24625 de 1 de novembro de 1934

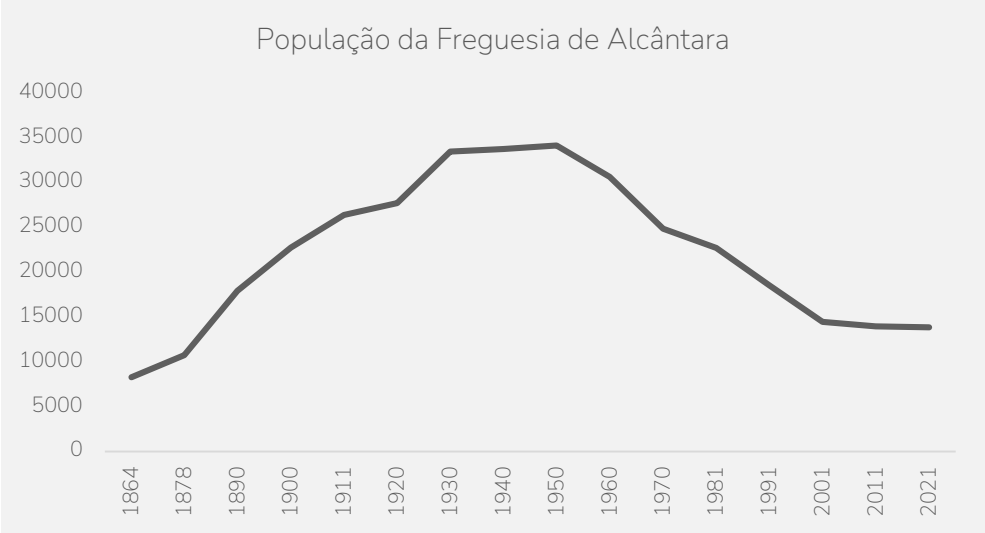


053. Fotografia aérea sobre o bairro Salazar, 1947. AML | Pode-se observar os moinhos de vento e o Casal da Estrangeira de Cima ao fundo

Em 1937 iniciou-se a construção do Bairro do Alvito, na altura denominado oficialmente por "Bairro Dr. Oliveira Salazar", terminando as suas obras 1939. Este bairro foi construído entre o Casal do Alvito e o Casal da Estrangeira de Cima[23].

Alcântara continuou o seu crescimento demográfico até meados do século XX, tendo o seu expoente máximo sido alcançado na década de 50 como se pode verificar na tabela em baixo. Factos como a construção da ponte, a desativação de fábricas, ou a transferência de território para a freguesia dos Prazeres, contribuíram para este decrescimento até aos dias de hoje. No gráfico xxx demonstra o crescimento e decrescimento demográfico relacionado com a evolução do tecido industrial

[23] *(...)localizado no sítio do Casal da Estrangeira de Cima serviu de início para o abastecimento de pedra destinado às obras públicas em execução na cidade(...)*
In Bairros Sociais da I República: projectos e realizações, Maria da Conceição Tiago, OpenEdition Journals



Ano	População residente na Freguesia de Alcântara
1864	8287
1878	10728
1890	17909
1900	22725
1911	26396
1920	27709
1930	33460
1940	33747
1950	34161
1960	30625
1970	25260
1981	22697
1991	18774
2001	14443
2011	13943
2021	13850

T 002. População residente na Freguesia de Alcântara. INE - Recenseamentos Gerais da População



054. Acesso ao Parque de Monsanto pela estrada do Alvito, Eduardo Portugal 1940. AML



055. Estrada para o alto da Serra de Monsanto, Eduardo Portugal 1939. AML



056. Parque Florestal de Monsanto, Montes Claros, Eduardo Portugal 1940. AML





058. Casal da Estrangeira de Cima . Eduardo Portugal, 1940. AML



059. Casal da Estrangeira de Cima . Eduardo Portugal, 1940. AML

060. Vista aérea do Vale de Alcântara em GEO. 1951.



061. Junto ao Casal do Alvito, pedreira ainda em laboração, e mecanizada. Maria Amélia Lima, AML, 1971.



062. Junto ao Casal do Alvito, sucateira de Sr. Américo Vale. Maria Amélia Lima, AML, 1971.





063. Panorâmica tirada de Montes Claros sobre a parte sul da cidade. Armando Maia Serôdio. AML. 1961

1443 Os casais do Alvito são doados pelo regente D. Pedro a João de Basto, escrivão da câmara de Infante D. Henrique

1490 as pedreiras de extração de lioz e calcário(bem como os seus fornos de cal) são em grande número na zona do Alvito, o que leva à construção de um cais junto à ponte para o desembarque de tojo.

1580 Portugal perde a sua independência na Batalha de Alcântara

1645 Aquisição da quinta da Ninfa e do casal do Rio Seco por D. João IV, indemnizando o conde de Basto e o enfiteuta André Jorge com a cedência do casal do Alvito, era seu objetivo anexar mais terrenos ao paço do Calvário ou de Alcântara, o que permitiu a constituição da Real Tapada da Ajuda como parque de caça da família real.

1755 O grande Terramoto de Lisboa pouco afeta a zona de Alcântara, o que leva a que haja uma deslocação de parte da população da cidade, e um consequente aumento de habitações.
D. José e a corte, instalam-se na Régia Barraca na Ajuda.

1764 Inicia-se o processo de desenvolvimento industrial em Alcântara, fomentado em parte pelo Marquês de Pombal.

1770 É transferida de Alfama para Alcântara a Freguesia de S. Pedro, o que origina uma nova freguesia, a de São Pedro de Alcântara.

1807 Invasões Francesas comandadas pelo general Junot, que se fixa temporariamente em Alcântara neste mesmo ano.

1876 Invasões Francesas comandadas pelo general Junot, que se fixa temporariamente em Alcântara neste mesmo ano.
As obras do aterro de Alcântara terminam, ocupando cerca de 500m ao Tejo.

064. Análise histórica e cartográfica do local. PA

1887 Inauguram-se as linhas de caminho de ferro e estação terminal que ocupariam parte da ribeira, ponte e Horta Navia. É também nesta altura que a ribeira é totalmente coberta.

1905 Inaugura-se o novo Mercado de Alcântara, no lado ocidental do troço ferroviário.

1910 Implantação da República Portuguesa.

1934 Criação do Parque Florestal de Monsanto.

1939 É dado por concluído as obras de construção do Bairro do Alvito, projeto do Arquiteto Paulino Montez.

1949 Inaugura o Clube de Ténis de Monsanto, projeto do Arquiteto Francisco Keil do Amaral.

1950 A população da Freguesia de Alcântara atinge o seu pico demográfico, com cerca de 34161 pessoas.

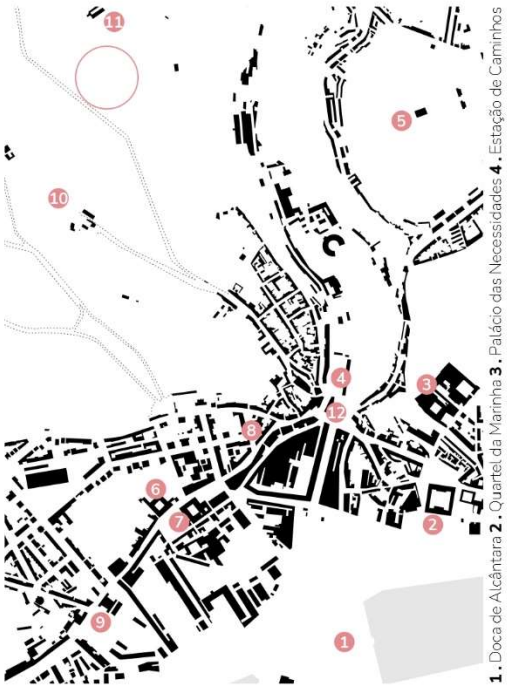
1966 Inaugura-se a Ponte Salazar, hoje designada Ponte 25 de Abril.

1974 O Movimento das Forças Armadas derruba o regime ditatorial do Estado Novo no dia 25 de abril.

1999 A travessia ferroviária na ponte 25 Abril é inaugurada.

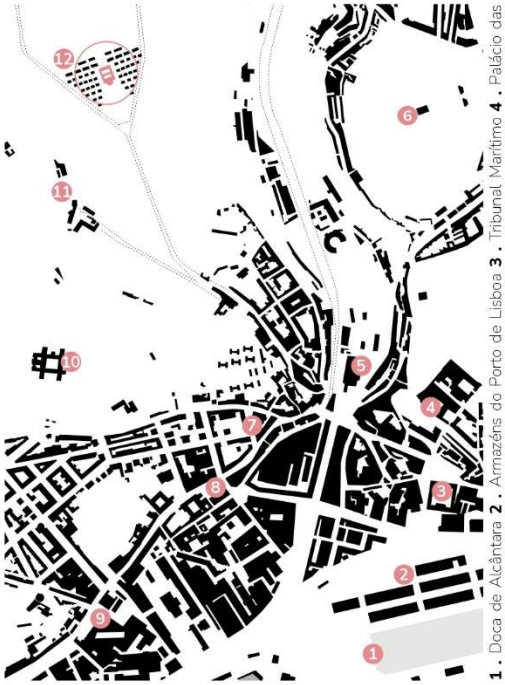
2008 inaugura a LX Factory ocupando as instalações da antiga Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense.

▼ 1909 Silva Pinto



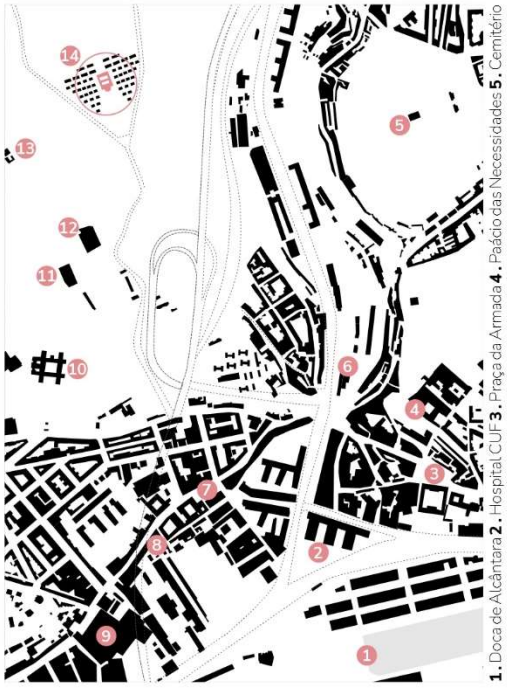
1. Doca de Alcântara **2.** Quartel da Marinha **3.** Palácio das Necessidades **4.** Estação de Caminhos de Ferro **5.** Cemitério dos Prazeres **6.** Igreja de Nossa Senhora da Quietação **7.** Recolhimento do Calvário **8.** Igreja de S. Pedro **9.** Companhia Carris de Ferro de Lisboa **10.** Casal do Alvito **11.** Casal da Estrangeira de Cima **12.** Mercado de Alcântara

▼ 1950 Cassiano Banco

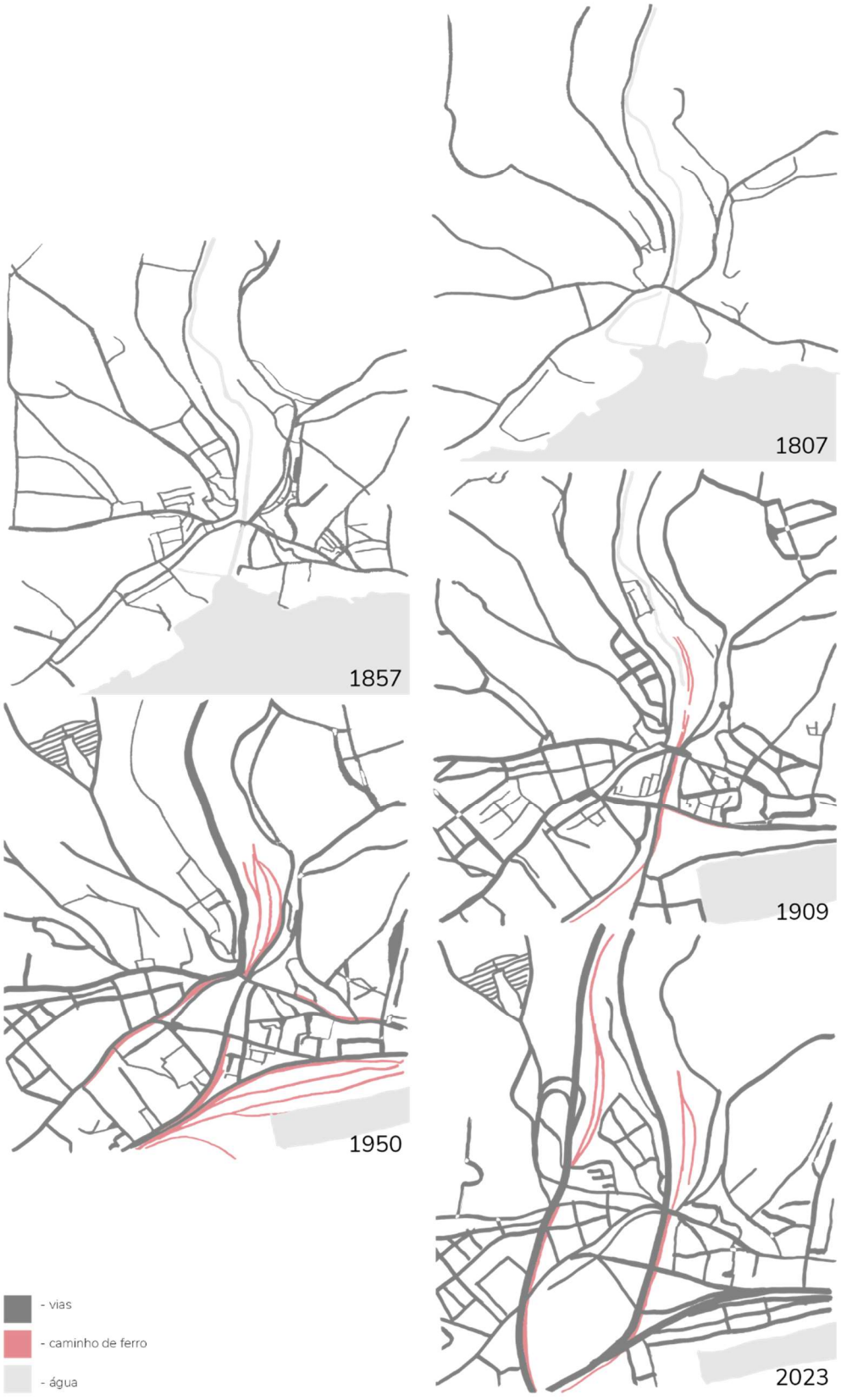


1. Doca de Alcântara **2.** Armazéns do Porto de Lisboa **3.** Tribunal Marítimo **4.** Palácio das Necessidades **5.** Estação de Caminhos de Ferro **6.** Cemitério dos Prazeres **7.** Igreja de S. Pedro **8.** Largo do Calvário **9.** Companhia Carris de Ferro **10.** Instituto Superior de Agronomia **11.** Casal do Alvito **12.** Bairro do Alvito

▼ 2023 google



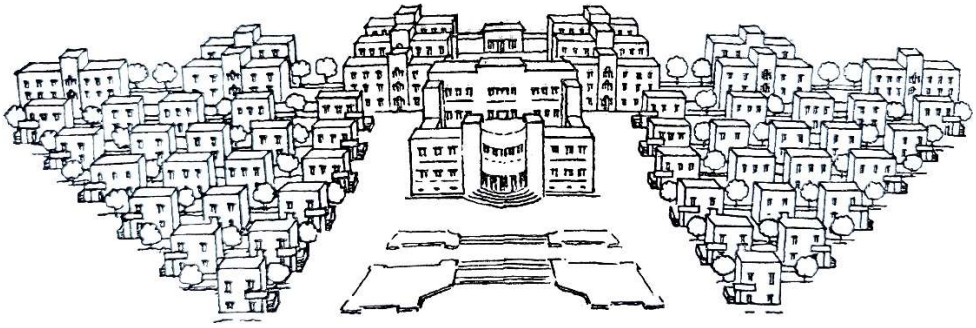
1. Doca de Alcântara **2.** Hospital CUF **3.** Praça da Armada **4.** Palácio das Necessidades **5.** Cemitério dos Prazeres **6.** Estação Alcântara Terra **7.** Largo do Calvário **8.** LX Factory **9.** Carris **10.** Instituto Superior de Agronomia **11.** Pavilhão Desportivo Atlético Clube de Portugal **12.** Piscina do Atlético Clube de Portugal **13.** Casal do Alvito **14.** Bairro do Alvito



065. Evolução das principais vias. PA

A 23 de Setembro de 1933 estabeleceu-se em decreto as condições segundo as quais o governo participou na construção das Casas Económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos corporativos. As casas económicas, como passaram a ser designadas, eram habitações em que os moradores se tornavam proprietários ao fim de determinado número de anos, mediante o pagamento de prestações mensais, a designada "Propriedade Resolúvel".

Neste seguimento, a Caixa de Socorros e Reformas dos Operários Assalariados da CML adquiriu, em 1935, os terrenos para a construção do bairro, pelo que foram incorporados no Património Municipal, pediram então ao Arquiteto Paulino Montez para elaborar o seu projeto de planeamento urbano e consequente desenho arquitetónico. Em 1937 iniciaram-se as obras de construção do Bairro do Alvito[24], mais tarde denominado "Bairro Dr. Oliveira Salazar", sendo que em 1939 dar-se-ia por concluída a empreitada.



066. Perspetiva do bairro do Alvito, desenho de Paulino Montez, Estudos de Urbanismo de Portugal, Lisboa, Alcântara, Alvito, nº2.

24 *"Contém o bairro 154 habitações e um grupo cultural com um recinto ajardinado em frente e vias circundando-o.*
Ha casas de dois pavimentos: duas habitações com 5 e 6 divisões e de três pavimentos: seis habitações com o mesmo numero de divisões.
O bairro fica na encosta como excelente exposição.
O grupo cultural tem dois corpos principais, de dois pavimentos, ligados por dois corpos laterais de um pavimento. Há nele aulas, sala de conferencias e projecções, biblioteca, gabinetes de professores e médicos. Calcula-se em 3.636 contos o custo do bairro, cujas obras estão já contratadas."
In Jornal A VOZ, 15 de janeiro de 1938

Câmara Municipal de Lisboa

CAIXA DE SOCORROS E REFORMAS
DOS
OPERÁRIOS E ASSALARIADOS

Nº 4

Processo .....

Pede-se a fineza de citar na resposta o número do ofício e processo.

Exmº.Snr. Arquiteto
Paulino Montez

Tenho a honra de dar conhecimento a V.Exª que o Conselho Administrativo desta Caixa, ao ver terminada a construção do Bairro " Dr. Oliveira Salazar " , aprovou, na sua última reunião, um voto de louvor e agradecimento a V.Exª pela preciosa colaboração prestada a esta iniciativa elaborando o projecto daquele bairro, pelo interesse com que acompanhou as obras respectivas e ainda pelo valioso concurso do seu conselho que tantas vezes, gentilmente, deu ao Conselho Administrativo desta Caixa sôbre a mesma matéria.

Aproveito esta oportunidade para manifestar tambem a V.Exª os meus agradecimentos pessoais por todos os favôres que sempre se dignou dispensar ao Conselho Administrativo a que presido.

A bem da Nação

Lisboa e Caixa de Socorros em 10 de Janeiro de 1939

O VEREADOR-PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

José Ferreira Canelas

P.F/A.C.
Conf: Serrano

1938—S. Industriais da C. M. L.—660—1.000 ex.

067. Carta de agradecimento pelo vereador presidente do Conselho Administrativo da CROA ao arquiteto Paulino Montez, pelo trabalho prestado. Acervo do Arquiteto Paulino Montez, Museu Municipal de Peniche



068. Lagoa Branca na Tapada da Ajuda, avistando-se o Bairro do Alvito, a Estrangeira de Cima e os moinhos. Autor desconhecido (193-). Fonte Flickr



069. Primeira casa construída no bairro Salazar, Paulo Guedes 1937-8, AML



070. O Bairro do Alvito . Eduardo Portugal, AML, 1938



071. O Bairro do Alvito em construção . Eduardo Portugal, AML, 1938



072. O Bairro do Alvito em construção . Ruy Jervis D' Authoguia, AML, 1938



073. O Bairro do Alvito em construção. Jornal O Século, Álbuns Gerais nº59, ANTT, 1938



074. O Bairro do Alvito em construção. Jornal O Século, Álbuns Gerais nº46, ANTT, 1938



075. O Bairro do Alvito em construção . Jornal O Século, Álbuns Gerais nº46, ANTT, 1938



076. O Bairro do Alvito em construção. Jornal O Século, Álbuns Gerais nº46, ANTT, 1938



077. O Bairro do Alvito em construção. Ruy Jervis D' Authoguia. AML, 1938

078. O Bairro do Alvito em construção. Jornal O Século, Álbuns Gerais nº59, ANTT, 1938





079. Fotografia aérea do bairro do Alvito, 1938?, FT13826 GEO

Faltando uma só formalidade para cumprir, a sua entrega ao Instituto Nacional do Trabalho[25], que faria a inauguração e a distribuição das casas por famílias de trabalhadores, o bairro, inabitado, entrou em processo de degradação, com manchas de humidade, ervas daninhas nos arruamentos e pátios, portas impregnadas de ferrugem, tubos e torneiras desapareceram. Muitas janelas e portas arrancadas por ocasião de um ciclone sentido na altura, bem como a falta de vidros. Segundo uma notícia do jornal *O Século*, de 29 de agosto de 1941, referiu que foram necessários cerca de 1000 contos para realizar todas as reparações.

Por ordem do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, foi concedida uma comparticipação de 50% do valor estimado da obra do edifício central, que terá sido destinada em parte, para escola primária, estando este compreendido no Plano dos Centenários[26], contendo uma provisão especial "para ajustamentos, incluindo os edifícios a construir nos agrupamentos de casas económicas".

Elaborou-se um contrato de cedência dos edifícios e respetivos terrenos ao estado, pela quantia de 3.152.000$00 (respeitantes à construção) pagos à CML em 20 anuidades com juros à taxa de 4%.

A Secção de Casas Económicas pagou à CML 456.000$00 respeitantes ao terreno de 45.600m2 (10$00 o m2)

Efetuaram-se então várias obras de conservação nos edifícios e arruamentos, tal como a opção por telhados de quatro águas para colmatar os problemas de

---

25 *...A Câmara não julgou conveniente o sistema de exploração do Bairro Doutor Oliveira Salazar por administração directa da sua "Caixa de Socorros e Reformas dos Operários Assalariados", por temer, em face dos resultados que tinha havido em casos semelhantes, que daí resultassem inconvenientes e encargos futuros. E assim, entendeu preferível que a sua exploração se viesse a regular pelo regime das casas económicas instituído pelo Decreto nº23:052, e decidiu entregá-lo ao Serviço de Casas Económicas do Instituto Nacional do Trabalho, em condições que seriam oportunamente ajustadas.*
Resposta de Artur Martinho Simões (Administração Política e Civil) a Alexandre Ribeiro da Cunha (Gabinete da Presidência do Concelho), 2 de julho de 1942, Arquivo Nacional da Torre do Tombo

26 *Em dezembro de 1940 o Governo criava o Plano dos Centenários com o objetivo de reduzir o elevado analfabetismo existente em Portugal, um problema que se prolongava no tempo e cuja solução ainda não tinha sido encontrada, apesar das várias tentativas.*
Este plano contemplava a beneficiação e alargamento da rede escolar Nacional para melhor acesso da população ao ensino básico. Foi um projeto de grande dimensão, abraçado pelas autarquias de Norte a Sul e ilhas, cuja realização local implicava a respetiva colaboração, não só para informação das suas necessidades como para comparticipação da verba equivalente à disponibilizada pelo Governo (Saraiva, 2022, p. 3).
Ana Saraiva, Arquivo Municipal de Lisboa, outubro 2022

infiltrações nas coberturas planas que se revelaram permeáveis, bem como adaptações ao programa vigente das Casas Económicas, a criação de logradouros e seus respetivos acessos.

Em 1945 é que a CML entregou o bairro ao Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, que posteriormente distribuiu as casas pelas famílias beneficiárias.



080. Um aspecto do novo bairro Dr. Oliveira Salazar, nas terras do Alvito, em Alcântara, Jornal O Século, Álbuns Gerais nº91, doc 1769S, ANTT, 1944



081. Vista do bairro do Alvito. Jornal O Século, Álbuns Gerais nº91, ANTT, 1944



082. Vista do bairro do Alvito. Jornal O Século, Álbuns Gerais nº91, ANTT, 1944



083. Escola Primária do Bairro do Alvito, Ferreira da Cunha, 1944 AML



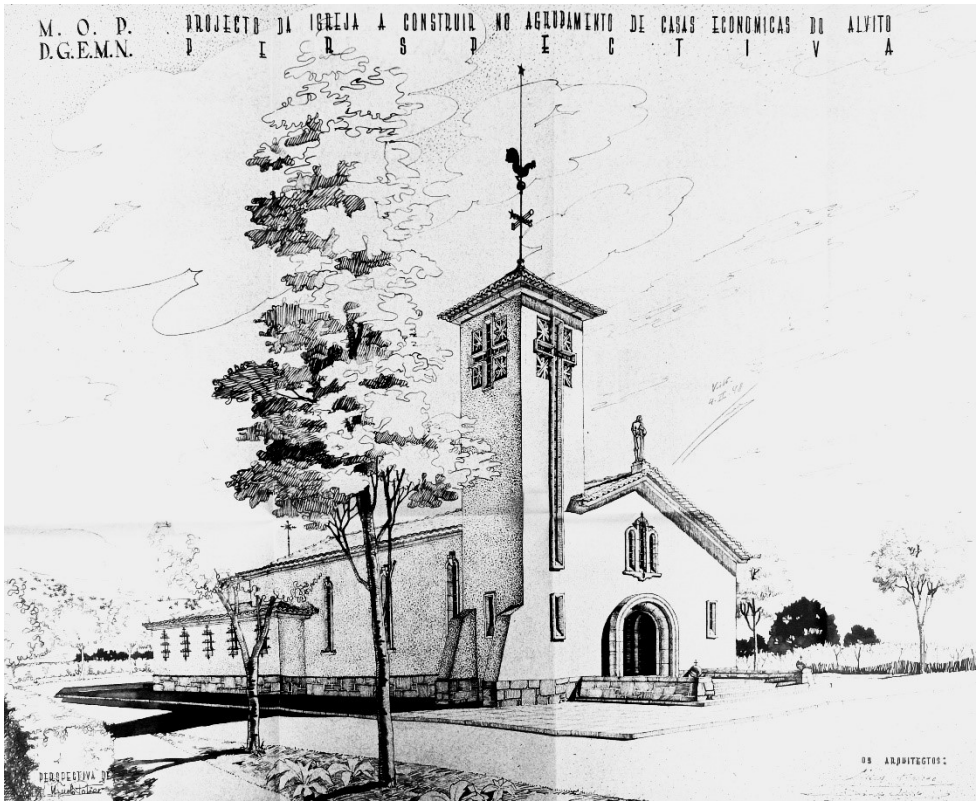
084. Um aspecto do novo Bairro Dr Oliveira Salazar nas terras do Alvito Jornal O Século, Álbuns Gerais nº91, ANTT, 1944



085. "O Subsecretariado de estado das Corporações, Dr António Júlio de Castro Fernandes, inaugurando, com o presidente da CML, o Bairro Dr. Oliveira Salazar." Jornal O Século, Álbuns Gerais nº91, ANTT, 1944

086. "O Subsecretariado de estado das Corporações, Dr António Júlio de Castro Fernandes, inaugurando, com o presidente da CML, o Bairro Dr. Oliveira Salazar." Jornal O Século, Álbuns Gerais nº91, ANTT, 1944





087. Perspetiva da Igreja a construir no Agrupamento de Casas Económicas do Alvito, Arquiteto José de Lima Franco, 1947, Arquivo do Forte de Sacavém.

uma igreja a construir dentro do plano do bairro. Tais projetos nunca foram concretizados, tanto o plano urbanístico de toda a zona do Alvito, bem como a igreja.

A 10 de março de 1951 foi inaugurado o Centro de Recreio Cultural nº13, Ginásio Clube do Bairro do Alvito, promovido pela FNAT[27], em conjunto com a Emissora Nacional. Instalaram-se no corpo norte do edifício central do bairro.

Desde a metade do século XX até hoje que o bairro pouco se modificou, como ilustra a figura 088, sendo um bairro classificado pela CML como zona especial de proteção, sofreu sim algumas mudanças nas habitações, sendo os

[27] *A Fundação para a Alegria no Trabalho surge (...) com o fim de criar as infraestruturas destinadas às atividades culturais, desportivas e recreativas dos trabalhadores e suas famílias, com vista a "um maior desenvolvimento físico e moral". Os "organismos corporativos da economia nacional, as grandes empresas e as próprias entidades individuais com meios e condições para tanto" são instados a cooperar com o Estado para esse fim. (...)*
In inatel.pt

apartamentos com áreas bastante reduzidas, houve a necessidade[28] por parte de algumas famílias de alterar os seus desenhos interiores, ocupando por vezes áreas destinadas aos pátios ou até mesmo ocupando e aumentando o pé direito das águas-furtadas.



088. Panorâmica do bairro de casas económicas, Salvador de Almeida Fernandes, 1958, AML

O maior número de alterações verificou-se no edifício central, sofrendo ao longo dos anos, diferentes usos. As escolas 131 e 132 (masculino e feminino) encerraram atividade em 1959, dando lugar à Biblioteca Municipal e ao depósito de material dos museus municipais. Com o início da construção da ponte, foram deslocadas várias famílias que ali residiam, tanto nos edifícios a sul como nas barracas que existiriam na zona da Estrangeira de Cima e arredores, o que reduziu significativamente o número de crianças em idade escolar.

28 São iniciados estudos em 1954 pelo Ministério das Obras Públicas relativos à ampliação dos Bairros Económicos do Alvito e de Braga, principalmente ampliação de habitações, por virtude do aumento do agregado familiar, nunca se concretizaram estas modificações.
Ministério das Obras Públicas, Arquivo do Forte de Sacavém, junho de 1954



089. Fotografia aérea do bairro do Alvito, 1960, DGT

Em relação à capela de Nossa Senhora de Fátima, não se encontraram documentos da sua fundação, no entanto, de acordo com várias fontes, previu-se que seja do início da década de 50. Instalaram-se em 1963, dois estabelecimentos comerciais, uma mercearia e uma peixaria na ala poente. Mais tarde resistiu somente a mercearia que durou até 2020. Vários documentos comprovaram o estado geral de abandono do edifício, desde a década de 60 até aos nossos dias.



090. Edifício Central do Bairro do Alvito em 1989, Arquivo do Teatro Lanterna Mágica.

No corpo sul instalou-se a Companhia de Teatro Lanterna Mágica em 1990, e em 2011 instalou-se na ala nascente, a MIAU, associação cultural, ambas com protocolos assinados com a CML a título precário.

091. Vista aérea sobre o bairro do Alvito. Imagem drone: Vadim Softenko

4.4 O ARQUITETO PAULINO MONTEZ

Nasceu em Peniche em 1897, diplomando-se em Arquitetura pela Escola de Belas-Artes de Lisboa, em 1923. Iniciou o seu percurso profissional na Repartição das Construções Escolares do Ministério da Instrução Pública, posteriormente seguiu-se uma longa atividade como professor em vários liceus de Lisboa.

Envolveu-se em diversas reformas ligadas diretamente às suas áreas de percurso, o ensino e urbanismo. De destacar o Congresso Nacional dos Arquitetos[29], um debate sobre a renovação do ensino que levou à constituição de uma comissão de estudo para a promoção da sua reforma. Neste âmbito, foi professor de Urbanologia na Escola de Belas Artes de Lisboa, tendo sido subdiretor e, posteriormente, diretor a partir de 1949.
Com este papel, Paulino Montez, pretendeu impor a ordem com o recurso aos instrumentos do Estado Novo, perseguindo e eliminando os desordeiros, apesar de alguma abertura pedagógica e cultural.

Para além da sua atividade como professor, exerceu diferentes cargos na Câmara Municipal de Lisboa[30], na Assembleia Nacional[31] ou na Junta Nacional de Educação[32], foi também membro da Academia Nacional de Belas-Artes (publicou na sua respetiva revista, e pela última vez, em 1985). Participou ainda como membro dos júris do Prémio Valmor, do Prémio Municipal de Arquitetura e vários concursos para provimento de professores.

Esteve desde sempre ligado às artes, aguarelista assumido, produziu diversas obras inspiradas em temas regionais, de observação naturalista. Concebeu também diversos planos para feiras, exibições ou certames ligados ao regime. Casou com a escultora Úrsula Peres y Leiro Pereira Montez, durante 37 anos, tendo ela falecido em 1975 sem deixar descendência.

---

29 Neste debate, Paulino Montez junta-se a Cristino da Silva, Victor Manuel Pinto, Porfírio Pardal Monteiro e Carlos Ramos, que elaboram posteriormente a Reforma de 1950. Implementada somente em 1957, foi fortemente criticada por ser altamente controversa no que tocava à direção, propunha-se um ensino moderno ao invés da Arquitetura praticada na altura.

30 Como Vogal da Comissão Administrativa, vereador no Pelouro de Limpeza Urbana e Serviços Sanitários e, mais tarde, Vogal do Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol.

31 Como deputado, proferindo dois discursos sobre a reforma do ensino.

32 Como Vogal na secção de Antiguidades e Belas-Artes, emitindo pareceres sobre processos relativos à proteção, conservação e classificação do Património Arquitetónico e Artístico Nacional

GREGÓRIO, Sofia Santos. (2014) – Arquitectura e Revolução, Estudos de Urbanismo em Peniche: A obra do Arquitecto Paulino Montez, ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, mestrado em Arquitectura



092. Palácio Galveias, Conferência do Arquiteto Paulino Montez sobre o Prémio Valmor e a evolução da arquitectura, Firmino Marques da Costa, AML, 1952

Em 1967, aposentou-se dos cargos de Professor e Diretor da ESBAL, mantendo-se sempre ativo.

Paulino Montez foi responsável por inúmeros projetos de arquitetura e urbanismo por todo o país, com especial enfoque na zona das Caldas da Rainha e Peniche[33]. Destacando-se o esboço do Museu José Malhoa, que foi o primeiro edifício construído de raiz para museu de arte em Portugal, que ainda hoje funciona. Este arquiteto foi ainda responsável pelo Plano de Regularização e Extensão da Cidade das Caldas da Rainha, da Vila de Peniche, da Praia da Foz, Praia da Consolação ou o Plano de Regularização e Embelezamento da Vila de Mafra.

Na zona de Lisboa desenvolveu alguns projetos de bairros de casas económicas como o do Alvito, Encarnação, Vale de Alcântara, Santana e Campolide, ou algumas localidades que constituíam a Costa do Sol. Desta obra saíram consequentemente vários prémios atribuídos nos domínios da arquitetura e urbanismo.



093. Bairro da Encarnação, Mário de Oliveira, 1940, AML

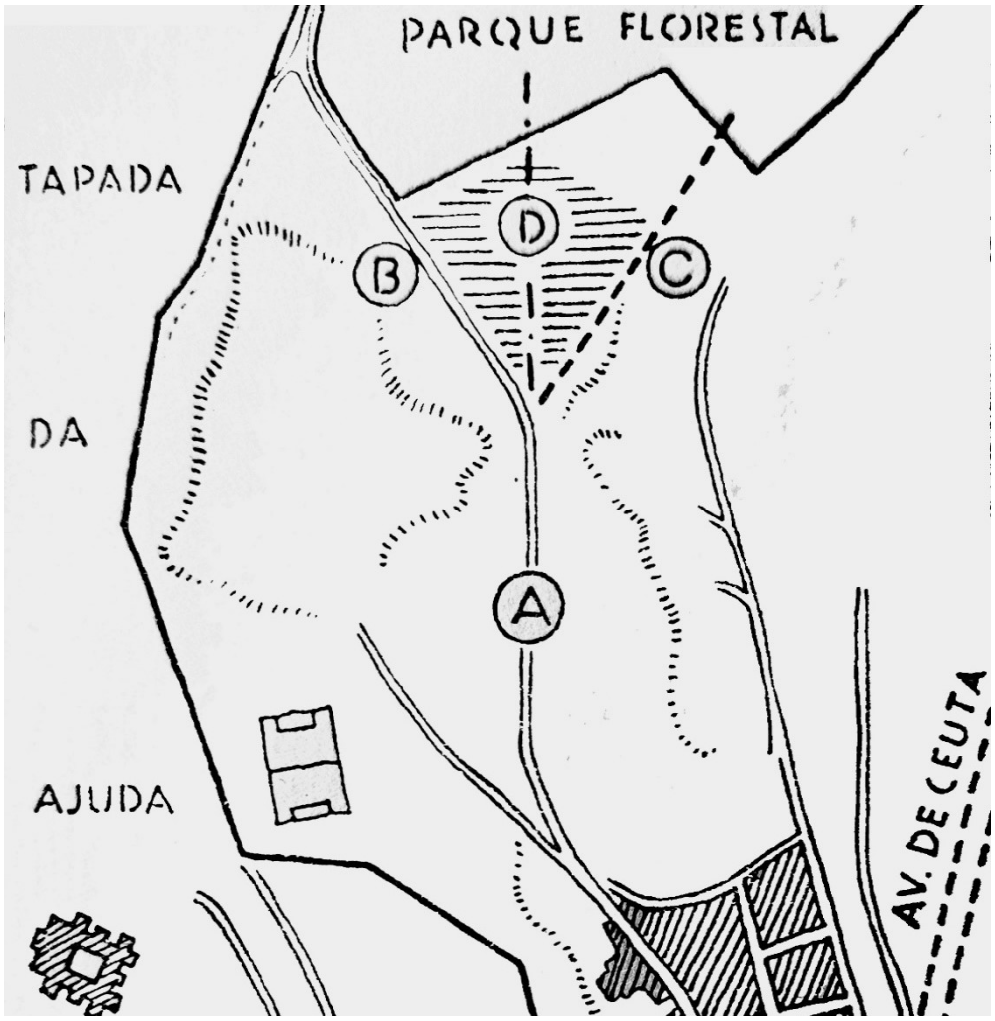
---

33 *A ligação artística de Paulino Montês às Caldas da Rainha data pelo menos da V Exposição de 1927. O jovem arquiteto tinha sido o responsável pela organização do Salão de Arte na Casa dos Barcos, no Parque D. Carlos I, e foi a figura daquele certame que mereceu destaque em publicações nacionais como as revistas ABC ou Ilustração. Ao longo dos anos posteriores, o sucesso desta exposição regeria a ligação de Montês às Caldas da Rainha, para cuja modernização urbanística apresenta várias propostas, iniciadas em 1928 com o "Plano de Extensão, de Regularização e de Embelezamento da Cidade".*
In Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa, IHA/NOVA FCSH 2019

4.5 CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA E CONSTRUTIVA

O Arquiteto Paulino Montez estabeleceu como principal eixo do bairro, a Estrada do Alvito, criou ao mesmo tempo uma outra via simétrica, a Estrada da Estrangeira, que serviu também os acessos à autoestrada de Cascais e os diferentes pontos de interesse do Parque Florestal. Surgiu assim, no terreno, esta forma de papagaio de papel tão característica. Cresceu em largura e altura em direção a norte, concentrando a sul, blocos de dois pisos de acesso direto ao exterior, o fogo inferior através da rua, e o superior, através de umas escadas exteriores. A norte, blocos de três pisos com acesso ao exterior através de uma escada comum.

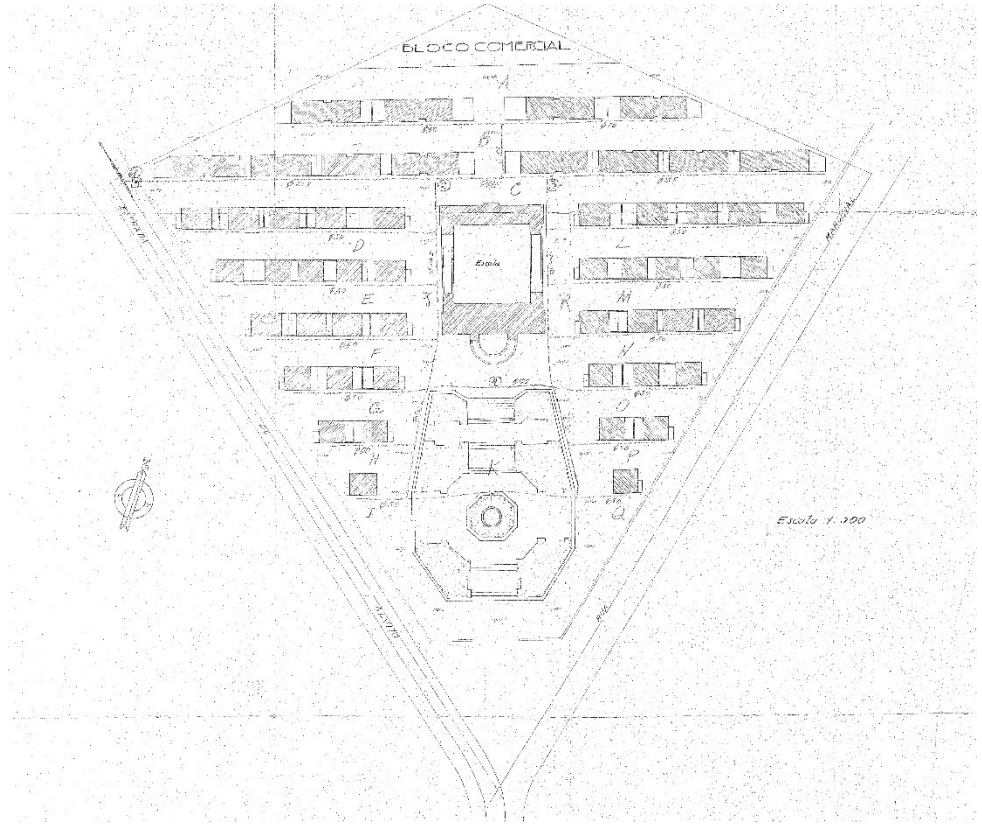
Pensou ainda num plano urbanístico que possibilitaria a ligação e desenvolvimento do bairro de Alcântara a sul (nunca se veio a concretizar).



094. Desenho de Paulino Montez, Estudos de Urbanismo de Portugal, Lisboa, Alcântara, Alvito, nº2.

Dentro destas duas modalidades, o bairro apresentou somente duas tipologias, de dois e três quartos, sendo que as zonas húmidas como a cozinha e as instalações sanitárias estão encostadas à fachada norte, acrescentando um quarto dependendo da tipologia. A sala comum e os restantes compartimentos orientam-se a sul.

A linguagem de todos os edifícios baseia-se em linhas retas, tendo alguns pormenores nos vãos como parapeitos e pequenas palas salientes, o embasamento é marcado por uma linha mais escura, de textura salpicada. As coberturas eram originalmente planas[34], marcadas por uma linha reta saliente na platibanda. As escadas exteriores reforçariam a linguagem cubista pretendida pelo arquiteto, as interiores, nos blocos maiores a norte, estavam integradas num torreão central, coroado pelas chaminés e iluminado por vãos em arco orientados a sul. As linhas redondas só se verificaram nestes vãos e no corpo central, na fachada sul, a principal.

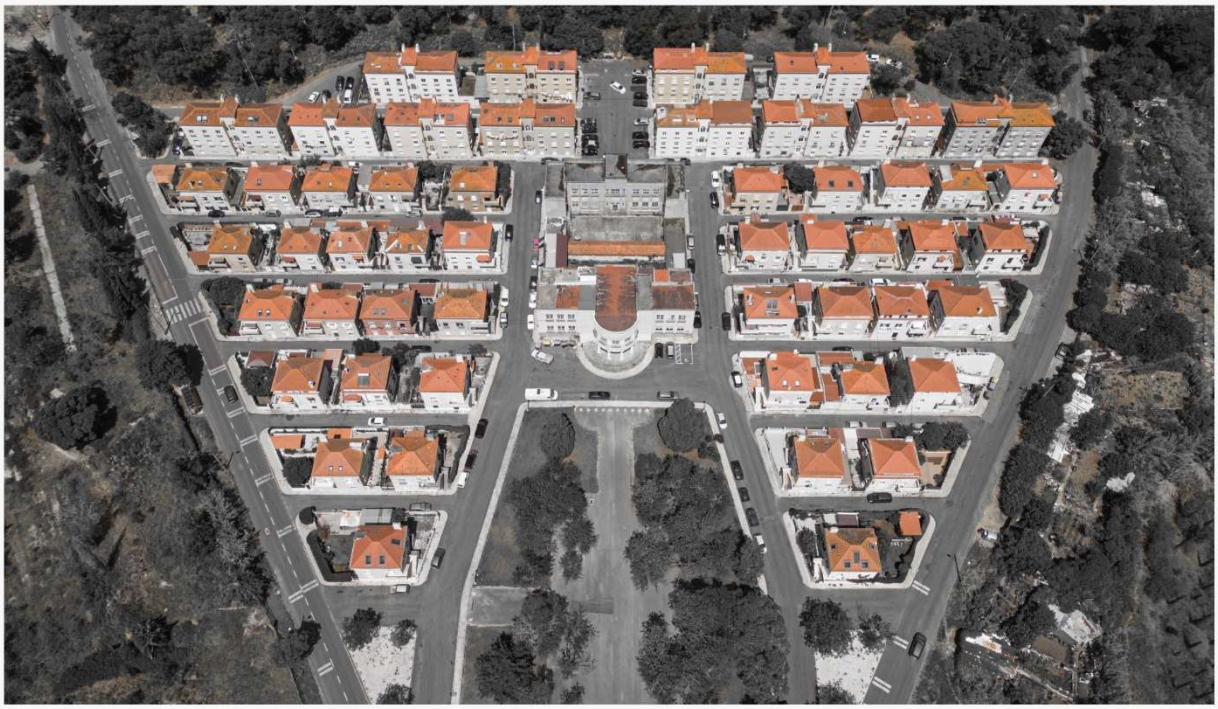


Arquivo da EPAL

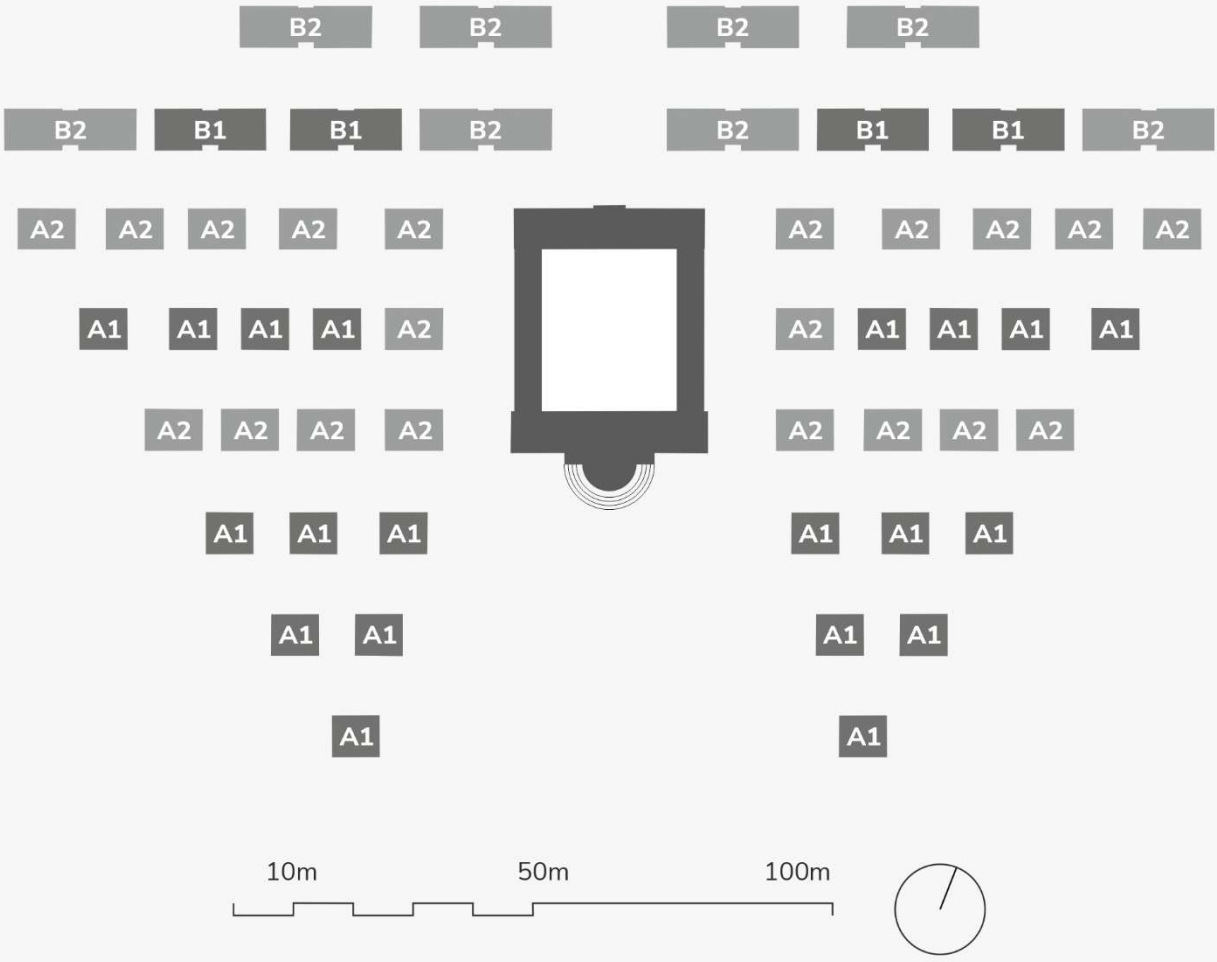
34 Depois do bairro ser finalizado, ainda antes de ser habitado, por ser de construção pobre, verificaram-se alguns problemas construtivos, com especial destaque para as coberturas, que se revelaram bastante permeáveis. O que levou a que se acrescentasse coberturas em telha para solucionar o problema, visto que o bairro esteve inabitado cinco anos depois da sua construção. Esta alteração do aspeto do bairro pode também ter surgido por iniciativa do regime, no sentido de o aproximar às características da tradicional casa portuguesa. O Arquiteto Paulino Montez, em nada influenciou estas decisões.



096. O bairro do Alvito em construção. Jornal O Século. Álbuns Gerais nº46. ANTT. 1938



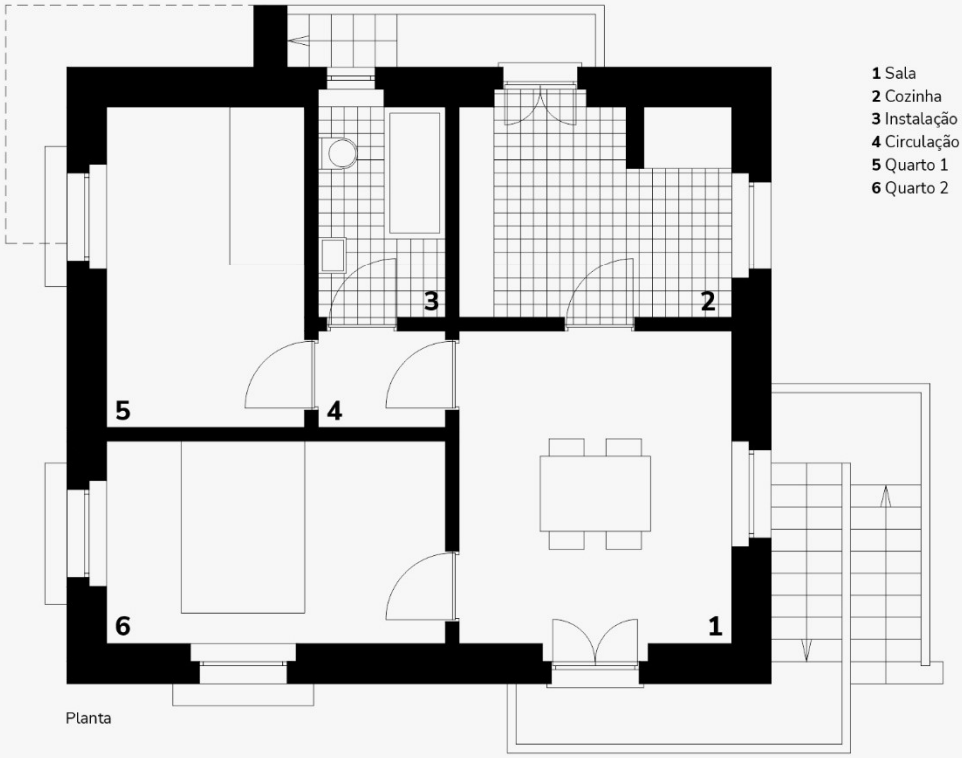
097. Vista aérea sobre o bairro do Alvito. Imagem drone Vadim Softenko 2023



098. Distribuição das tipologias. PA

A1

DESENHOS ELABORADOS COM BASE NO DOCUMENTO **Cadernos de Habitação n.º 001. Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974). Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto**



1 Sala
2 Cozinha
3 Instalação Sanitária
4 Circulação
5 Quarto 1
6 Quarto 2

Planta

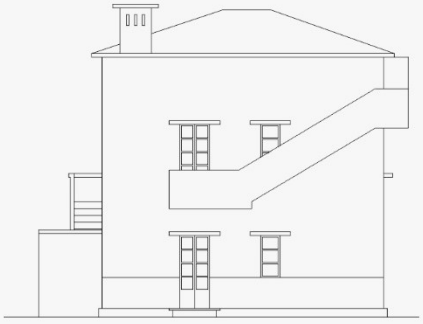




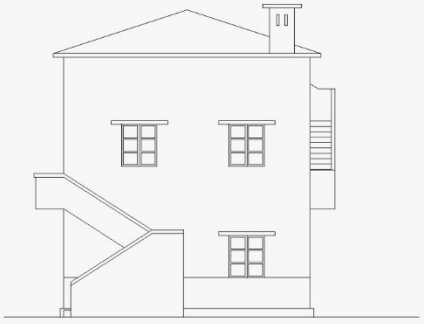
Alçado Principal



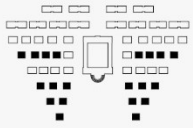
Alçado Lateral 1



Alçado Posterior



Alçado Lateral 2



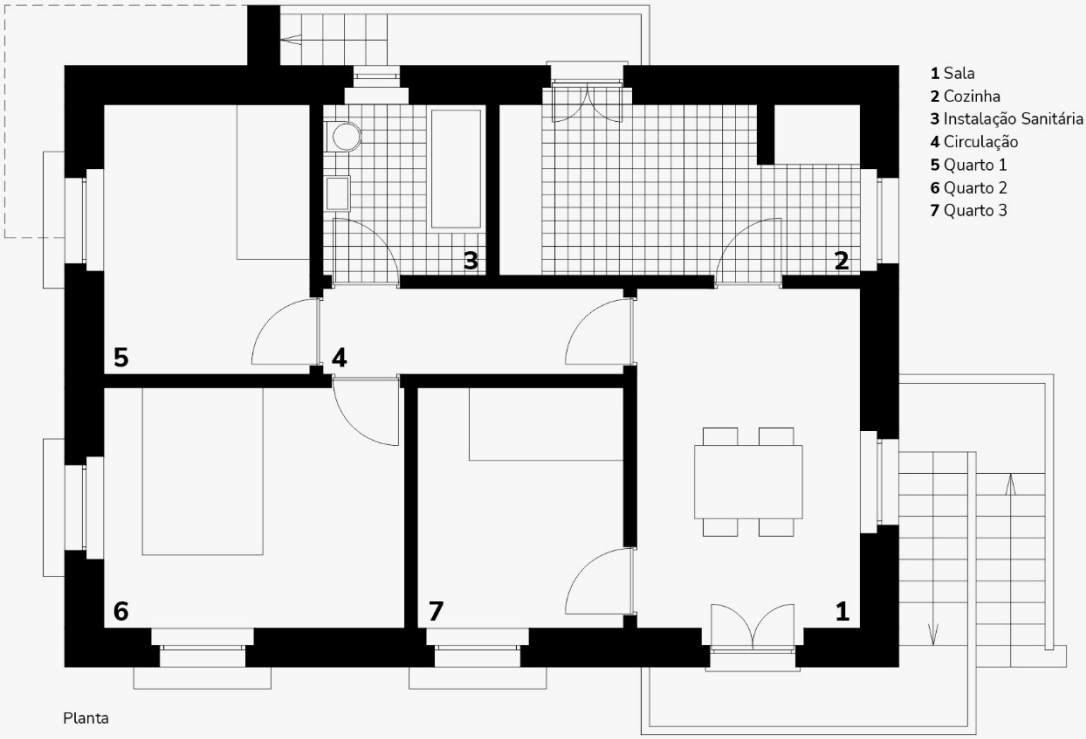


099. Bairro do Alvito. Tipologia de casas tipo A1. PA

CASAS TIPO **A1**

A2

DESENHOS ELABORADOS COM BASE NO DOCUMENTO **Cadernos de Habitação n.º 001. Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974). Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto**

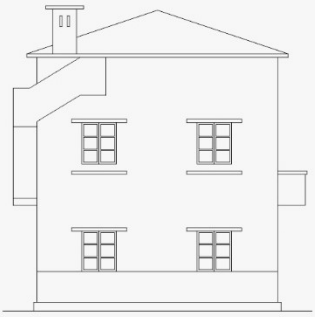


Planta

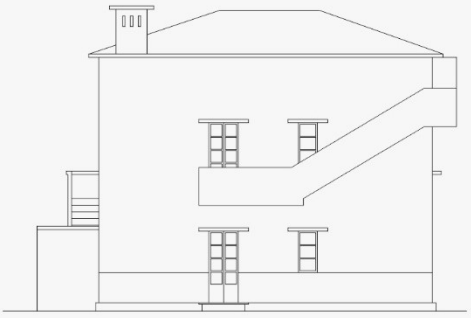




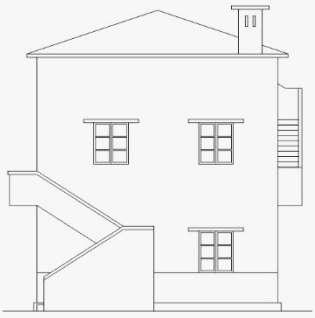
Alçado Principal



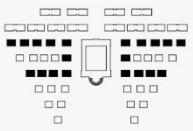
Alçado Lateral 1

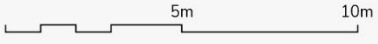


Alçado Posterior



Alçado Lateral 2



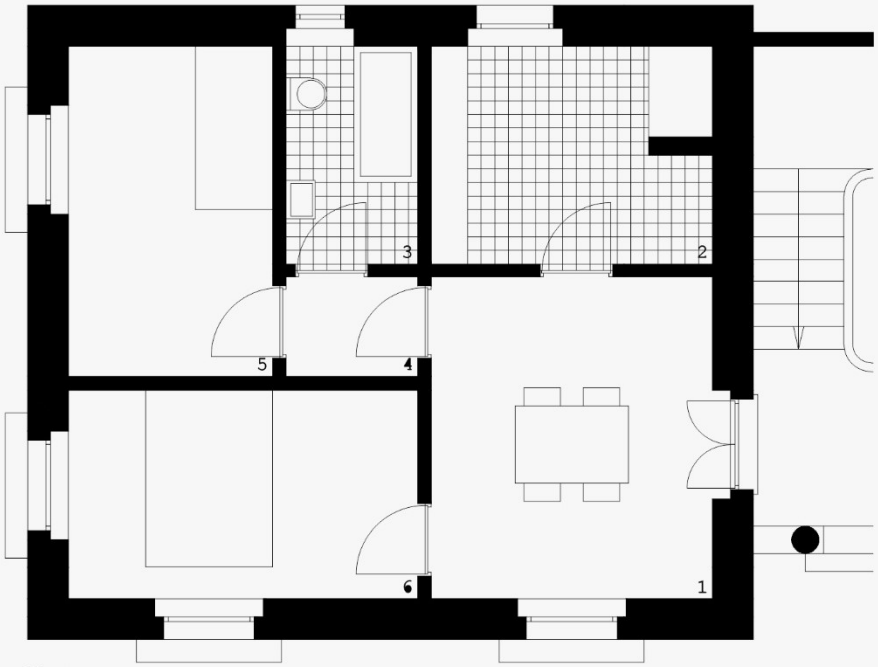


100. Bairro do Alvito. Tipologia de casas tipo A2. PA

CASAS TIPO **A2**

B1

DESENHOS ELABORADOS COM BASE NO DOCUMENTO **Cadernos de Habitação n.º 001. Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974). Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto**

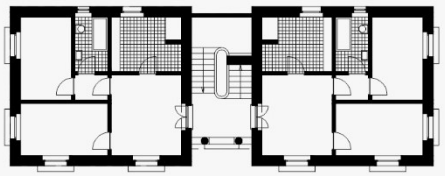


Planta

1 Sala
2 Cozinha
3 Instalação Sanitária
4 Circulação
5 Quarto 1
6 Quarto 2

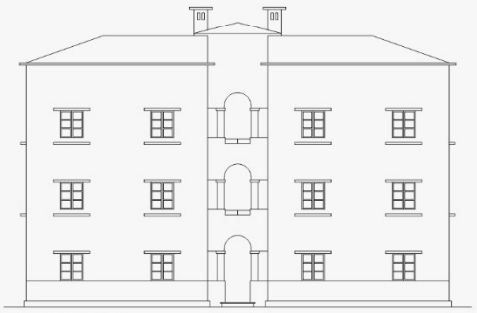




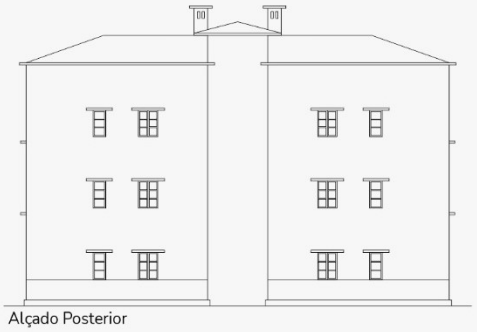




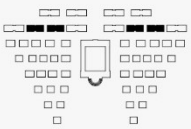
Alçado Lateral

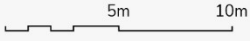


Alçado Principal



Alçado Posterior





101. Bairro do Alvito. Tipologia de casas tipo B1. PA

CASAS TIPO **B1**

B2

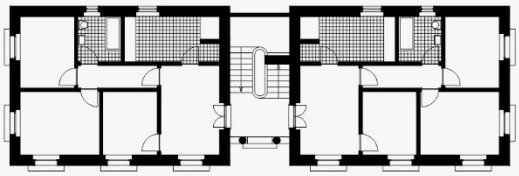
DESENHOS ELABORADOS COM BASE NO DOCUMENTO **Cadernos de Habitação n.º 001. Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974). Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto**

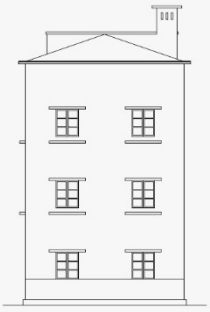


Planta

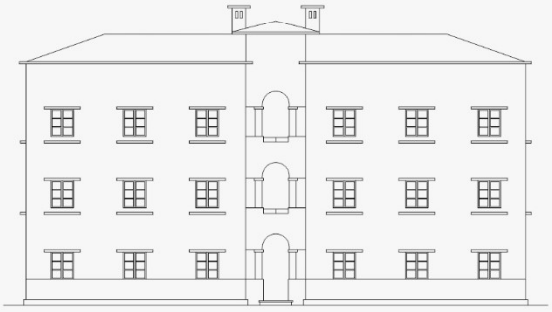
1 Sala
2 Cozinha
3 Instalação Sanitária
4 Circulação
5 Quarto 1
6 Quarto 2
7 Quarto 3



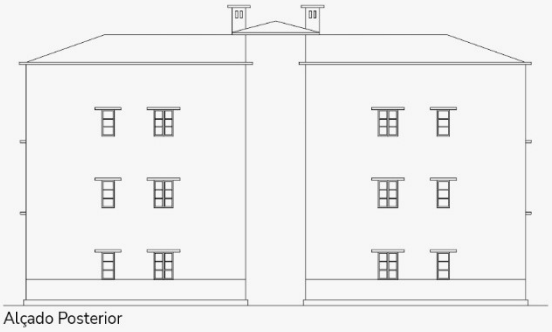




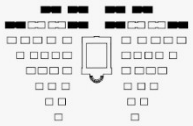
Alçado Lateral

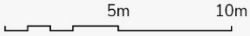


Alçado Principal



Alçado Posterior



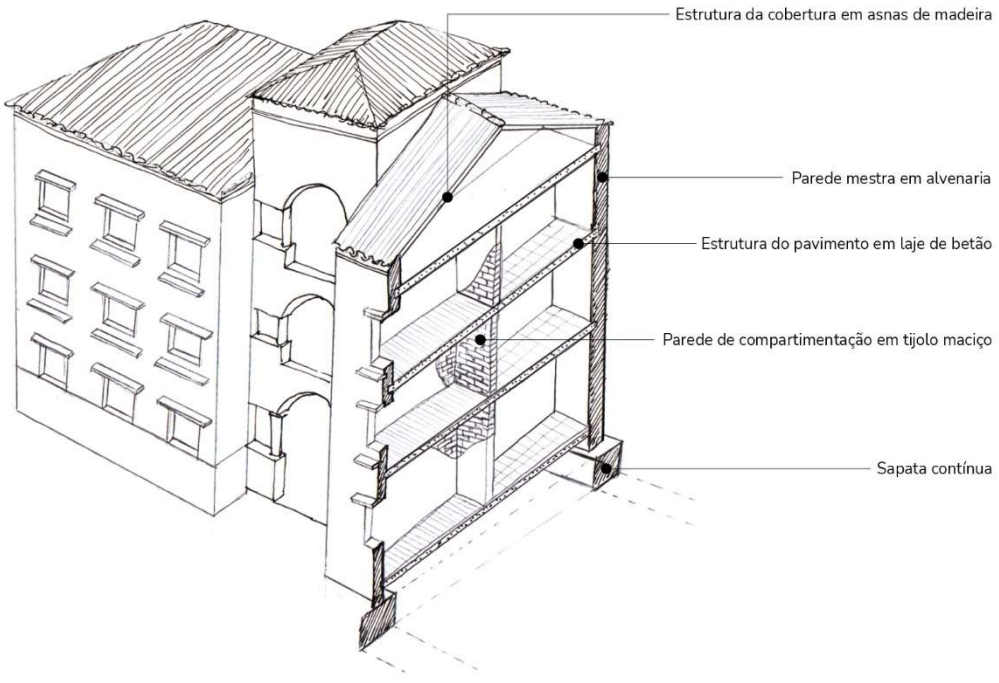


102. Bairro do Alvito. Tipologia de casas tipo B2. PA

CASAS TIPO **B2**

Estes tipos de edifícios foram denominados “Edifícios de Placa”, caracterizados por serem de construção mista, de alvenaria e betão, inseridos mais popularmente na região de Lisboa entre as décadas de 30 e 60. Com o Regulamento Geral da Construção Urbana (RGCU) implementado em 1930 pela CML, que tinha como principal objetivo, melhorar a segurança e resistência dos edifícios, desincentivavam outros tipos de construção, como os de “gaioleiro”, em prol da integração do betão armado, reforçando o travamento entre paredes.

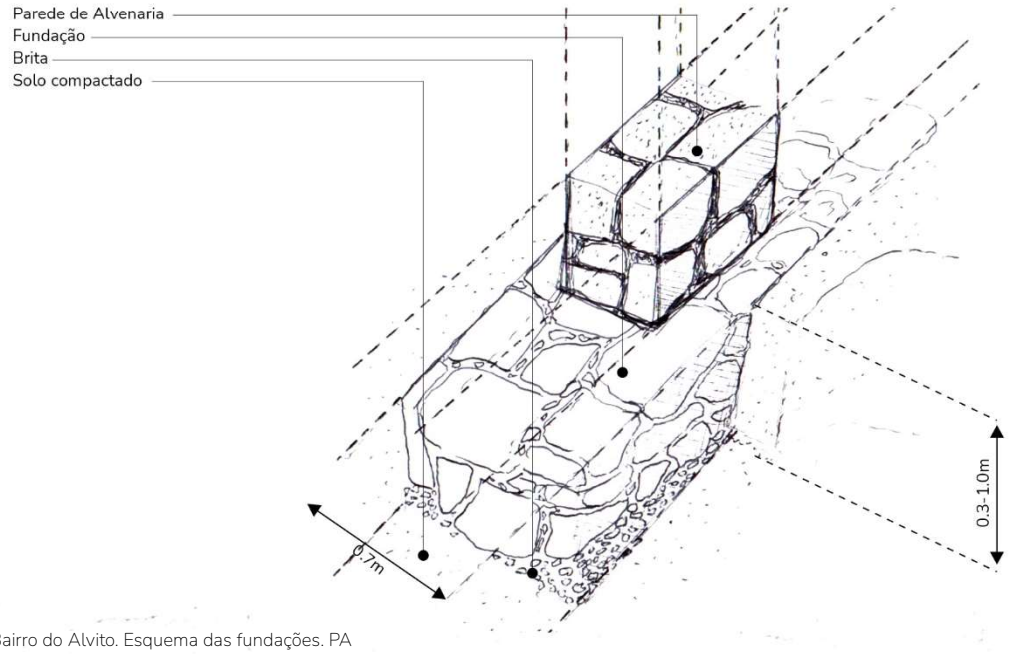
Alguns edifícios totalmente construídos em betão armado já se implementavam nesta altura em Portugal, no entanto, com a chegada da 2ª Guerra Mundial, a procura de ferro aumenta substancialmente, o que obriga à sua utilização em alguns pontos mais sensíveis dos edifícios, como escadas, lajes e zonas húmidas.



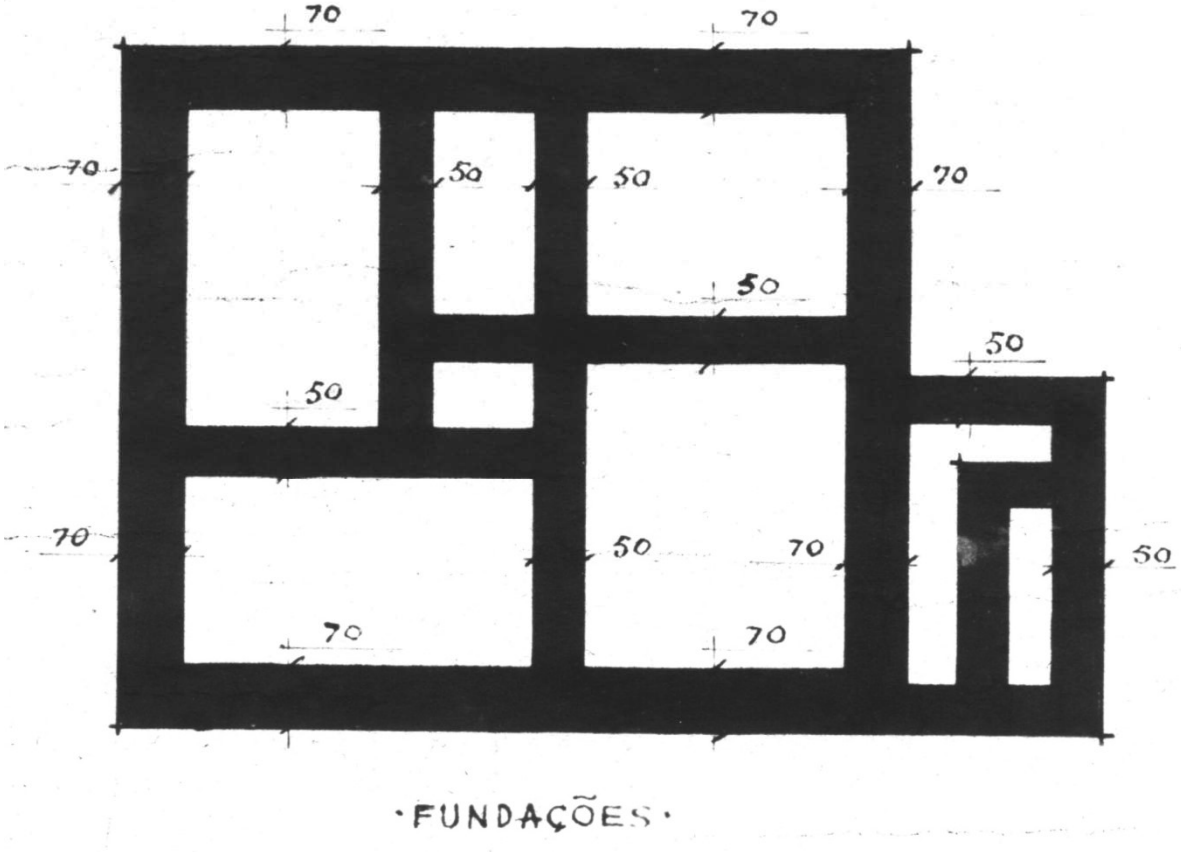
103. Bairro do Alvito. Esquema da construção. PA

FUNDAÇÕES

As fundações são compostas por sapatas contínuas em alvenaria de pedra de enrocamento, assente numa cama de brita calcária. Seguem o perímetro das paredes e escadas e têm normalmente cerca de 70cm de largura.



104. Bairro do Alvito. Esquema das fundações. PA



105. Desenho de fundações de uma habitação. Atelier de Paulino Montez 1936

PAREDES

A estrutura destas construções é feita por paredes exteriores autoportantes de alvenaria em pedra de enrocamento com cerca de 50cm de espessura, sendo que o betão armado só se observa nas lajes e escadas. As paredes interiores e platibandas são constituídas por tijolo perfurado ou maciço, geralmente designado por "tijolo burro", com cerca de 15cm de espessura.
No edifício central observou-se a utilização de vigas de betão armado para suportar as lajes nos espaços de maior área.

Nas paredes exteriores verificou-se a aplicação de reboco areado, e no rodapé do embasamento, salpicado. No interior o acabamento é mais delicado, com aplicação de estuque nas paredes e tetos.

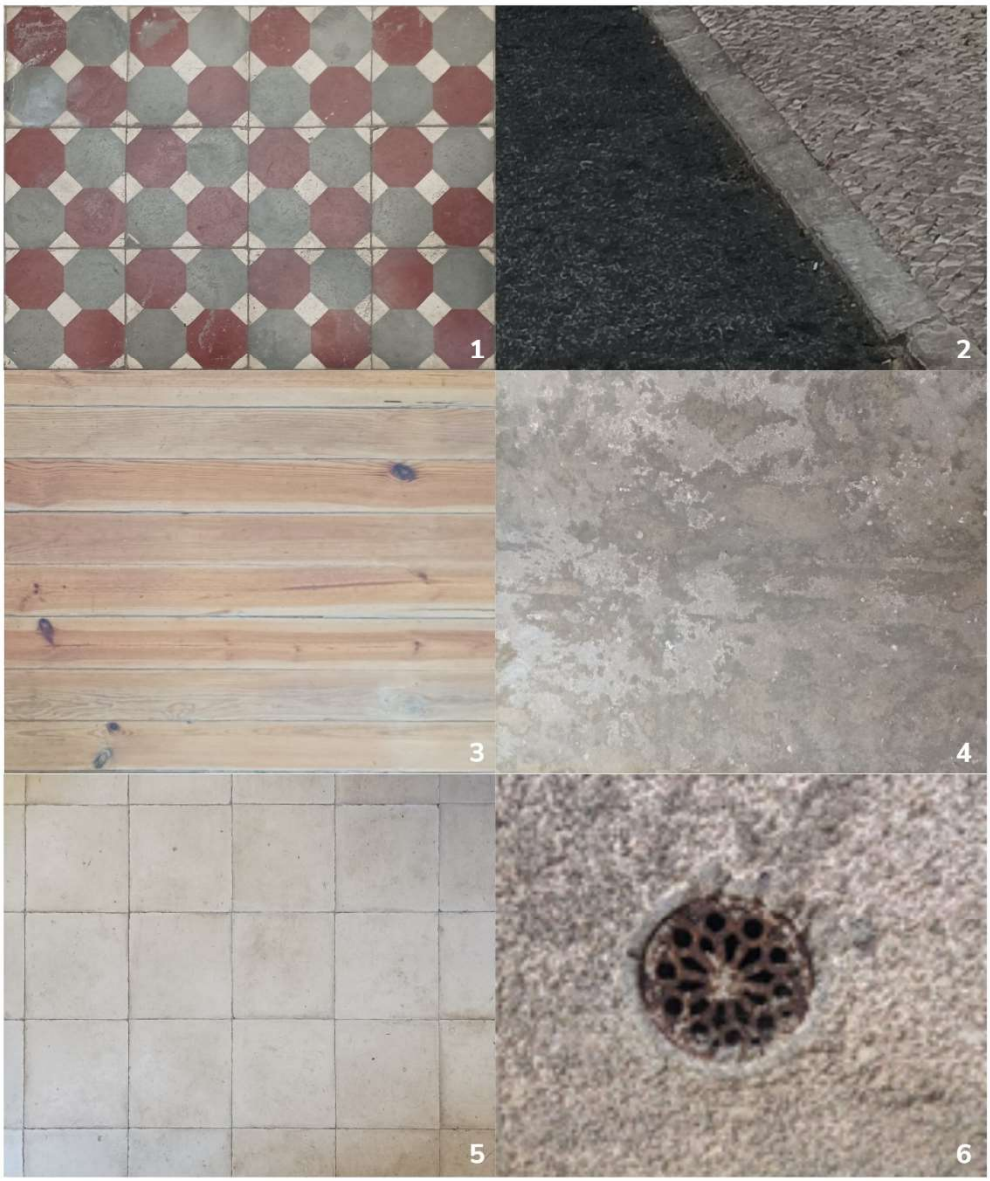


106. Parede com estrutura à vista. PA

PAVIMENTOS

No geral, os pavimentos foram assentes na laje de betão, pelo que nas zonas húmidas como instalações sanitárias ou cozinhas, o assentamento de peças hidráulicas foi direto. Os pavimentos em madeira de pinho assentaram numa estrutura de sarrafos, de modo a evitar o contato direto com o terreno, existe uma caixa de ar ventilada no piso térreo. Nas zonas de circulação comuns utilizou-se a betonilha afagada, talvez por ser mais barato. No exterior os pavimentos foram aplicados em calçada à portuguesa nas zonas pedonais e asfalto nas vias rodoviárias.

1. pavimento instalação sanitária na capela **2.** pavimentos nos arruamentos **3.** pavimento pinho na associação MIAU **4.** betonilha afagada no edifício B2 habitação **5.** pavimento na associação MIAU **6.** elemento de ventilação da caixa de ar no edifício central

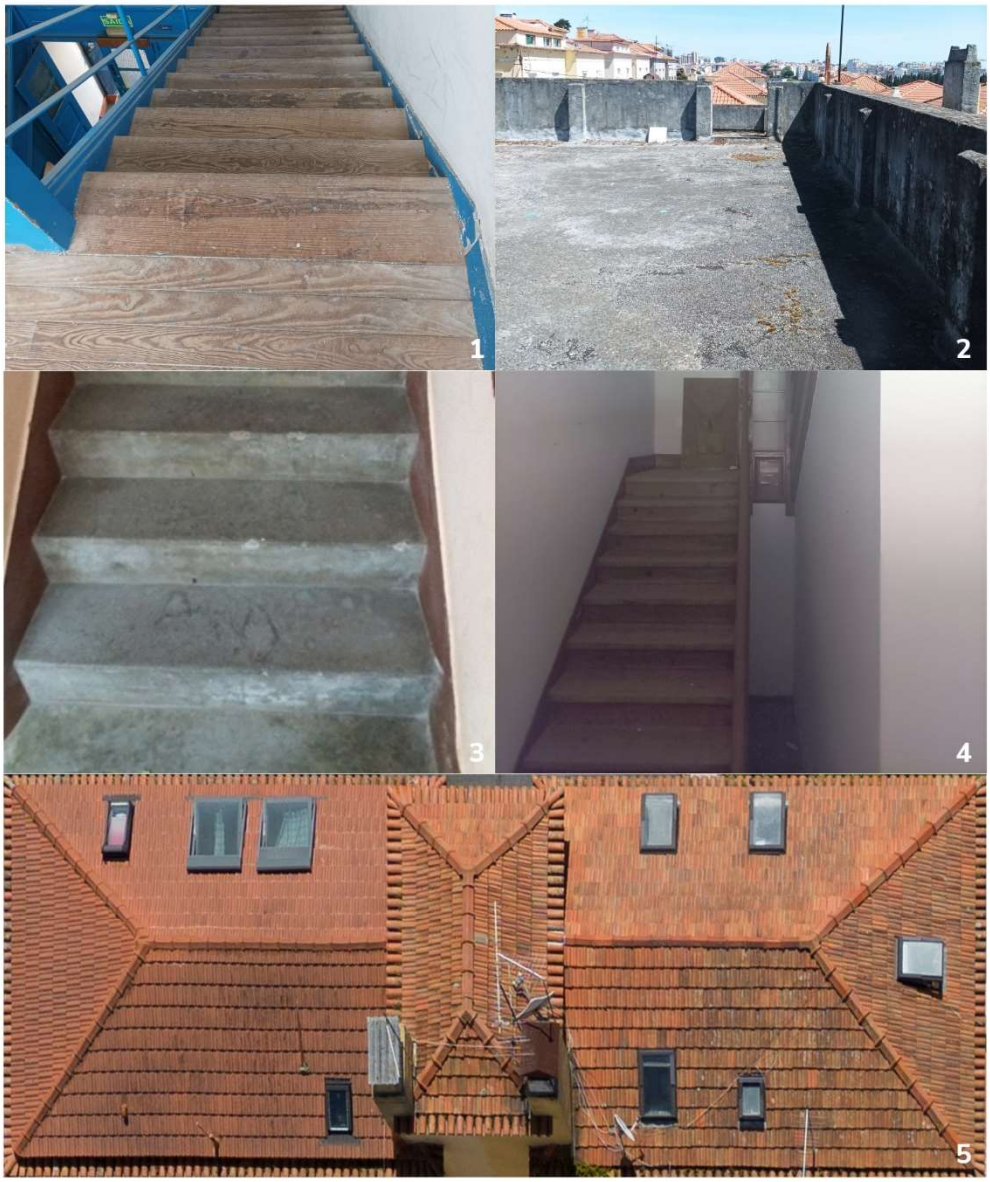


107. Representação dos tipos de pavimentos. PA

COBERTURAS E ESCADAS

As coberturas e caixas de escadas distinguem-se entre os edifícios de habitação e o edifício central.
Nas habitações, as coberturas são constituídas por asnas, madres, varas e ripas de madeira de eucalipto e pinho, revestidas superiormente por telhas do tipo "marselha". Nas escadarias verificou-se a betonilha afagada.
No edifício central, verificou-se que as coberturas são planas, com as lajes à vista, revestidas por tela asfáltica. As escadas são compostas por estruturas em madeira, revestidas a madeira de pinho com guardas metálicas.

1. escadaria norte no edifício central **2.** cobertura plana no edifício central, norte **3.** escadaria comum num edifício tipo B2 **4.** escadas de acesso no edifício central, sul **5.** cobertura em edifício de habitação tipo B2



108. Representação dos tipos de escadas e coberturas. Fotografias PA e foto da cobertura por Vadim Softenko

4.6 SÍNTESE CONCLUSIVA

O Bairro do Alvito, encostado numa colina de Monsanto, orientado a sul, com uma vista desafogada para o rio Tejo, teve a sua origem a partir de uma iniciativa de antigos funcionários da CML, em que mais tarde foi absorvido pelo Programa de Casas Económicas. Teve, desde a sua génese, um certo cariz inóspito, talvez pelas circunstâncias políticas municipais, de um claro adiamento de soluções urbanísticas, talvez por falta de interesse, ou por estar inserido numa zona mais sensível.

Numa zona da cidade que terá sido anteriormente bastante ativa, quer pelas razões comerciais de extração de pedra e cal, quer pelas simples vivências da população que se foi fixando naturalmente por variadas razões, essencialmente industriais. Existe um passado histórico longo que tem uma influência inegável na comunidade, o que resulta em fatores expressivos de identidade cultural e sentido de pertença.

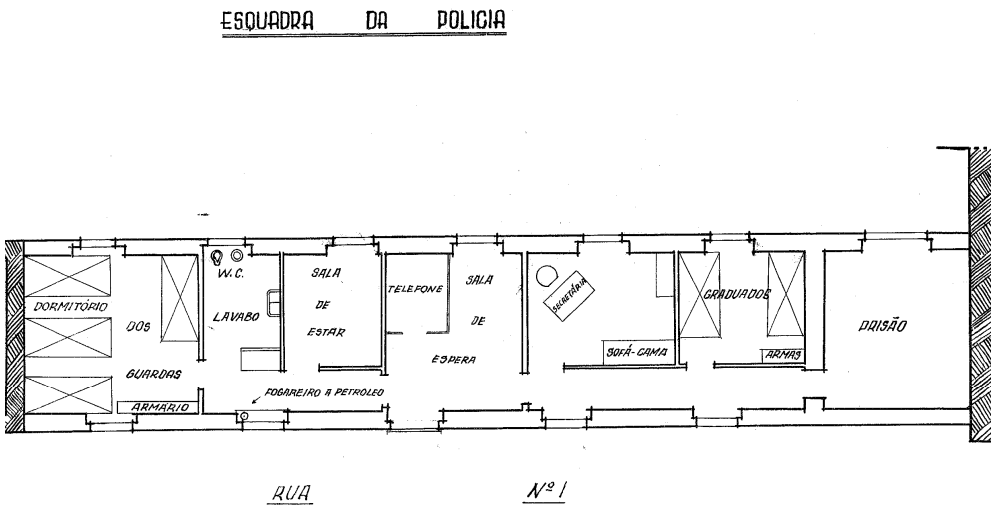
Este bairro pode ser considerado um símbolo do regime do Estado Novo, em que as políticas de expansão e colonização de zonas despovoadas, tanto rurais como urbanas, serviram de veículo motor dos seus ideais. Este modelo de intervenção foi copiado por outros regimes fascistas instalados à época na europa, exemplos disso, a Itália de Mussolini, ou a Espanha Franquista.

5. O EDIFÍCIO CENTRAL DO BAIRRO DO ALVITO

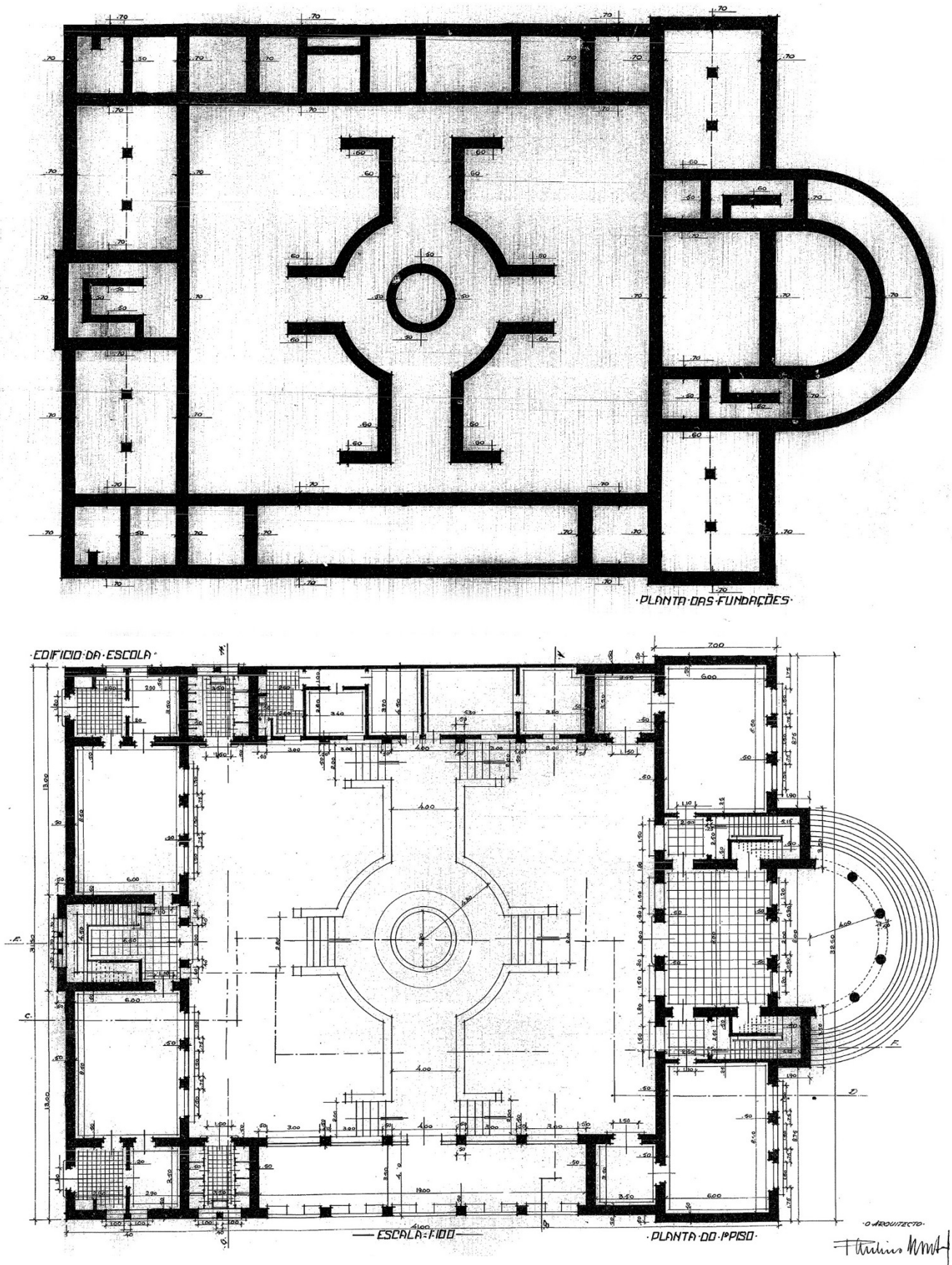
5.1 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Este edifício terá sido construído ao mesmo tempo que o bairro, inicialmente denominado pelo arquiteto por *Centro Cultural*, foram vários os usos registados ao longo da sua história. Terá sido integrado no Plano dos Centenários, para aí funcionar uma escola, pelo que se pôde constatar.
Logo após a sua construção, teve obras de adaptação, algumas paredes foram demolidas na ala nascente para aí acomodar um espaço de refeitório e cozinha, foi adicionado um telheiro no centro do pátio para fazer a divisão por sexos, e outro no corpo sul, funcionando ambos como recreio coberto. Acrescentou-se uma entrada no corpo norte para a utilização do sexo feminino. Foram acrescentadas paredes de divisão no 1ºpiso do corpo norte de modo a complementar com espaço de arrumação para os professores.

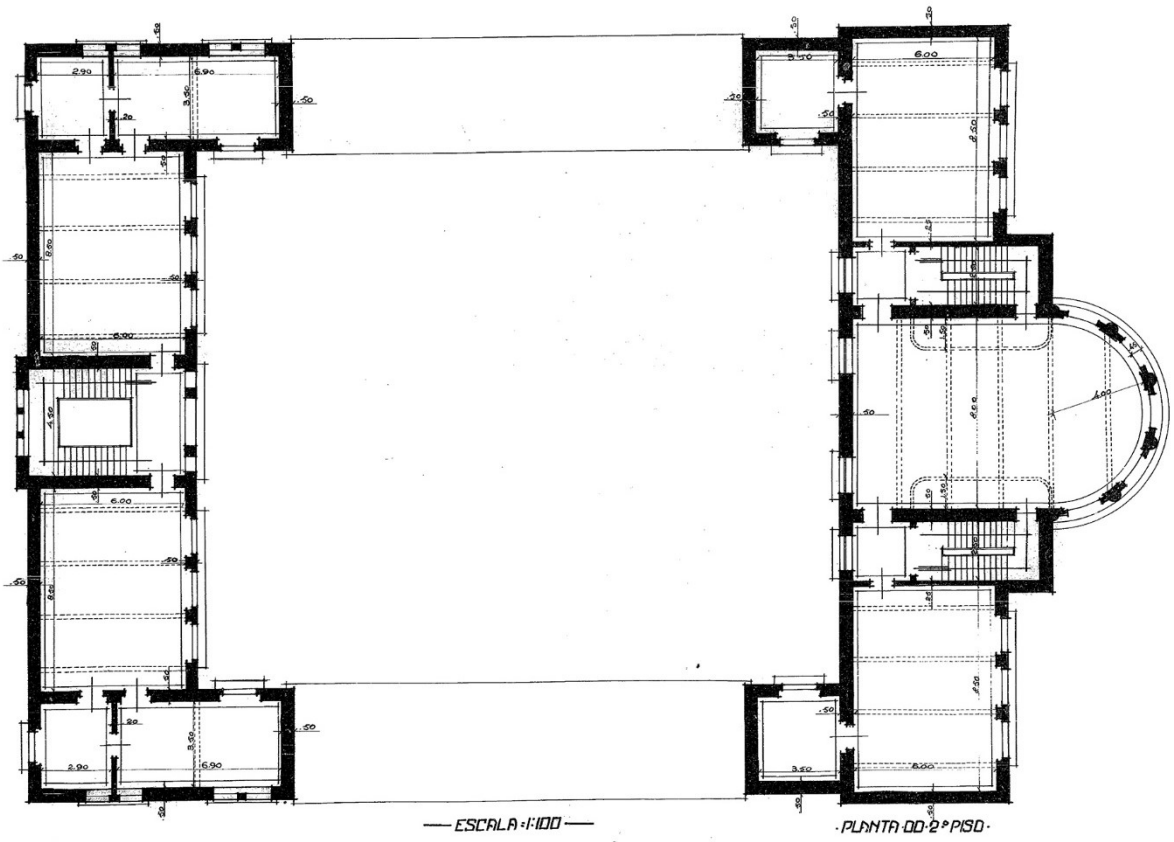
Pelo que se pôde constatar, o edifício estaria preparado na altura para estar servido de um posto de polícia, na ala poente, não se sabe se chegou a funcionar.

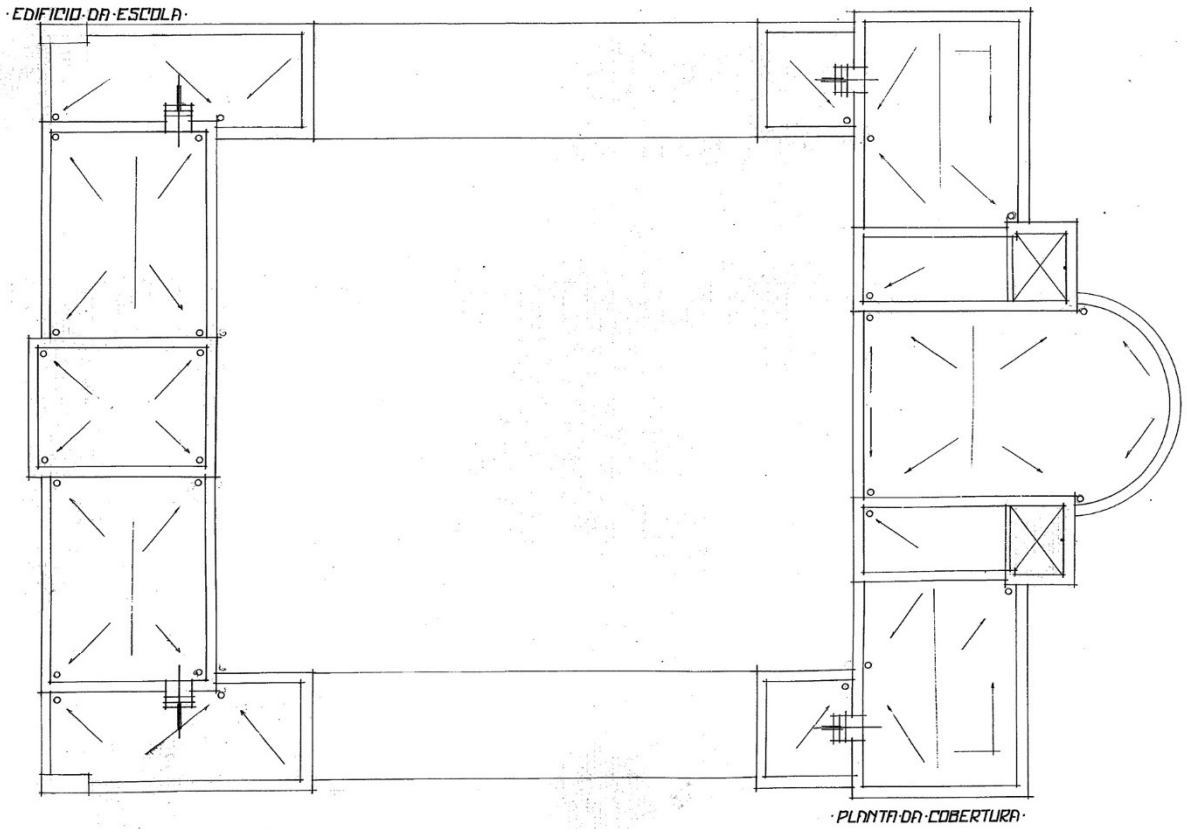


109. Projeto da esquadra da polícia. GEO (193-?)

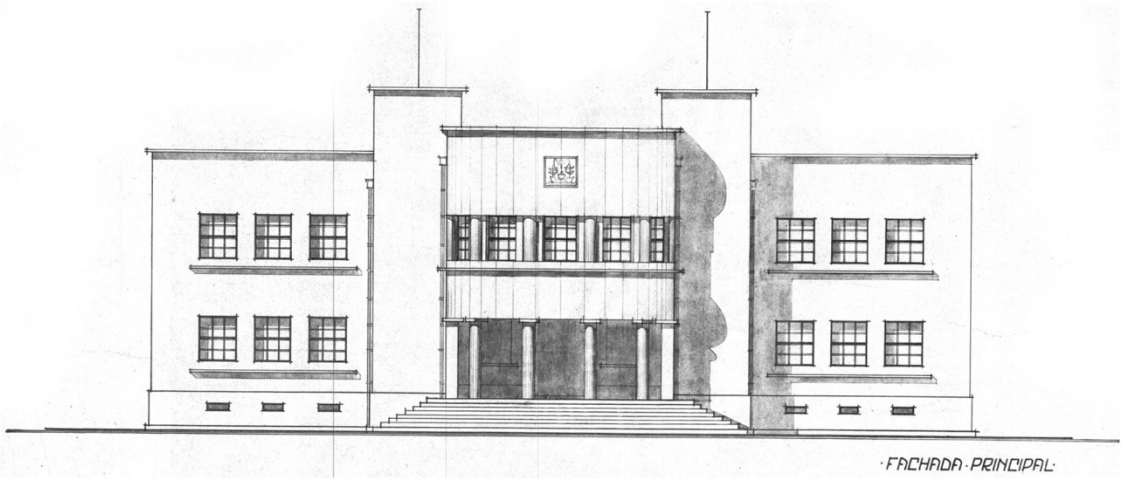


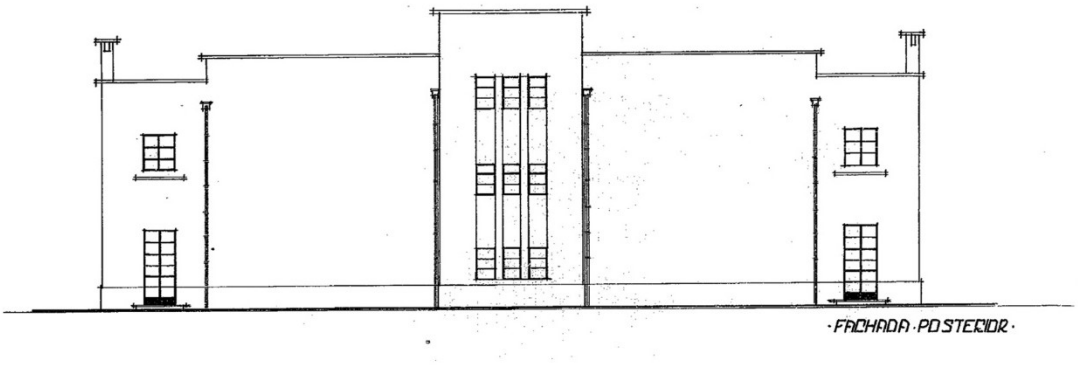
110. Plantas de fundações e 1ºpiso. Desenhos do atelier de Paulino Montez, elaborados por Manuel Machado, GEO 1936

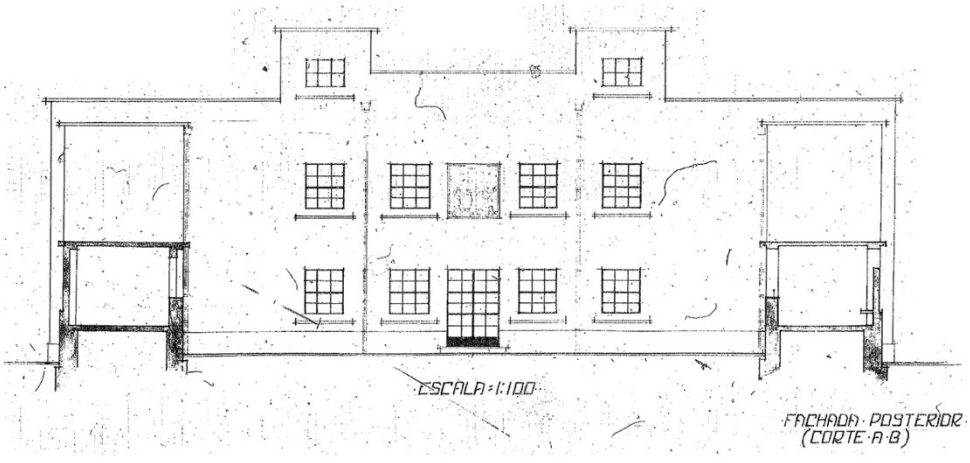




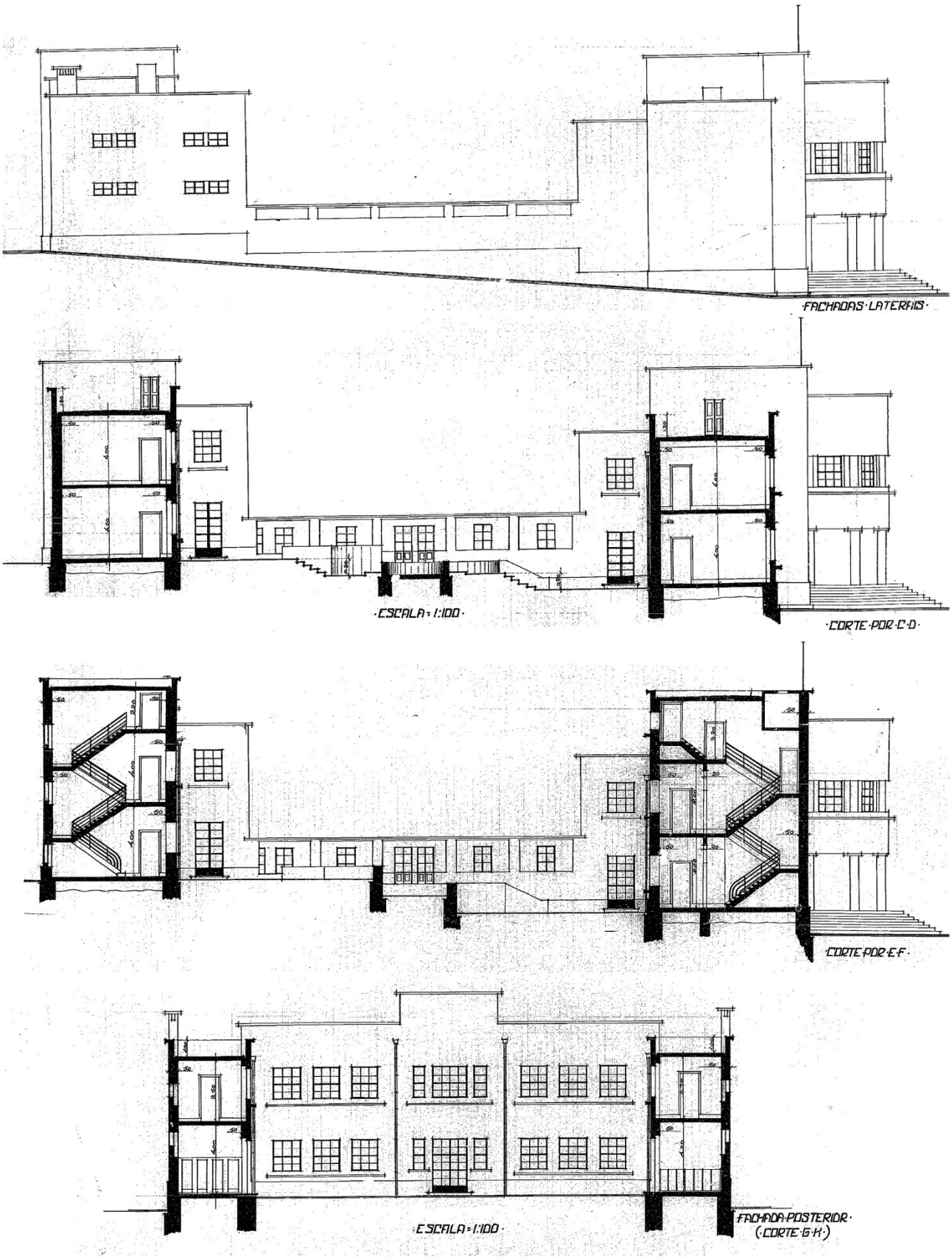
111. Plantas do 2ºpiso e cobertura. Desenhos do atelier de Paulino Montez, elaborados por Manuel Machado, GEO 1936



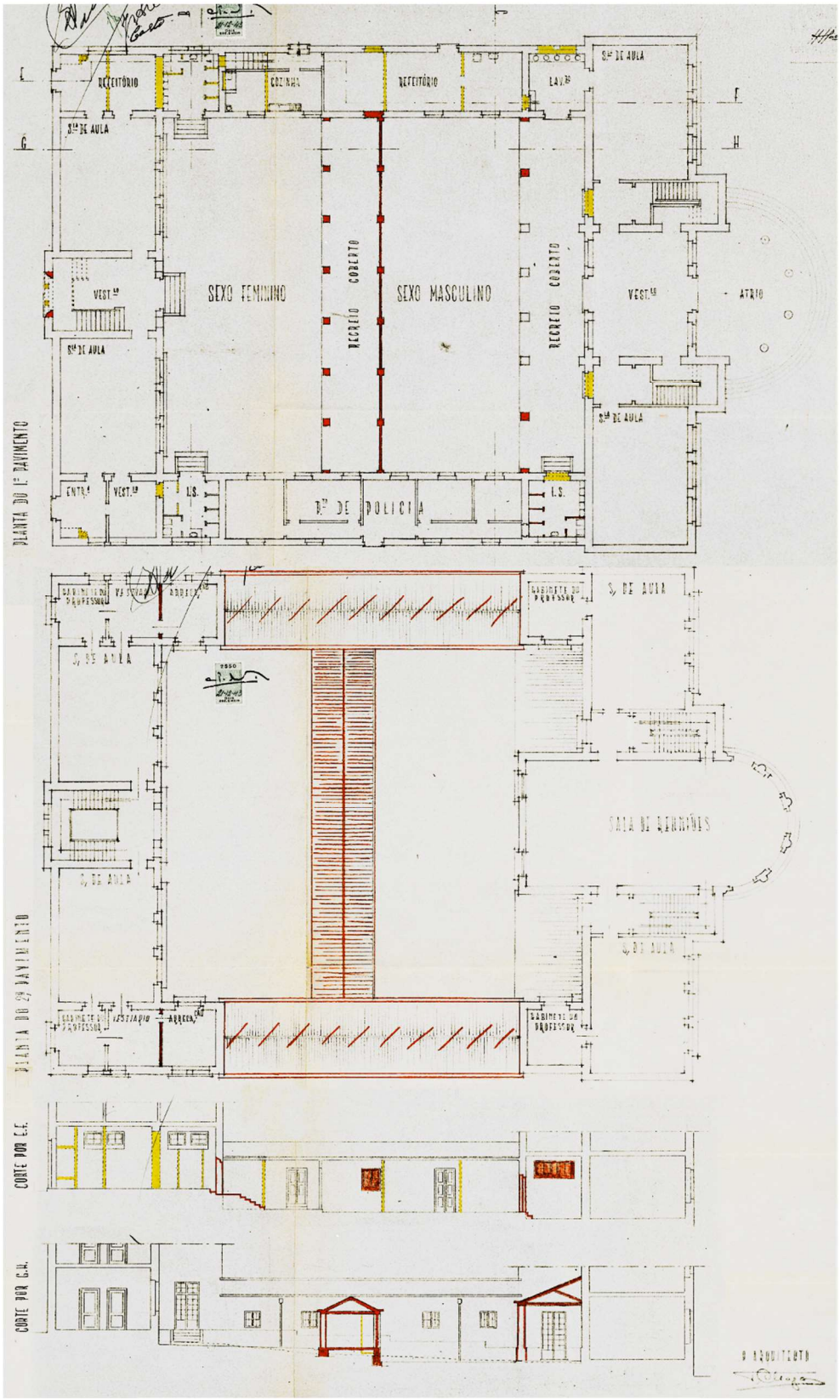




112. Alçados. Desenhos do atelier de Paulino Montez, elaborados por Manuel Machado, GEO 1936



113. Alçados e cortes. Desenhos do atelier de Paulino Montez, elaborados por Manuel Machado, GEO 1936



114. Projeto de adaptações na escola do bairro do Alvito, AML 1943, (manipulada digitalmente PA)

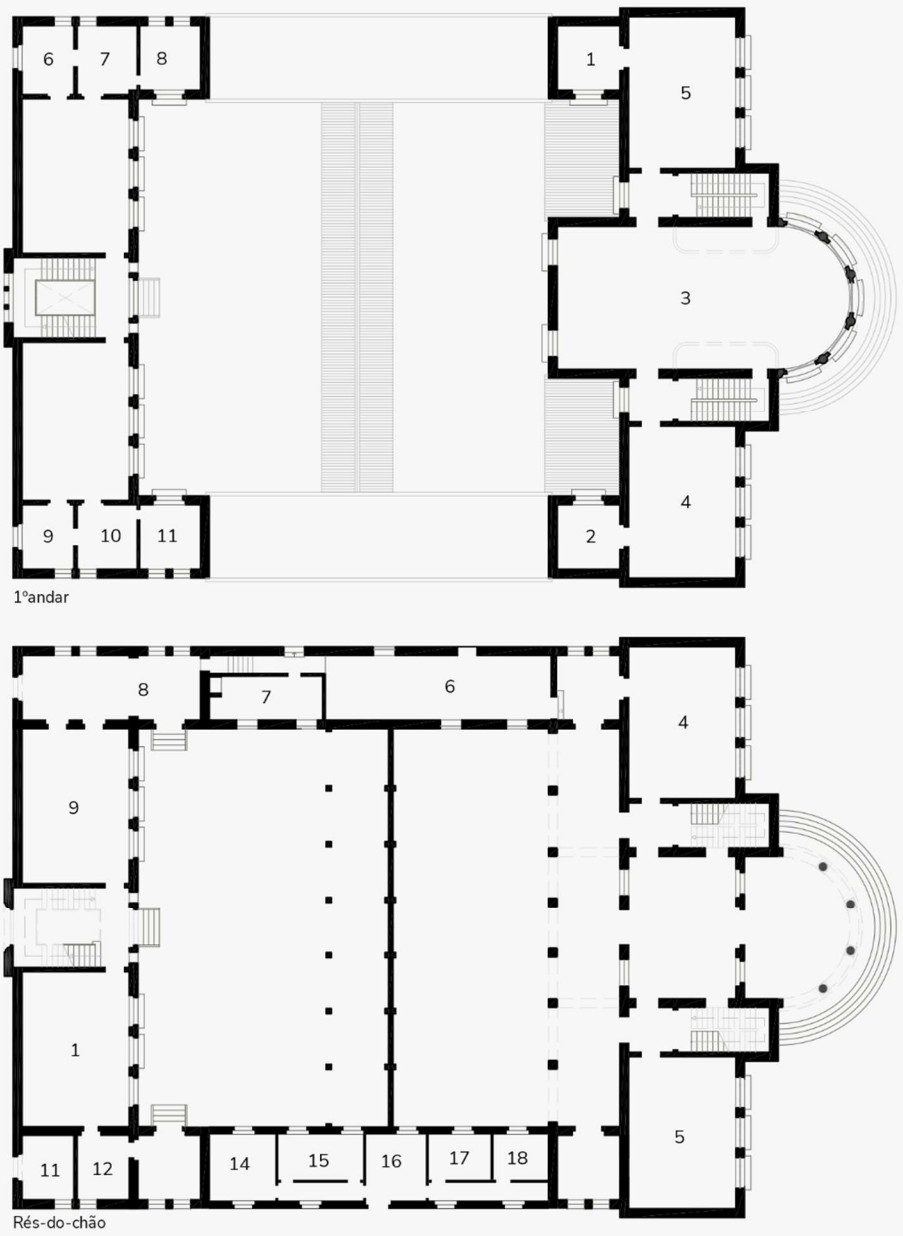
A escola encerrou em 1959 por falta de alunos, substituída por uma Biblioteca Municipal e um depósito de material dos museus municipais da CML. Esta altura coincide com os trabalhos de construção da ponte, que alteraram e afetaram bastante o local, deslocando muitas famílias que aí residiam (algumas em barracas) para outras zonas da cidade.

O Centro de Recreio Cultural nº13 (Designado por Ginásio Clube do Bairro do Alvito, GCBA) é inaugurado no salão de festas do edifício a 10 de março de 1951, promovido pela FNAT e pela Emissora Nacional, com a presença de um representante do Chefe de Estado, para além de outras individualidades. No intuito de retirarem os jovens do ambiente das ruas e tabernas que se fazia sentir em Alcântara, este centro promovia cultura, desporto e recreio, *a bem do físico e da moral*. Funcionava ainda como organização da população do próprio bairro, realizando alguns pedidos à CML como servir o bairro de um transporte público, que à data se encontrava a 1500m de distância, ou uma cabine telefónica.

Logo no início de 1961, o edifício é alvo de uma visita por parte da CML, visto que se encontrava em estado de degradação, necessitando de algumas obras de reparação e conservação. Decide-se que as salas da ala poente teriam como destino, estabelecimentos de comércio, peixaria e mercearia, dado que se encontrava no local uma pequena barraca clandestina que servia a população com alguns bens.



115. Fotografia aérea do Bairro do Alvito onde se pode observar a barraca de mercearia a norte do edifício central. 1950. DGT

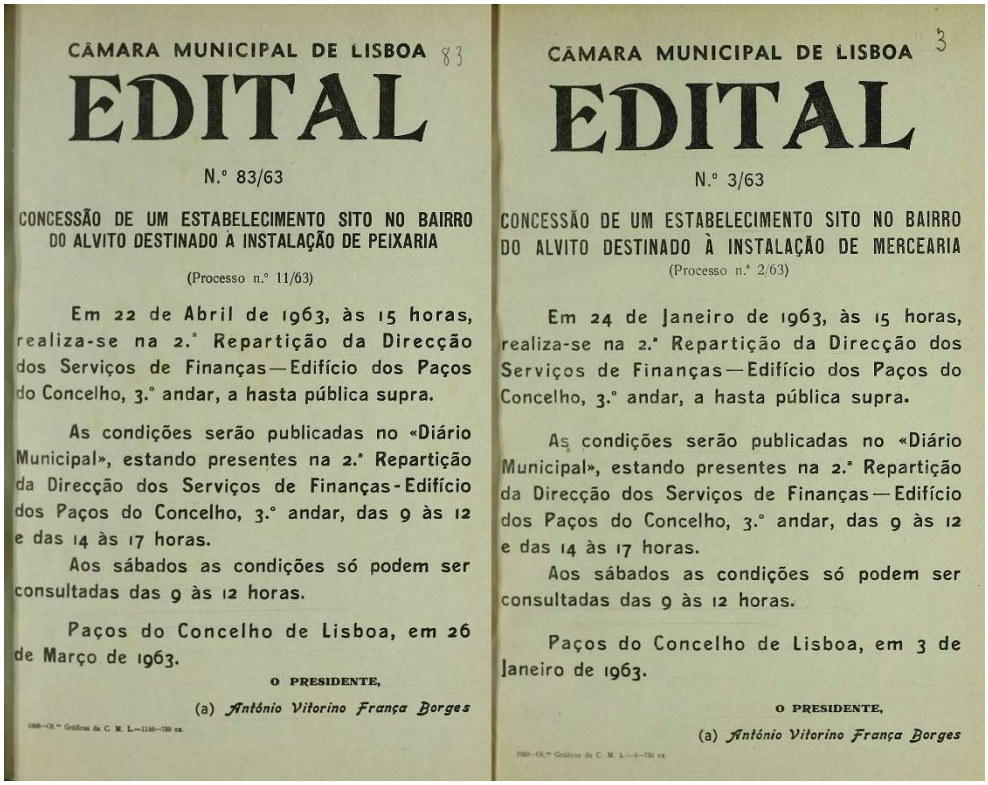


I – 1ºandar
1 – Biblioteca pública municipal – salas 4 e 5
2 – Salão de Conferências e Festas – sala 3
3 – Depósito de Livros – salas 1 e 2
4 – Depósito de material de exposições e mobiliário – retirado do palácio Benagazil – Qta do Policarpo – salas 6, 7, 8, 9, 10 e 11

II – Rés-do-chão
5 – Capela de Nossa Senhora de Fátima – salas 8 e 9 e cozinha 7
6 – Depósito de mobiliário de bibliotecas ao ar livre – sala 6
7 – depósito de jornais lidos nas Bibliotecas ao ar livre – salas 4 e 5
8 – Depósito de material de exposições – salas 11 e 12
9 – Sede do Ginásio Clube do Bairro do Alvito – salas 1, 14, 15, 16, 17 e 18

116. Planta elaborada com base numa descrição de uma visita feita pela CML em 10 de janeiro de 1961. PA

Algumas salas que na altura serviam para armazém ou arquivo dos museus municipais e exposições, foram cedidas ao GCBA, transferindo o material para outro local. A Capela de N.S. Fátima foi adaptada com uma instalação sanitária e espaço de paramentação para melhor acolher o pároco da freguesia.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA 83

EDITAL

N.º 83/63

CONCESSÃO DE UM ESTABELECIMENTO SITO NO BAIRRO DO ALVITO DESTINADO À INSTALAÇÃO DE PEIXARIA

(Processo n.º 11/63)

Em 22 de Abril de 1963, às 15 horas, realiza-se na 2.ª Repartição da Direcção dos Serviços de Finanças — Edifício dos Paços do Concelho, 3.º andar, a hasta pública supra.

As condições serão publicadas no «Diário Municipal», estando presentes na 2.ª Repartição da Direcção dos Serviços de Finanças - Edifício dos Paços do Concelho, 3.º andar, das 9 às 12 e das 14 às 17 horas.

Aos sábados as condições só podem ser consultadas das 9 às 12 horas.

Paços do Concelho de Lisboa, em 26 de Março de 1963.

O PRESIDENTE,

(a) *António Vitorino França Borges*

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA 3

EDITAL

N.º 3/63

CONCESSÃO DE UM ESTABELECIMENTO SITO NO BAIRRO DO ALVITO DESTINADO À INSTALAÇÃO DE MERCEARIA

(Processo n.º 2/63)

Em 24 de Janeiro de 1963, às 15 horas, realiza-se na 2.ª Repartição da Direcção dos Serviços de Finanças — Edifício dos Paços do Concelho, 3.º andar, a hasta pública supra.

As condições serão publicadas no «Diário Municipal», estando presentes na 2.ª Repartição da Direcção dos Serviços de Finanças — Edifício dos Paços do Concelho, 3.º andar, das 9 às 12 e das 14 às 17 horas.

Aos sábados as condições só podem ser consultadas das 9 às 12 horas.

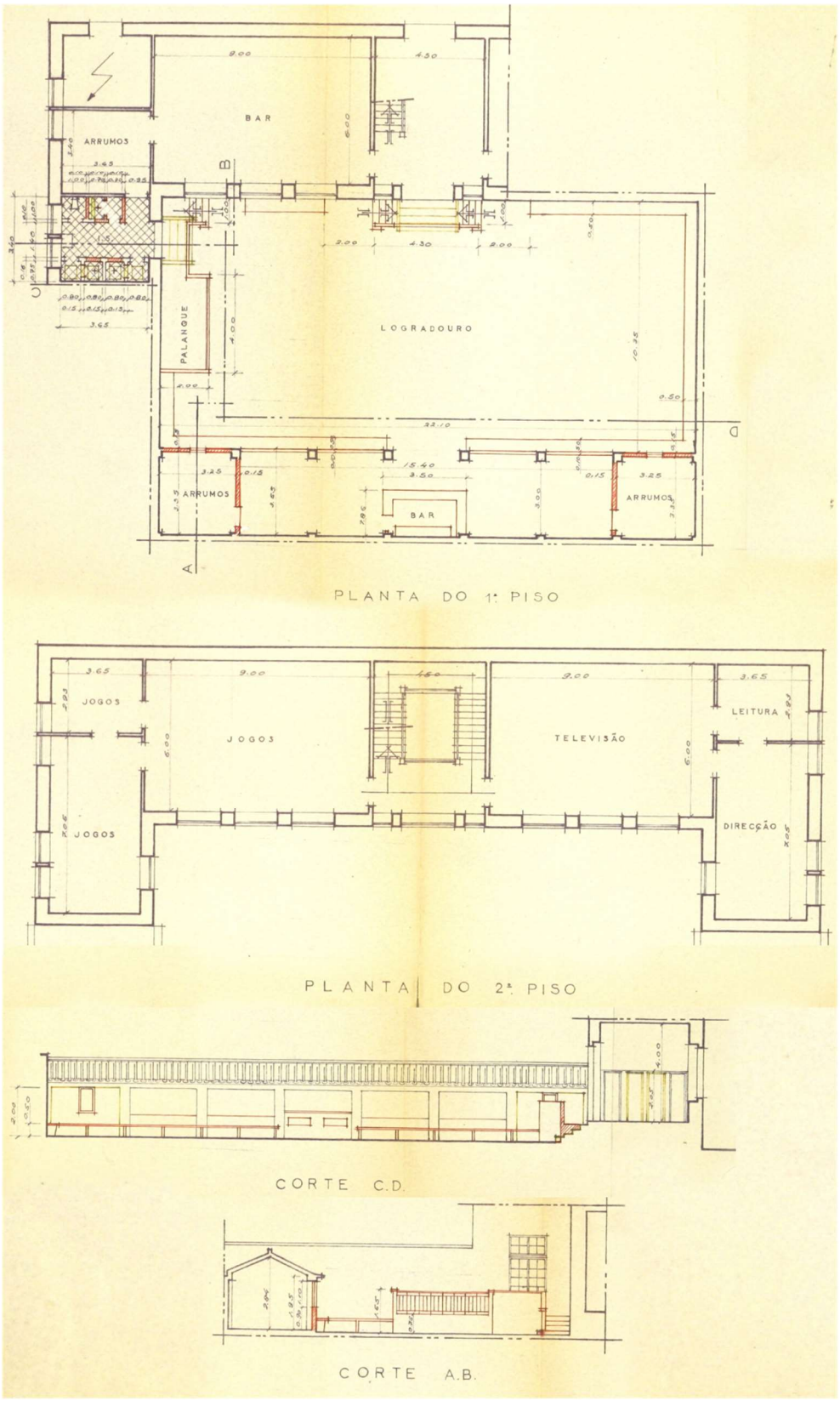
Paços do Concelho de Lisboa, em 3 de Janeiro de 1963.

O PRESIDENTE,

(a) *António Vitorino França Borges*

117. Edital da CML a publicitar a hasta pública de concessão de um estabelecimento sito no Bairro do Alvito destinado à instalação de mercearia. Coleção de editais da CML, AML 1963

Em 1963 o GCBA apresenta um projeto à CML com algumas obras de adaptação. Para o pátio exterior propõem um palanque em alvenaria para conjuntos musicais, um bar de apoio e espaços para arrumos, também em alvenaria. Bancos em todo o perímetro e alteração do acesso por escadas laterais, permitindo um campo de jogos a pavimentar em betonilha afagada. Para o interior, adaptação das instalações sanitárias para uso dos desportistas com divisórias em alvenaria para duches. As obras foram concluídas em 1967.



118. Proposta apresentada pelo GCBA à CML com algumas adaptações. Proc. 4284 AML.1963


FUNDO GERAL



119. Sala de Leitura da Biblioteca Municipal do Bairro do Alvito (194-)-(197-). AML



120. Biblioteca Municipal do Alvito, Armando Maia Serôdio, AML. 1964.



121. Biblioteca Municipal do Alvito, Armando Maia Serôdio, AML. 1964.

Pelas conversas com a população e vizinhança, sabe-se que o edifício sempre foi utilizado para festas, bailes, peças de teatro, concertos, cinema, matinés infantis, organização de excursões ou atividades desportivas. Quase sempre, o GCBA servia de plataforma para a dinamização destas iniciativas, sendo a base dos associados proveniente do bairro. Durante muitos anos serviu como centro de convívio, onde não faltavam entretenimentos como jogos ou tv. A organização das festas populares de Santo António sempre teve o seu peso, em que a maioria da população participava, atraindo pessoas da freguesia e do resto da cidade.



122. Foto cedida à MIAU por uma moradora do bairro

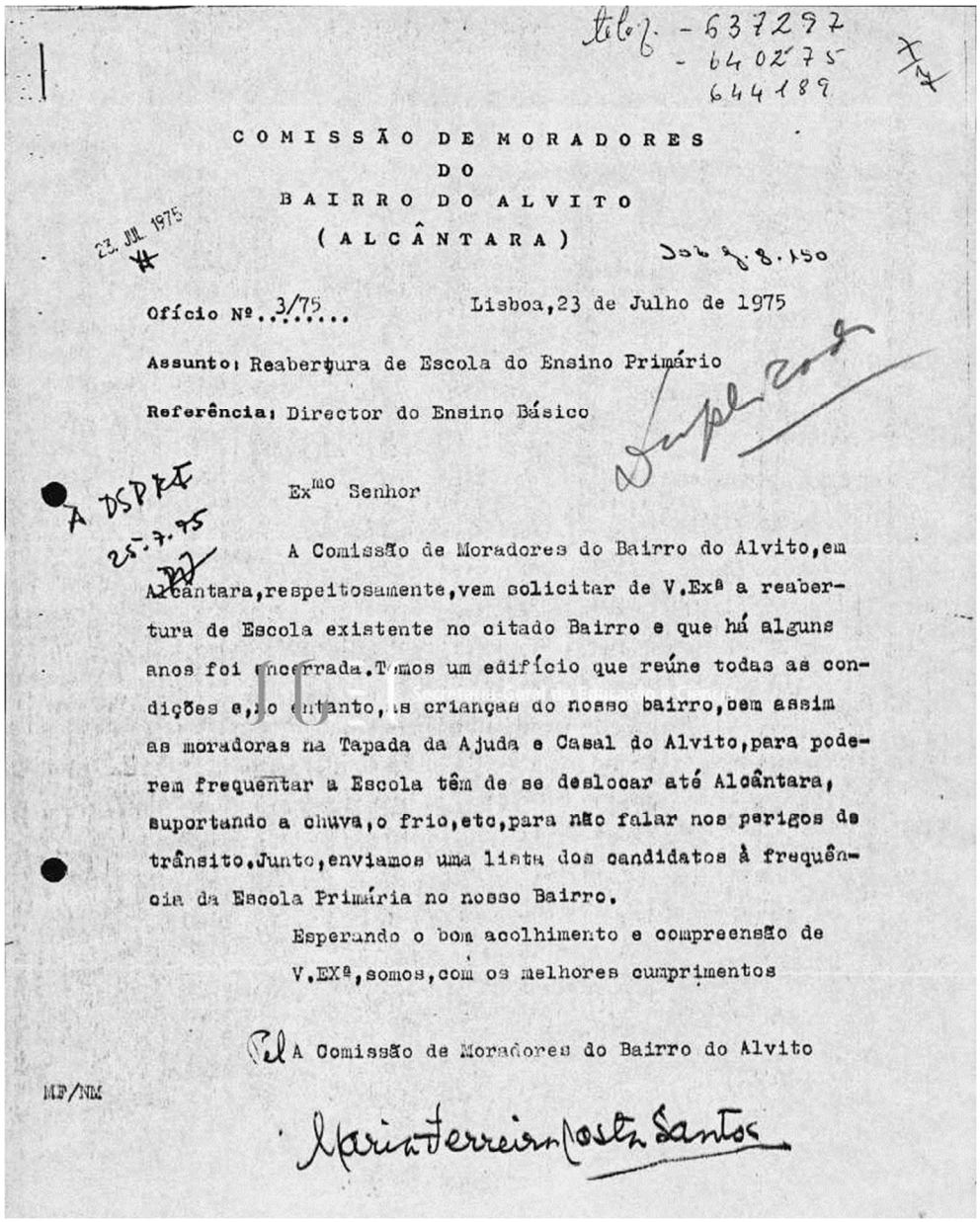


123. Peça de Teatro. Foto cedida à MIAU por uma moradora do bairro



124. Peça de Teatro. Foto cedida à MIAU por uma moradora do bairro

Logo depois do 25 de abril de 1974, cria-se no bairro, uma comitiva de moradores para fazer pressão junto da CML, de forma que a escola pudesse voltar. O processo seguiu para o Ministério da Educação e Investigação Científica, ao que apurou na altura, que a cantina não funcionava, estariam duas salas ocupadas pela Biblioteca Municipal e que não existia instalações de habitação para poder alojar um agente de ensino. No entanto, decidiu-se criar uma escola em 1975, denominada nº155, teve 23 alunos matriculados para o ano 76-77, e 16 alunos no ano letivo 77-78.



Tele. - 637297
- 640275
644189

COMISSÃO DE MORADORES
DO
BAIRRO DO ALVITO
(ALCÂNTARA)

23. JUL. 1975

Doc. 8.150

Ofício Nº 3/75 Lisboa, 23 de Julho de 1975

Assunto: Reabertura de Escola do Ensino Primário

Referência: Director do Ensino Básico

A DSPRE 25.7.75

Exmo Senhor

A Comissão de Moradores do Bairro do Alvito, em Alcântara, respeitosamente, vem solicitar de V.Exª a reabertura de Escola existente no citado Bairro e que há alguns anos foi encerrada. Temos um edifício que reúne todas as condições e, no entanto, as crianças do nosso bairro, bem assim as moradoras na Tapada da Ajuda e Casal do Alvito, para poderem frequentar a Escola têm de se deslocar até Alcântara, suportando a chuva, o frio, etc, para não falar nos perigos de trânsito. Junto, enviamos uma lista dos candidatos à frequência da Escola Primária no nosso Bairro.

Esperando o bom acolhimento e compreensão de V.EXª, somos, com os melhores cumprimentos

A Comissão de Moradores do Bairro do Alvito

MF/NM

Maria Ferreira Costa Santos

125. Carta enviada à Direção do Distrito Escolar de Lisboa. 1975. Arquivo do Ministério da Educação

Não se encontraram provas que indicassem o fecho da escola, mas é provável que tenha sido no final dos anos 70, início de 80, pois existia a questão da utilização do resto do edifício pelos estabelecimentos comerciais, GCBA, capela e biblioteca, que poderia ser um entrave para uma possível expansão do estabelecimento de ensino, o que pode ter levado o Ministério a recuar, até porque a quantidade de alunos já seria um pouco inferior ao que era suposto para o seu pleno funcionamento.

Em 1990 o edifício encontra-se em estado de degradação, pelo abandono da atividade escolar e, supostamente, pela biblioteca ter sido desativada, celebra-se um contrato entre a CML e a Companhia de Teatro Lanterna Mágica, para a cedência a título precário de parte do edifício, nomeadamente as salas de aula e biblioteca. Foram realizadas obras de conservação e adaptação às atividades da companhia como uma sala de espetáculos e salas de ensaios. Mais tarde, a companhia decidiu intervir no edifício com algumas adições espúrias na parte do pátio e coberturas.

Houve a intenção por parte de uma cooperativa de solidariedade social de instalar na parte nascente do edifício, uma escola para jovens portadores de deficiência, celebraram contratos com a CML, projetos de adaptação foram entregues, mas nunca chegou a avançar, prescrevendo o contrato em 2003.

Em 2011 entra a MIAU Associação Cultural que também estabelece um contrato a título precário com a CML. Realiza obras de conservação e adaptação às suas atividades como formação teatral para seniores e crianças, eventos musicais, performances bem como outras ações articuladas com a junta de freguesia.

Em 2023, o edifício encontra-se em estado de degradação, com algumas atividades pontuais, uma missa mensal na capela, o GCBA abre pontualmente durante a hora de almoço, a MIAU tem atividades pontuais, e o Teatro Lanterna Mágica funciona somente como salas de ensaios para artistas e bandas. A mercearia terá sido desmantelada em 2020, pela pandemia e por razões de saúde do senhor que a explorava.

126. Vista aérea do edifício central. Imagem drone Vadim Sofienko 2023

5.2 CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO

Como já foi analisado anteriormente, o edifício foi construído pelos mesmos métodos utilizados no restante bairro, alvenarias autoportantes em pedra, assentes em sapatas corridas, paredes interiores, platibandas e escadas em tijolo maciço. Caixilharias, rodapés e portas em madeira pintada, nos pavimentos, madeira, betonilha afagada ou mosaico hidráulico. Foi a única construção do bairro que manteve as coberturas planas.
De uma linguagem inspirada no Racionalismo Italiano e no Movimento Moderno Internacional que se disseminava pela europa nesta época, essencialmente uma arquitetura de regime com origem no fascismo. Caracterizava-se pelas linhas clássicas conjugadas com uma lógica estrutural relacionada com a máquina e a indústria. Descendente também, tanto do cubismo como do período Deco. neste caso pode-se verificar a utilização de colunas, formas circulares e a planta quadrada que caracterizam os edifícios deste estilo.



127. Vista aérea do edifício, retirado do livro Estudos de Urbanismo de Portugal, Lisboa, Alcântara, Alvito, nº2



128. Cinema Portolago . Armando Bernabiti . Lakki, Grécia . 1938



129. Palazzo Bahobesci . Giuseppe Arata . Asmara, Etiópia . 1936



130. Escola Primária . Arturo Miraglia . Fertilia, Sardenha . 1935. PA



131. Torre de controlo de Campolide . Cotinelli Telmo . Lisboa 1940

5.3 TEORIA DE VALORES

O Edifício terminou a sua construção em 1939, no entanto, logo em 1943 sofre obras de adaptação para funcionar como escola, integrando o Plano dos Centenários.

Desde essa altura foi sofrendo algumas alterações cirúrgicas nas diferentes fações do edifício, sendo as mais relevantes e invasivas, implementadas pela responsabilidade do Teatro Lanterna Mágica, colocando contentores marítimos na sua cobertura e realizando adições espúrias que têm contribuído bastante para a degradação e descaracterização do edifício. Em termos de Teoria de Valor, o caminho pode ser curto, pois é um edifício de construção simples em que as principais características e aspetos de valor incidem basicamente nos materiais e elementos que vestem o edifício, bem como no seu desenho.

Primeiramente concentramo-nos na sua estrutura original de paredes exteriores de alvenaria hidráulica, compostas por pedras de enrocamento, o tijolo sólido (burro) surge nas paredes interiores, platibandas e outros elementos formais. Nos pavimentos temos as madeiras, os hidráulicos e os de betonilha afagada. As caixilharias, molduras, escadarias e portas em pinho remontam também à origem do edifício. Resistem ainda elementos de iluminação artificial em alguns tetos como na Capela de Nossa Senhora de Fátima ou na Miau AC.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Classe A . Elementos de Valor Elevado Que apresentam valor tipológico, construtivo, morfológico, estético ou material.

Classe B . Elementos de Valor Médio Que apresentam algum valor estético, material ou construtivo, que podem ter significado histórico. Podem ser preservados, reutilizados ou substituidos.

Classe C . Elementos sem Valor Que não apresentam qualquer tipo de valor e que colocam em causa a sua leitura e qualidade, descaracterizando o objeto, podendo até, por vezes, prejudicar a sua estrutura. Devem ser removidos ou demolidos.

***Matriz para formulação de Teoria de Valor** (baseado numa proposta de Clarke et al.,2019)

		Valor de Antiguidade	Valor Histórico	Valor Comemorativo intencional	Valor Comemorativo não-intencional	Valor de Utilidade	Valor de Novidade Raridade	Valor Artístico
		A	B	C	D	E	F	G
Integração / Enquadramento Urbano	1							
Espaço e Ordem	2							
Estrutura (sistema, elementos)	3							
Superfícies Exteriores	4							
Superfícies Interiores (tetos, paredes, pavimentos)	5							
Elementos (Janelas, Portas, Escadas, Mobiliário Fixo)	6							
Redes e Sistemas (Infra-Estruturas)	7							
Iluminação (natural e artificial)	8							
Mobiliário e Elementos Artísticos	9							

Ginásio Clube do Bairro do Alvito (GCBA)

nº	designação	valor*	importância	observações
0.1	Escadas Norte	6E; 8E		escadas e iluminação natural
0.2	Cafetaria	6A		Portas originais
0.3	Armazém Cafetaria	6A		Portas originais
0.4	I.S. Masculino	7E		águas e esgotos
0.5	I.S. Feminino	7E		águas e esgotos
0.6	I.S. Exteriores	7E		águas e esgotos
0.7	Pátio Exterior	7E		águas e esgotos
0.8	Cozinha Pátio	7E		águas e esgotos
0.9	Alpendre	3A		marca o período de implementação escolar
0.10	Arrumos Pátio			
0.11	Quadro Elétrico EDP	7E		eletricidade

Antiga Mercearia

0.12	Antiga Mercearia	5A		pavimento com algum valor
0.13	Armazém	5A		pavimento com algum valor

Teatro Lanterna Mágica (TLM)

0.14	Átrio	5A; 6A		pavimento e caixilharias originais
0.15	Arrumos	5A		pavimento do periodo escolar
0.16	Arrumos	5A		pavimento original
0.17	Circulação	6A		portas e caixilharias originais
0.18	Escadas	6A		escadas originais
0.19	Sala Ensaios / Estúdio	5A; 6A		pavimento e caixilharias originais
0.20	Régie	5A;6A		pavimento e caixilharias originais
0.21	Arrumos	5A; 6A		pavimento e caixilharias originais
0.22	Arrumos	5A		pavimento do periodo escolar
0.23	Circulação	6A		portas e caixilharias originais
0.24	Arrumos	5A		pavimento original
0.25	Escadas	6A		escadas originais
0.26	Pátio Coberto	5A		pavimento do periodo escolar
0.27	Pátio Exterior	5A		pavimento do periodo escolar

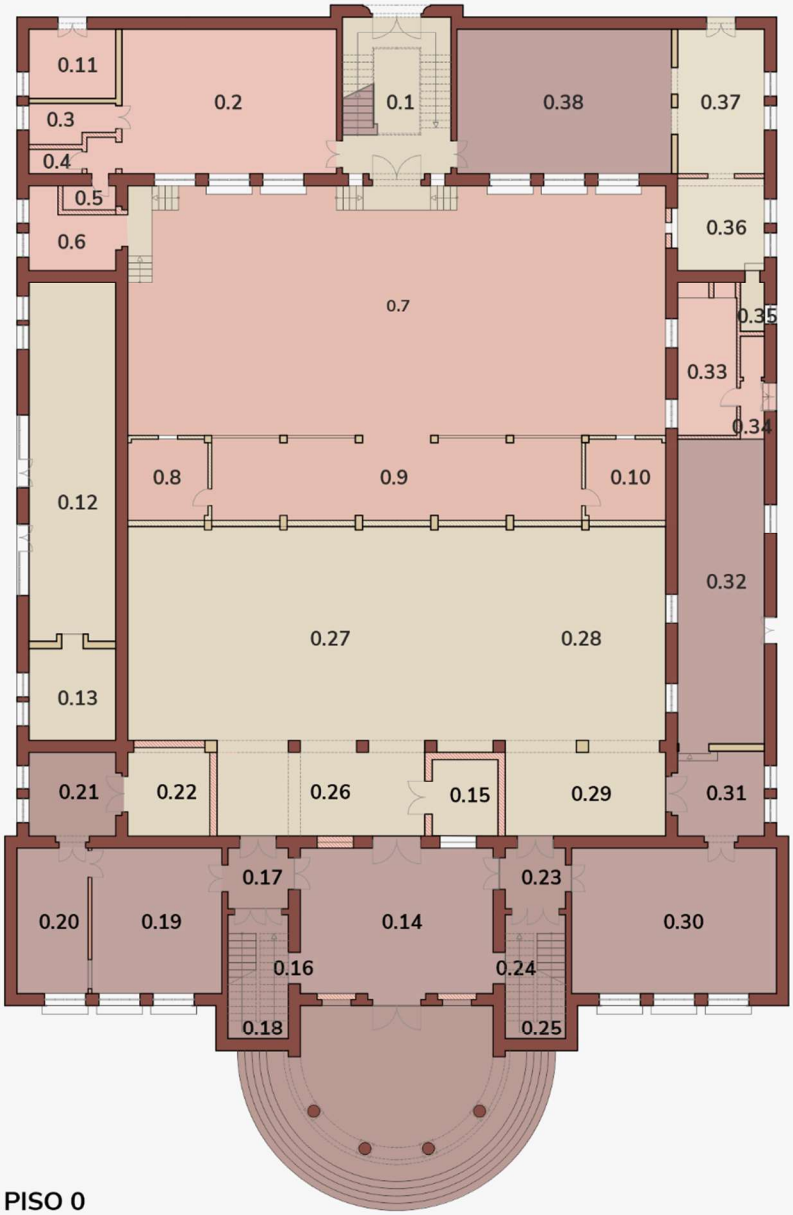
Miau Associação Cultural (Miau AC)

0.28	Pátio Exterior	5A		pavimento do periodo escolar
0.29	Pátio Coberto	5A		pavimento do periodo escolar
0.3	Sala Espetáculos / Ensaio	5A; 6A		pavimento, portas e caixilharias originais
0.31	Camarim	5A; 6A		pavimento, portas e caixilharias originais
0.32	Bibioteca / Bar	5A; 6A; 8A		pavimento, portas e caixilharias originais, candeeiros de teto originais
0.33	Cozinha	6A		portas e caixilharias originais
0.34	I.S.	6A		porta original

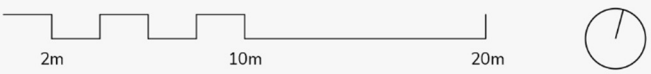
Capela de Nossa Senhora de Fátima

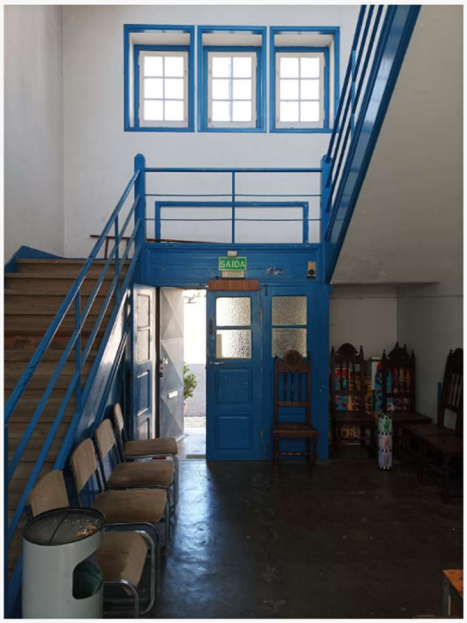
0.35	I.S.	5A		pavimento com algum valor
0.36	Sala de Paramentação	6A		caixilharias originais
0.37	Átrio	6A		caixilharias originais
0.38	Capela	5A; 6A; 8A		pavimento, portas e caixilharias originais, candeeiros de teto originais

132. Teoría de Valores. Planta piso 0. PA

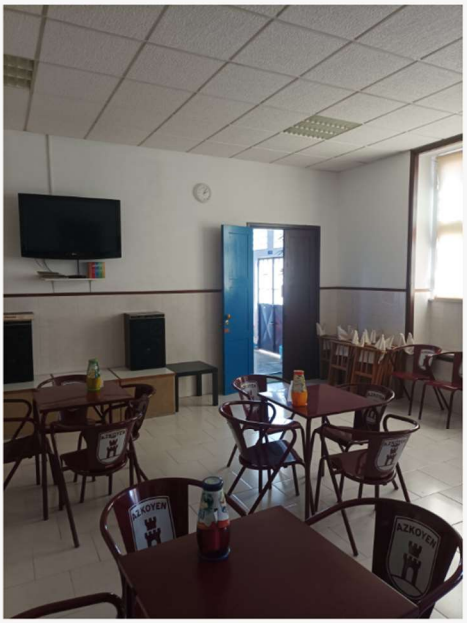


PISO 0





0.1 GCBA / Escadas norte (foto: autor)



0.2 GCBA / Cafetaria (foto: autor)

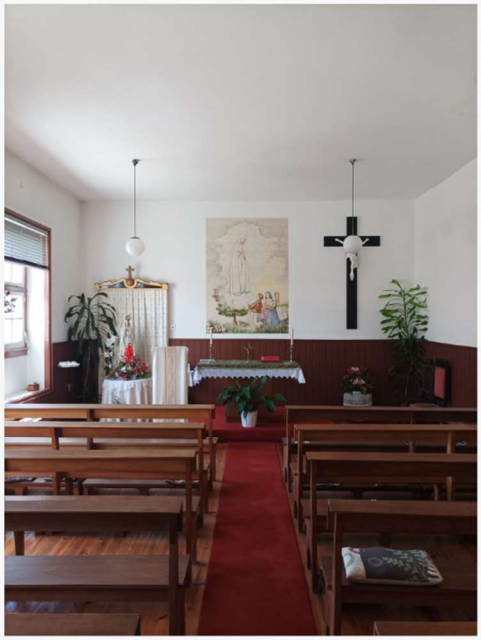


0.2 GCBA / Cafetaria (foto: autor)



0.4 GCBA / IS (foto: autor)

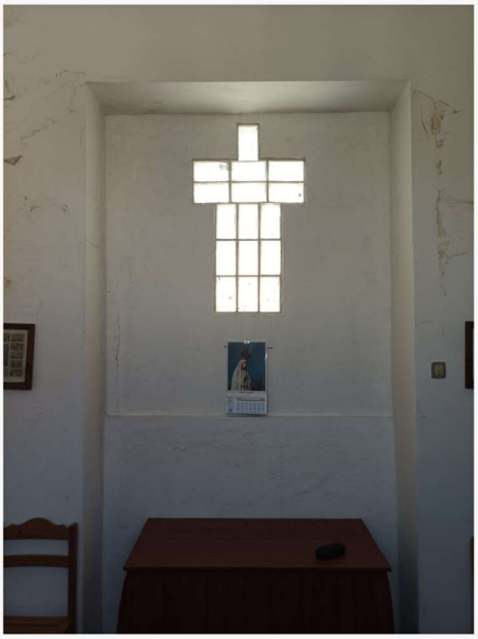
133. Teoria de Valores. Fotografias de análise do piso 0. PA



0.38 Capela N. S. Fátima (foto: autor)



0.37 Capela N. S. Fátima (foto: autor)



0.36 Capela N. S. Fátima / sala de paramentação (foto: autor)



0.35 Capela N. S. Fátima / IS (foto: autor)



0.32 Miau AC / bibioteca bar (foto: autor)



0.30 Miau AC / Sala espetáculo e ensaio (foto: autor)



0.28 MIAU e TLM / Pátio Exterior (foto: autor)



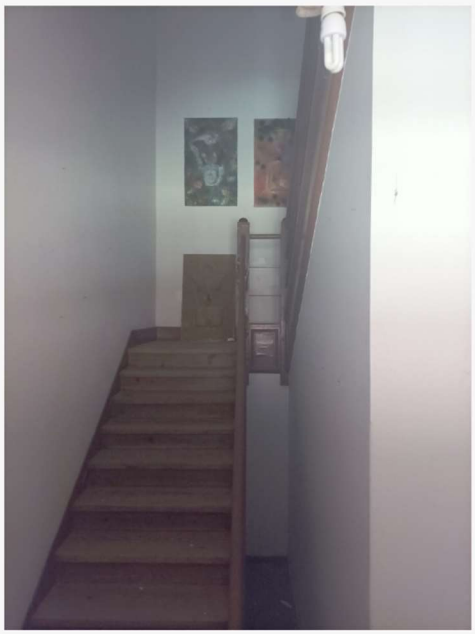
0.28 MIAU e TLM / Pátio Exterior (foto: autor)

135. Teoria de Valores. Fotografias de análise do piso 0. PA

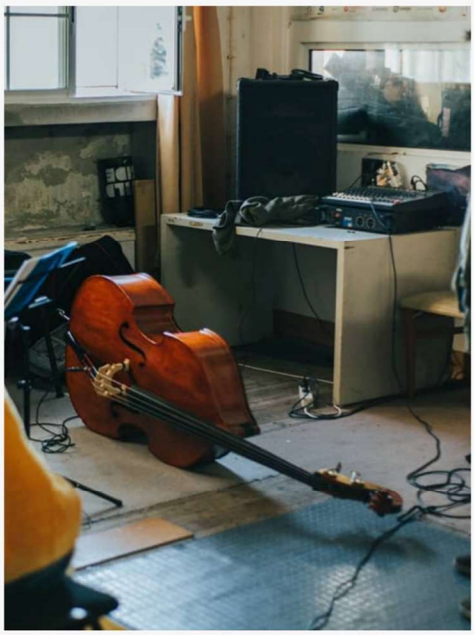
136. Teoria de Valores. Fotografias de análise do piso 0. PA



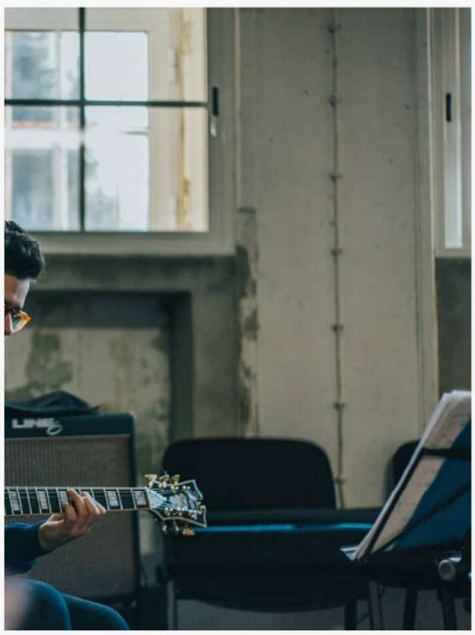
0.23 TLM / Circulação (foto: autor)



0.25 TLM / Escadas (foto: autor)



0.19 TLM / Sala ensaio e estúdio (foto: Vera Marmelo)



0.19 TLM / Sala ensaio e estúdio (foto: Vera Marmelo)

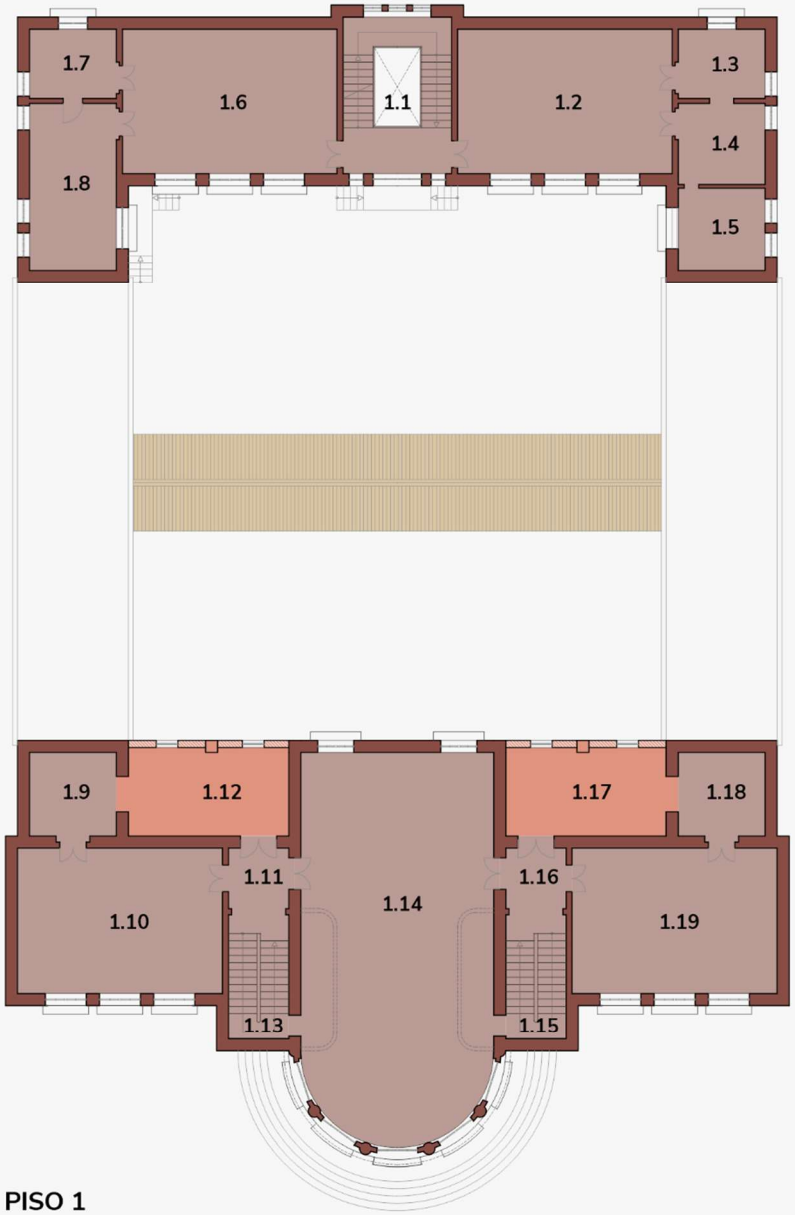
Ginásio Clube do Bairro do Alvito (GCBA)

nº	*designação*	*valor**	*importância*	*observações*
1.1	Escadas Norte	6E; 8E		escadas e iluminação natural
1.2	Sala	6A		pavimento, portas e caixilharias originais
1.3	Sala Direção	6A		pavimento, portas e caixilharias originais
1.4	Sala Direção	7E		pavimento, portas e caixilharias originais
1.5	Arrumos	7E		pavimento, portas e caixilharias originais
1.6	Sala Adereços Marchas	7E		pavimento, portas e caixilharias originais
1.7	Sala Adereços Marchas	7E		pavimento, portas e caixilharias originais
1.8	Sala Adereços Marchas	7E		pavimento, portas e caixilharias originais

Teatro Lanterna Mágica (TLM)

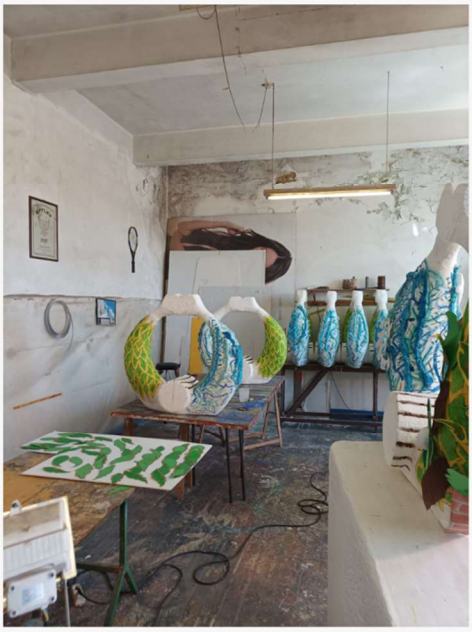
1.9	Arrumos	5A; 6A		pavimento, portas e caixilharias originais
1.10	Sala Ensaio	5A		pavimento, portas e caixilharias originais
1.11	Circulação	5A		pavimento, portas e caixilharias originais
1.12	Camarim	6A		
1.13	Escadas	6A		escadas originais
1.14	Sala Espetáculos	5A; 6A		pavimento, portas e caixilharias originais
1.15	Escadas	5A;6A		escadas originais
1.16	Circulação	5A; 6A		pavimento, portas e caixilharias originais
1.17	Camarim	5A		
1.18	Arrumos	6A		pavimento, portas e caixilharias originais
1.19	Sala Ensaio	5A		pavimento, portas e caixilharias originais

137. Teoria de Valores. Planta piso 1. PA





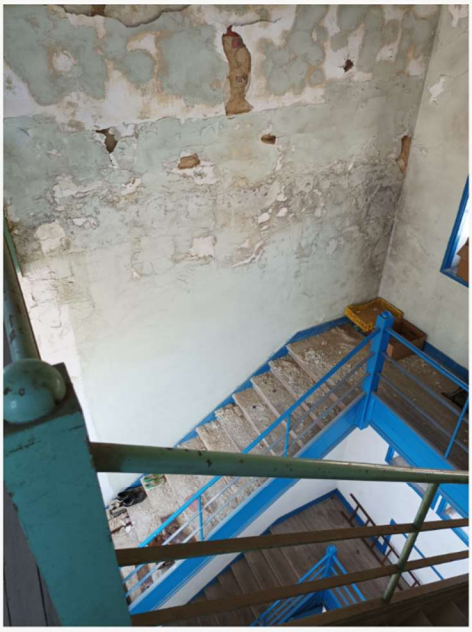
1.2 GCBA / Sala (foto: autor)



1.6 GCBA / Sala adereços marchas (foto: autor)



1.8 GCBA / Sala adereços marchas (foto: autor)



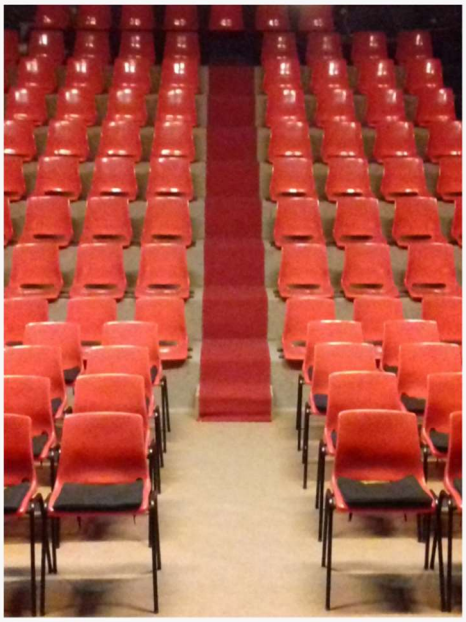
1.1 GCBA / Esacadas (foto: autor)

138. Teoria de Valores. Fotografias de análise do piso 1. PA

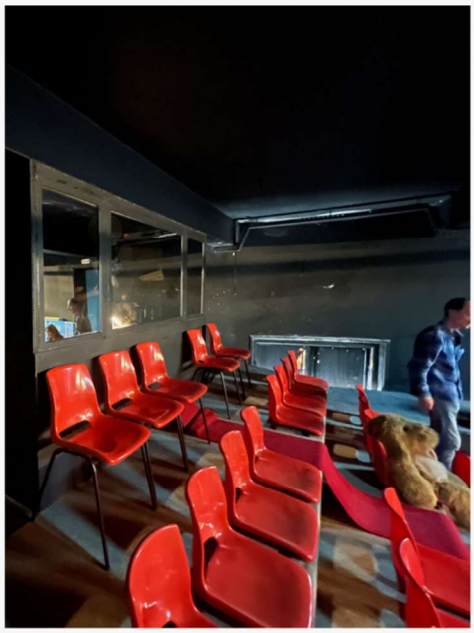
139. Teoria de Valores. Fotografias de análise do piso 1



1.14 TLM / Sala Espetáculos (foto: Prof. Bárbara Massapina Vaz)



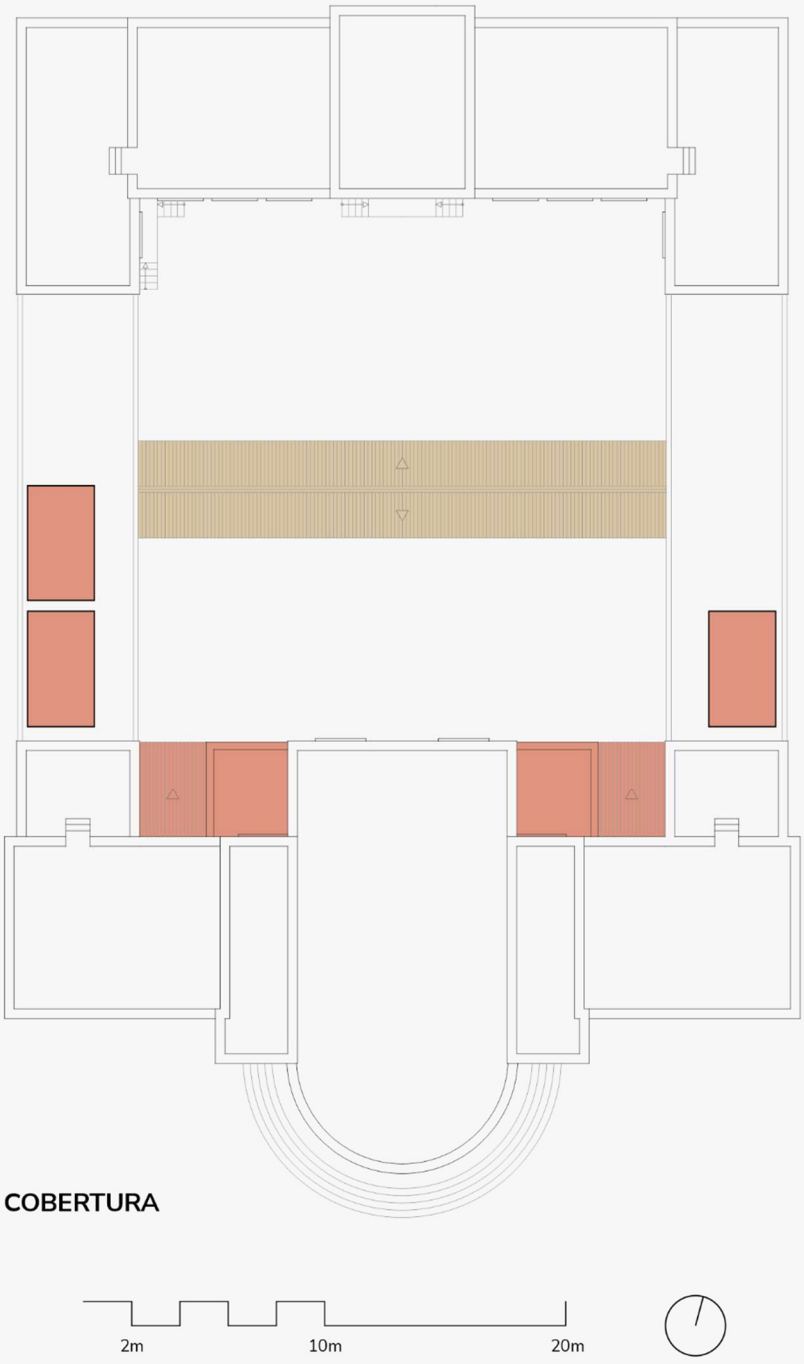
1.14 TLM / Sala Espetáculos (foto: desconhecido)



1.14 TLM / Sala Espetáculos (foto: Prof. Bárbara Massapina Vaz)



1.14 TLM / Sala Espetáculos (foto: Prof. Bárbara Massapina Vaz)



140. Teoria de Valores. Planta da cobertura. PA

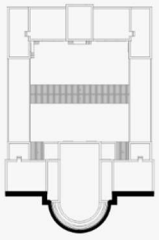
5.4 ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Optou-se por fazer uma pequena carta de risco relativa às fachadas exteriores, destacando algumas patologias observadas no local. São comuns em todo o edifício, problemas relacionados com água e humidades como infiltrações, escorrências ou condensações, bem como rebocos descascados parcial ou totalmente, deixando por vezes a estrutura à vista. Relativamente à estrutura, pôde-se constatar que existem várias fissuras e deslocações nas paredes e coberturas, as escadarias também se encontram danificadas nas alas superiores, principalmente nas entregas das vigas de madeiramento.

Muitos vãos encontram-se em falta ou degradados, tanto janelas como portas. É visível a acumulação de vegetação no pátio sul.

141. Análise ao estado de conservação da fachada sul. PA



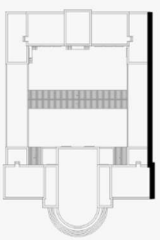


- vão degradado
- manchas de humidade
- ausência de reboco
- acumulação de vegetação
- fraturas estruturais
- degradação de reboco


P

142. Análise ao estado de conservação da fachada nascente. PA



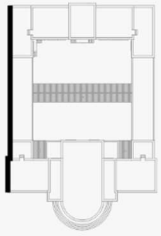


- vão degradado
- manchas de humidade
- ausência de reboco
- acumulação de vegetação
- fraturas estruturais
- degradação de reboco



143. Análise ao estado de conservação da fachada poente. PA



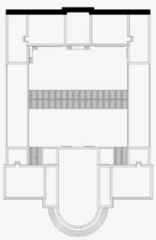


- vão degradado
- manchas de humidade
- ausência de reboco
- acumulação de vegetação
- fraturas estruturais
- degradação de reboco



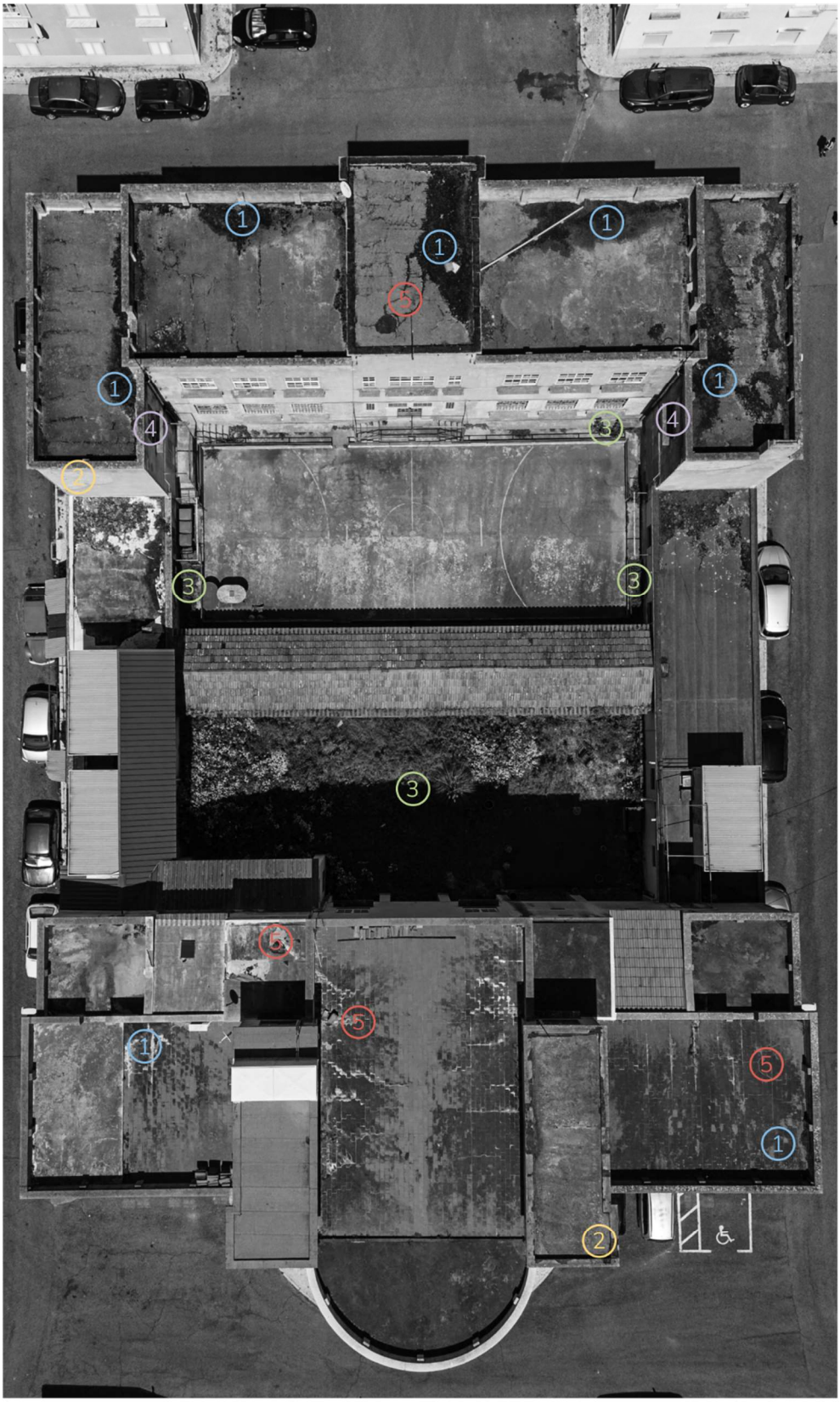
144. Análise ao estado de conservação da fachada norte. PA



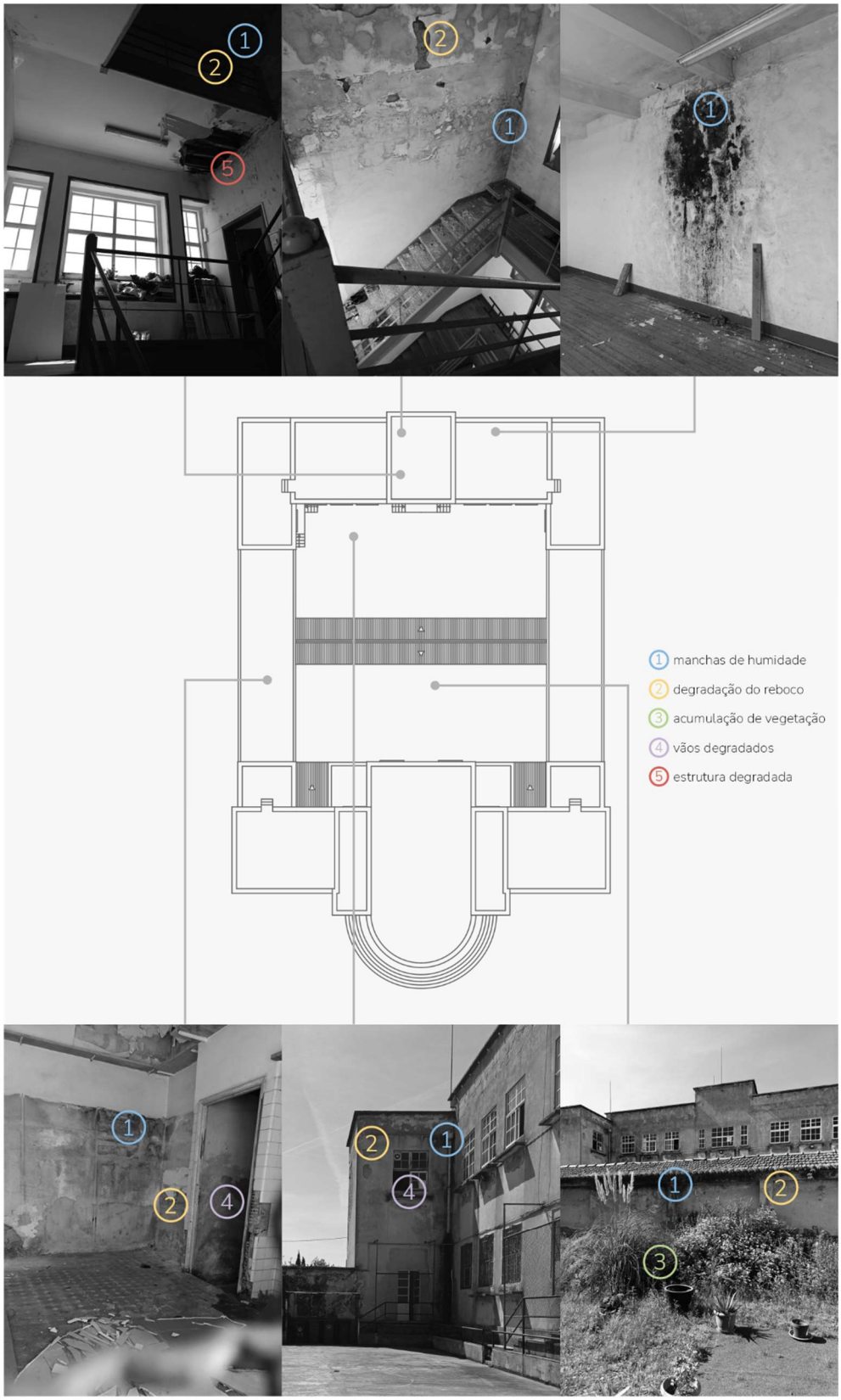


- vão degradado
- manchas de humidade
- ausência de reboco
- acumulação de vegetação
- fraturas estruturais
- degradação de reboco





145. Análise ao estado de conservação nas coberturas e pátios. PA



146. Análise ao estado de conservação em alguns espaços interiores. PA

6. O POLO CULTURAL DO ALVITO

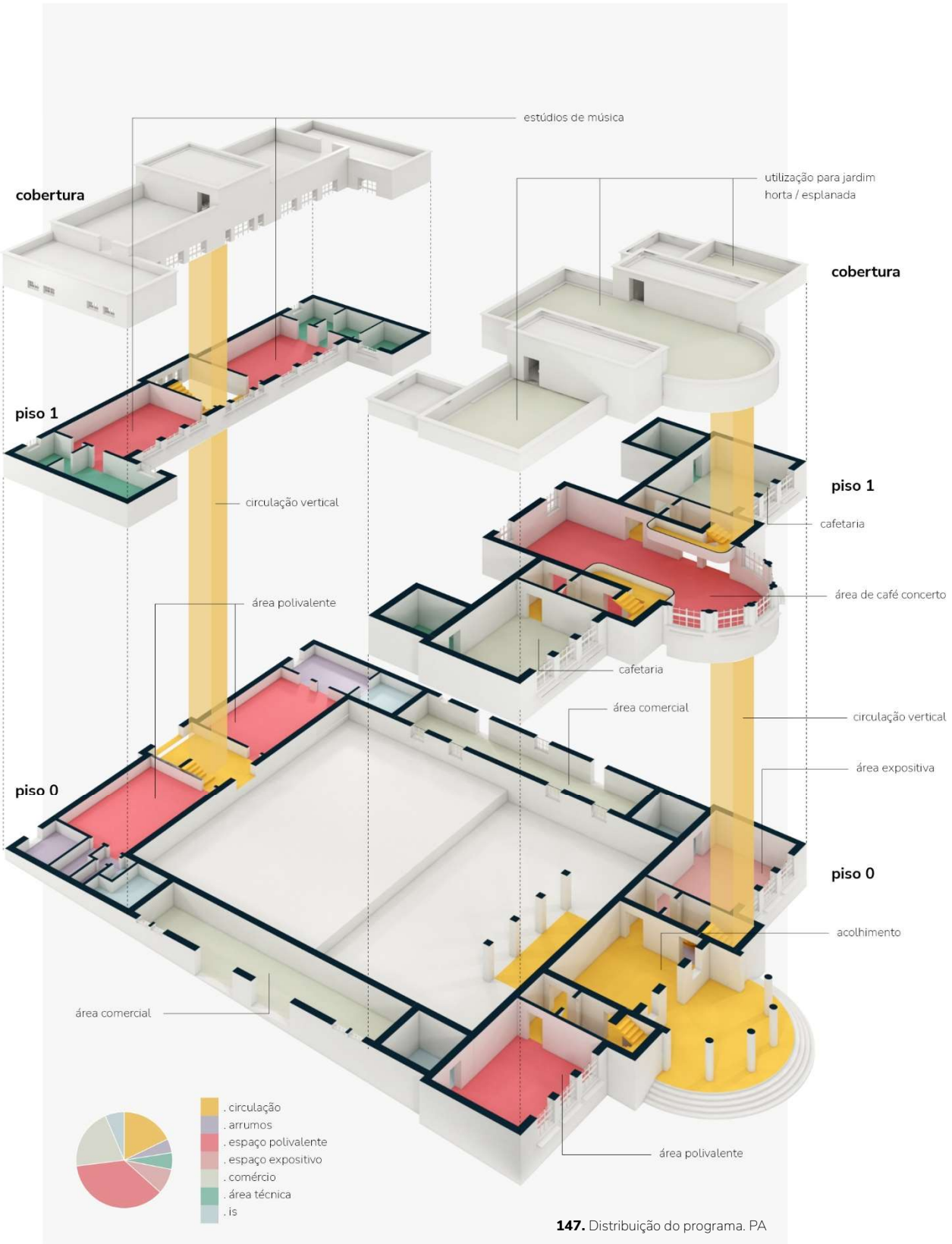
6.1 PROGRAMA

O que se propõe para esta reabilitação é um equipamento híbrido que sirva a população local, a freguesia e também a cidade. Na ala sul, um átrio de acolhimento com uma exposição permanente relativa ao bairro, uma sala de exposições temporárias e uma sala polivalente onde podem ocorrer várias atividades abertas à população. O piso superior é servido de uma cafetaria provida de esplanada onde podem ocorrer apresentações ao vivo relativas às atividades do edifício. Serve também simples refeições para fora, facilitando alguns residentes que mais necessitem deste apoio.

Nas laterais será previsto comércio, uma mercearia, lojas relacionadas com as atividades dinamizadas, propõe-se também adições na cobertura, de modo a instalar oficinas/ateliers em modo concessionado.

A parte norte, de teor mais privado, pode-se instalar ATL para crianças, diversas aulas para seniores, formação para inclusão social, línguas. Formação relacionada com a cultura do bairro e da cidade, aulas de fado e instrumento, teatro, dança, canto. O piso 1 destina-se a estúdios de gravação e ensaio, sendo um polo importante nesta matéria, podendo captar diversos artistas provenientes da cidade e não só.

O pátio interior propõe-se permeável para o exterior, onde o convite é feito por duas aberturas laterais, abrindo o edifício para o bairro. Dividindo-se em 3 níveis altimétricos, onde se resolverá a acessibilidade, por meio de um sistema de rampas e escadas. Será provido de arborização no interior bem como um desenho de mobiliário urbano e paisagístico, tornando-o acolhedor ao visitante. Será ainda possível a realização de espetáculos num pequeno auditório informal.



147. Distribuição do programa. PA

6.2 CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

O Polo Cultural do Alvito apresenta-se como um equipamento híbrido, que procura dar resposta a diferentes lacunas sentidas pela comunidade do bairro e freguesia. Ao ser provido de diferentes vertentes como comércio, cultura e serviços, relaciona-se diretamente com a população de uma forma natural, causando-lhe intrinsecamente um sentido de pertença.

No que toca à parte cultural, pode ser gerido por uma ou mais associações, articuladas por órgãos estatais e população, que promovam dinâmicas relacionadas com o património cultural[35], onde haja partilha de ideias e saberes, sempre de uma forma inclusiva, participativa e sustentável, onde a população está presente constantemente em diferentes atividades, sejam ATL, workshops, universidade sénior da JFA e articulações com escolas e universidades. Programas de intercâmbio relacionados com o resto do país, união europeia e PALOP podem ser possíveis através dos apoios culturais estatais atuais. Quanto à atividade diária, o edifício pode ser encerrado por meio de portas e portões laterais, de modo a estabelecer normas de funcionamento e segurança.

A vertente comercial entra essencialmente como resposta às atividades do edifício, bem como a população do bairro, uma cafetaria bar provida de esplanada, sala de refeições e espaço de trabalho, totalmente orientada às vistas de sul. Uma mercearia e outros espaços que podem ser ocupados com diferentes atividades, dando um contributo significativo à viabilidade financeira do conceito.

Os espaços destinados a ateliers podem alojar artistas, arquitetos e artesãos, bem como os estúdios de música para gravação e ensaios. Sempre de forma concessionada, ajudando, mais uma vez, a que este equipamento possa, de algum modo ter uma fatia significativa de receitas, contribuindo assim para uma gestão sustentável.

Para tal, foi necessário realizar algumas adaptações no bairro e pensar o edifício de uma forma pragmática, pois a sua atualização exigiu responder a critérios de acessibilidade e mobilidade ou eficiência energética. Propõe-se então uma circulação rodoviária só num sentido, em redor do edifício de modo a evitar congestionamentos, introdução de cerca de 100 lugares de estacionamento nas alas laterais do bairro (articulando com ciclovias, passeios

[35] Relação especial com a cultura da cidade e país, tais como o fado, cante, morna, samba, ofícios tradicionais, artesanato, marcenaria, escrita entre outros.

e transportes públicos, fazendo a ligação entre o bairro de Alcântara a sul, com Monsanto e respetivos equipamentos e miradouros).

Dá resposta assim, à nova procura de visitantes, e liberta a atual acumulação de viaturas no interior do bairro. Propõe-se também a introdução de estações subterrâneas de separação de resíduos de forma a existir menos impacto visual e de odores. A introdução de equipamentos de desporto e lazer no jardim sul pode também ser uma forma de captar mais população para o exterior. Um pequeno anfiteatro na localização do atual miradouro pode ser uma solução para contemplar a vista de sul e ter eventos culturais pontuais.

Em relação ao edifício, que é representativo de uma época e estilo, foi importante manter as suas características mais importantes, acima de tudo ao nível do desenho, o que lhe confere a sua identidade. Os vazios que se encontravam nas laterais[36] foram ocupados com arquitetura contemporânea, de fachadas de pedra lioz, permitindo também fazer o convite através de pórticos que conduzem ao pátio interior, atraindo o visitante por um elemento, uma árvore. O piso térreo foi dividido em 3 níveis de altimetria, entrada e corpo sul; as alas laterais que comunicam com o centro do pátio e áreas comerciais; e a entrada norte, que aloja os espaços polivalentes e estúdios musicais. No exterior, estas cotas ligam-se através de um sistema de rampas e escadas localizado no pátio interno e porta sul. Tanto o corpo norte como o de sul, estão equipados com elevadores que fazem a respetiva distribuição vertical pelos compartimentos. Ao pensar em acessibilidade, introduz-se também elementos arquitetónicos e de design que servem as comunidades surdas e invisuais. O passeio foi alargado em todo o seu perímetro, convertendo estas áreas de rodoviárias para pedonais.

As novas adições laterais podem instalar quatro lojas para atividade comercial, uma mercearia essencialmente, farmácia, e outros serviços relacionados com a atividade do edifício. As suas montras abrem-se para a rua, tornando o espaço mais apelativo e comunicativo.

As adições espúrias que se encontravam na parte norte do corpo sul, foram substituídas por nova arquitetura, também ela revestida a pedra, dando lugar a espaços de cozinha e arrumação. Foi ainda acrescentado um pequeno corpo no terraço sul de modo a servir de apoio à esplanada e às hortas existentes nas coberturas.

A norte no piso térreo, duas salas polivalentes equipadas com arrumos e paredes amovíveis para tornar o espaço mais versátil, de modo a acolher vários tipos de atividade, com IS próprias, podendo ser também de caráter mais

[36] De menor valor, pois encontram-se totalmente descaracterizadas.

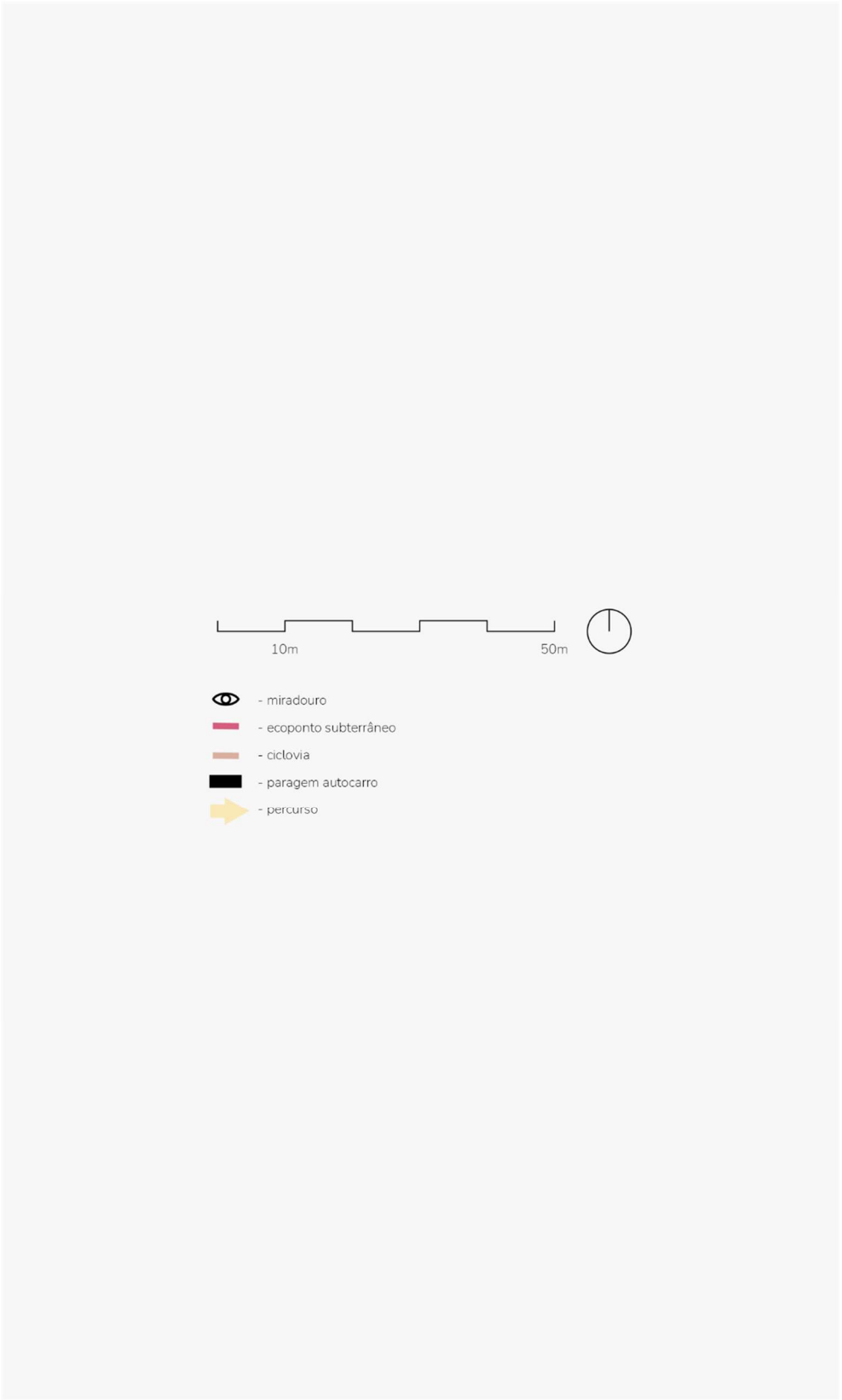
autónomo e privado. No piso superior, dois estúdios de gravação e ensaios direcionados para a música, compostos também por IS privadas e áreas técnicas isoladas acusticamente, bem como espaços de arrumação para instrumentos e componentes.

As IS foram colocadas essencialmente na localização das anteriores, permitindo uma utilização eficiente de proximidade com as infraestruturas existentes. Excluiu-se os sexos, e optou-se por IS de cabine individual, dando resposta à mobilidade reduzida ao mesmo tempo, e garantindo a total privacidade.

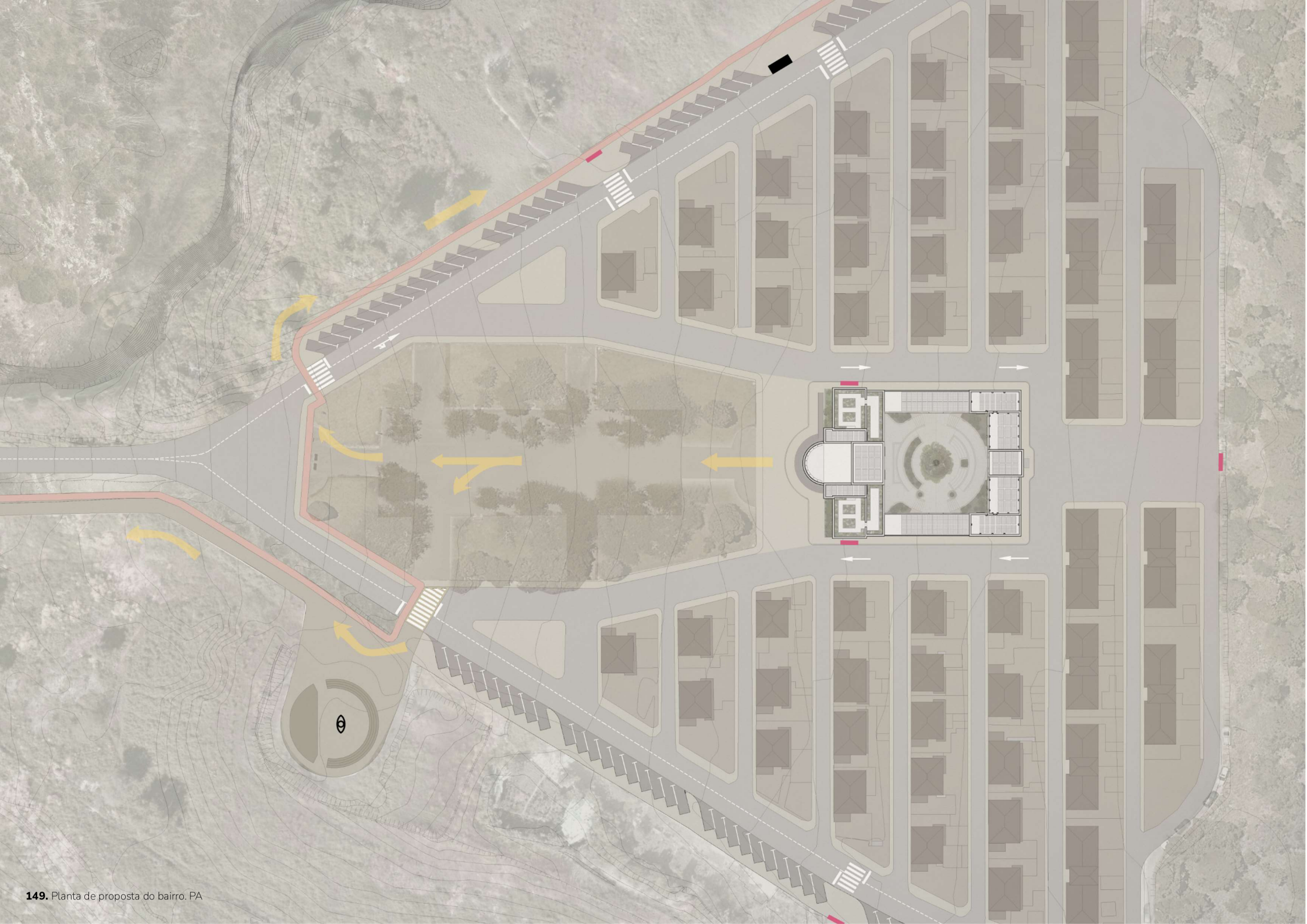
Ao pensar em reabilitação, introduz-se inevitavelmente, o conceito de sustentabilidade. Primeiro porque existem muitos elementos no edifício que podem ser reutilizados, restaurados ou mantidos, como as caixilharias de madeira que podem ser restauradas e adaptadas com mais panos de vidro permitindo conforto térmico e acústico, portas, guardas, escadas, candeeiros ou pavimentos, que sendo originais, conferem e reforçam o teor de identidade do edifício. O conforto térmico e acústico reforça-se com isolamentos interiores nas paredes e tetos falsos. A iluminação natural é celebrada em todos os espaços, a artificial e restante energia elétrica é abastecida por um sistema de painéis fotovoltaicos introduzidos nas coberturas, tornando possível a autossuficiência energética do edifício. Quanto ao uso da água, um sistema de reutilização de águas residuais, bem como dispositivos de eficiência e depósito de águas pluviais pode ser contemplado.

As coberturas, para além de receberem painéis fotovoltaicos e alojarem a esplanada da cafetaria, serão providas de uma vertente hortícola, que servirá a população com workshops e fornecimento de produtos à cozinha da cafetaria.

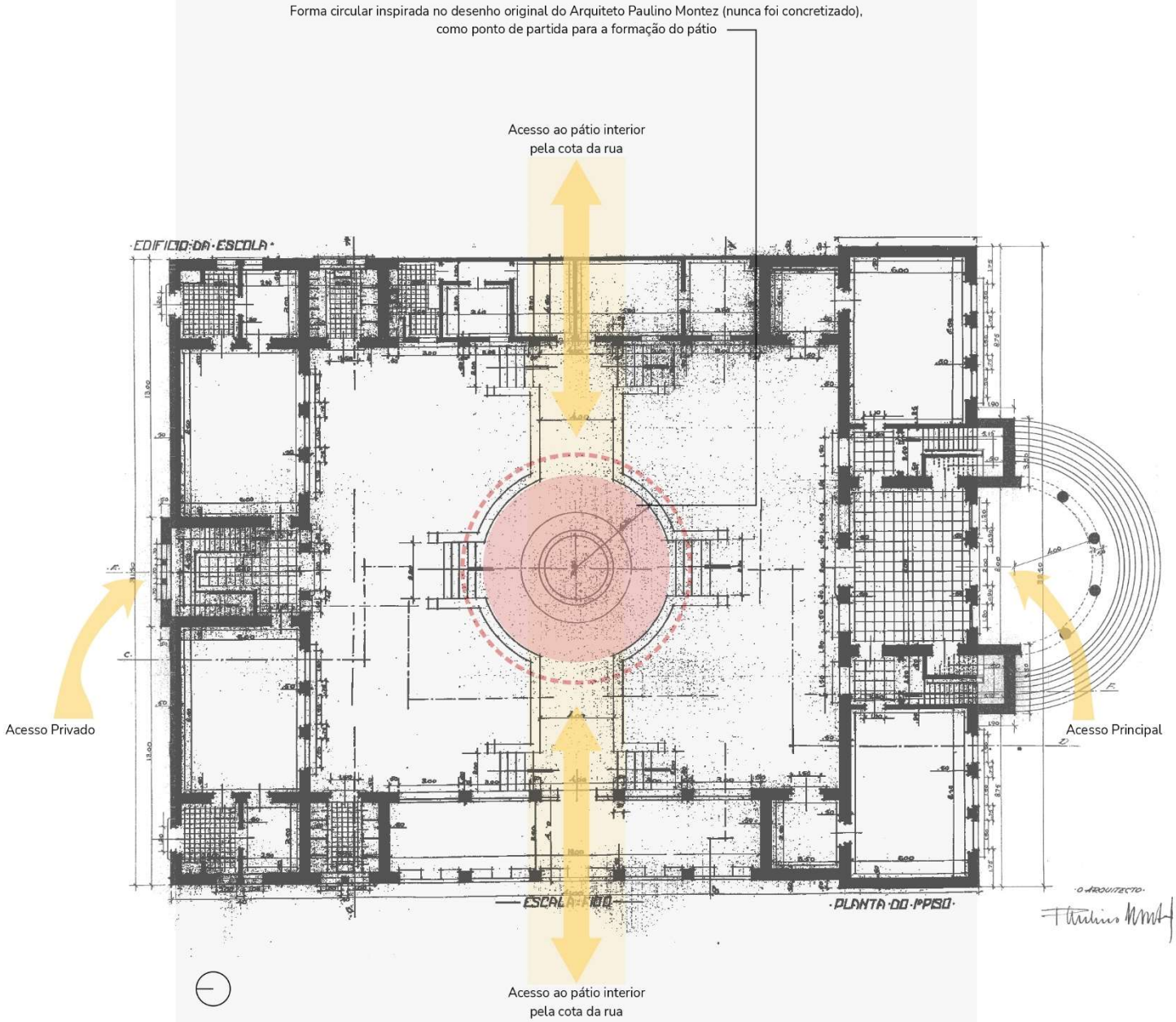
A introdução de materiais de origem local será prioritária, o uso da pedra de lioz nos novos corpos laterais, bem como a ligação através dos embasamentos, pavimentos e rampas ou paredes. Alguns espaços podem ser providos de pavimentos inspirados nos originais, essencialmente nos hidráulicos, mantendo o molde original e alterando, ou não, as cores.



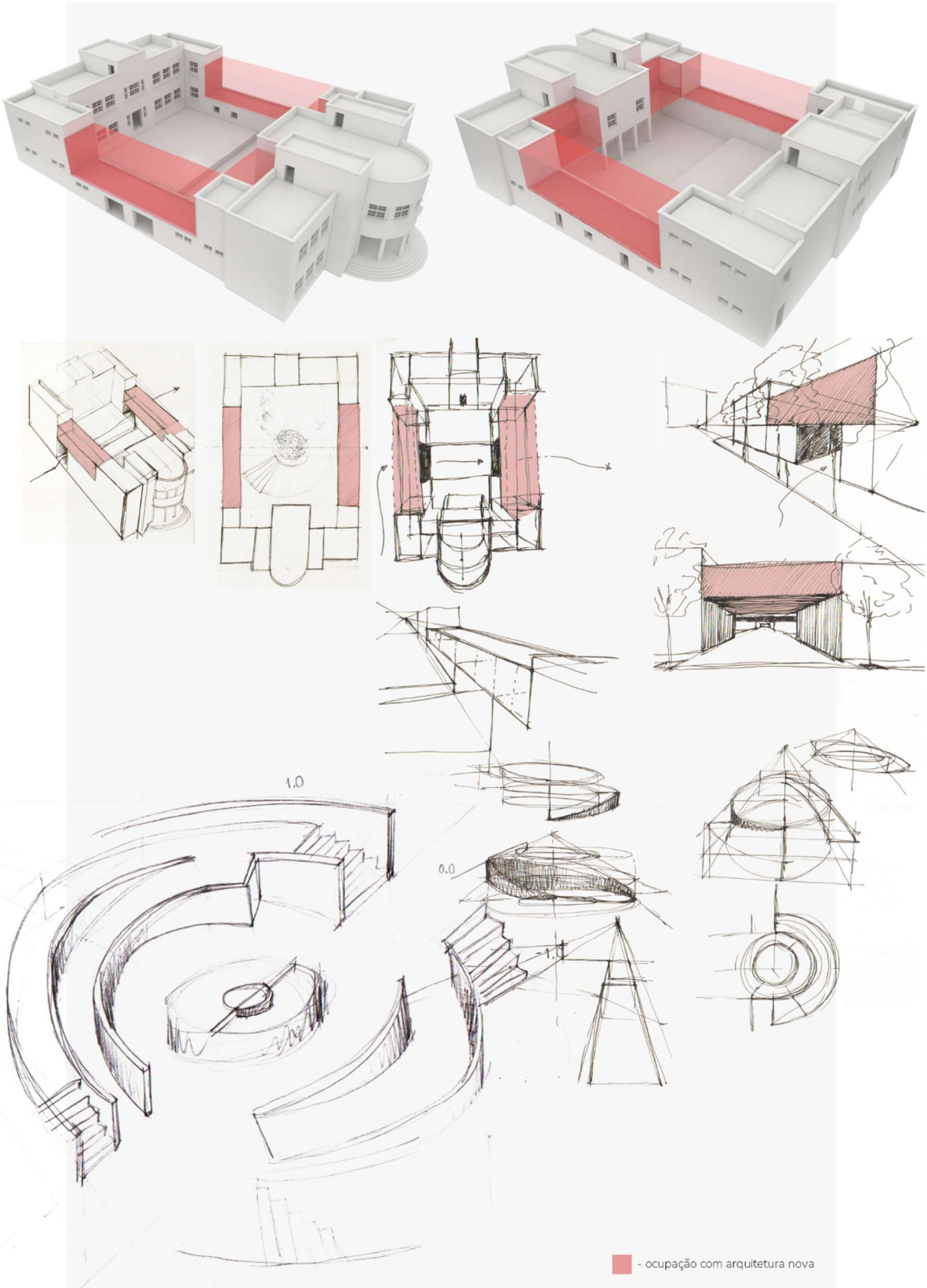
148. Legenda referente à planta de proposta do bairro. PA



149. Planta de proposta do bairro. PA



150. Esquema de estratégias de circulação e formação do pátio. PA



151. Estudos para o pátio e novas adições. PA



152. Ambiente noturno na fachada poente. PA

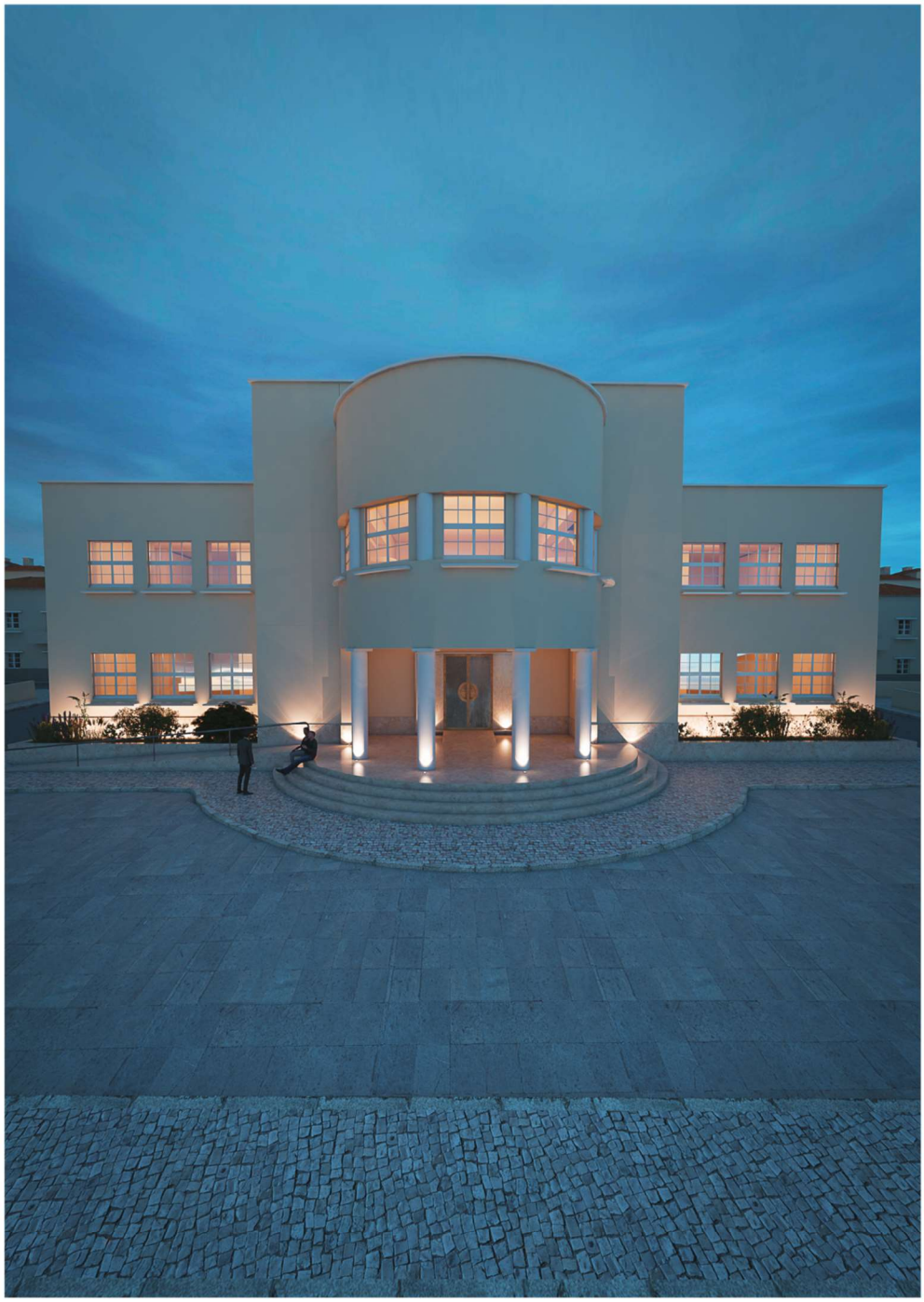


153. Ambiente diurno na fachada poente. PA

154. Ambiente noturno na fachada sul e poente. PA



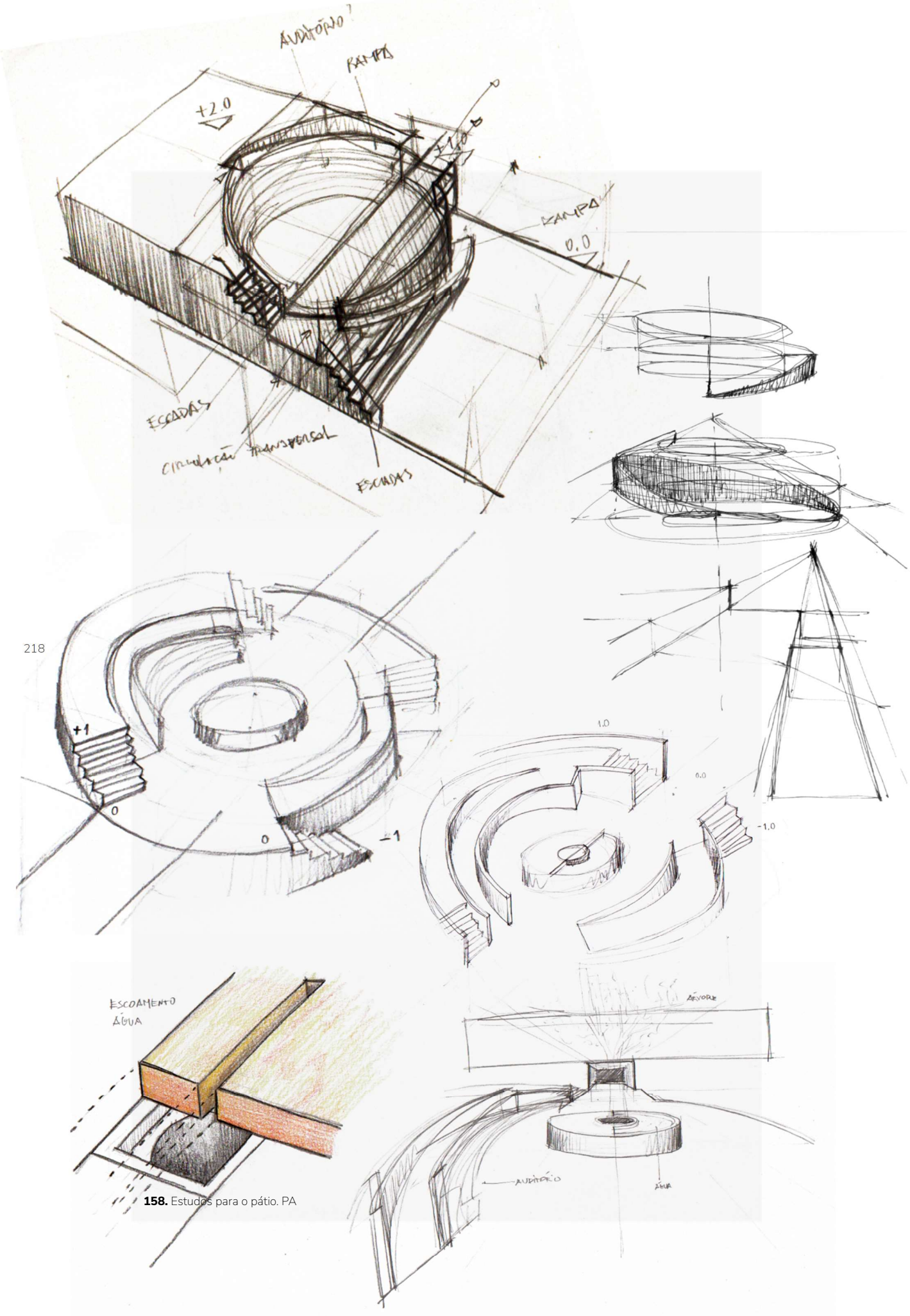
155. Ambiente diurno na fachada sul e poente. PA



156. Ambiente noturno na fachada sul. PA



157. Ambiente diurno na fachada sul . PA



158. Estudos para o pátio. PA

Comunica com o bairro através de canais laterais, permitindo existir uma fluidez entre o espaço interno e externo, a atração é feita por um elemento central que se observa pela rua, uma árvore (loureiro) no centro do pátio faz o convite para entrar. Do centro surge um palanque que serve de caldeira para a árvore, armazena água em forma de espelho, tornando o local mais fresco nos dias quentes e ainda pode acolher pequenas atuações ao vivo, seja por exemplo, cantautores, poesia ou teatro. Um sistema circundante de rampas e escadas resolve as diferenças de altimetria. Esta forma circular foi inspirada nos primeiros desenhos do edifício, intenção do arquiteto que nunca foi concretizada.

A permeabilidade de águas pluviais foi contemplada por meio de grandes canteiros, murados e revestidos por pedra à altura de um banco corrido em todo o seu perímetro. Os pavimentos misturam-se em textura, sendo lajetas de lioz reutilizadas, betonilha com seixo rolado e lioz bujardado. Os elementos estruturais são compostos por betão armado com pigmento. O escoamento das águas pluviais pode ser direcionado através de caleiras escondidas por peças de lioz.

A vegetação é autóctone, com menor necessidade de rega, permite que haja uma maior interação com o visitante, arbustos aromáticos como alecrim, esteva, tomilho, alfazema ou hortelã e algumas árvores de fruto como citrinos, romãzeiras ou figueiras.

O interior do edifício revela-se agora através desta comunicação com a rua, permitindo também a sua total entrega ao habitante.



159. Entrada para o pátio interior. PA

160. Pátio interior. PA

161. Pátio interior. PA

162. Pátio interior. PA

163. Pátio interior. PA



164. Pátio interior. PA



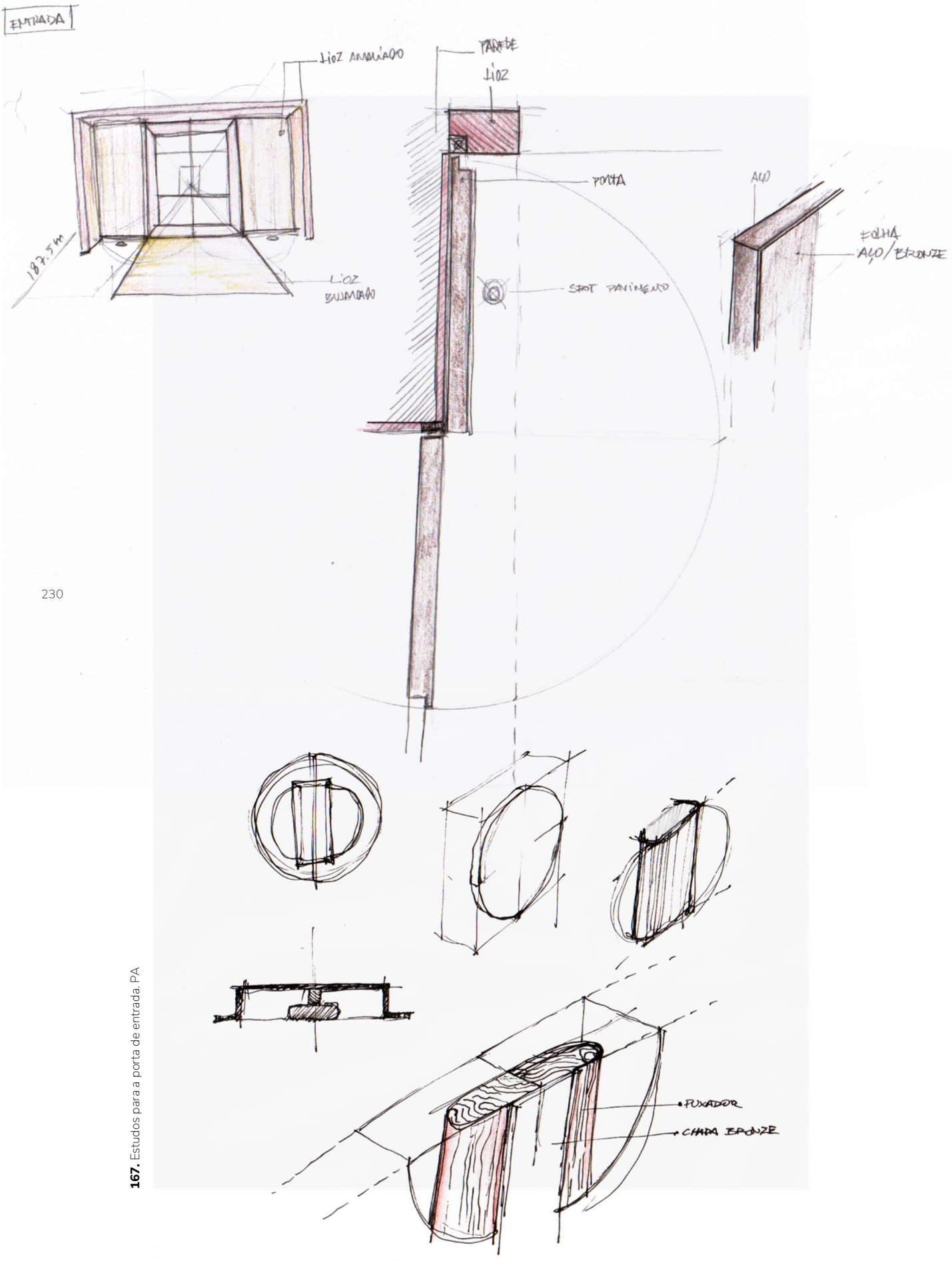
165. Planta do pátio. PA

166. Pátio interior. PA

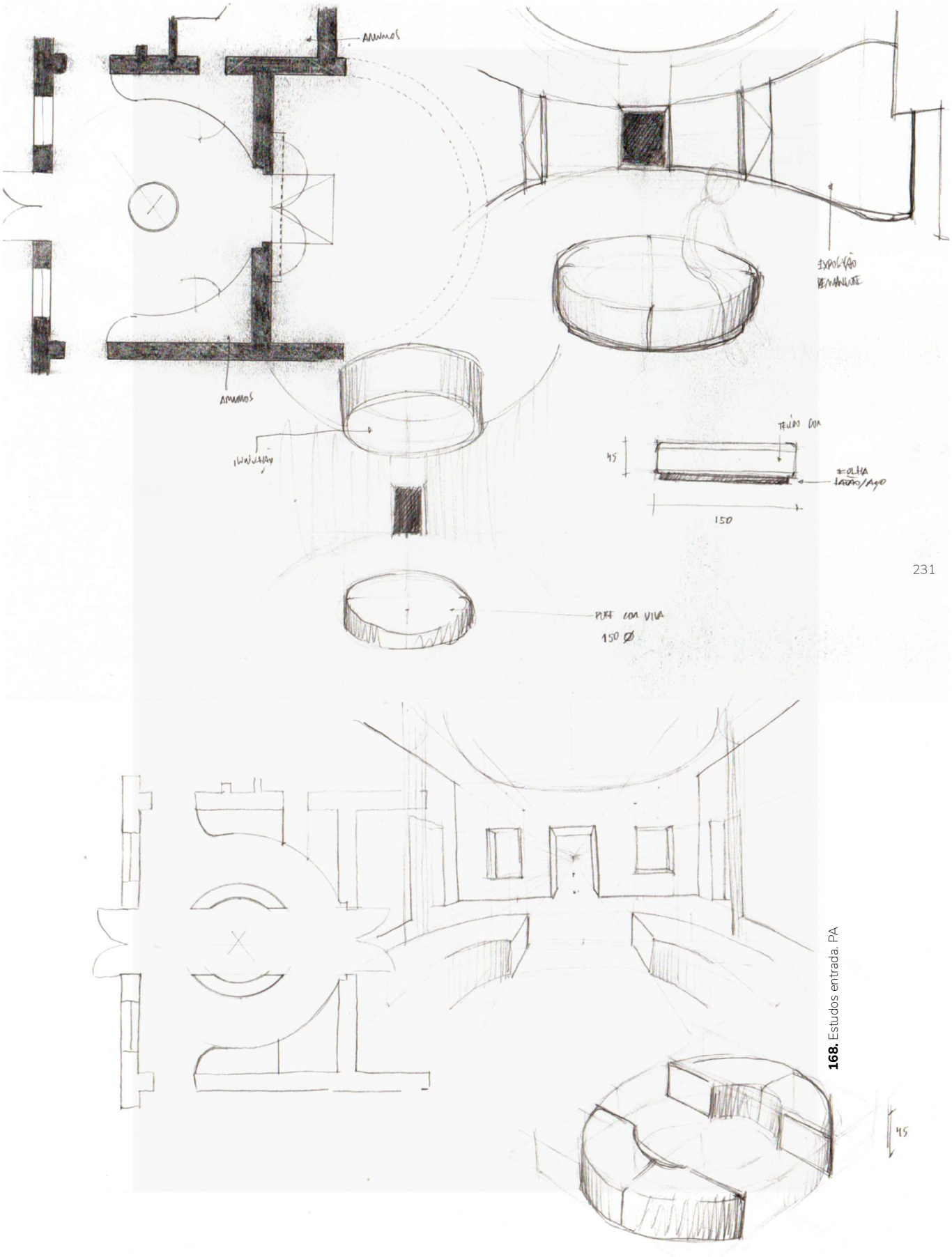
ENTRADA SUL

É caracterizada por ser a principal, orientada às vistas de sul. Acrescentou-se uma rampa de acesso revestida a lioz bujardado, mais canteiros com arbustos por baixo dos vãos compõem a fachada sul. O pavimento mantém-se o original, mas a porta ganha destaque com peças de lioz para a rematar, quando aberta. O átrio é composto por uma exposição permanente relativa à história do local e do edifício. Permite sensibilizar o visitante da história e identidade do lugar, caixas de luz e digitais compõem um percurso que pode ser uma viagem à memória através de fotografias e vídeos.

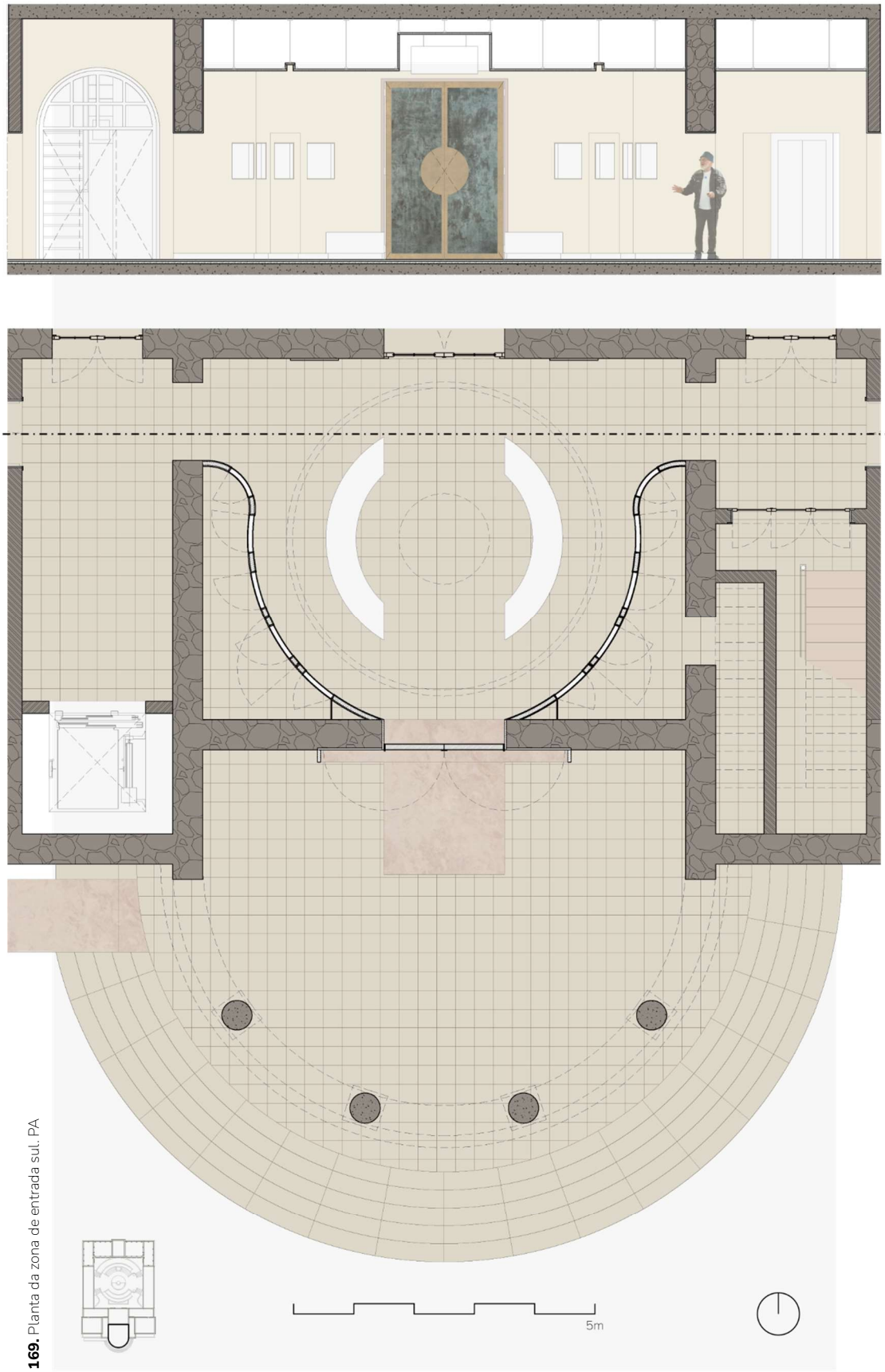
A forma circular do espaço remete para o centro do pátio, de onde surge dois bancos com a mesma forma e uma luminária no teto. Um painel interativo na parede informa o visitante das várias atividades e localizações do edifício.



167. Estudos para a porta de entrada. PA



168. Estudos entrada. PA



169. Planta da zona de entrada sul. PA

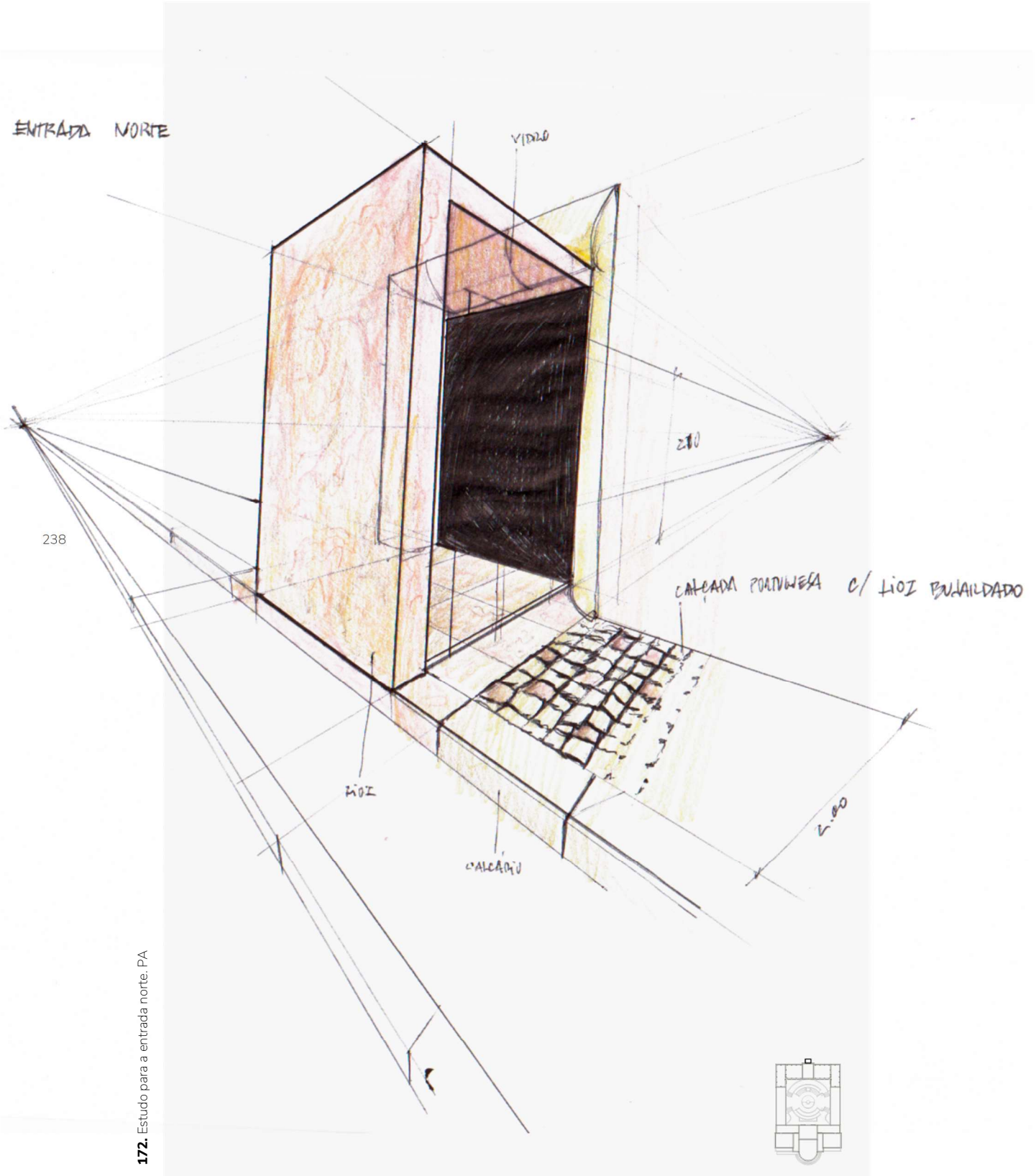


170. Planta e alçado principal da porta de entrada. PA

171. Entrada com exposição permanente PA

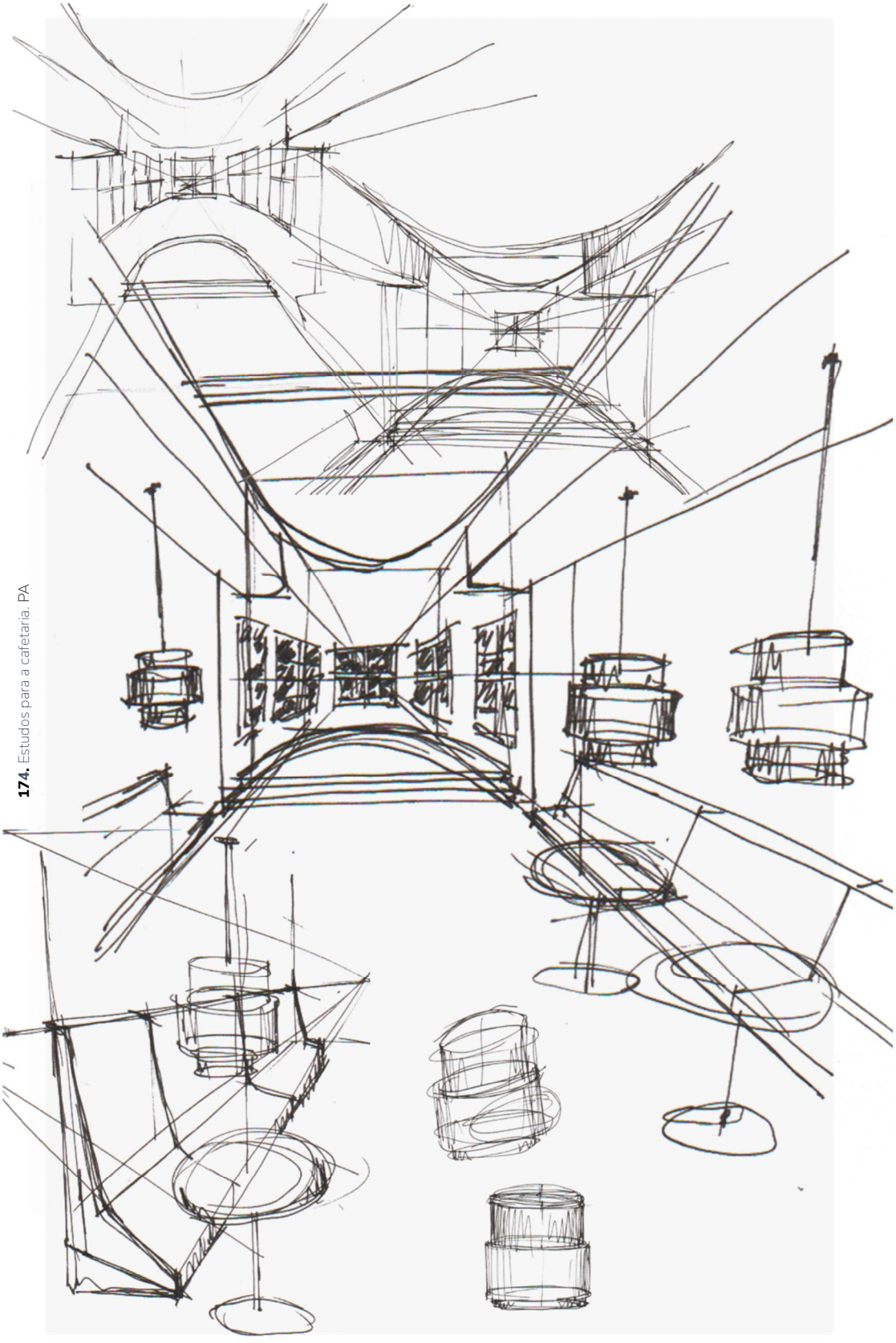
ENTRADA NORTE

Esta entrada de caráter mais privado, serve os utentes das salas polivalentes e estúdios de música. Encontra-se a norte, sendo mais discreta, conduz a um pequeno átrio que comunica com os acessos verticais e restantes espaços. É revestida a lioz e vidro, permitindo a entrada de luz natural pelas laterais.



172. Estudo para a entrada norte. PA

173. Entrada norte. PA



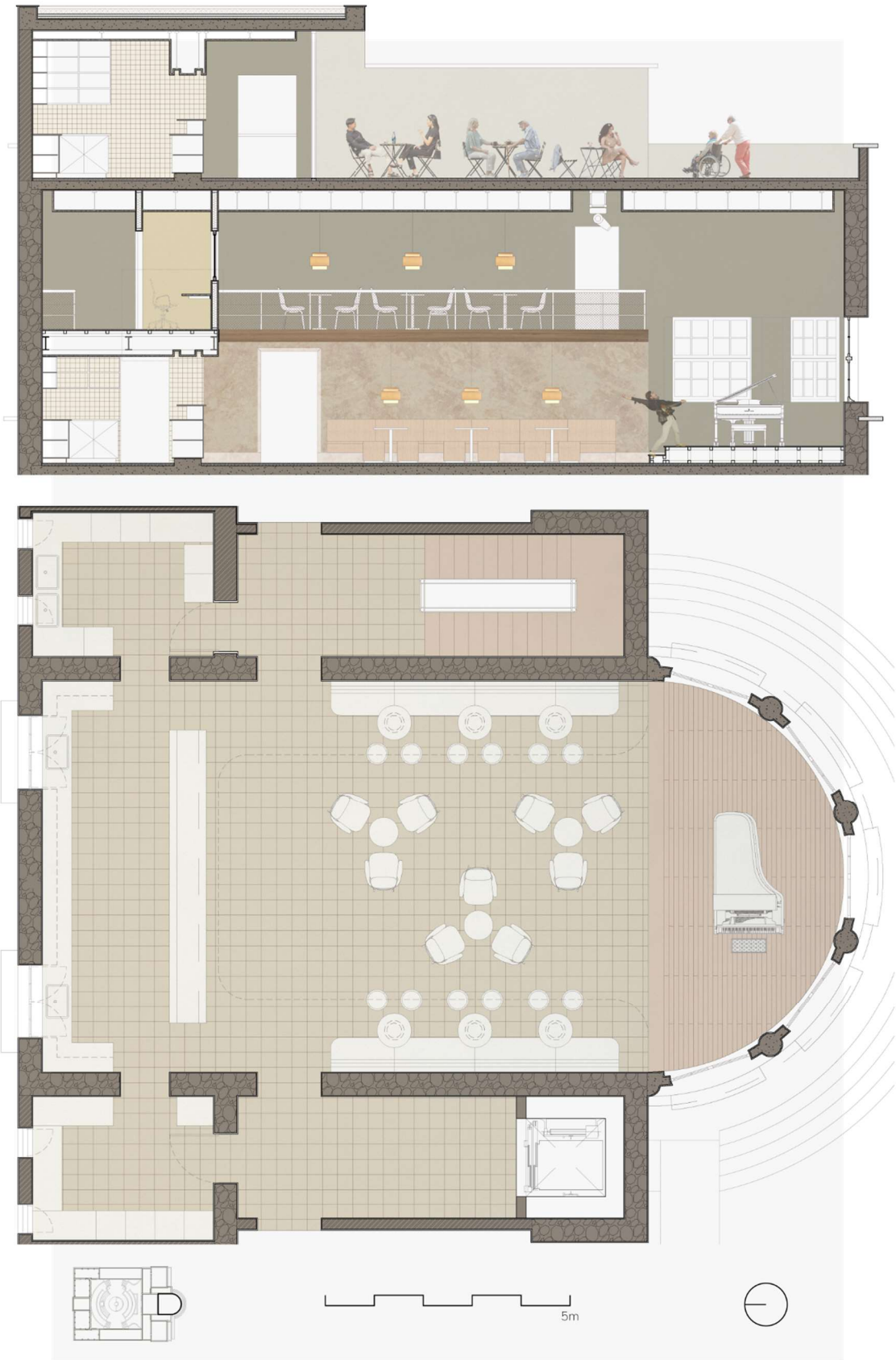
174. Estudos para a cafetaria. PA

CAFETARIA

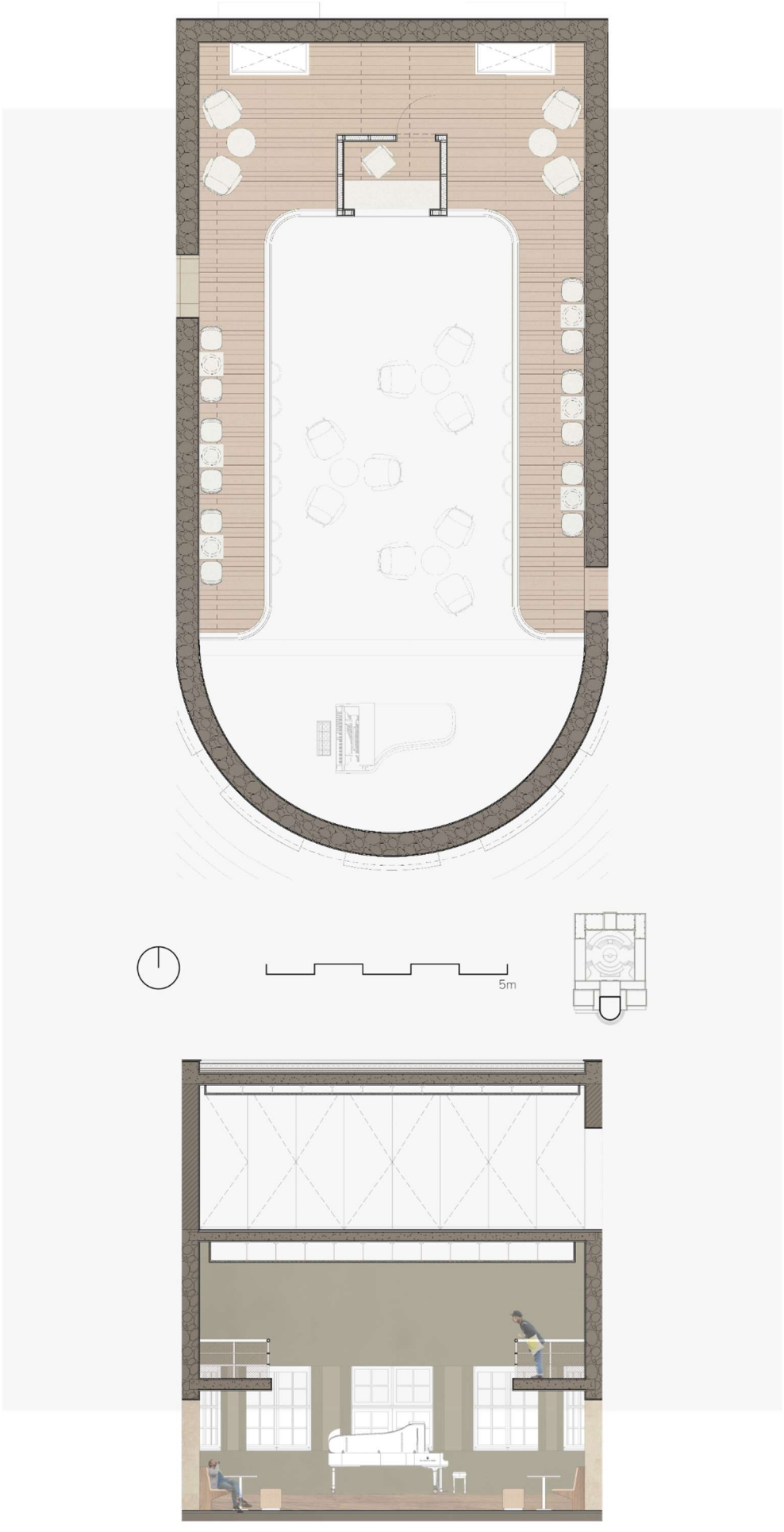
Este espaço caracteriza-se por ser privilegiado em termos de luz natural e pelas vistas sobre a cidade e rio. Optou-se por manter o balcão superior, aumentando-o de forma a poder existir circulação entre as duas alas, poente e nascente, instalando também um espaço de controlo de luz e som para apoio de pequenas apresentações artísticas que se possam fazer no espaço. Um pequeno palco junto aos vãos, com a paisagem como cenário natural, o espaço de cafetaria bar no lado oposto, com aberturas a norte, onde desemboca num armazém e cozinha de apoio, novas adições substituindo as anteriores, espúrias. Pode servir ligeiras refeições a ser consumidas no local ou para levar para fora, sendo um apoio reforçado à população mais envelhecida. Na sala poente existe um espaço próprio para refeições e na sala nascente, um espaço de estudo ou trabalho, provido de uma pequena biblioteca.

Em relação ao ambiente e materialidade, o pavimento original manteve-se e voltou-se a aplicar ligeiros apontamentos de pedra lioz, bem como mobiliário fixo produzido em madeira e tecido sustentável. A iluminação foi colocada pontualmente de forma a poder ser controlada consoante os eventos e ambientes pretendidos.

No piso superior instalou-se um pequeno bar de apoio à esplanada, como nova adição e construção, a norte do terraço, de modo a poder aproveitar toda a vista panorâmica a sul. Um espaço de arrumos também foi contemplado para dar apoio às hortas instaladas nas coberturas.



175. Corte e Planta da cafetaria. PA



176. Cafetaria. Planta do mezanino e corte. PA

177. Cafetaria. PA





178. Cafetaria. PA

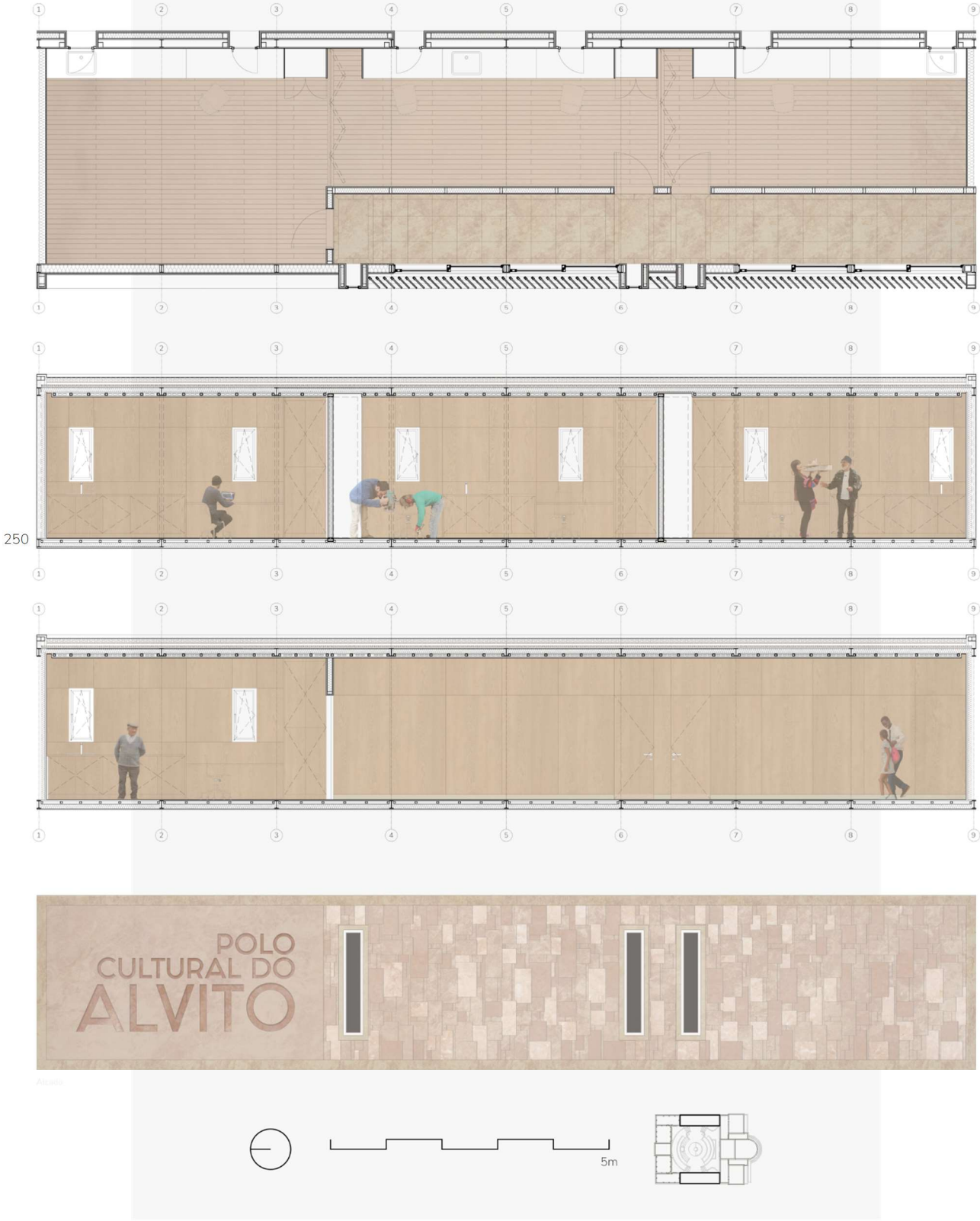


179. Cafetaria. PA

Destas novas adições ao edifício, surgem 6 novos espaços de trabalho, que de forma concessionada, reforçarão o conceito artístico e cultural que se pretende. Cada módulo instalado, tanto na ala poente como nascente, contém um canal de acesso, proveniente do corpo sul, essencialmente da cafetaria, que faz a ligação às salas de trabalho, que se ligam ao pátio interior através de vãos. Estas salas têm uma componente modular, compostas por um sistema de paredes amovíveis, que se encartam nas próprias paredes, permitem que o espaço seja utilizado parcialmente ou como um todo.

O mobiliário fixo foi pensado de forma a ser o mais polivalente possível, tendo bancadas de 90cm ou alternativamente, mesas de 72cm de altura. O que permite variadas formas e usos do espaço. Os arrumos também forma contemplados no mobiliário.

Os corredores de acesso estão orientados para a rua, adornados na fachada, por um sistema em cortina de pedra, que permite uma entrada parcial da luz natural e visibilidade.



180. Planta, cortes e alçado dos ateliers. PA



181. Fachada poente, montras de comércio e a adição nova com os ateliers. PA

182. Ateliers, circulação. PA





183. Ateliers. PA

OUTROS AMBIENTES

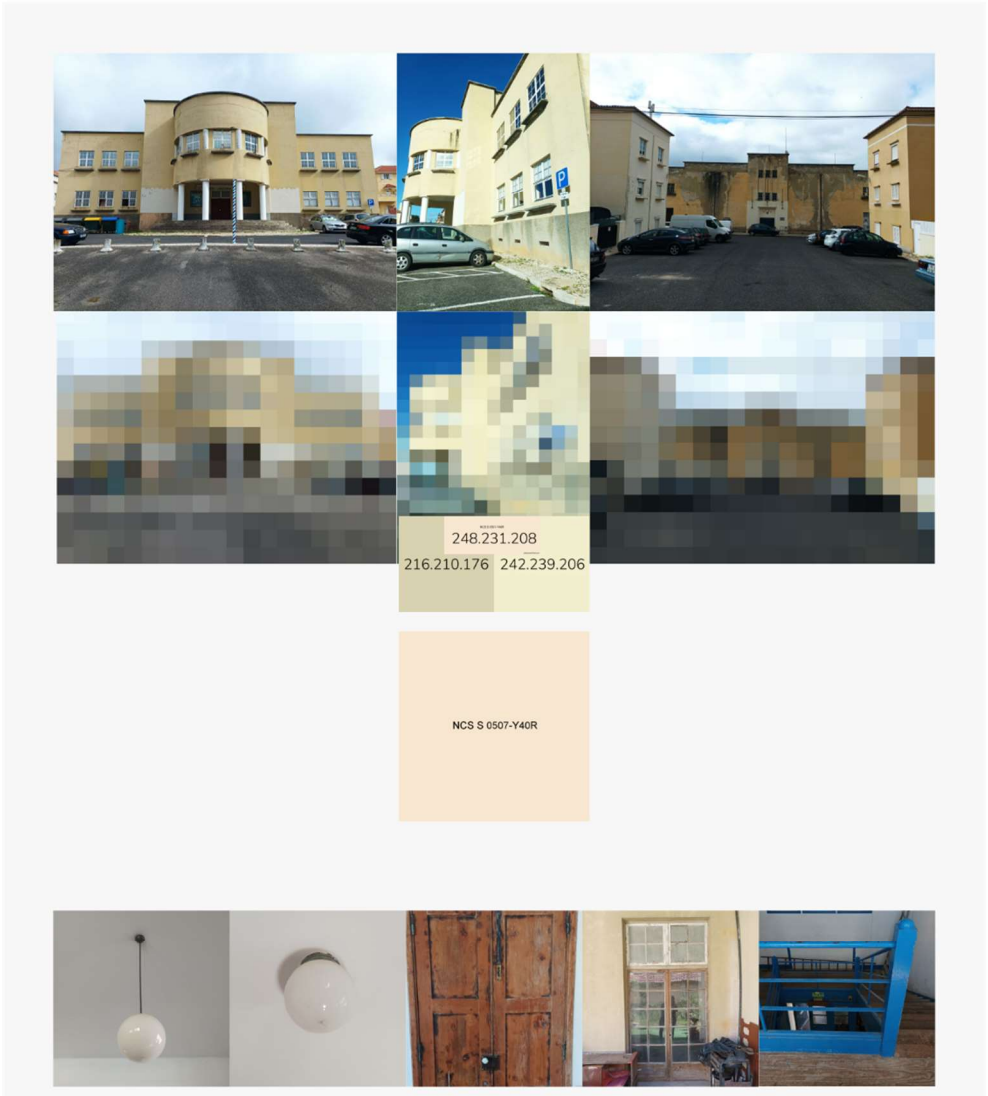
184. Instalação sanitária. PA



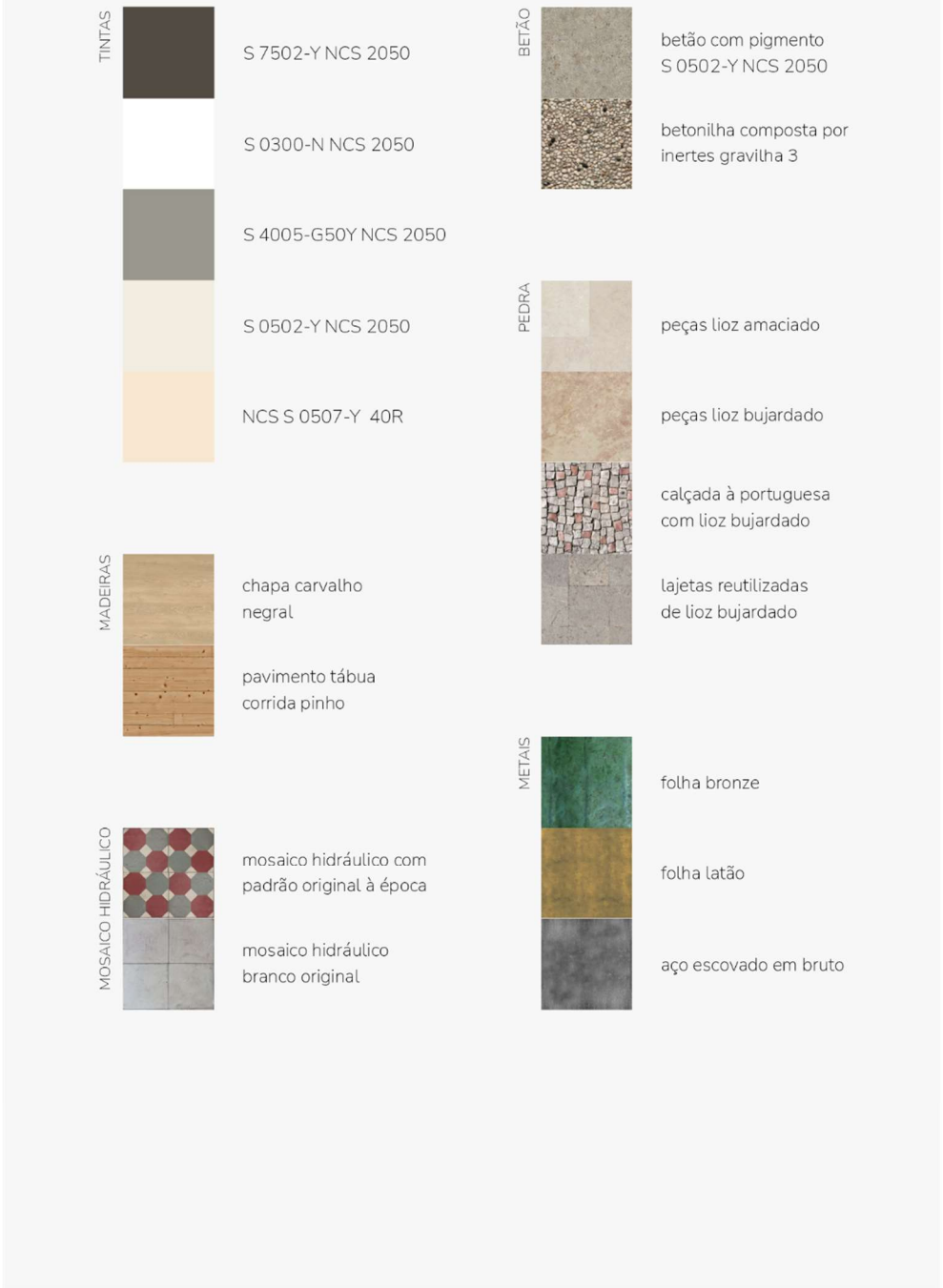


185. Sala de exposições. PA

A reutilização ou conservação de materiais e elementos considerados em bom estado foi essencial para contribuir para a preservação da identidade do edifício, assim como a sua sustentabilidade. Pavimentos existentes como os hidráulicos ou soalhos de madeira foram aproveitados, bem como guardas de escada, caixilharias, portas e candeeiros de teto. A utilização de novos materiais, cores e texturas, foi pensada de forma a harmonizar com os restantes padrões já existentes. O uso da pedra local, no embasamento, pavimentos e algumas paredes, como forma de continuidade e equilíbrio entre o interior e exterior.



186. Cores e elementos. PA



187. Mapa de materiais. PA

6.3 PEÇAS DESENHADAS



1443 Os casais do Alvito são doados pelo regente D. Pedro a João de Basto, escrivão da câmara de Infante D. Henrique

1490 as pedreiras de extração de lioz e calcário(bem como os seus fornos de cal) são em grande número na zona do Alvito, o que leva à construção de um cais junto à ponte para o desembarque de tojo.

1580 Portugal perde a sua independência na Batalha de Alcântara

1645 Aquisição da quinta da Ninfa e do casal do Rio Seco por D. João IV, indemnizando o conde de Basto e o enfiteuta André Jorge com a cedência do casal do Alvito, era seu objetivo anexar mais terrenos ao paço do Calvário ou de Alcântara, o que permitiu a constituição da Real Tapada da Ajuda como parque de caça da família real.

1745 João Pires da Fonte



1755 O grande Terramoto de Lisboa pouco afeta a zona de Alcântara, o que leva a que haja uma deslocação de parte da população da cidade, e um consequente aumento de habitações.
D. José e a corte, instalam-se na Régia Barraca na Ajuda.

1764 Inicia-se o processo de desenvolvimento industrial em Alcântara, fomentado em parte pelo Marquês de Pombal.

1782 Mentelle

1770 É transferida de Alfama para Alcântara a Freguesia de S. Pedro, o que origina uma nova freguesia, a de São Pedro de Alcântara.



1807 Invasões Francesas comandadas pelo general Junot, que se fixa temporariamente em Alcântara neste mesmo ano.

1857 Filipe Folque

1876 Invasões Francesas comandadas pelo general Junot, que se fixa temporariamente em Alcântara neste mesmo ano.
As obras do aterro de Alcântara terminam, ocupando cerca de 500m ao Tejo.

1887 Inauguram-se as linhas de caminho de ferro e estação terminal que ocupariam parte da ribeira, ponte e Horta Navia. É também nesta altura que a ribeira é totalmente coberta.



1905 Inaugura-se o novo Mercado de Alcântara, no lado ocidental do troço ferroviário.

1909 Silva Pinto

1910 Implantação da República Portuguesa.

1934 Criação do Parque Florestal de Monsanto.

1939 É dado por concluído as obras de construção do Bairro do Alvito, projeto do Arquiteto Paulino Montez.



1949 Inaugura o Clube de Ténis de Monsanto, projeto do Arquiteto Francisco Keil do Amaral.

1950 A população da Freguesia de Alcântara atinge o seu pico demográfico, com cerca de 34161 pessoas.

1950 Cassiano Banco



1966 Inaugura-se a Ponte Salazar, hoje designada Ponte 25 de Abril.

1974 O Movimento das Forças Armadas derruba o regime ditatorial do Estado Novo no dia 25 de abril.

1999 A travessia ferroviária na ponte 25 Abril é inaugurada.

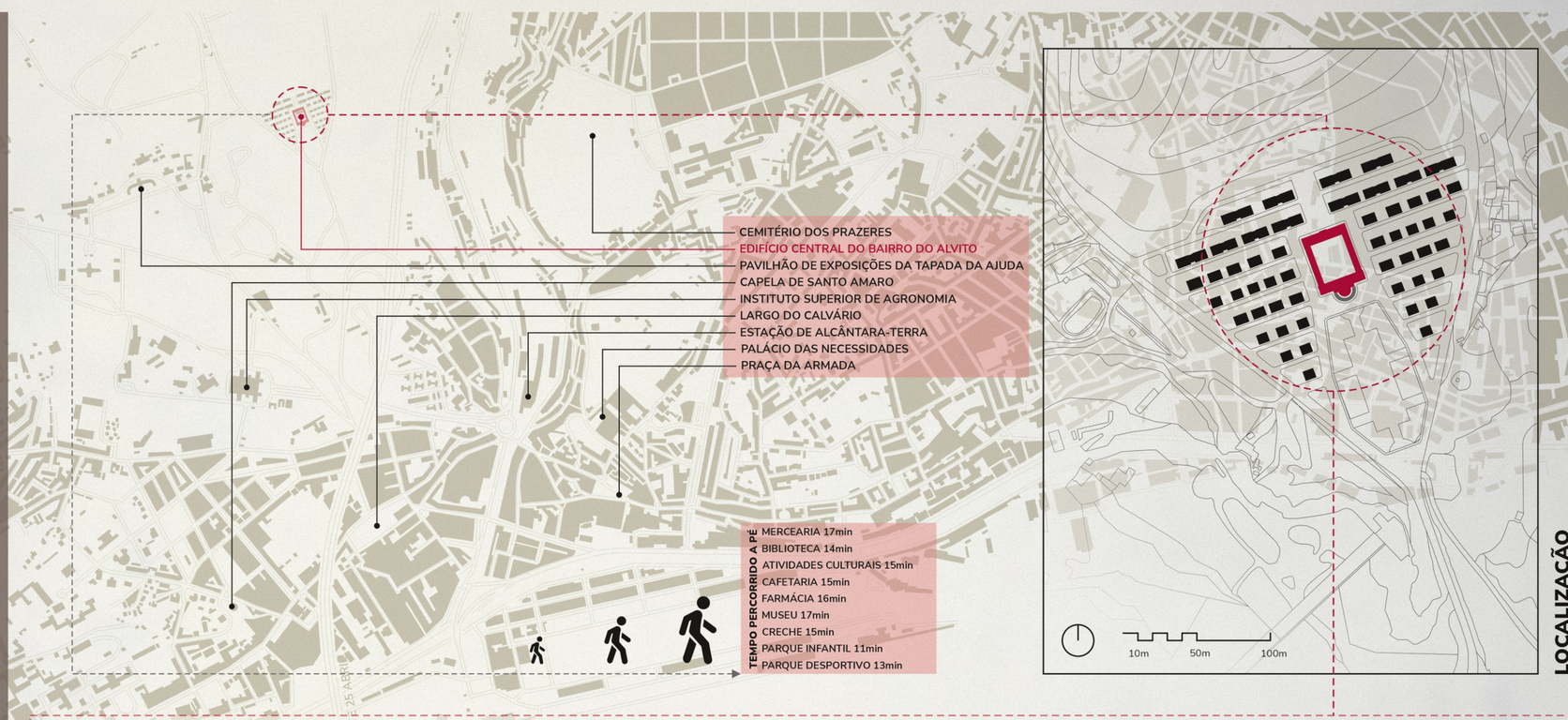
2008 inaugura a LX Factory ocupando as instalações da antiga Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense.

2023 google

1km

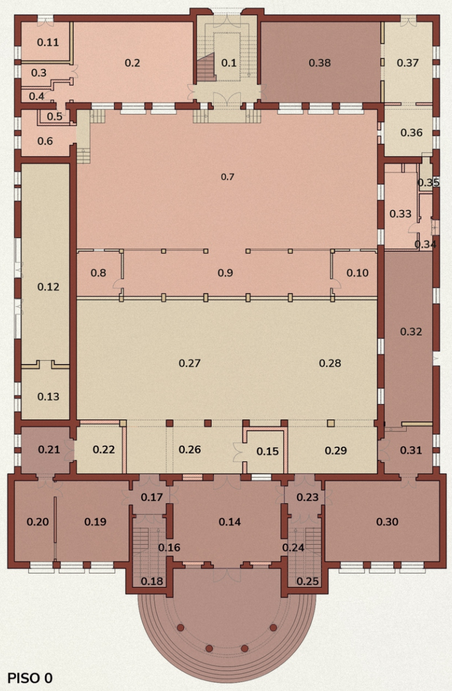
Localização do Edifício Central do Bairro do Alvito

EVOLUÇÃO CARTOGRÁFICA

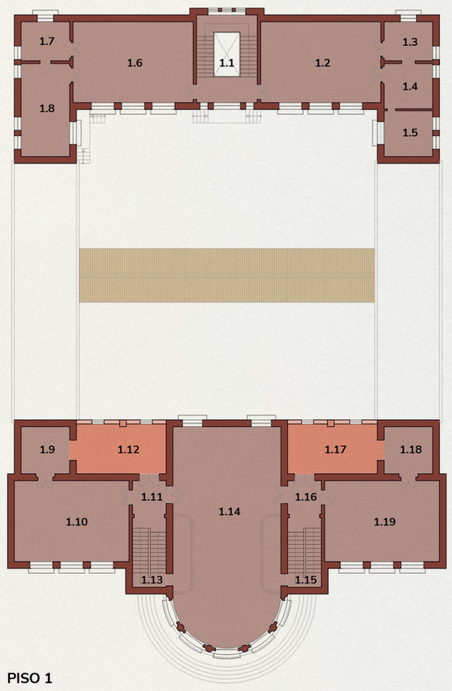


SIMPLIFICADA
TEORIA DE VALOR

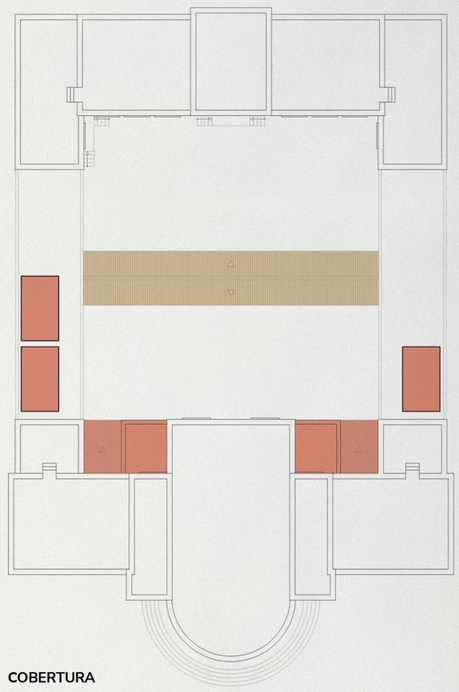
Baseado no enunciado elaborado para a disciplina de Laboratório de Projeto IV 2021/22 | Docentes: João Pernão e António Lobato Santos



PISO 0



PISO 1



COBERTURA

Classe A . Elementos de Valor Elevado Que apresentam valor tipológico, construtivo, morfológico, estético ou material.

Classe B . Elementos de Valor Médio Que apresentam algum valor estético, material ou construtivo, que podem ter significado histórico. Podem ser preservados, reutilizados ou substituidos.

Classe C . Elementos sem Valor Que não apresentam qualquer tipo de valor e que colocam em causa a sua leitura e qualidade, descaracterizando o objeto, podendo até, por vezes, prejudicar a sua estrutura. Devem ser removidos ou demolidos.


0.2 GCBA Cafetaria


0.12 Antiga mercearia


0.2 GCBA Escadas norte


0.38 Capela


0.23 TLM . Circulação


0.19 TLM . Sala ensaio / Estúdio


0.32 Miau AC . Bibioteca / Bar


0.30 Miau AC . Sala Espetáculo / Ensaio


1.2 GCBA . Sala


1.14 TLM . Sala Espetáculos


1.6 GCBA . Sala Adereços Marchas

O Edifício Central do Bairro do Alvito terminou a sua construção em 1939, no entanto, logo em 1943 sofre obras de adaptação para funcionar como escola, integrando o Plano dos Centenários.
Desde essa altura foi sofrendo algumas alterações cirurgicas nas diferentes fações do edifício, sendo as mais relevantes e invasivas, implementadas pela responsabilidade do Teatro Lanterna Mágica, colocando contentores marítimos na sua cobertura e realizando adições espúrias que têm contribuido bastante para a degradação e descaracterização do edifício. Em termos de Teoria de Valor, o caminho pode ser curto, pois é um edifício de construção simples em que as principais características e aspetos de valor incidem basicamente nos materiais e elementos que vestem o edifício, bem como no seu desenho.
Primeiramente concentramo-nos na sua estrutura original de paredes exteriores de alvenaria hidráulica, compostas por pedras de enroncamento, o tijolo sólido (burro) surge nas paredes interiores, platibandas e outros elementos formais. Nos pavimentos temos as madeiras, os hidráulicos e os de betonilha afagada. As caixilharias, molduras, escadarias e portas em pinho remontam também à origem do edifício. Resistem ainda elementos de iluminação artificial em alguns tetos como na Capela de Nossa Senhora de Fátima ou na Miau AC.



001 UMA ILHA NA CIDADE
REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO CENTRAL DO BAIRRO DO ALVITO

ALEXANDRE FURTADO TAVARES *LICENCIADO*
Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edificado

Orientação Científica:
Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz
Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

FEVEREIRO 2024

LISBOA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA

BAIRRO DO ALVITO /// ANÁLISE DO LUGAR



CORTE A



CORTE B

002 UMA ILHA NA CIDADE

REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO CENTRAL DO BAIRRO DO ALVITO

ALEXANDRE FURTADO TAVARES *LICENCIADO*

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edificado

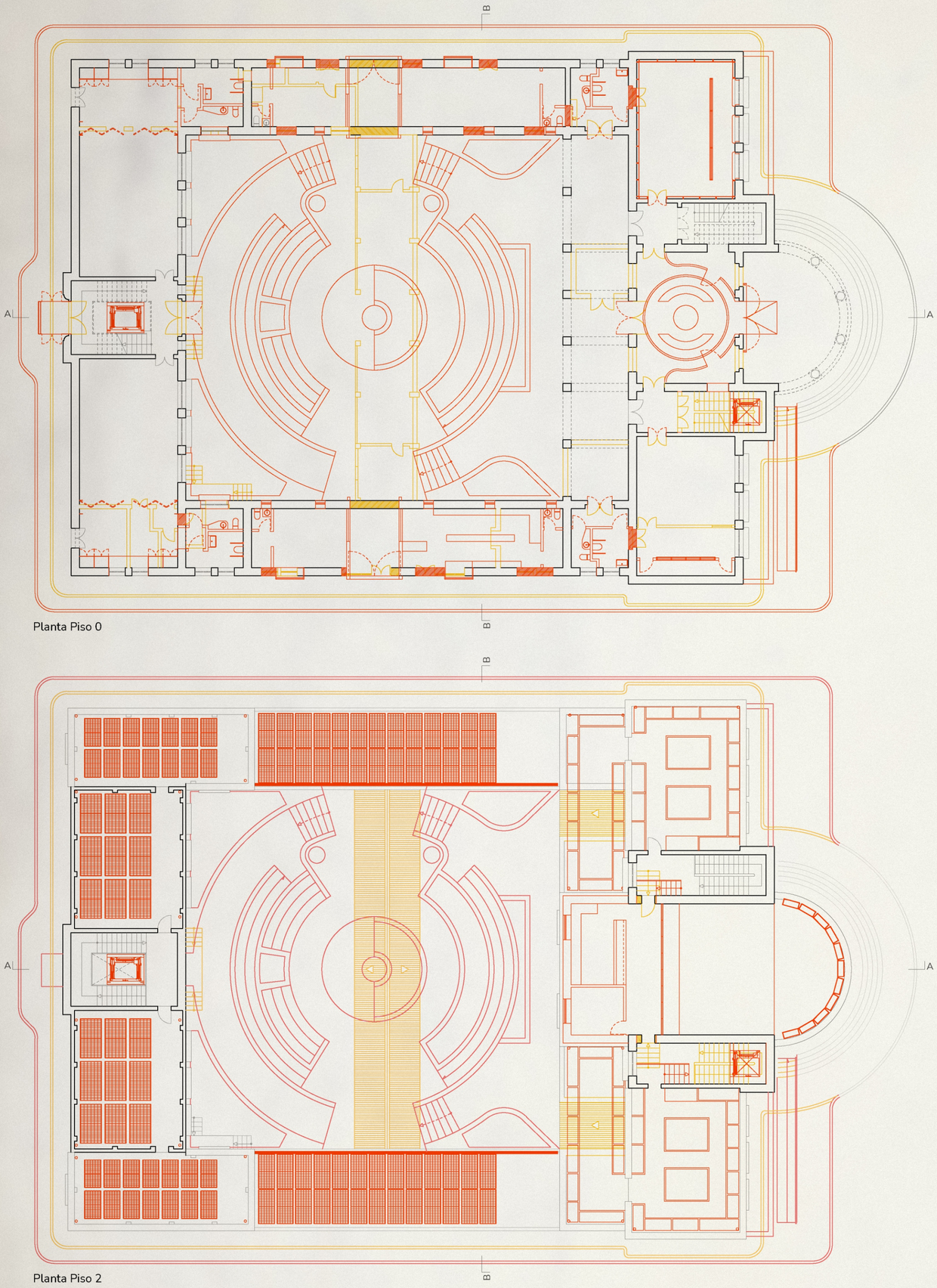
Orientação Científica:
Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz
Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

FEVEREIRO 2024

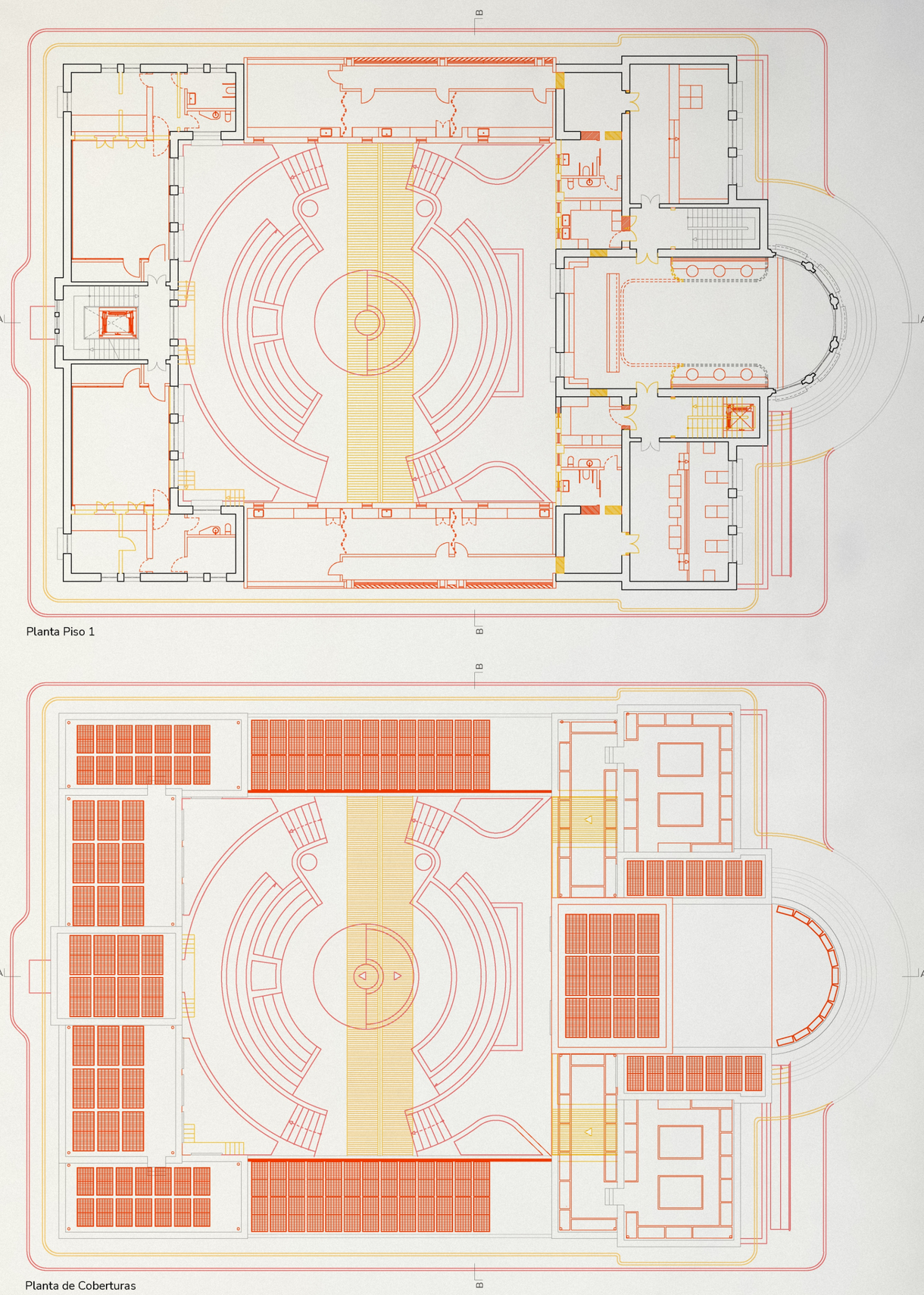
BAIRRO DO ALVITO | PROPOSTA URBANA /// PLANTA E CORTES LONGITUDINAL E TRANSVERSAL . ESCALA 1:500

LISBOA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA



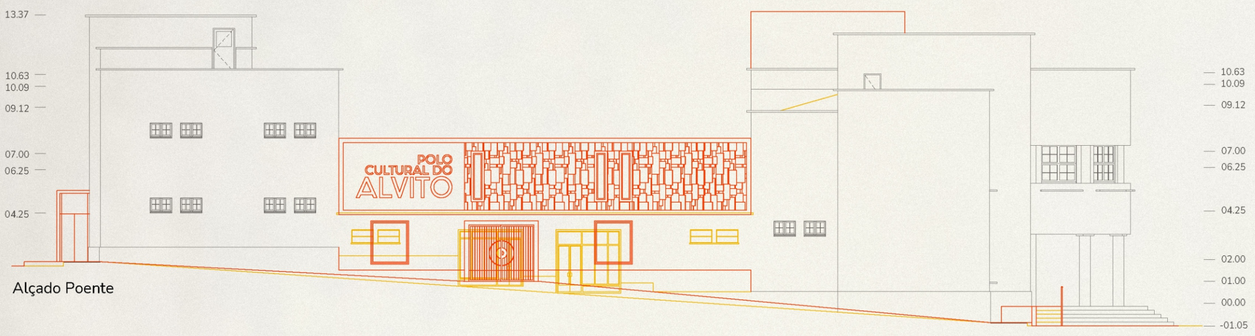
Planta Piso 0



Planta Piso 1

Planta Piso 2

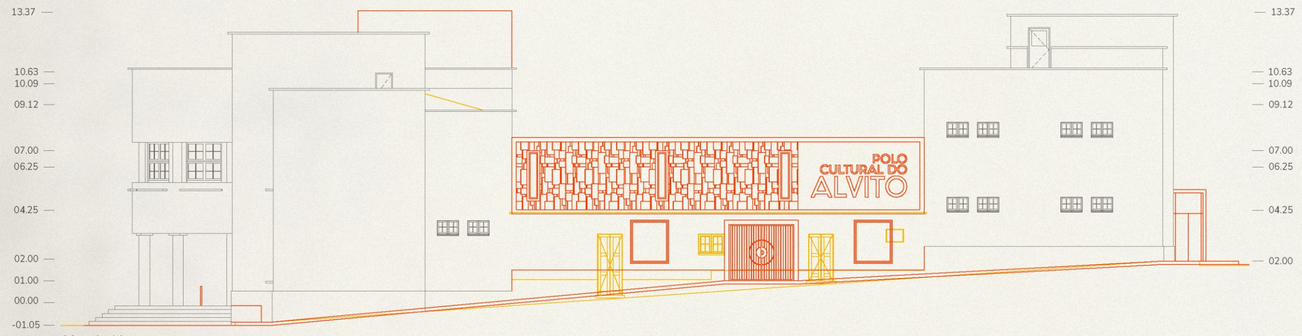
Planta de Coberturas



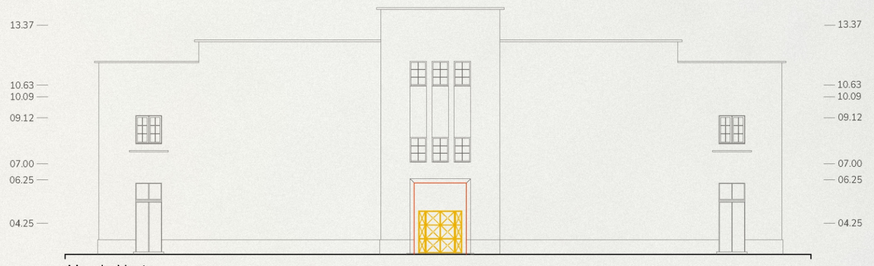
Alçado Poente



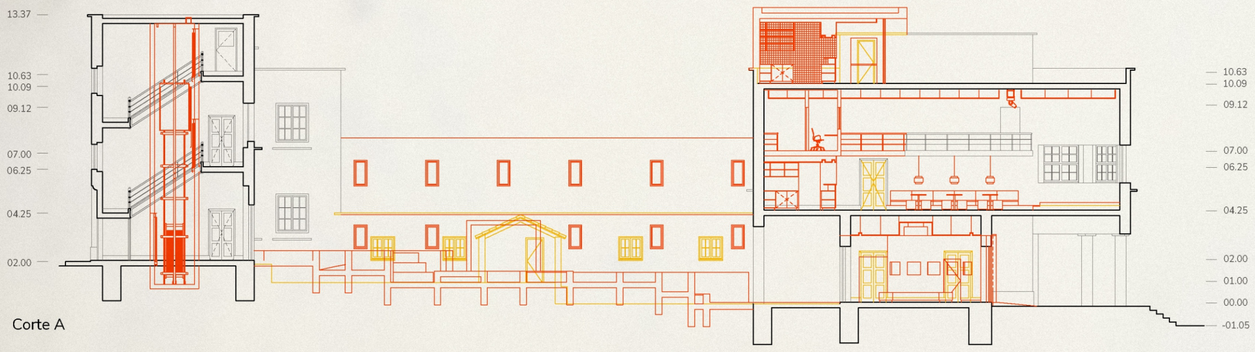
Alçado Sul



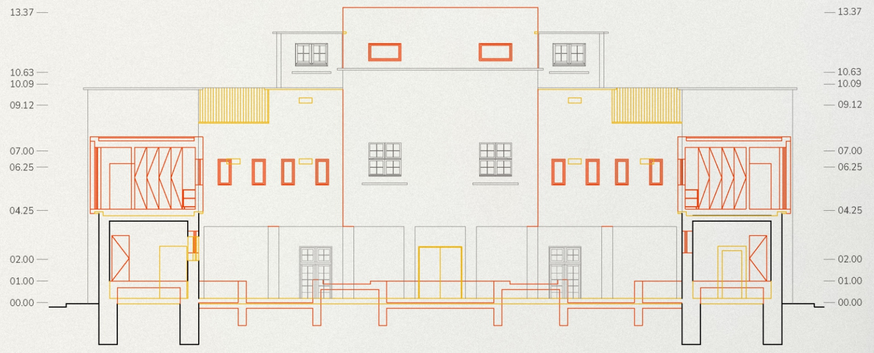
Alçado Nascente



Alçado Norte



Corte A



Corte B

003 UMA ILHA NA CIDADE

REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO CENTRAL DO BAIRRO DO ALVITO

ALEXANDRE FURTADO TAVARES *LICENCIADO*

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edificado

Orientação Científica:
Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz
Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

FEVEREIRO 2024

ADIÇÕES E DEMOLIÇÕES /// PLANTAS, CORTES E ALÇADOS A e B

ESCALA 1:200

LISBOA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA

Piso 0

Corte A

Corte B

004 UMA ILHA NA CIDADE

REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO CENTRAL DO BAIRRO DO ALVITO

ALEXANDRE FURTADO TAVARES *LICENCIADO*

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edificado

Orientação Científica:

Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz

Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

FEVEREIRO 2024

PROPOSTA ARQUITECTÓNICA /// PLANTA PISO 0 | CORTES A e B ESCALA 1:100

LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA

Piso 1

Corte C

Corte D

005 UMA ILHA NA CIDADE

REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO CENTRAL DO BAIRRO DO ALVITO

ALEXANDRE FURTADO TAVARES *LICENCIADO*

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edificado

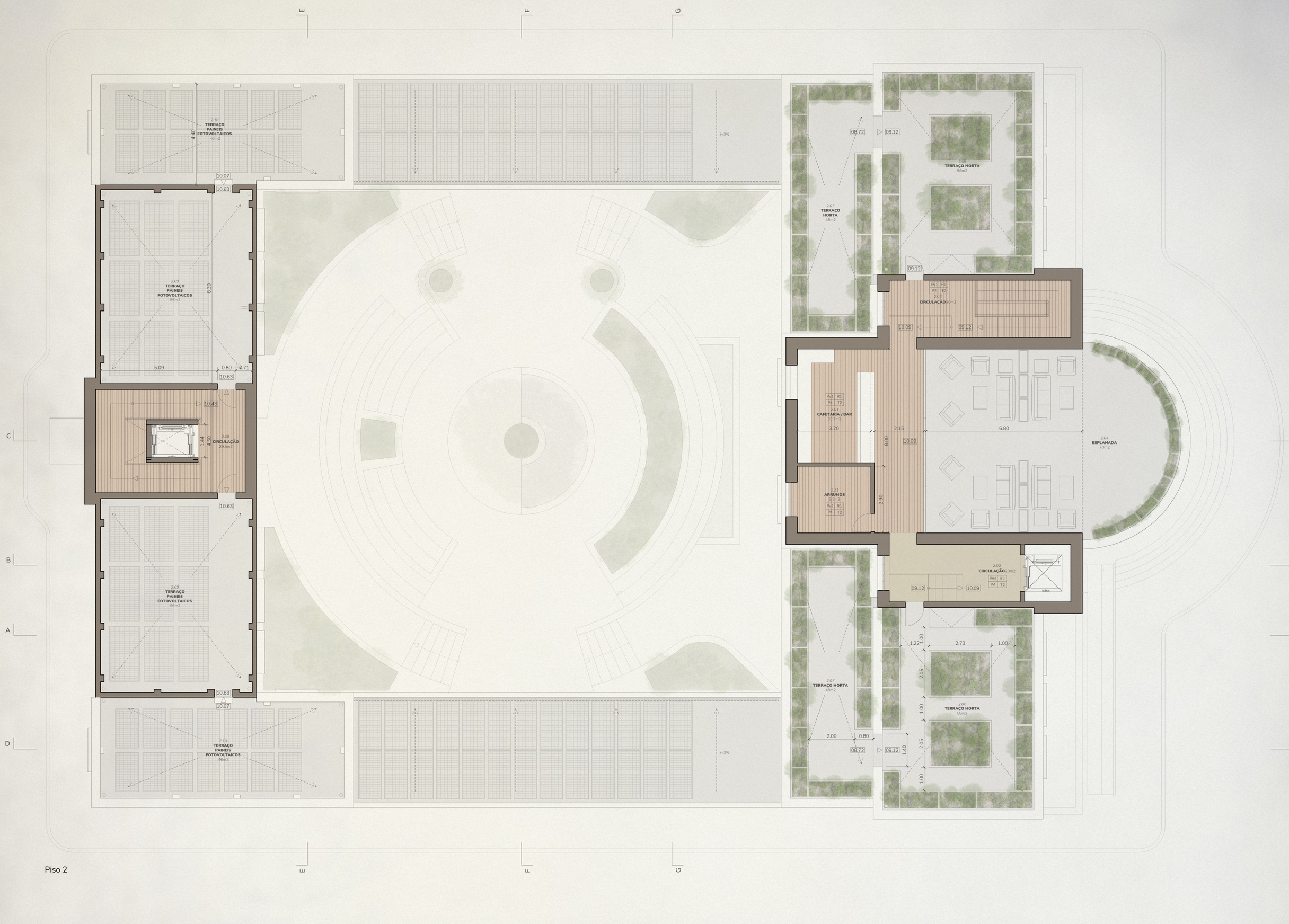
Orientação Científica:
Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz
Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

FEVEREIRO 2024

PROPOSTA ARQUITECTÓNICA /// PLANTA PISO 1 | CORTES C e D ESCALA 1:100

LISBOA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA



Piso 2



Alçado Poente



Alçado Nascente

006 UMA ILHA NA CIDADE

REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO CENTRAL DO BAIRRO DO ALVITO

ALEXANDRE FURTADO TAVARES *LICENCIADO*

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edificado

Orientação Científica:
Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz
Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

FEVEREIRO 2024

PROPOSTA ARQUITECTÓNICA /// PLANTA PISO 2 | ALÇADOS POENTE E NASCENTE ESCALA 1:100

LISBOA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA

Planta de Coberturas

Alçado Sul

Alçado Norte

007 UMA ILHA NA CIDADE

REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO CENTRAL DO BAIRRO DO ALVITO

ALEXANDRE FURTADO TAVARES *LICENCIADO*

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edificado

Orientação Científica:
Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz
Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

FEVEREIRO 2024

PROPOSTA ARQUITECTÓNICA /// PLANTA COBERTURAS | ALÇADOS SUL E NORTE

ESCALA 1:100

LISBOA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA

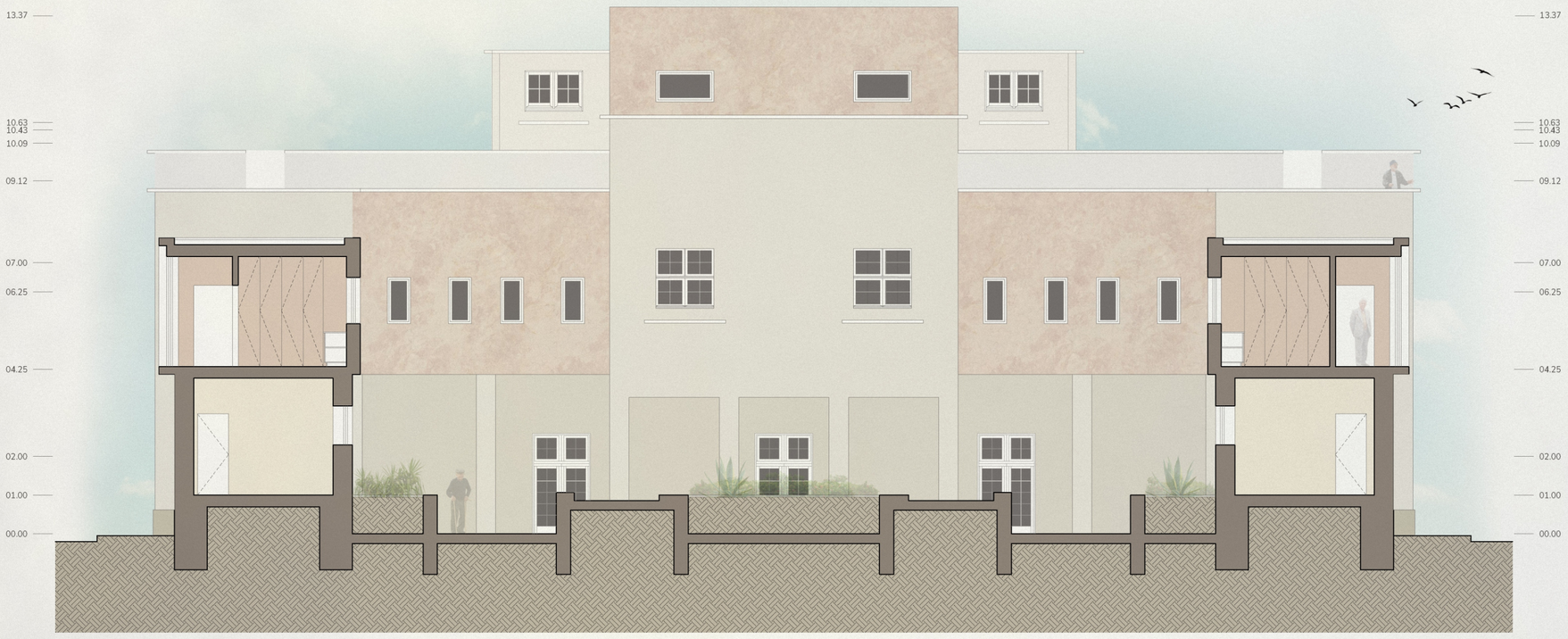
Corte E



Corte F



Corte G



LEGENDA DE MATERIAIS

PAVIMENTOS

- Pv1 — pavimento tábua corrida pinho
- Pv2 — mosaico hidráulico com padrão original à época
- Pv3 — mosaico hidráulico branco original
- Pv4 — peças lioz amaciado
- Pv5 — peças lioz bujardado
- Pv6 — calçada à portuguesa com lioz bujardado
- Pv7 — lajetas reutilizadas de lioz bujardado
- Pv8 — betão com pigmento S 0502-Y NCS 2050
- Pv9 — betonilha composta por inertes gravilha 3

PAREDES

- P1 — S 7502-Y NCS 2050
- P2 — S 0300-N NCS 2050
- P3 — S 4005-G50Y NCS 2050
- P4 — S 0502-Y NCS 2050
- P5 — NCS S 0507-Y 40R
- P6 — chapa carvalho negral
- P7 — azulejo manual 10x10

RODAPÉS

- R1 — chapa carvalho negral
- R2 — peças lioz bujardado
- R3 — hidráulico manual 10x5

TETOS

- T1 — S 7502-Y NCS 2050
- T2 — S 0300-N NCS 2050
- T3 — chapa carvalho negral

METAIS

- M1 — folha bronze
- M2 — folha latão
- M3 — aço escovado em bruto

008 UMA ILHA NA CIDADE

REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO CENTRAL DO BAIRRO DO ALVITO

ALEXANDRE FURTADO TAVARES *LICENCIADO*

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edificado

Orientação Científica:
Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz
Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

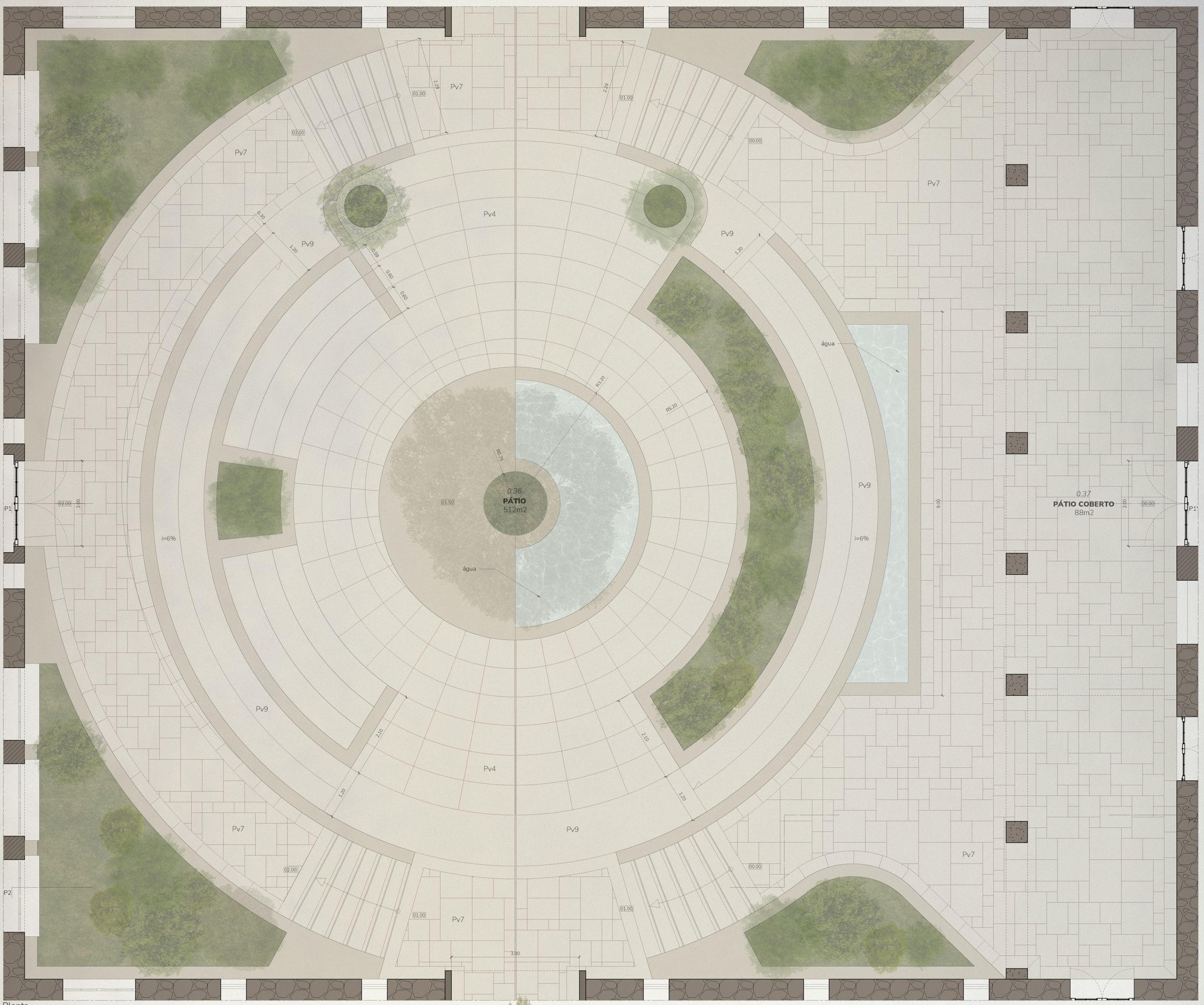
FEVEREIRO 2024

PROPOSTA ARQUITECTÓNICA /// CORTES E, F e G

ESCALA 1:100

LISBOA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

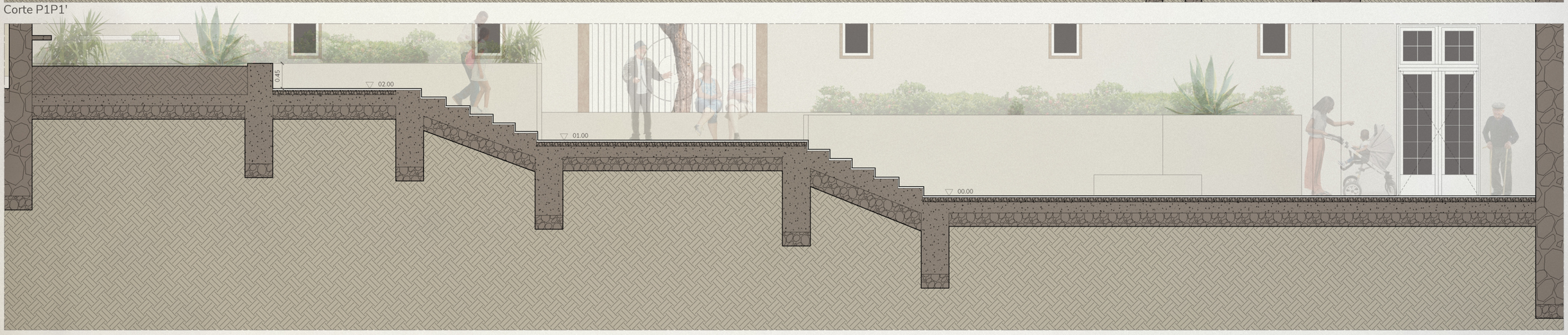
FACULDADE DE ARQUITECTURA



Planta



Corte P1P1'



Corte P2P2'

009 UMA ILHA NA CIDADE

REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO CENTRAL DO BAIRRO DO ALVITO

ALEXANDRE FURTADO TAVARES *LICENCIADO*

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edificado

Orientação Científica:
Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz
Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

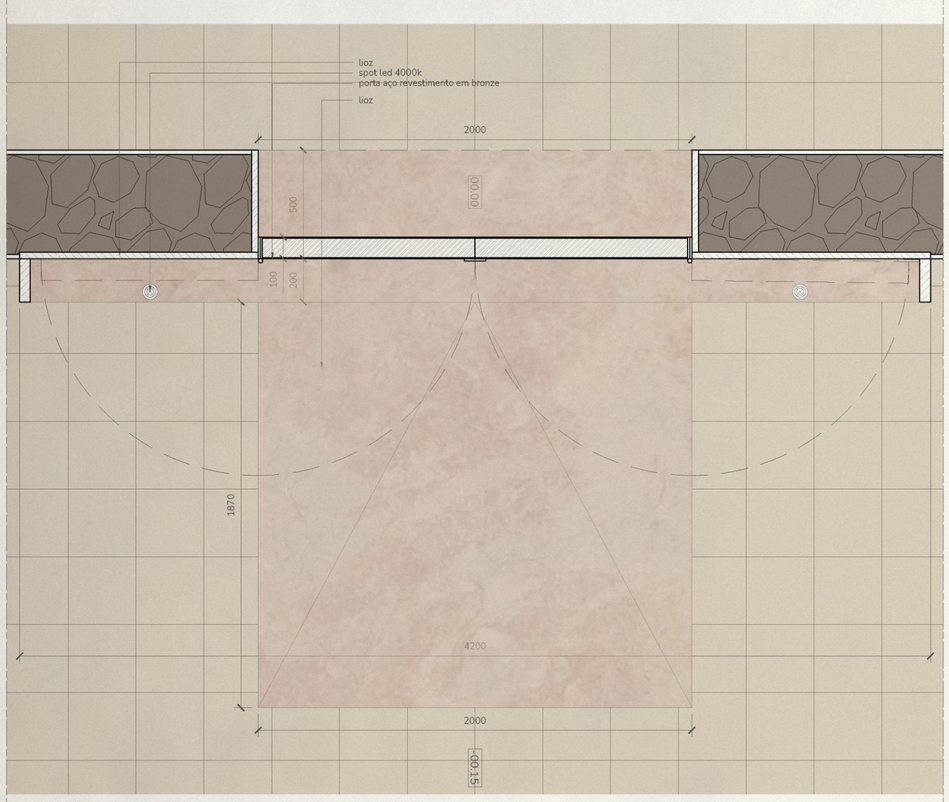
FEVEREIRO 2024

PROPOSTA ARQUITECTÓNICA . PÁTIO /// PLANTA E CORTES ESCALA 1:50

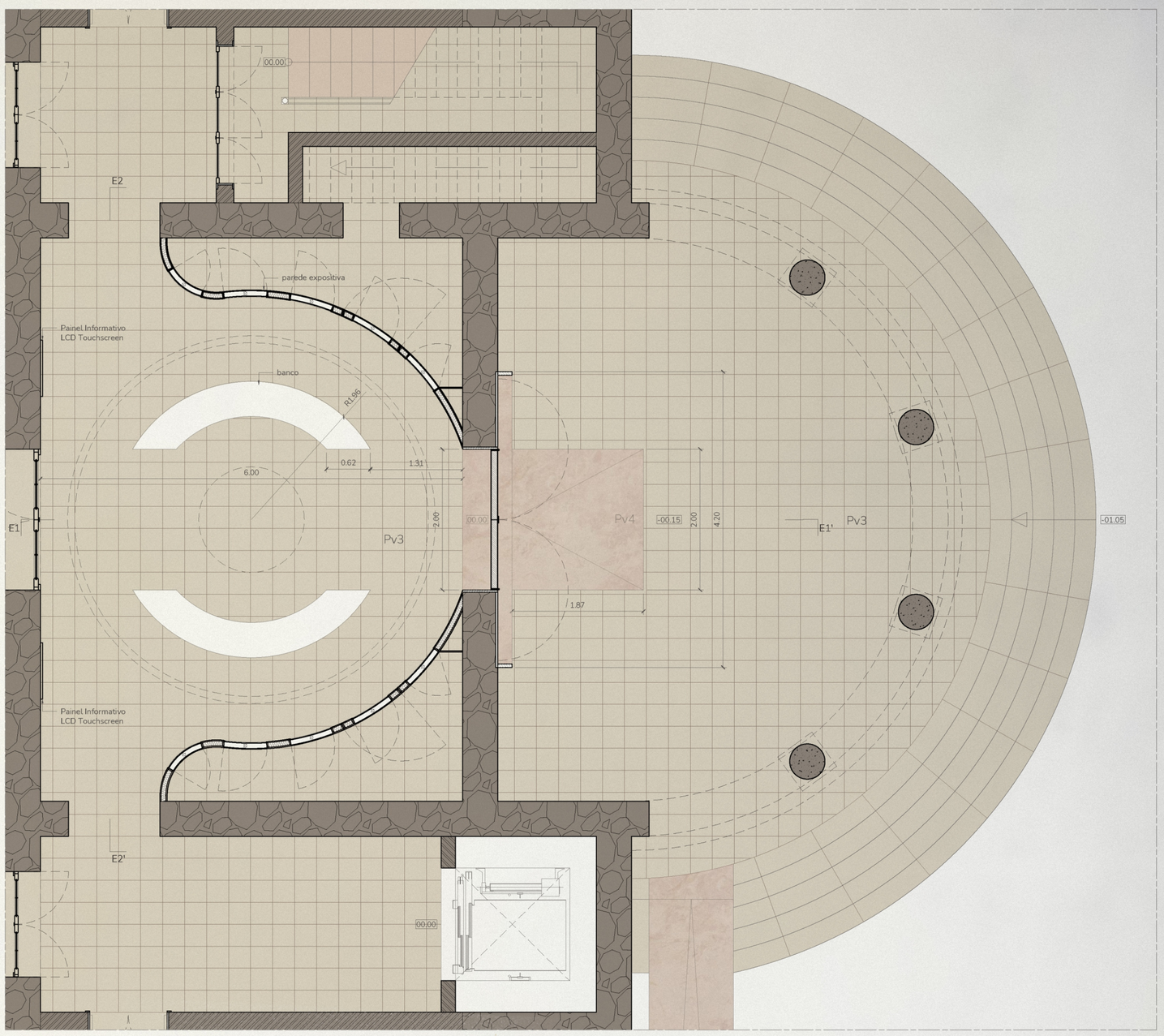
LISBOA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA

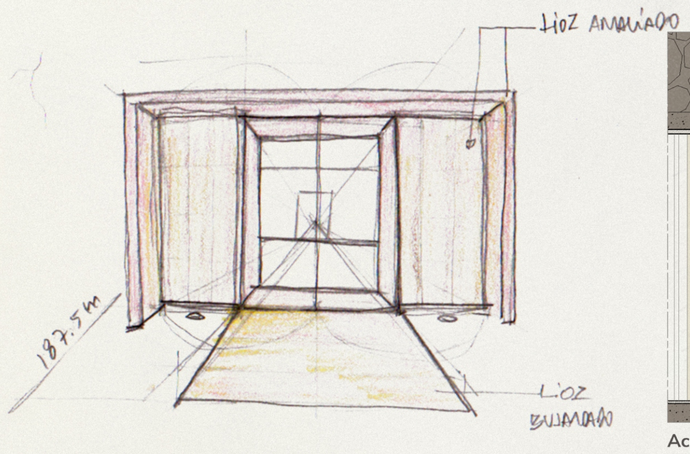




Porta de entrada . Alçado e Planta 1:20 . unidades: mm



Acolhimento / Exposição Permanente . Planta 1:50 . unidades: m





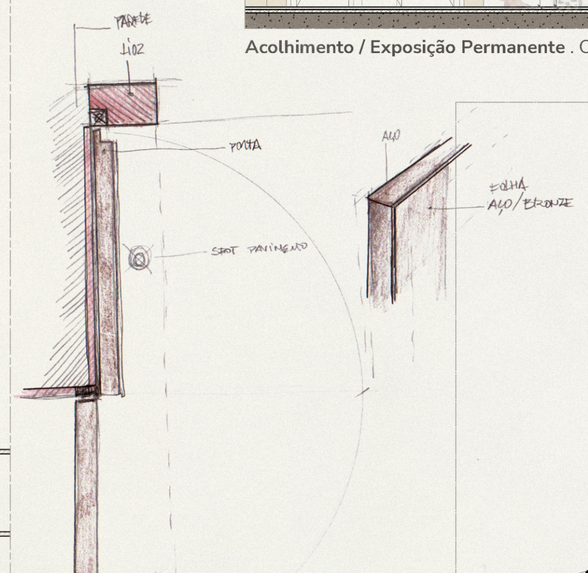
Acolhimento / Exposição Permanente . Corte E1E1' 1:50 . unidades: m

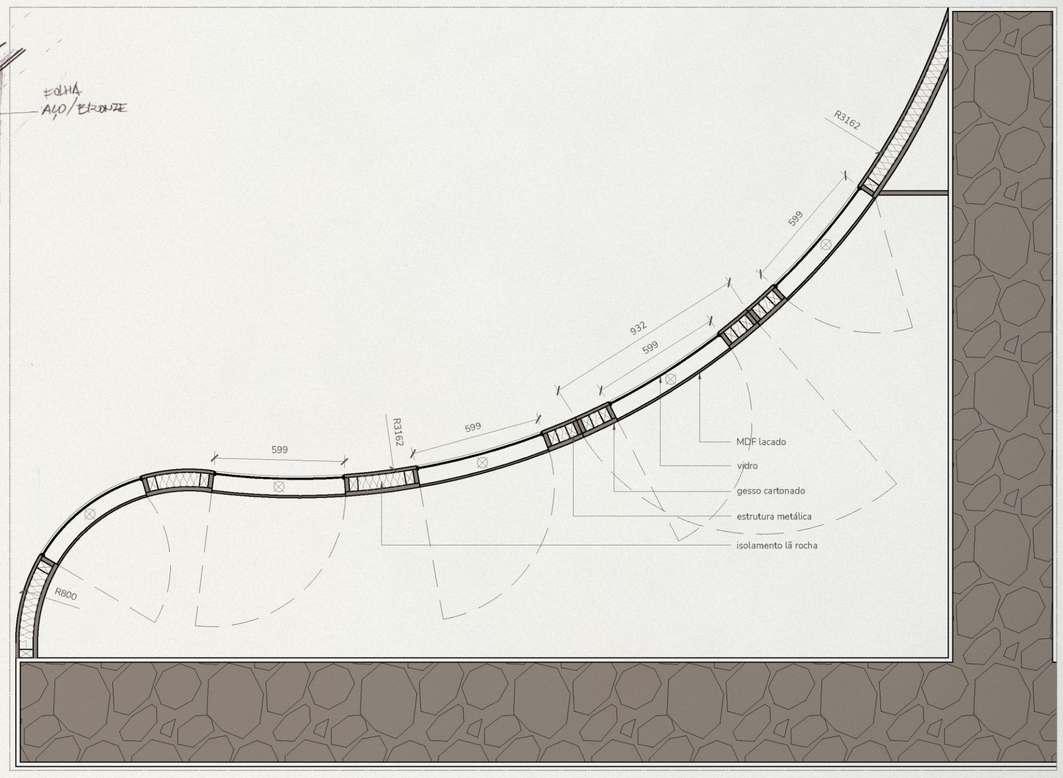


DC1 Porta de entrada . Detalhe Construtivo 1:5 . unidades: mm

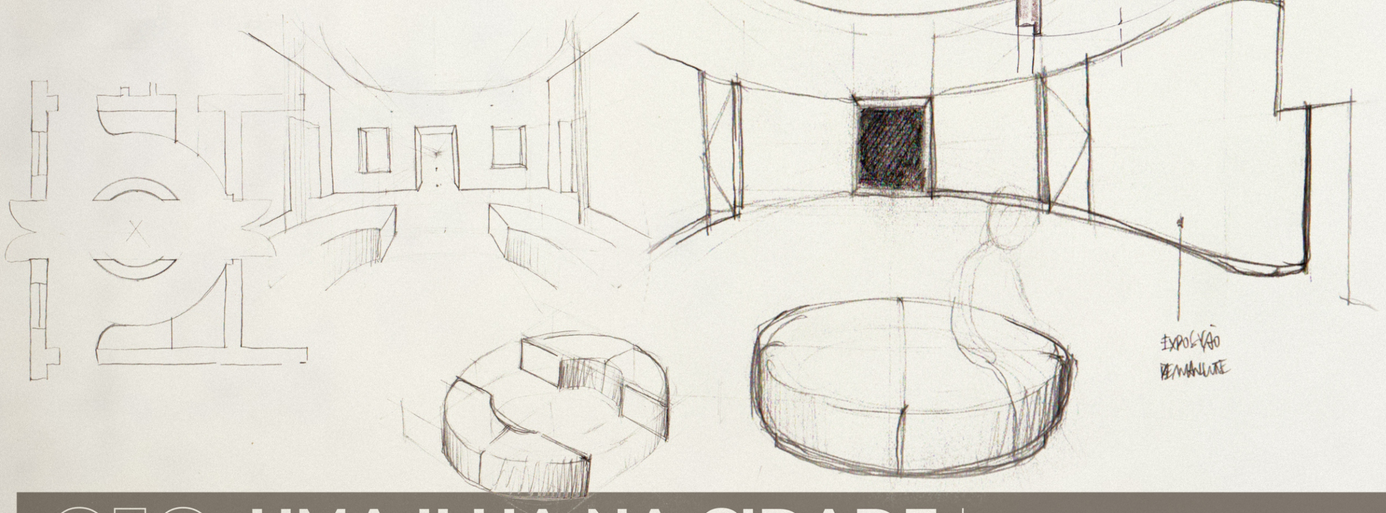


Acolhimento / Exposição Permanente . Corte E2E2' 1:50 . unidades: m





Acolhimento / Exposição Permanente . Parede Expositiva / Arrumos 1:20 . unidades: mm



010 UMA ILHA NA CIDADE

REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO CENTRAL DO BAIRRO DO ALVITO

ALEXANDRE FURTADO TAVARES *LICENCIADO*
Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edificado

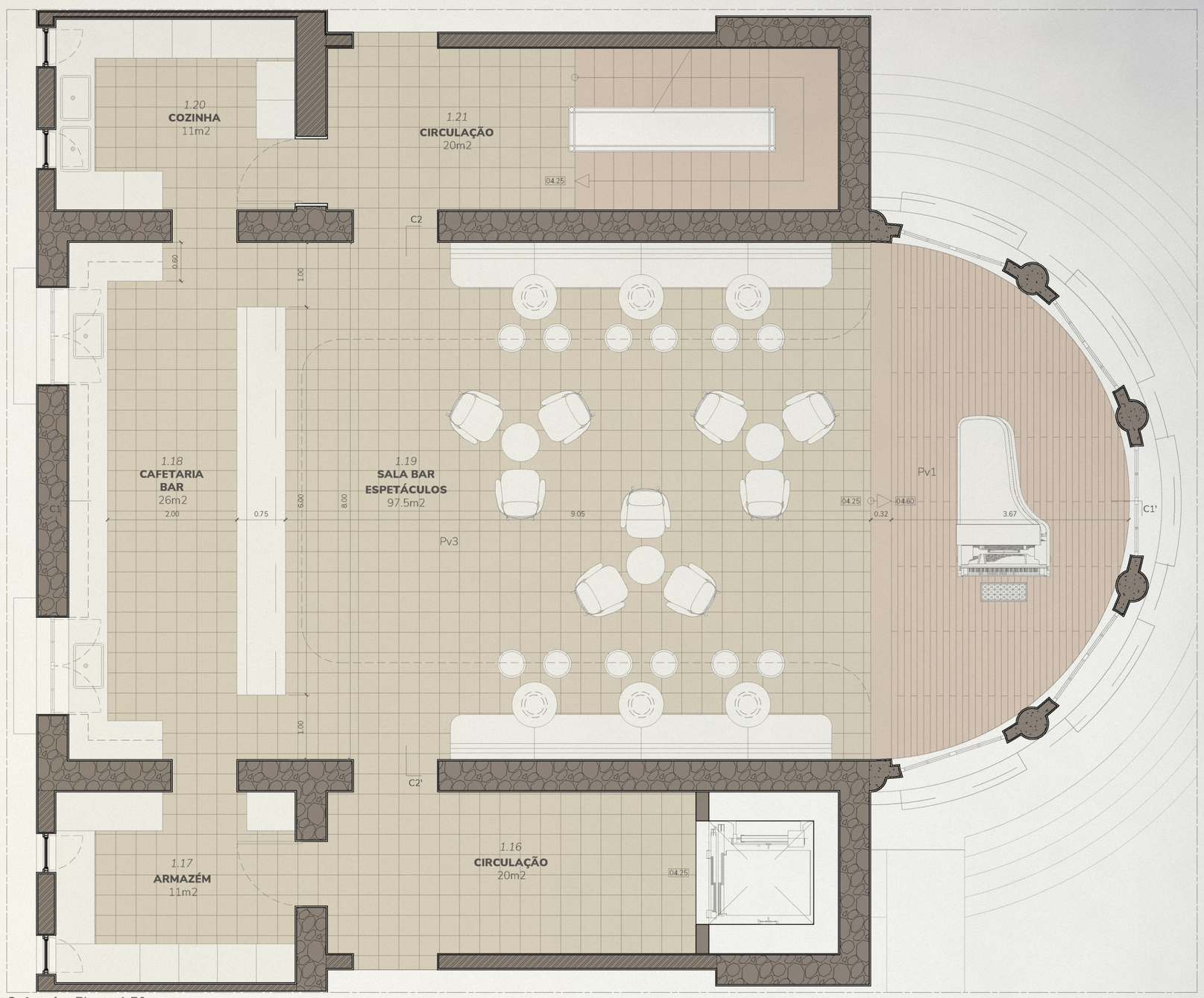
Orientação Científica:
Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz
Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

FEVEREIRO 2024

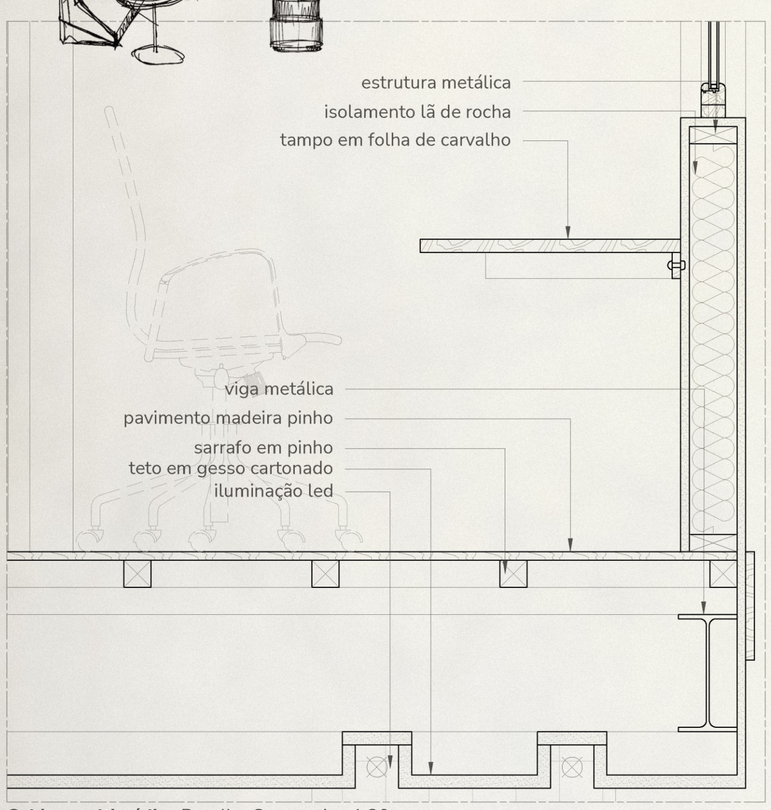
PROPOSTA ARQUITECTÓNICA . ENTRADA SUL /// PLANTA E CORTES ESCALA 1:50

LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE ARQUITECTURA

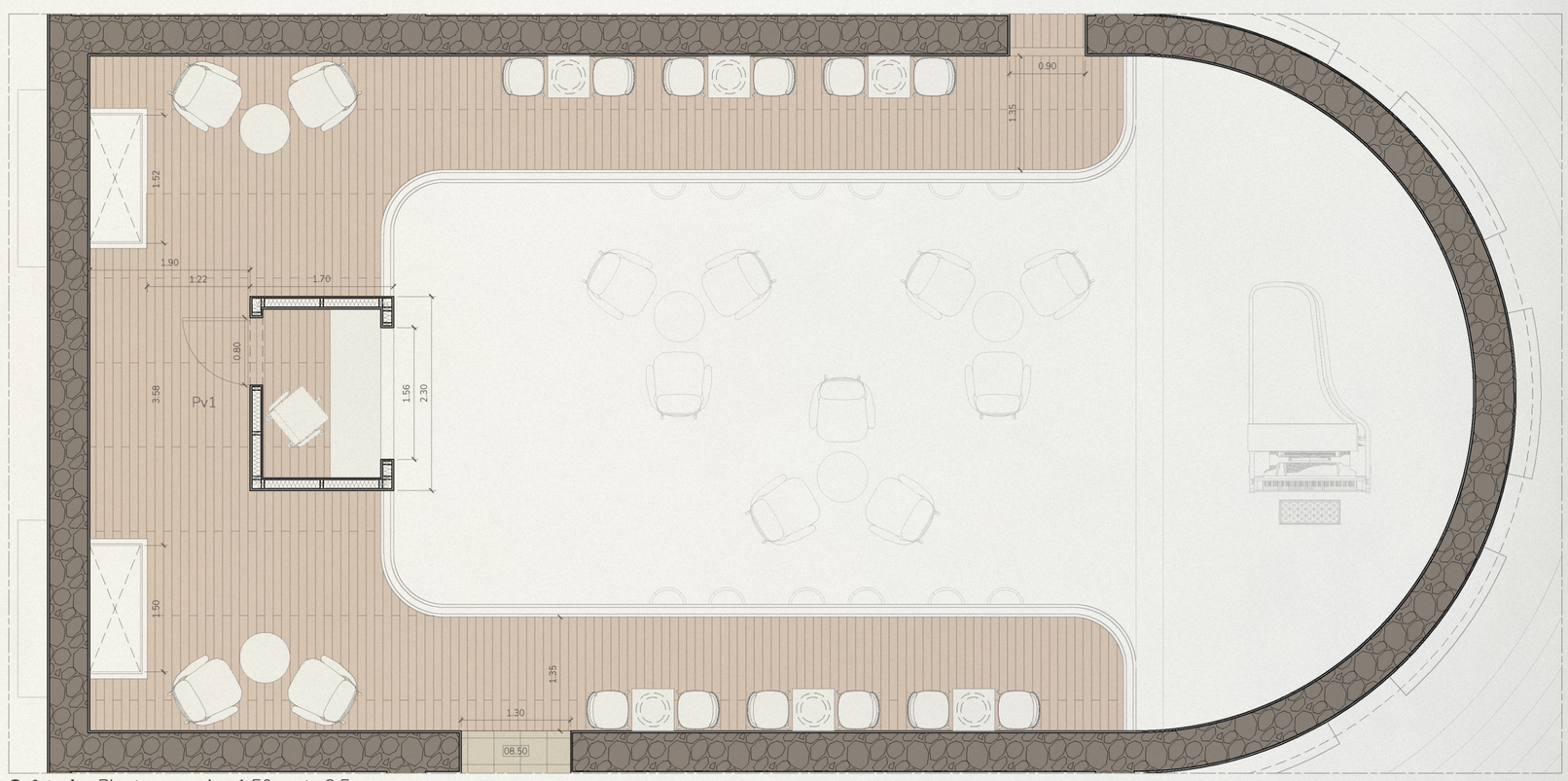




Cafetaria . Planta 1:50



Cabine multimédia . Detalhe Construtivo 1:20



Cafetaria . Planta mezanine 1:50 . cota 8.5m



Cafetaria . Corte C2C2' 1:50



Cafetaria . Corte C1C1' 1:50

011 UMA ILHA NA CIDADE

REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO CENTRAL DO BAIRRO DO ALVITO

ALEXANDRE FURTADO TAVARES *LICENCIADO*

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edificado

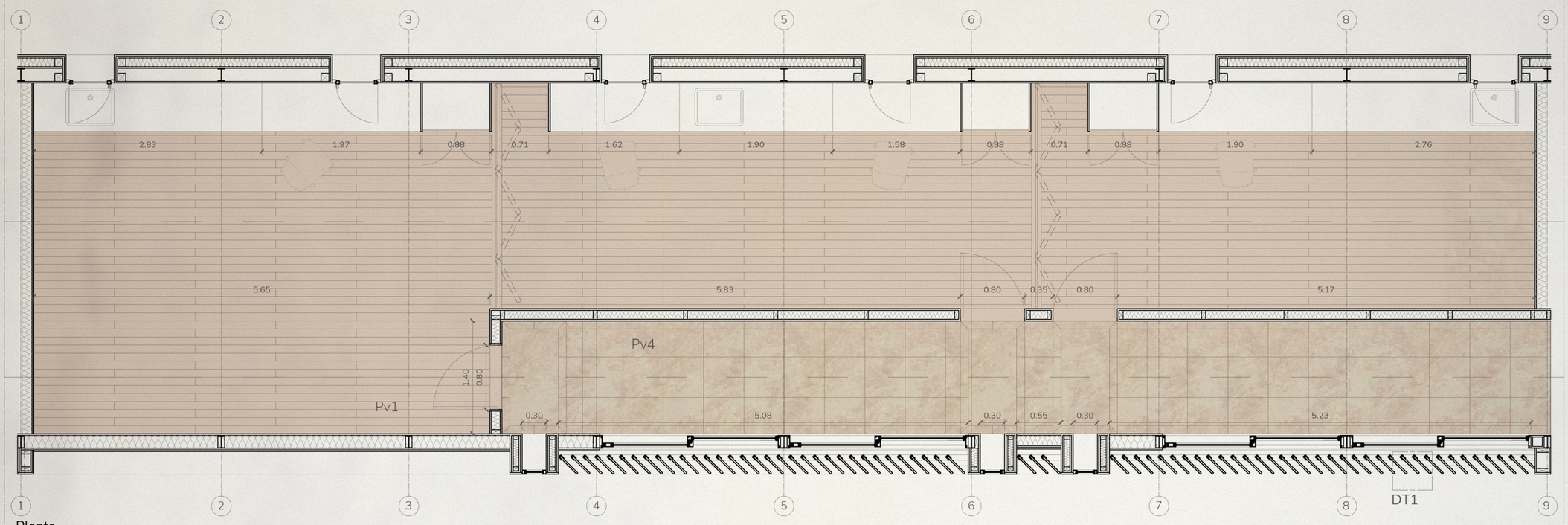
Orientação Científica:
Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz
Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

FEVEREIRO 2024

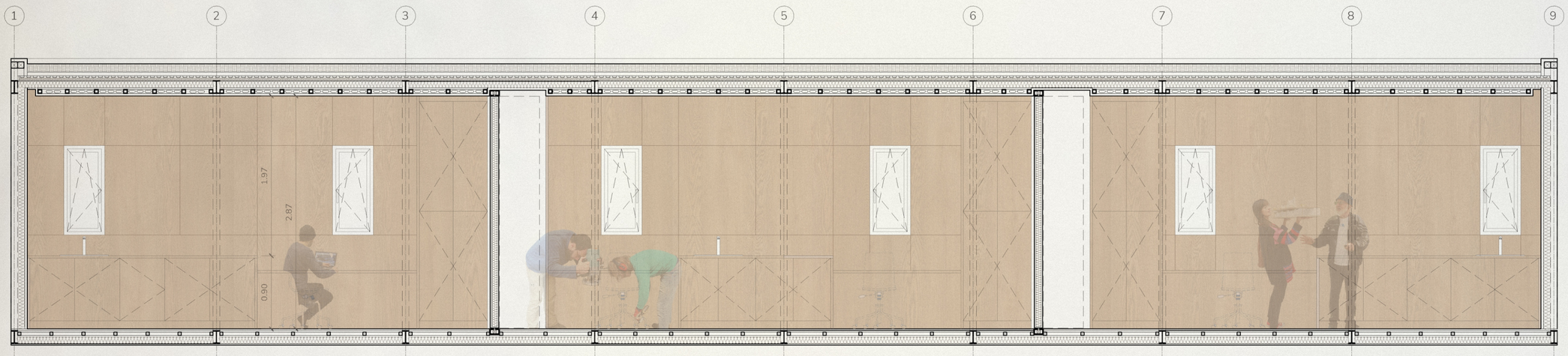
PROPOSTA ARQUITECTÓNICA . CAFETARIA /// PLANTA E CORTES ESCALA 1:50

LISBOA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

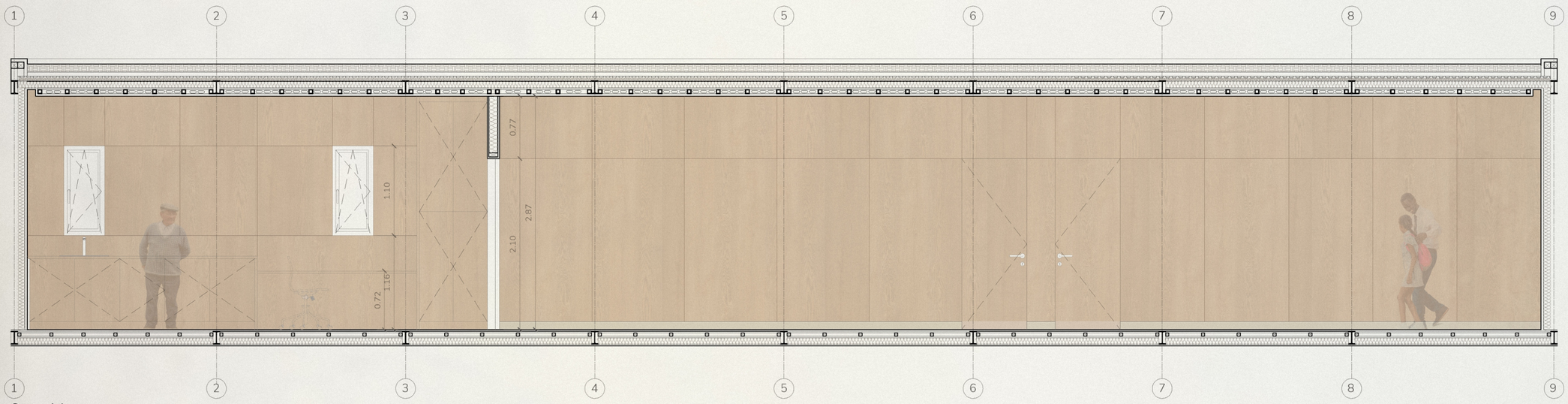
FACULDADE DE ARQUITECTURA



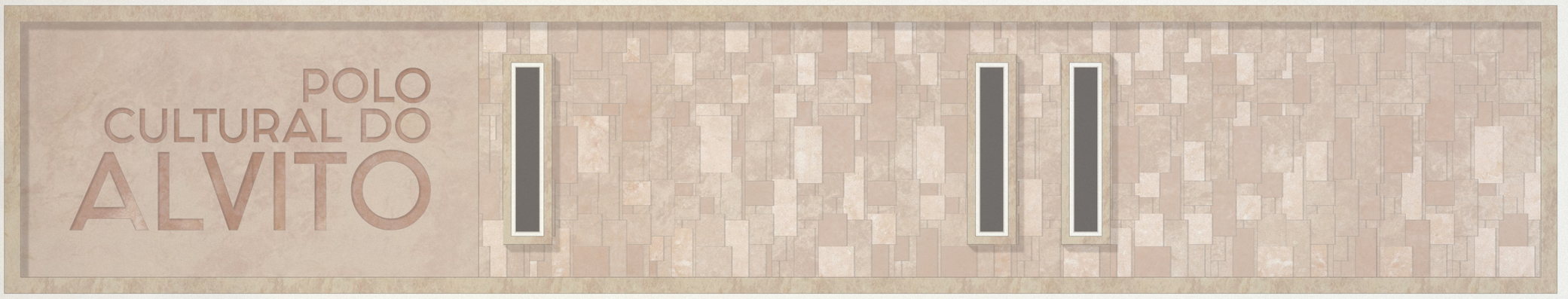
Planta



Corte A2



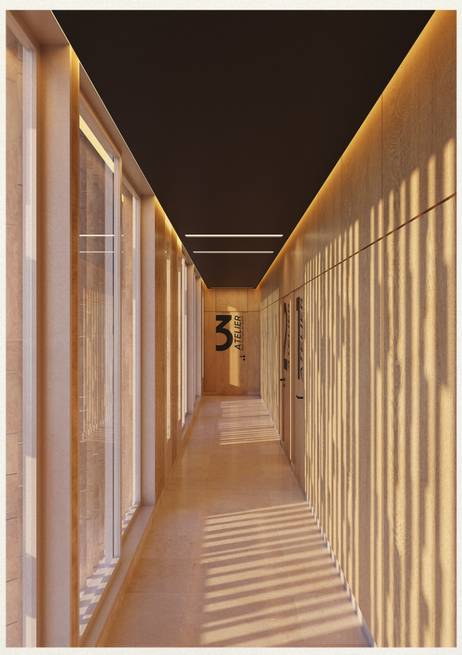
Corte A1



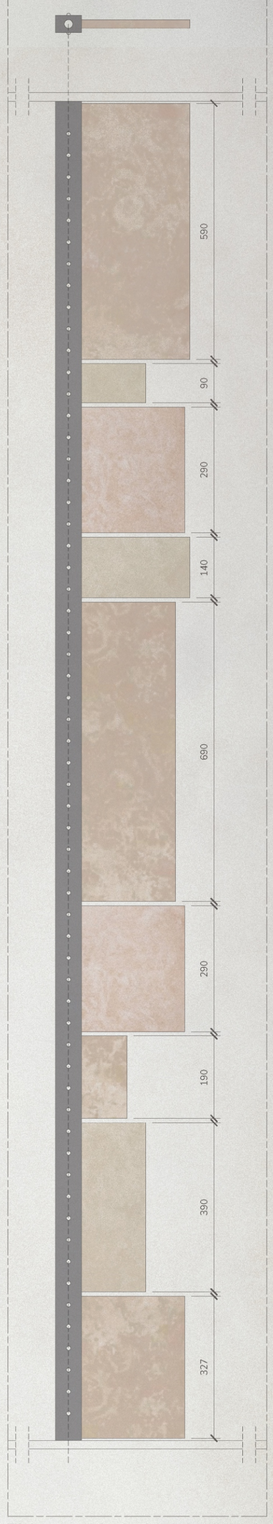
Alçado

Ateliers . 1:50 . unidades: m

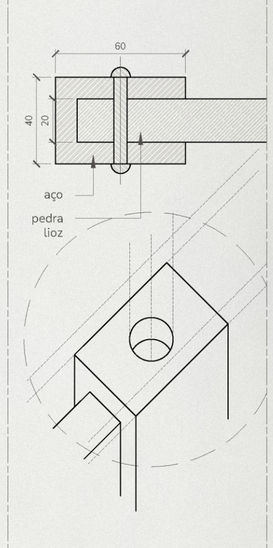




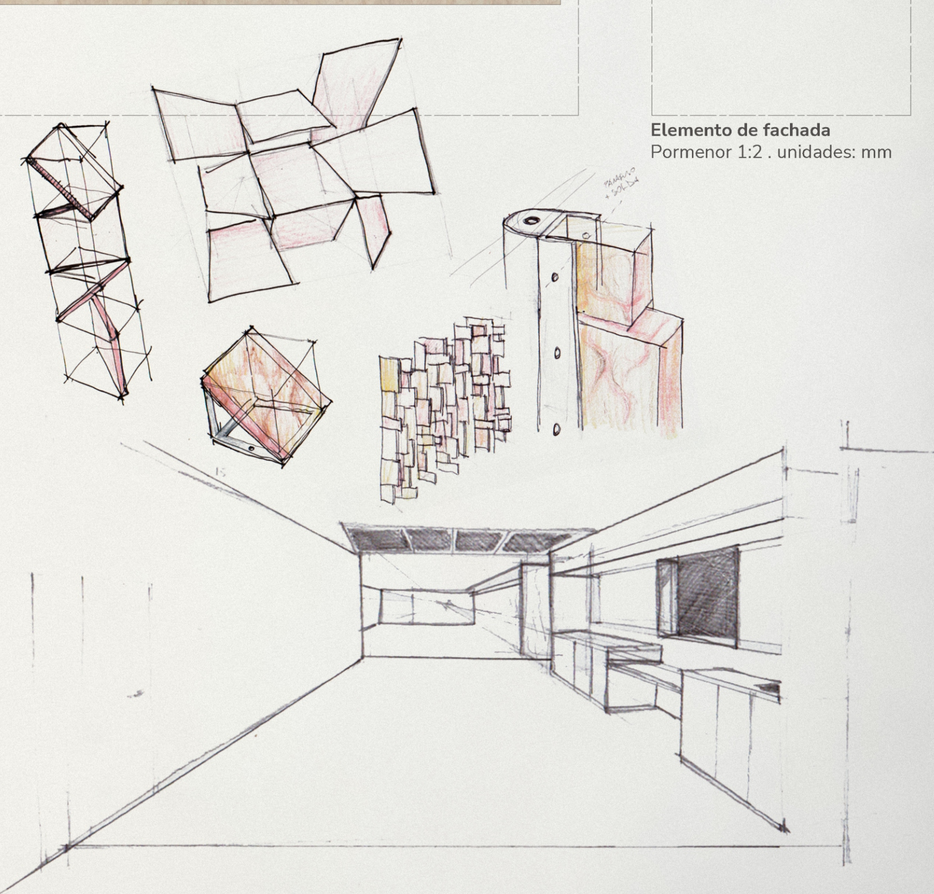




Elemento de fachada
DT1 Pormenor 1:10
unidades: mm



Elemento de fachada
Pormenor 1:2 . unidades: mm



012 UMA ILHA NA CIDADE

REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO CENTRAL DO BAIRRO DO ALVITO

ALEXANDRE FURTADO TAVARES *LICENCIADO*
Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edificado

Orientação Científica:
Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz
Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

FEVEREIRO 2024

PROPOSTA ARQUITECTÓNICA . ATELIERS /// PLANTA E CORTES ESCALA 1:50

LISBOA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA

































013 UMA ILHA NA CIDADE

REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO CENTRAL DO BAIRRO DO ALVITO

ALEXANDRE FURTADO TAVARES *LICENCIADO*

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edificado

Orientação Científica:
Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz
Professora Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

FEVEREIRO 2024

PROPOSTA ARQUITECTÓNICA . INTERIORES E EXTERIORES /// VISUALIZAÇÕES

LISBOA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA

CONCLUSÃO, CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Em Portugal e no resto da Europa, o envelhecimento da população é um problema cada vez mais evidente, arrastando consigo fenómenos urbanos de abandono do património edificado.

Apesar do seu encanto onírico e poético mascarado em forma de ilha urbana, o Bairro do Alvito em Lisboa, tem sofrido também, algum abandono natural, derivado envelhecimento da população e pela sua característica de isolamento geográfico. O único equipamento do bairro destinado a serviços e comércio, encontra-se neste momento, bastante degradado, o que cria um estado de vazio social evidente, sentido na população residente e restante cidade.

Neste sentido foi pertinente criar uma solução de reabilitação para este edifício em concreto, dotando o bairro e a população de um equipamento autónomo, e que ao mesmo tempo, crie dinâmicas dentro da comunidade, promovendo acima de tudo, o bem-estar social.

Depois de uma análise do lugar e consequente reflexão debruçada em conceitos como os de envelhecimento ativo, hibridização arquitetónica, relações intergeracionais, património cultural ou sustentabilidade, foi de uma forma natural, que se pôde intervir pragmaticamente.

A solução passou por criar um projeto de reabilitação que desse resposta às necessidades da população. Um edifício de caráter híbrido, mesmo de pequena dimensão, que pode alojar diferentes tipos de atividades, serviços e comércio. Que possa ser sustentável, ambiental e financeiramente. Em que o papel da população é ativo e se articula com as demais instituições, criando um polo cultural e social de relevante interesse para a cidade e restante país. Onde as artes do saber e do criar são estimuladas de forma intergeracional.

Com esta intervenção, foi necessário estabelecer uma relação equilibrada entre o antigo e o novo, não deixando de respeitar o valor de conjunto, patrimonial e cultural que o edifício e restante bairro representam, bem como as suas memórias. Requalificou-se também o espaço público através de estratégias de mobilidade e novos usos.

O papel do arquiteto não pode terminar com a conclusão da obra. É necessária a sua presença posterior na articulação entre a instituição e a comunidade, no sentido de existir uma maior sensibilização para a valorização do equipamento, na sua conservação e manutenção.

Será fundamental, portanto, que as organizações administrativas e população em geral, observem estes fenómenos urbanos como oportunidades de equipar as suas comunidades com ferramentas significativas para uma construção social em harmonia.

BIBLIOGRAFIA

Bairro do Alvito / Alcântara

AA.VV. - Guia da Arquitetura de Lisboa, 1948-2013. Lisboa: A+A Books, pp. 103-105

AA.VV. - Guia Urbanístico e Arquitetónico de Lisboa. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1987

A Estratégia e a Prática do Planeamento Urbanístico em Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal de Planeamento Estratégico, QuatropontoQuatro, 1995

Arquivo do Ministério da Educação, *15ªDelegação do Distrito Escolar de Lisboa – Escola nº155*

Freguesia de Alcântara

Arquivo do Forte de Sacavém, Processo nº2914 Caixa nº31; Processo nº1919, Caixa nº10

Arquivo Municipal de Lisboa, Obra nº17223, Bairro Dr. Oliveira Salazar

Arquivo Municipal de Lisboa, Processo nº1138/OB2001

Arquivo Museu Municipal de Peniche, Espólio do Arquitecto Paulino Montez

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo do Gabinete de Estudos Olisiponenses

Arqto. J Puig, 1939 - *O Bairro Económico Dr. Oliveira Salazar.* In Arquitectura, Ano XII nº43, 1939, pag.51-55

BAPTISTA, Luís Vicente - *Cidade de Habitação Social. O Estado Novo e o programa de casas económicas em Lisboa*, Celta, Oeiras, 1999

BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried – Portugal, Arquitectura do Século XX, Deutches Arkitektur-Museum, 1997

CALADO, Maria (Coord.) 1993. Atlas de Lisboa, A cidade no Espaço e no Tempo, Contexto Editora, Lisboa

CONSIGLIERI, Carlos (dir.) - *Pelas freguesias de Lisboa. Lisboa Ocidental (São Francisco Xavier, Santa Maria de Belém, Ajuda, Alcântara)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1996

EPAL – Museu da Água – Centro de Documentação Histórica e Técnica

FREITAS, Jordão de, 1946. Paço Real de Alcântara, Olisipo, nº35, ano IX, Lisboa, pp: 177-200

Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito. Câmara Municipal de Lisboa, Divisão de Planeamento Territorial, Janeiro 2012

GREGÓRIO, Sofia Santos. (2014) – Arquitectura e Revolução, Estudos de Urbanismo em Peniche: A obra do Arquitecto Paulino Montez, ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, mestrado em Arquitectura

LIMA, Maria Amélia Fonseca Freire de. Alcântara (1971), Evolução de um bairro de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Dissertação de Geografia

MENDES, António Rosa – *O que é Património Cultural*, Gente Singular, Olhão, 2012

MARQUES, Beatriz R. (2009). O Vale de Alcântara como caso de Estudo - Evolução da morfologia urbana. Lisboa: Instituto Superior Técnico - Universidade Técnica de Lisboa.

MARQUES, Beatriz R. (17 de 11 de 2015). A Avenida de Ceuta: de limite a caminho para o crescimento de Lisboa. Cadernos do Arquivo Municipal .

Mais Melhoramentos, Mais Trabalho, 1928-1953, Vinte e Cinco de Valorização Regional. Lisboa: Ministério da Obras Públicas, Comissariado do Desemprego, 1953, vol. II

MATEUS, Nuno (2021) – Infraestrutura | Renaturalização, O vale de Alcântara – Propostas para a inversão de um processo, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

MONTEZ, Paulino - *Lisboa: Alcântara/Alvito Extensão Noroeste da Cidade: Plano do Bairro Económico Doutor Oliveira Salazar. Estudo de Urbanismo em Portugal*, 1938, Lisboa

NINY, Henrique Jorge, 1941. Inquérito Habitacional, Ministério do Interior, Lisboa
Quinze Anos de Obras Públicas, 1932-1947, Exposição e Congressos de Engenharia e de Arquitectura. Lisboa, 1949, 2.º volume, pp. 148-153; 1966

SÁ, Manuel Fernandes de, Plano de Urbanização de Alcântara; Volume I - Relatório (Análise). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2011

SANTANA, Francisco, SUCENA, Eduardo - *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa, 1994

SILVA, Eng. A. Vieira da, *A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhança*s, Revista Olisipo n18, Abril 1942

TIAGO, Maria da Conceição, Bairros Sociais da I República: projectos e realizações. OpenEdition Journals, nº59 2010.

Reabilitação arquitectónica

AGUIAR, José; APPLETON, João; CABRITA, A. M. Reis. *Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Volume 1, 1998

NETO, Inês Sofia Parracho. (2015). *Reabilitação Arquitectónica e Renovação Urbana – O Caso do Bairro das Estacas em Lisboa*. Lisboa, Instituto Superior Técnico, Dissertação para a obtenção de grau de Mestre em Arquitetura

Casas Económicas

AGAREZ, Ricardo Costa (Coord.), 2018 – Habitação. Cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018. Lisboa: Imprensa Nacional, C.M.

FARIA, António - *O Problema das Casas Económicas*. nº140/141, Lisboa, Biblioteca Cosmos, 1948

GROS, Marielle Christine - *O Alojamento Social sob o Fascismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1982

GROS, Marielle Christine - *Pequena História do Alojamento Social em Portugal*, Sociedade e Território, 1994, pp. 80-90

HOWEL, Margarida Souza Lobo - *Casas Económicas. Um Programa Emblemático da Politica Habitacional do Estado Novo*; in Caminhos do Património - 1929-1999, DGEMN, 1999, pp.151-158

SARAIVA, Luís Miguel. (1998). *O tipo de habitação do Estado Novo*. Dissertação de mestrado em Teoria da Arquitetura. Universidade Lusíada, Departamento e Arquitetura. Lisboa.

RESENDE, Feliciano Tomás de Resende - *Habitações Económicas, Legislação atualizada coordenada e anotada*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1961

RAMOS, Rui Jorge Garcia; PEREIRA, Virgílio Borges; MOREIRA, Marta Rocha; SILVA, Sérgio Dias – CONTEXTO PROGRAMA PROJETO, Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2020

Casos de Referência

SOARES, Joana Correia. (2011), *Arquitectura e Luz, Estratégias de Iluminação – Teatro Capitólio.* Mestrado em Arquitectura de Interiores, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa

City Beautiful

AIA, Tulo Toros, (2009). *The City Beautiful*, PLAN 715 - Planning Principles, College of Architecture Planning & Design, Kansas State University

Envelhecimento Ativo

AZEVEDO, Marta Sofia Adães. (2015). *O envelhecimento Ativo e a qualidade de vida: Uma revisão integrativa*, Porto, dissertação de mestrado, Escola Superior de Enfermagem do Porto
MATIAS, Patrícia. (2013) - *Ageing in place: Reflexões sobre o conceito e desafios para Portugal*.
NOBRE, Rita Camacho Silvestre. (2016). *Envelhecimento Ativo no Idoso Institucionalizado,* mestrado em Gerontologia Social, Universidade do Algarve, Escola Superior de Educação e Comunicação

Hibridização do Espaço Arquitectónico

CHAVOSHI, Seyed Houssein; MARINO, Mina di; SINITSYNA, Anastasia; TABRIZI, Helyaneh Aboutalebi. (2022). *Hybrid cities and new working spaces – The case of Oslo.* Progress in Planning. vol. 164. https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305900622000666

Património Cultural

BARRANHA, Helena – *Património Cultural, conceitos e critérios fundamentais*, Helena Barranha, IST Press e ICOMOS Portugal, Lisboa, 2016

Arquitetura Sustentável

FITZGERALD, E. et al., 2001. *A Green Vitruvius, Princípios e Práticas de Projecto para uma Arquitectura Sustentável*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos

Relações Intergeracionais

NUNES, L. (2009). *Promoção do bem-estar subjectivo dos idosos através da intergeracionalidade*, Universidade de Coimbra, Coimbra.

OLIVEIRA, Cristina, (2011). *Relações Intergeracionais: Um Estudo na área de Lisboa*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Dissertação para Otenção de Grau de Mestre em Política Social

SIMÕES, Vera Lúcia David, Construir através da Memória, Revitalização do Vale de Alcântara – Habitação na Encosta dos Sete Moinhos, Lisboa, Faculdade de Arquitectura de Lisboa, 2020

TAVARES, Cláudia Martins, (2010). *Programas Intergeracionais – revisão teórica e construção de proposta de intervenção*, Covilhã, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade da Beira Interior como requisito para a obtenção do grau de mestre (2ºciclo) em Educação Social e Comunitária

WEBGRAFIA

academia.edu/30615354/_Ageing_in_place_Reflexões_sobre_o_conceito_e_desafios_para_Portugal_Ageing_in_place_reflections_on_the_concept_and_challenges_for_Portugal?pop_sutd=false

carpintariasdesaolazaro.pt/

arquitetandoblog.wordpress.com/2009/04/24/experiencias-habitacionais-na-europa-central-as-siedlungen-ernest-may/

arquivos.rtp.pt/conteudos/biblioteca-municipal-do-bairro-do-alvito/

digitarq.arquivos.pt/

ecosistemaurbano.com/febres-cordero/

espacodearquitetura.com/projetos/carpintarias-de-sao-lazaro/

gazetadascaldas.pt/cultura/urbanismo-paulino-montez-pode-aproveitado-um-roteiro-turistico/

globalcompact.pt/index.php/pt/agenda-2030

hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/

historiaschistoria.blogspot.com/2016/08/a-ponte-de-alcantara.html

igeoe.pt/cigeoesig/

lisboasecreta.co/biblioteca-de-alcantara

monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=12686

nypap.org/preservation-history/city-beautiful-movement/

trienaldelisboa.com/ohl/en/espaco/cineteatro-capitolio-teatro-raul-solnado/

uia-architectes.org/wp-content/uploads/2022/01/DeclarationChicagoJuin1993_english.pdf

ANEXOS

ANEXOS

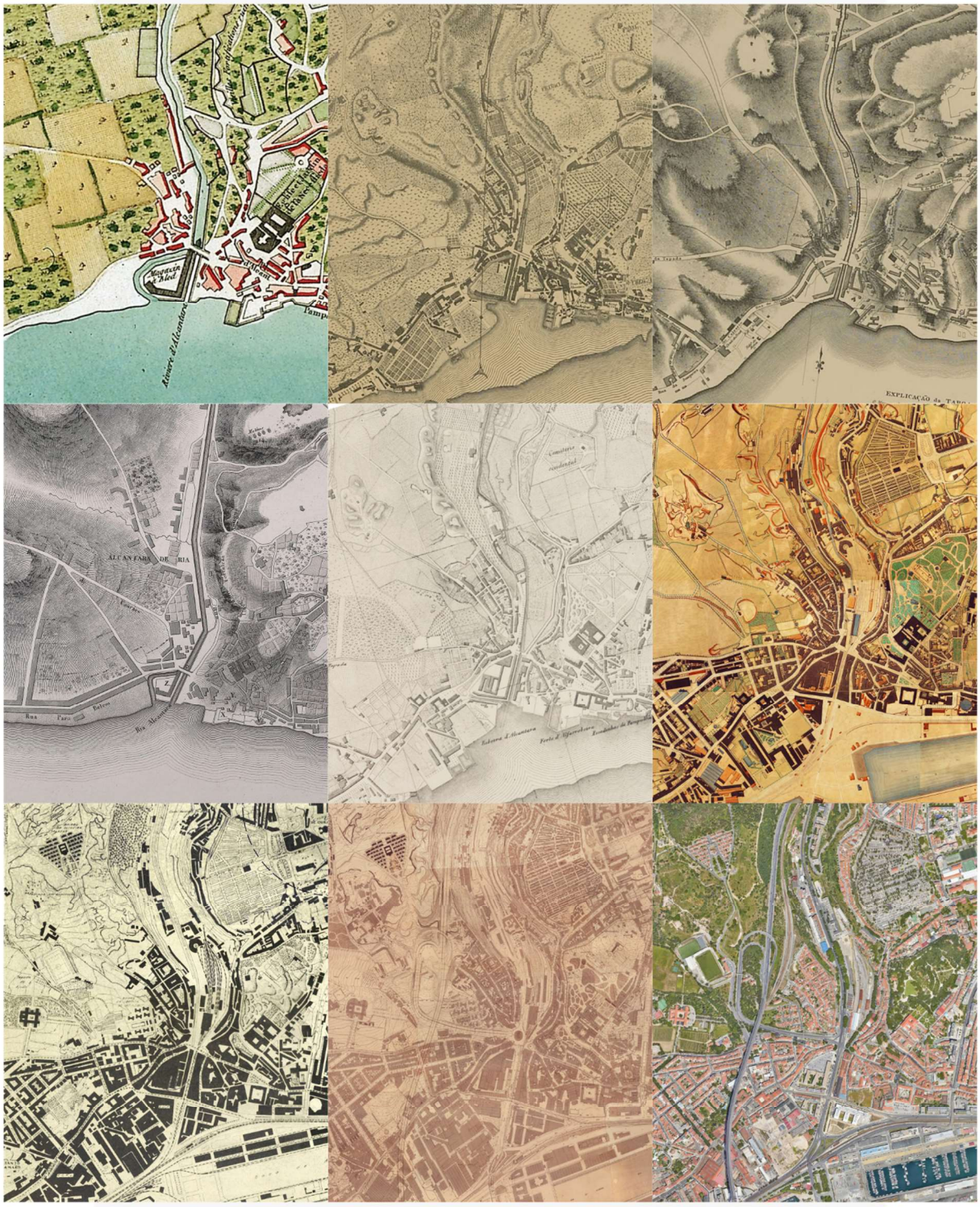
ANEXO 1. ANÁLISE HISTÓRICA DO LUGAR 5

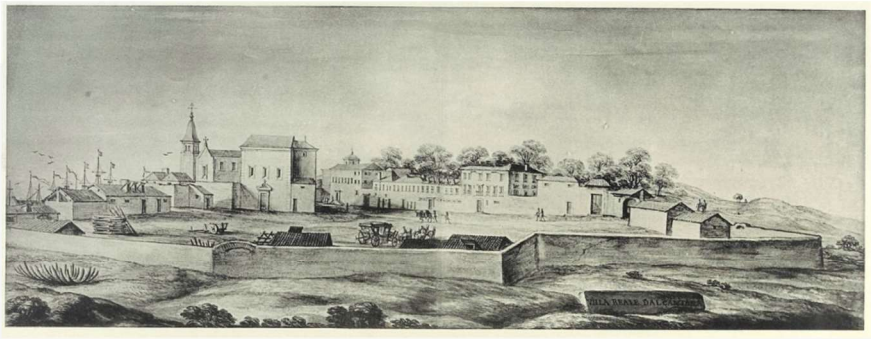
ANEXO 2. FOTOGRAFIAS DO LUGAR 15

ANEXO 3. PROCESSO DE TRABALHO 29

ANEXO 4. REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS 51

ANEXO 5. ESTADO DO CONHECIMENTO. REFLEXÕES ANTERIORES 55

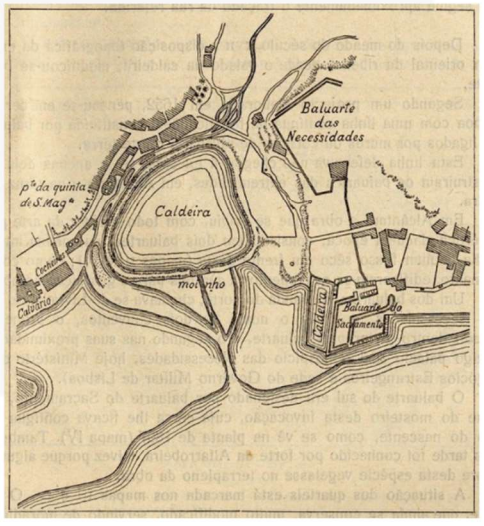

Rivière d'Alcantara
ALCANTARA DE RIA










Baluarte
das
Necessidades
Caldeira
Calvario
Caldeira


REAL TAPADA DA AJUDA
Calçada da Tapada
CASAL DO CONDE DE SAN LOURENÇO
QUINTA DO PAUZA
QUINTA DAS TERÇAS DA MARQUEZA
RIO TEJO
QUINTA DO CONDE DE PORTO COVO
PLANTA
DA REAL QUINTA DO
CALVARIO
LEVANTADA E DESENHADA
Por
José Antonio de Abreu
Capitão Engenheiro
Vogal Secretario da Commissão do Tombo
dos Bens da Coroa.
Em 1844.
ESCALA em Palmos na razão de 1:1000.
1. Palacete concedido á Ex.ma Marqueza de Valença.
2. Cozinha
3. Palacete
4. Cavallariça
5. Palacete
6. Casa
7.
8. Casa da Venda.
9. Residencia do Caseiro.
10. Casa da Nora.
11. Palheiro, e Armazem de despejo.
12. Palacete concedido á Ex.ma Marqueza d'Angeja.
13. Pomar da Horta
14. do Cemiterio.
15. Grande Lago.
16. Horta ajardinada.
17. Pomar de Teixeira.
18. Horta dos Arcos, e Jardim do Calvariuho.
19. Pomar do Calvariuho.
20. Quinta da Nympha.
21. Pomar da Reserva.
22. do Jardim.
23. Jardim do Palacete.
24. Vinha debaixo.
25. decima.
26. Mosteiro das Religiosas Flamengas.
27. Cerca do dicto
28. Hospicio das Religiosas Flamengas.
29. Horta do Hospicio.
30. Collegio do Calvario.
31. Cerca do Collegio.
32. Capella da Caridade.
33. Egreja parochial de San Pedro.
34. Ermida do Senhor Jesus da Boa Sorte.


TAPADA
PALACIO DAS NECESSIDADES
Alcantara
Rio
Cocheiras
Largo do Calvario

No Alvito, à ilharga da Ajuda

Num bairro lisboeta de gente simples que vive à volta de uma praceta em jeito de aldeia. E que tem um clube — o Ginásio Clube do Bairro do Alvito — virado para o teatro e para a música

Guilherme de Melo

A ilharga da Ajuda, encravado nos Montes Claros, paredes meias com a Serafina, fica o Alvito. É bairro de Lisboa. Mas tem cheiro de aldeia, de pequena e mansa vilória provinciana — que a capital, em seu escorregar macio, lentamente com seus braços envolvido, em seu corpo integrasse. Sem que o aglomerado perdesse jamais essas típicas características de terra à margem do bulício citadino.

E gente simples, a que ali mora. Gente sã, gente honrada. Não a mácula a ladroeira, não serve de alfobre a assaltos. «Se o senhor aqui vier, no Verão, vê os grupos tomando fresco ali pela praceta, a malta nova namorisc-ando ou conversando estendida ou sentada na relva, naquela gandhola própria de moços. No Inverno, depois das nove jantam não tenha vivalma por estas ruas. Esta tudo no chocho. Só um ou outro desgarrado ali pelo bar do clube, a tomar um café, um bagaceira para aquecer. E isto: o senhor, de repente, até julga que estrou, sem dar conta, numa aldeia de lá de dimais, diz-me ria-nho, o senhor Vítor Fernandes, que ali mora já lá vai um por de anos.

O clube do bairro é também o seu coração. Funciona num belo e amplo edifício de curioso estilo a lembrar as mansões do Sul dos Estados Unidos. Lembra-se do verbeira farfada da casa de Tara, no «Vilze o Vento Levou» que é pertença do Município lisboeta e está sumptuosamente ligado à colectividade, o Ginásio Clube do Alvito.

Tem uma boa equipa de andebol, orientada pelo José Guilherme (foram já por diversas vezes campeões), ténis de mesa e, em tempos, também uma de basquetebol. Além, o clube possui um bom rectângulo para a prática desportiva. E onde, pelos santos populares, acontece o arraial que mobiliza todo o bairro com suas quermesses, seus comes e bebes, suas grinaldas e bailes festivos. Os bailes que de quando em quando se levam a efeito, esses realizam-se mesmo no amplo e belo salão de festas, que tem balcão corrido em cima, a toda a volta, e um bom palco, onde se têm levado já a cena algumas peças com grande êxito.

João Carlos Baptistas Poças, moço de 20 anos, estudante a completar o liceu e que destro de dias segue para Portalegre, a cumprir a recruta, toma agora a palavra para nos falar da actividade teatral do Ginásio Clube do Bairro do Alvito. Porque acontece que João Carlos é um dos grandes entusiastas com que o clube conta, nesse campo.

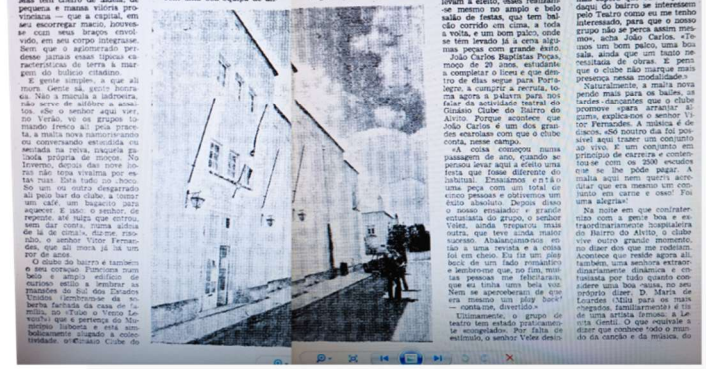
«A coisa começou numa passagem de ano, quando se pensou levar aqui a efeito uma festa que fosse diferente do habitual. Ensaiámos e então uma peça com um total de cinco pessoas e obtivemos um êxito absoluto. Depois disso o nosso ensaiador e grande entusiasta do grupo, o senhor Vélez, ainda preparou mais outra, que teve ainda maior sucesso. Abalançámo-nos então a uma revista e a coisa foi em cheio. Eis tis um play back de um fado consagrado e lembro-me que, no fim, muitas pessoas me felicitaram, que eu tinha uma boa voz. Nem se aperceberam de que era mesmo um play back! — conta-me, divertido.»

Ultimamente, o grupo de teatro tem estado praticamente sempre-ciados. Por falta de estímulo, o senhor Vélez desistação de uma peça toda em verso, de sabor medieval, que deveria ter sido estreada no Domingo de Páscoa. Mas a iniciativa gorou-se, lamentavelmente.

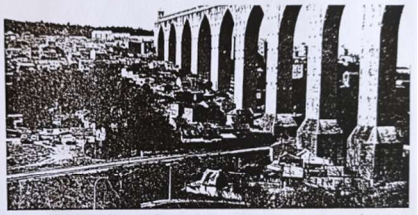
«Eu agora vou para a tropa, mas espero que outros jovens daqui do bairro se interessem pelo Teatro como eu me tenho interessado, para que o nosso grupo não se perca assim mesmo», acha João Carlos. «Temos um bom palco, uma boa sala, ainda que um tanto necessitada de obras. E pena que o clube não marque mais presença nessa modalidade.»

Naturalmente, a malta nova pende mais para os bailes, os fardes-dançantes que o clube promove «para arranjar alguns», explica-nos o senhor Victor Fernandes. A música é de discos. «O nosso dia foi possível aqui trazer um conjunto ao vivo. E um conjunto em princípio de carreira e contentou-se com os 2500 escudos que se lhe pode pagar. A malta aqui nem parece acreditar que era mesmo um conjunto em carne e osso! Foi uma alegria!»

Na noite em que confraternizou com a gente boa e extraordinariamente hospitaleira do Bairro do Alvito, o clube vive outro grande momento, no dizer dos que me rodeiam. Acontece que reside agora ali, também, uma senhora extraordinariamente dinâmica e entusiasta por tudo quanto considere uma boa causa, no seu próprio dizer. D. Maria de Lourdes Mota para os mais chegados, familiarmente) é tia de uma artista famosa, a Laura Gentil. O que equivale a dizer que conhece todo o mundo da canção e da música, do



ALVITO E SERAFINA BAIRROS INTOCÁVEIS



Defender o património às portas de Monsanto. Foto: José António

Os bairros económicos do Alto da Serafina e do Alvito estão agora sujeitos a novas regras urbanísticas, destinadas a manter a sua configuração. No primeiro dos casos, o regulamento prevê também a protecção visual do Aqueduto das Águas Livres, criando uma zona especial em que não poderá ser aumentado o volume das construções.

Dois dos dois bairros económicos existentes em Lisboa têm agora normas específicas, elaboradas a partir de um estudo que a Autarquia encomendou à Faculdade de Arquitectura. Alvito e Alto da Serafina deverão manter as características apresentadas ao tempo da sua construção, salvaguardando-se a sua estrutura organizada por pequenas moradias e jardins-montos.

Desde há cerca de uma década, as vivendas vinham sofrendo alterações profundas, nomeadamente através da construção de anexos e de muros. A partir de agora, as ampliações ficam restringidas e deve ser garantida a harmonia das moradias geminadas. Estas terão que ser pintadas da mesma cor, dando a Autarquia preferência ao branco. No caso do bairro do Alvito é aconselhado o ocre.

No que se refere aos acabamentos, é admitida a caixilharia de alumínio, desde que lacada. Fica proibido o revestimento com azulejo, tijolos ou pedra. Nos logradouros é interdita a construção de qualquer anexo, mesmo que em materiais ligeiros, a não ser que se trate de uma garagem. De qualquer modo, cada lote tem que preservar pelo menos 20% da sua área em solo permeável. Os muros de vedação têm também a altura regulamentada: 90 centímetros, complementados por sebes.

No caso do bairro do Alto da Serafina, foi consultado o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), dado que a zona é abrangida por normas especiais de protecção visual ao Aqueduto das Águas Livres.

Definidas há cerca de dez anos, as referidas normas estipulam que aquele instituto deve ser consultado sobre quaisquer alterações em duas faixas de 50 metros adjacentes ao monumento. Agora, dentro deste perímetro, foi definida uma outra zona de protecção em que não poderá ser feito qualquer aumento na altimetria dos edifícios.

Jornal de notícias 15 Jan 96 Pag. 30



A ASSISTÊNCIA SOCIAL

PELA PROTECÇÃO À FAMÍLIA, TEM NOS NOVOS BAIRROS PARA OPERÁRIOS E PARA FUNCIONÁRIOS, UMA OBRA DE PROFUNDO ALCANCE. O LAR DO POBRE MERECE AO ESTADO UM CUIDADO CONSTANTE E AS DEZENAS DE BAIRROS DÊSTE TIPO, ELEVAM O NÍVEL DE VIDA DAS POPULAÇÕES MENOS DOTADAS.

15-1-193. A VOZ

UM BAIRRO ECONOMICO EM ALCANTARA



Conjunto dos edificios do bairro

O distinto arquitecto sr. Paulino Montez, de cujos trabalhos temos dado conta, publicou agora mais um interessante fascículo dos seus *Estudos de Urbanismo*. Dá nele ideia do plano do bairro económico Dr. Oliveira Salazar, projectado nos terrenos do Alvito na encosta de Alcantara.

Esse bairro é construido pela Caixa de Socorros e Reformas dos Operarios e Assalariados da Camara.

Contem o bairro 152 habitações e um grupo cultural, com um recinto ajardinado em frente e vias circundando-o.

Ha casas de dois pavimentos: duas habitações com 5 e 6 divisões e de três pavimentos: seis habitações com o mesmo numero de divisões.

O bairro fica na encosta como excelente exposição.

O grupo cultural tem dois corpos principais, de dois pavimentos, ligados por dois corpos laterais de um pavimento. Ha nele aulas, sala de conferencias e projecções, bibliotéca, gabinetes para professores e medicos.

Calcula-se em 3.636 contos o custo do bairro, cujas obras estão já contratadas.

37 (2 pág)

ANO XII — N.º 43 FEVEREIRO — 1939

Arquitectura

REVISTA DE ARTE E CONSTRUÇÃO

DIRECTOR E EDITOR: F. PEREIRA DA COSTA

UM BAIRRO MODERNO

O Bairro Económico Dr. Oliveira Salazar nos terrenos do Alvito, em Lisboa

PROJECTO E DIRECÇÃO TÉCNICA DO ARQ.TO PAULINO MONTEZ



CONJUNTO DO BAIRRO

(FOTO DO EX.MO CAP. AVIADOR DÁRIO D'OLIVEIRA, do livro *Estudos de Urbanismo*, N.º 2, do ARQ.TO PAULINO MONTEZ)

nas terras do Alvito, em Alcantara

DO DA MANHÃ 28-12-38



O novo Bairro, visto de avião

Prosseguindo nos seus Estudos de Urbanismo em Portugal, publicou agora o distinto arquitecto sr. Paulino Montez uma valiosa monografia sôbre a extensão noroeste de Lisboa, apresentando o plano do Bairro Económico Doutor Oliveira Salazar mandado construir pela Caixa de Socorros e Reformas dos operários e assalariados da Câmara Municipal de Lisboa nas Terras do Alvito, em Alcântara.

E' êsse Bairro constituído, como se vê na gravura e já aqui referimos, por casas que contêm 152 habitações e por um grupo cultural que ocupa o centro do conjunto, tendo na frente um amplo recinto ajardinado que abre o mesmo Bairro ao panorama do Tejo, para o lado do sul, ficando ao norte o futuro Parque florestal de Monsanto.

Tem verdadeiro interêsse a referida monografia que deve ser consultada e arquivada por quantos procuram documentar-se sôbre a magnífica obra de assistência social orientada pelos princípios do Estado Novo.

O BAIRRO ECONOMICO

"DOUTOR OLIVEIRA SALAZAR"

concluido ha três anos

com habitações modernas

para 152 familias pobres

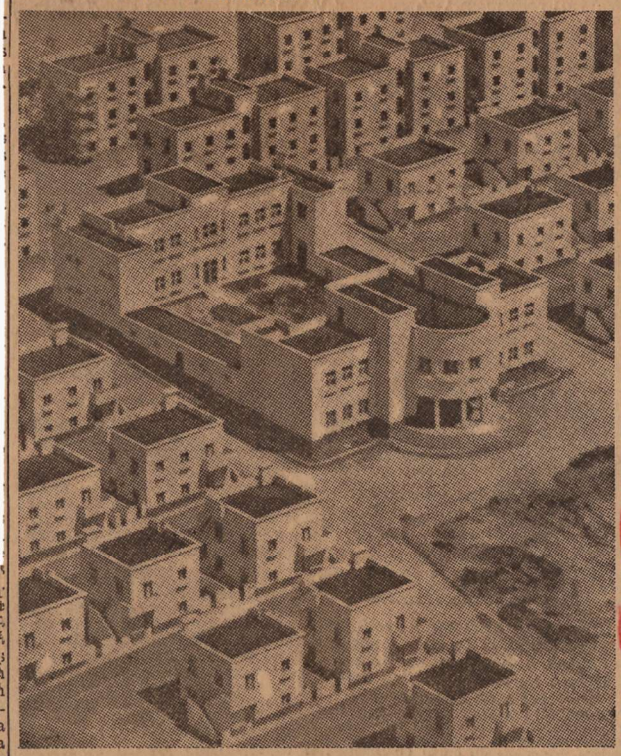
está em ruina

E NUNCA FOI HABITADO

"O SECULO"
29-8-41
29/8/41

De cada lado ficaram 20 casas para duas familias, com cinco ou seis compartimento. As do rés-do-chão, tem dois quartos, cozinha, casa de jantar, casa de banho e retrete e um patio. As do 1.º andar, em vez de patio um terraço, servido por uma escada exterior, que tambem dava acesso a casa. Ao fundo, de ambos os lados foram construidos 12 blocos de moradias para seis familias, tambem com igual numero de divisões. Entre êsses blocos levantou-se um soberbo edificio com amplas salas de aula para infantes e adolescentes, uma sala de conferencias, uma biblioteca, gabinetes para os professores, recreios, etc.

Em frente dêsse edificio e ao centro do bairro um outro foi levantado, com quatro grandes salas, refeitorio, gimnasio, esquadra de policia, consultorio médico. Por cima, um terraço, amplo de vista surpreendente.



Um interessante aspecto do bairro «Doutor Oliveira Salazar», nos terrenos do Alvito, a Alcantara, e que há cêrca de três anos está concluido e ainda não foi inaugurado nem habitado

Gastaram-se 3.125.940$00. zações de ag da via publ portanto, im excluindo a tos que não Camara pagou o restante. A ser habitadas, citou do sr. cença, que ch lhamasse «Sa lazar».

As salas e ral foram dot e material médico com tos.

O bairro portanto, estava em condições de ser habitado. As casas, bem construidas, confortaveis e arejadas, com luz, agua e esgotos, podiam ser entregues a 152 familias. Havia uma só formalidade a cumprir: a sua entrega ao Instituto Nacional do Trabalho, que faria a inauguração e a distribuição das casas por familias de trabalhadores.

São precisos cêrca de 1.000 contos para reparação dos estragos causados pelo tempo

Mas o tempo foi passando. No ano seguinte, como contou o sr. Alvaro Frade na carta que enviou ao *Seculo* sôbre a questão, a Camara já com outra edilidade, explicava que o bairro seria *entregue brevemente* ao Instituto. Chegámos a Agosto de 1941 e tudo continua na mesma; tudo, menos o bairro, que um dos nossos redactores visitou há dias.

Causa magua vêr como um bairro novo, que nunca foi habitado, se encontra actualmente. As paredes exteriores, que eram brancas têm grandes manchas amarelas. A erva cresceu á vontade nos patios e á beira dos arruamentos. A maioria das portas está empenada; as fechaduras não funcionam, porque começou a ferrugem. Desappareceram torneiras e tubos. Muitas janelas não tem vidros. O mobiliario e material escolar estão cobertos de poeira. Algumas portas e janelas dos andares superiores foram arrancadas por ocasião do ciclone. Ao material médico foi dado outro destino. Dentro das casas cheira a bafio.

Calcula-se que serão precisos cêrca de 1.000 contos para reparar os estragos que o tempo causou. Além disso, pelo facto do bairro não ter sido logo habitado, perderam-se, até hoje, algumas centenas de contos de rendas.

Não interessa saber a quem cabem as culpas de tanto desinterêsse e abandono de uma obra notavel como objectivo social e realização pratica e economica. O que nos cumpre lembrar é que se impediu, até agora que 152 familias pobres tivessem habitações capazes, e certamente de crianças escolas, recreios, luz e ar.

Só vendo, como nós vimos, o aspecto de desolação em que se encontra o «Bairro Doutor Oliveira Salazar», é que se acredita que, numa época de intensa renovação nacional, três anos depois de concluido êsse bairro ainda não tenha sido habitado.

A resolução do importante problema da habitação das classes trabalhadoras foi inscrita no programa do Estado Novo como um dos objectivos principais. Já hoje, de Norte a Sul, são numerosos os bairros economicos para operarios pescadores e trabalhadores, o que equivale dizer que a mais de 3.000 familias foi dada habitação confortavel, higienica e barata. O Govêrno, directamente ou através das autarquias municipais ou dos organismos corporativos, realizou nêsse capitulo uma obra admiravel, libertando milhares de familias dos tugurios infectos e dos quartos de aluguer. Varias empresas importantes seguiram o exemplo governamental, e essa grande obra de assistencia social vai-se alargando dia a dia.

Em 1936, o sr. Alvaro Frade membro da vereação presidida pelo sr. general Daniel de Sousa e presidente da Caixa de Socorros e Reformas dos Operarios e Assalariados da Camara Municipal de Lisboa, com o proposito de dar habitações capazes aos empregados, operarios e trabalhadores do Municipio, e tambem para que o capital da referida Caixa obtivesse um juro razoavel, tomou a iniciativa de construir um bairro economico. Varios sitios foram indicados, mas o sr. Alvaro Frade, ouvidos os tecnicos competentes, optou pelos terrenos do Alvito na região de Alcantara, e onde, quando estiver concluido o parque florestal de Monsanto, surgirá uma das zonas urbanas mais belas da cidade.

O sr. arquitecto Paulino Montez, tambem membro da referida vereação, fez o projecto, adaptando ás caracteristicas da vida portuguesa todos os progressos de construção da habitação moderna; e á vereação presidida pelo sr. general Daniel de Sousa facultou a Caixa a necessaria colaboração financeira.

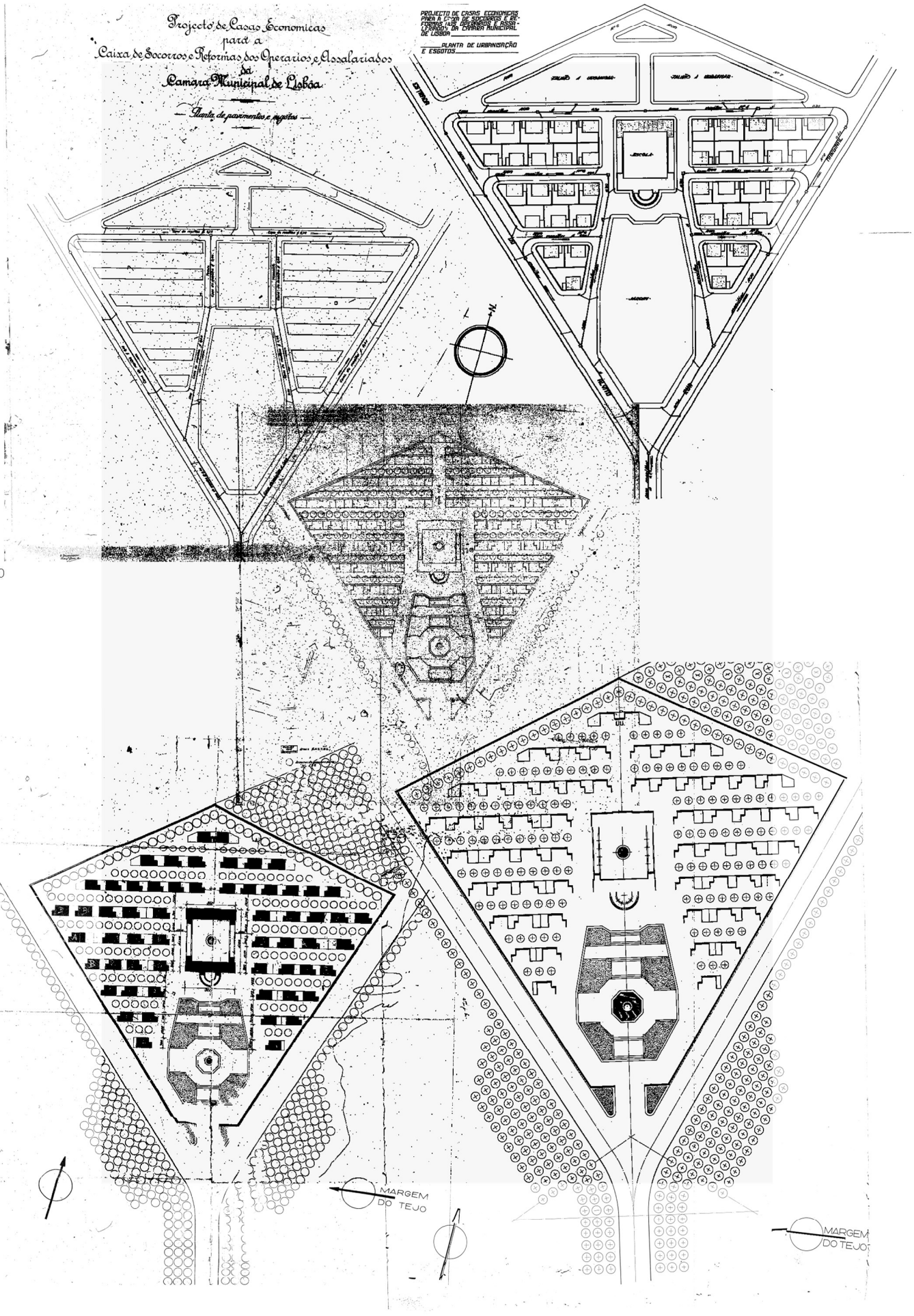
No relatorio do projecto declarava o sr. arquitecto Paulino Montez que o valor dos terrenos escolhidos era enorme, e maior seria quando Lisboa possuir o Parque de Monsanto, que uma extensa ponte sôbre o vale de Alcantara e um traçado regularizador deverão ligar directamente ao sector monumental da cidade; e quando, em vez da ribeira, uma larga arteria (a projectada avenida de Ceuta) se rasgar em direcção ao arco maior do Aqueduto das Aguas Livres.

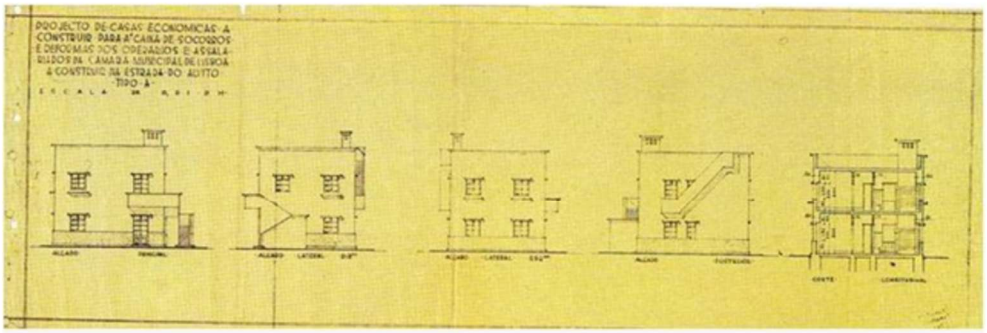
Acentuou que o bairro gozaria duma situação de privilegio: a nascente, aberto sôbre a casaria do vale de Alcantara; a poente, proximo da Tapada da Ajuda; ao Sul, rasgado sôbre o quadro do Tejo e dos longes da sua margem esquerda; ao Norte protegido pelo futuro parque florestal que lhe servirá de fundo.

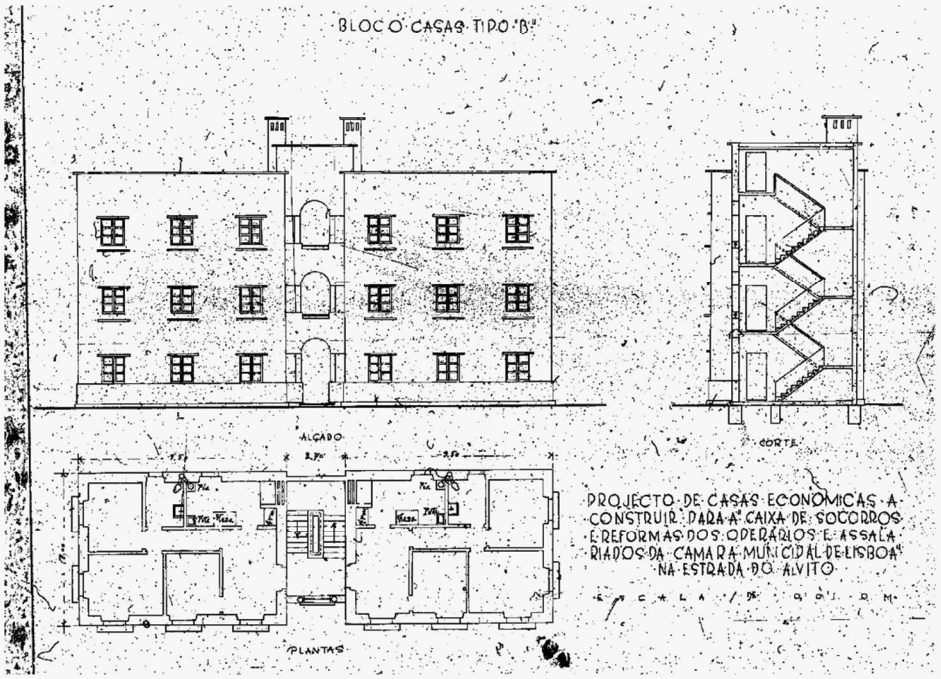
A construção do bairro importou em 3.636 contos, excluindo a arborização e ajardinamento

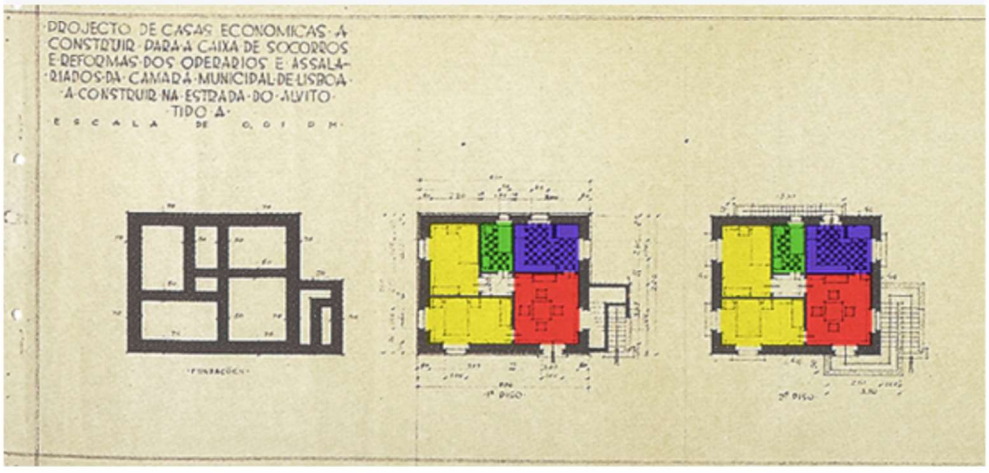
Tôdas as dificuldades que surgiram, todos os trabalhos arduos que foi preciso realizar o sr. Alvaro Frade venceu com excelente criterio e animo forte. Os terrenos foram adquiridos em bôas condições e iniciadas as obras sob uma severa fiscalização do grande animador da ideia e de outros seus colegas da vereação. Dois anos depois em Julho de 1938, o bairro podia considerar-se concluido, pois sómente faltava o jardim central.

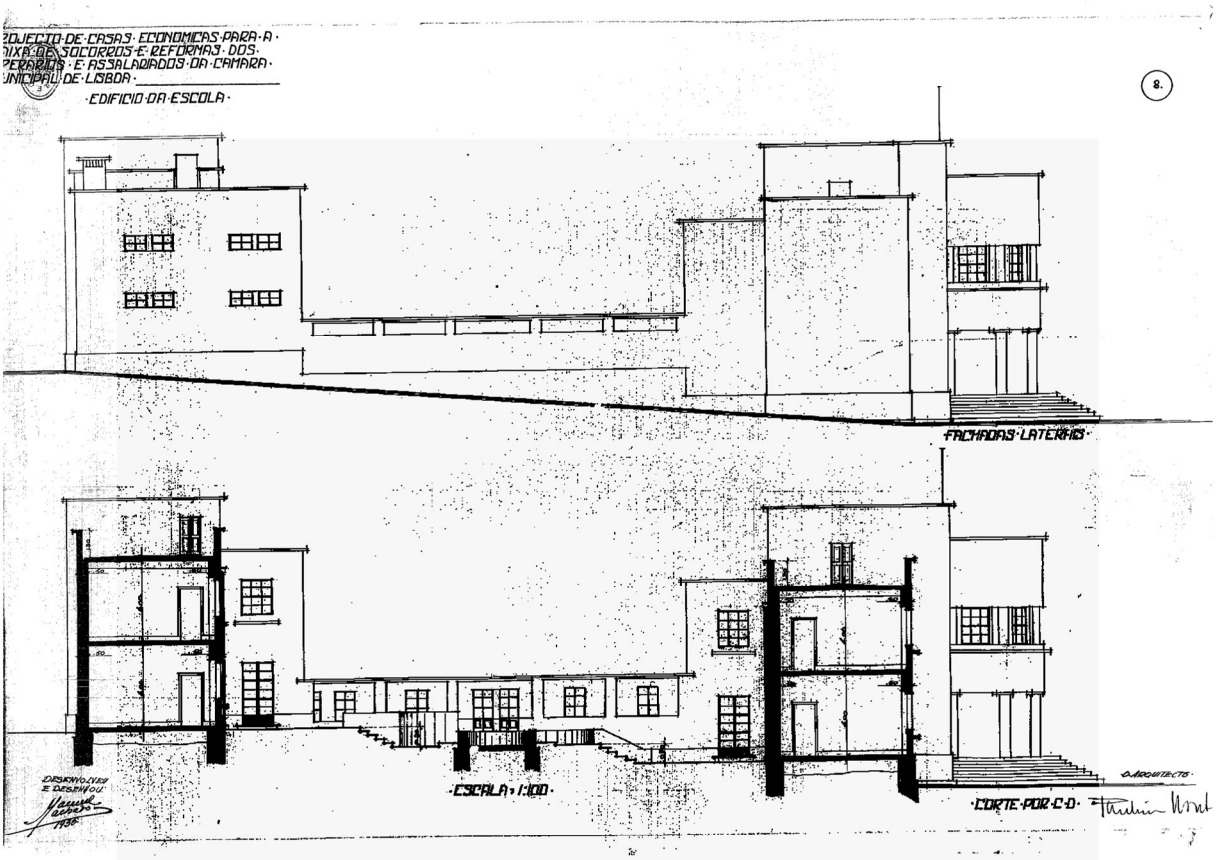
O aspecto do bairro era de surpreendente beleza. Constituiam-no 152 habitações e um grupo cultural. Vias principais, para viaturas, circundavam o recinto e o grupo cultural cada uma com 10 metros de largura.


Projecto de Casas Economicas
para a
Caixa de Socorros e Reformas dos Operarios e Assalariados
da
Camara Municipal de Lisboa
Planta de pavimentos e esgotos
PROJECTO DE CASAS ECONOMICAS PARA A CAIXA DE SOCORROS E REFORMAS DOS OPERARIOS E ASSALARIADOS DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA
PLANTA DE URBANISAÇÃO E ESGOTOS
MARGEM DO TEJO
MARGEM DO TEJO

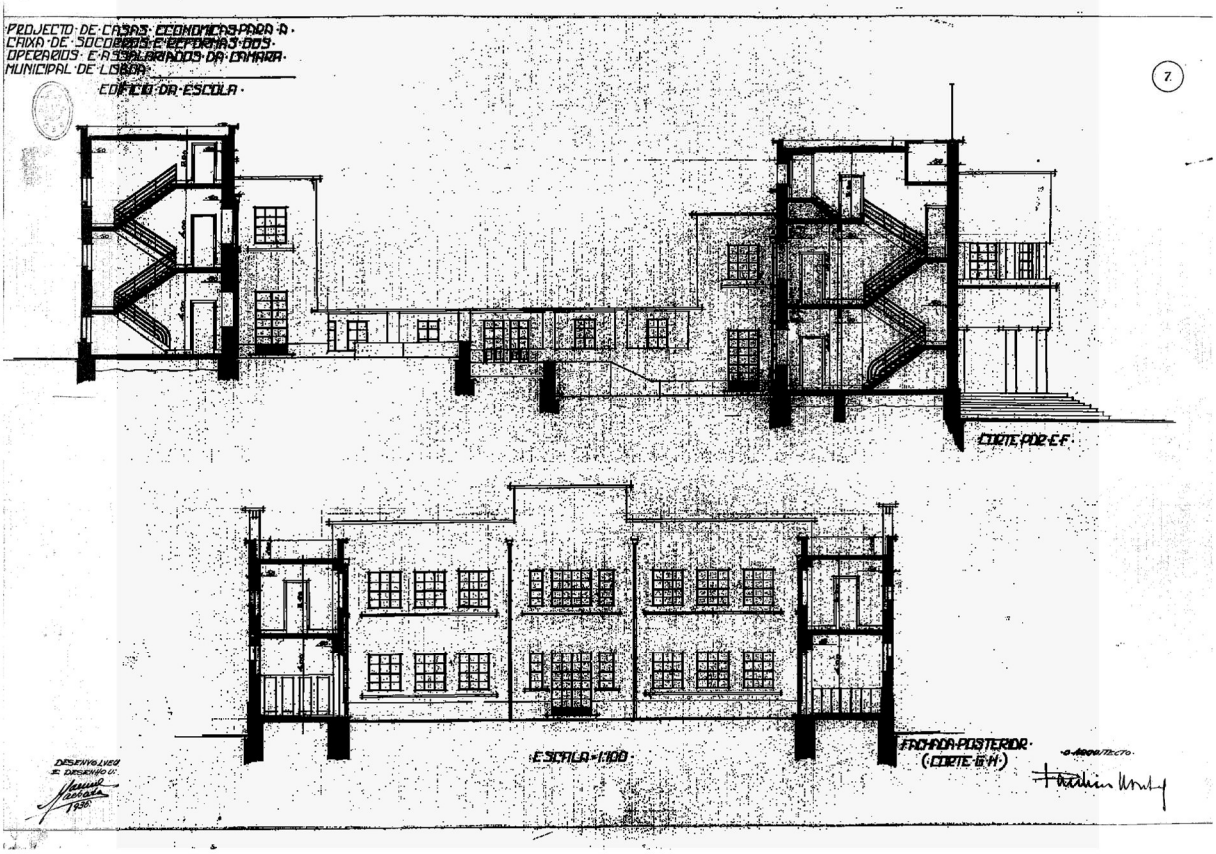

PROJECTO DE CASAS ECONOMICAS A CONSTRUIR PARA A CAIXA DE SOCORROS E REFORMAS DOS OPERARIOS E ASSALARIADOS DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA A CONSTRUIR NA ESTRADA DO ALVITO
TIPO A

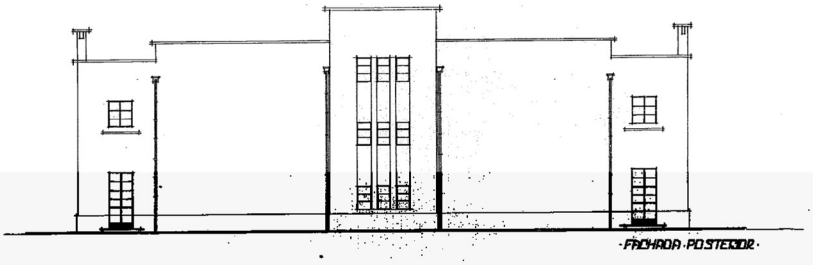

BLOCO CASAS TIPO "B"
ALÇADO
CORTE
PLANTAS
PROJECTO DE CASAS ECONOMICAS A CONSTRUIR PARA A CAIXA DE SOCORROS E REFORMAS DOS OPERÁRIOS E ASSALARIADOS DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA NA ESTRADA DO ALVITO


PROJECTO DE CASAS ECONOMICAS A CONSTRUIR PARA A CAIXA DE SOCORROS E REFORMAS DOS OPERARIOS E ASSALARIADOS DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA A CONSTRUIR NA ESTRADA DO ALVITO
TIPO A

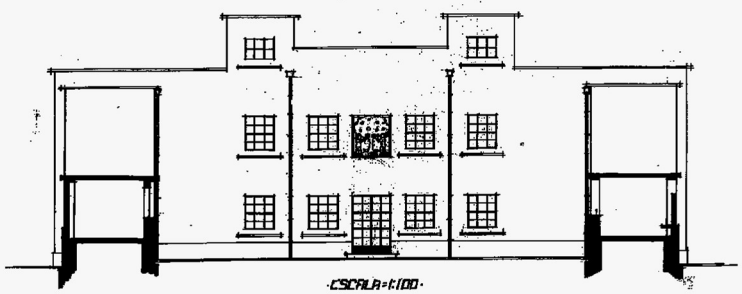

PROJECTO DE CASAS ECONOMICAS PARA A
CAIXA DE SOCORROS E REFORMAS DOS
OPERARIOS E ASSALARIADOS DA CAMARA
MUNICIPAL DE LISBOA
EDIFICIO DA ESCOLA
8.
FACHADAS LATERAIS
ESCALA 1:100
CORTE POR C-D
O ARQUITECTO
DESENHADO E DESENHOU
1936

12


PROJECTO DE CASAS ECONOMICAS PARA A
CAIXA DE SOCORROS E REFORMAS DOS
OPERARIOS E ASSALARIADOS DA CAMARA
MUNICIPAL DE LISBOA
EDIFICIO DA ESCOLA
7.
CORTE POR E-F
ESCALA 1:100
FACHADA POSTERIOR
(CORTE G-H)
O ARQUITECTO
DESENHADO E DESENHOU
1936

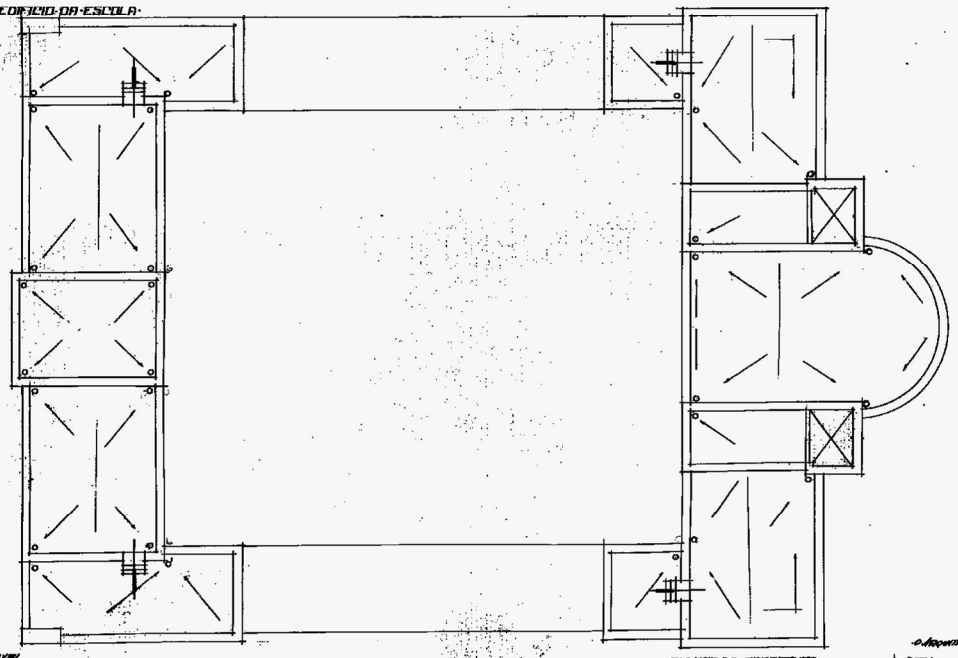


·FACHADA·POSTERIOR·



·ESCALA·1:100·

·EDIFICIO·DA·ESCOLA·

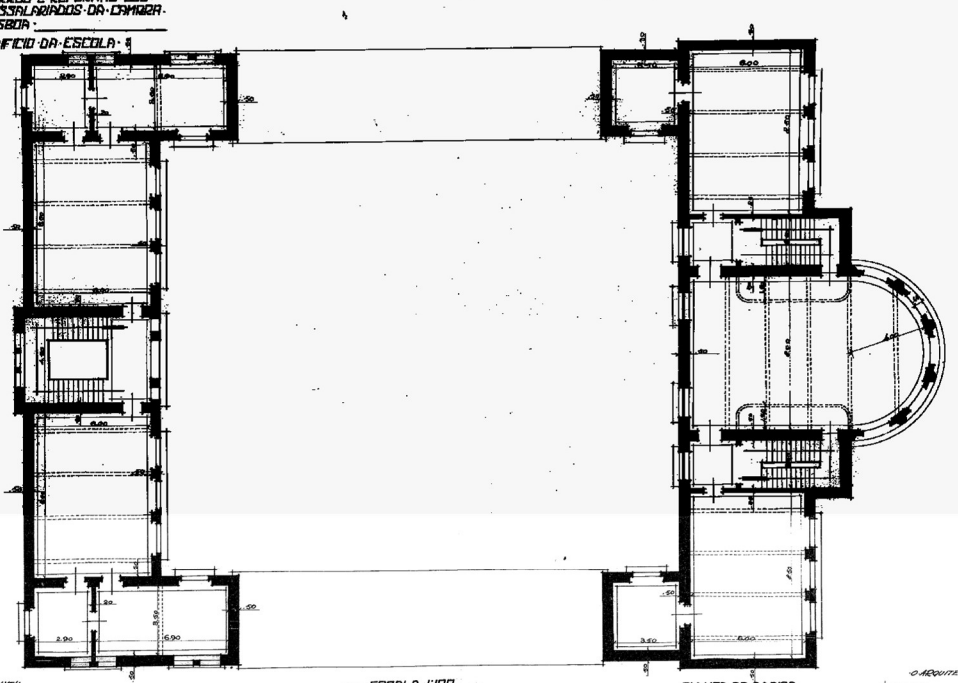


·PLANTA·DA·COBERTURA·

·O·ARQUITECTO·

·PROJECTO·DE·CASAS·ECONOMICAS·PARA·A·
·CAIXA·DE·SOCORROS·E·REFORMAS·DOS·
OPERARIOS·E·ASSALARIADOS·DA·CAMARA·
MUNICIPAL·DE·LISBOA·

·EDIFICIO·DA·ESCOLA·

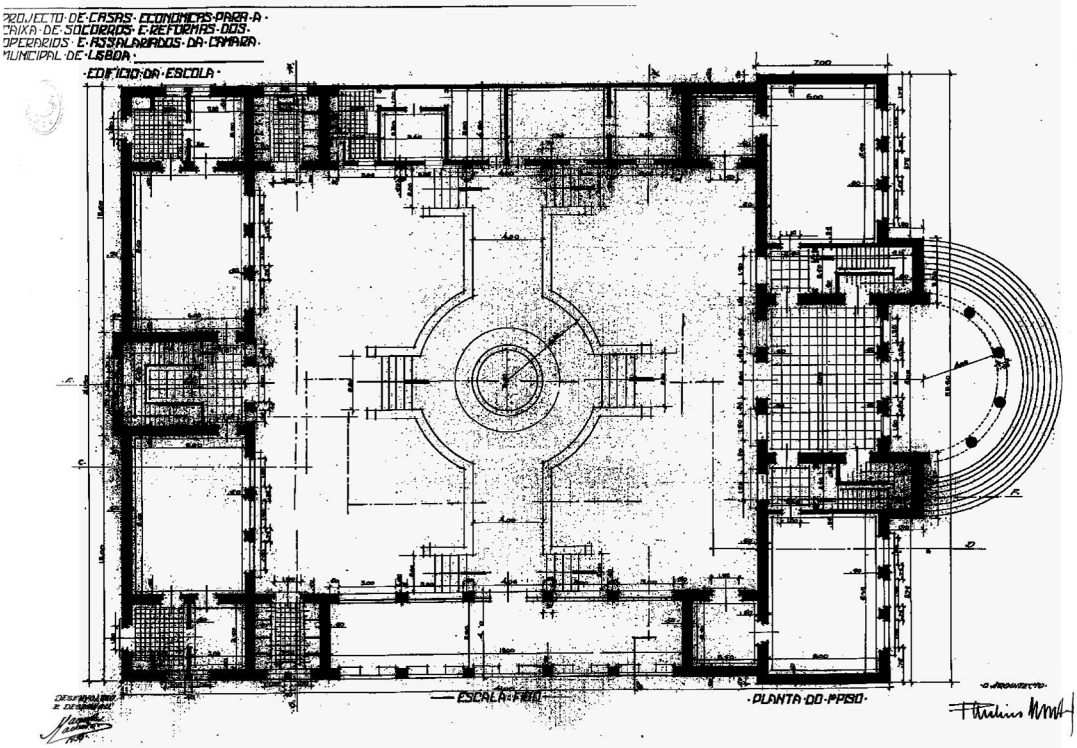


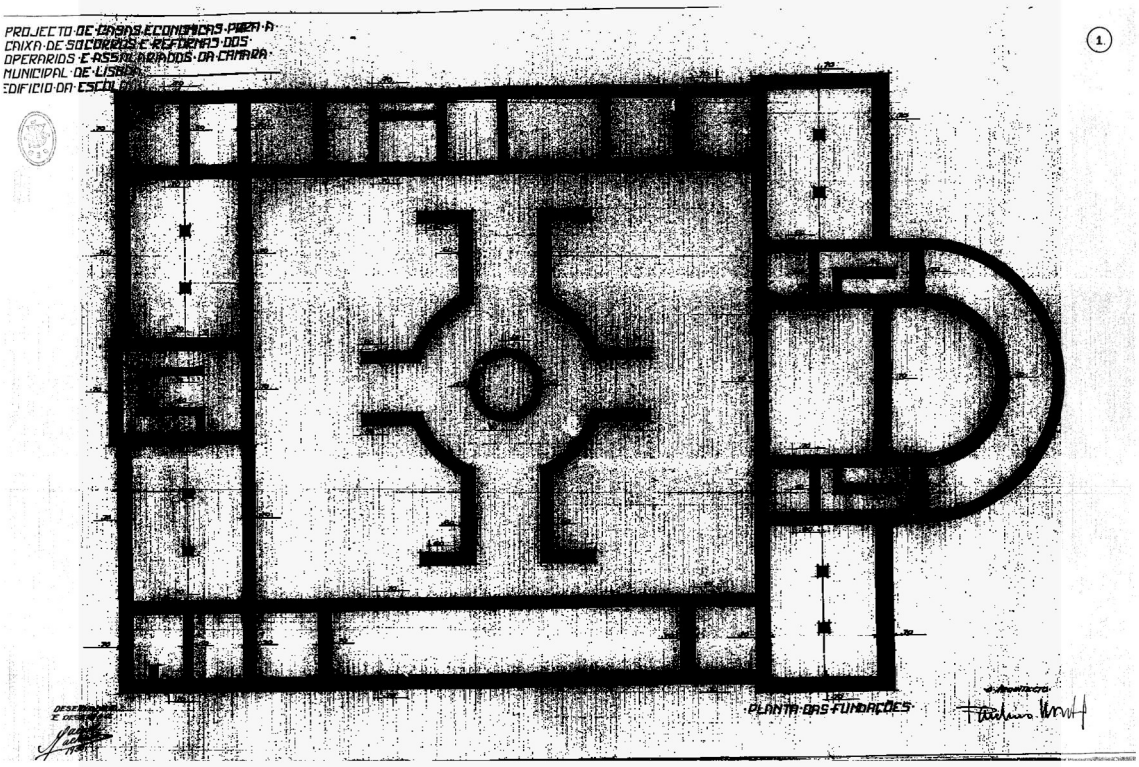
— ESCALA·1:100 —

·PLANTA·DO·2.º·PISO·

·O·ARQUITECTO·

3.


PROJECTO DE CASAS ECONOMICAS PARA A
CAIXA DE SOCORROS E REFORMAS DOS
OPERARIOS E ASSALARIADOS DA CAMARA
MUNICIPAL DE LISBOA
EDIFICIO DA ESCOLA
ESCALA 1:100
PLANTA DO PISO
2


PROJECTO DE CASAS ECONOMICAS PARA A
CAIXA DE SOCORROS E REFORMAS DOS
OPERARIOS E ASSALARIADOS DA CAMARA
MUNICIPAL DE LISBOA
EDIFICIO DA ESCOLA
PLANTA DAS FUNDAÇÕES
1











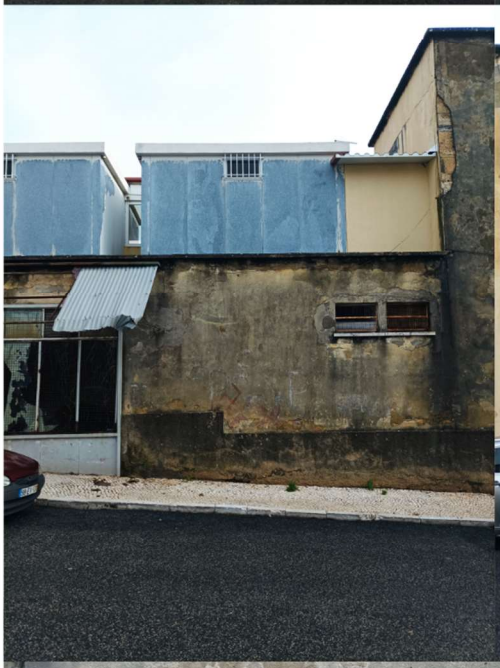









GCBA








adidas




SAIDA
K.KOYEN
K.KOYEN


EU MATO-01



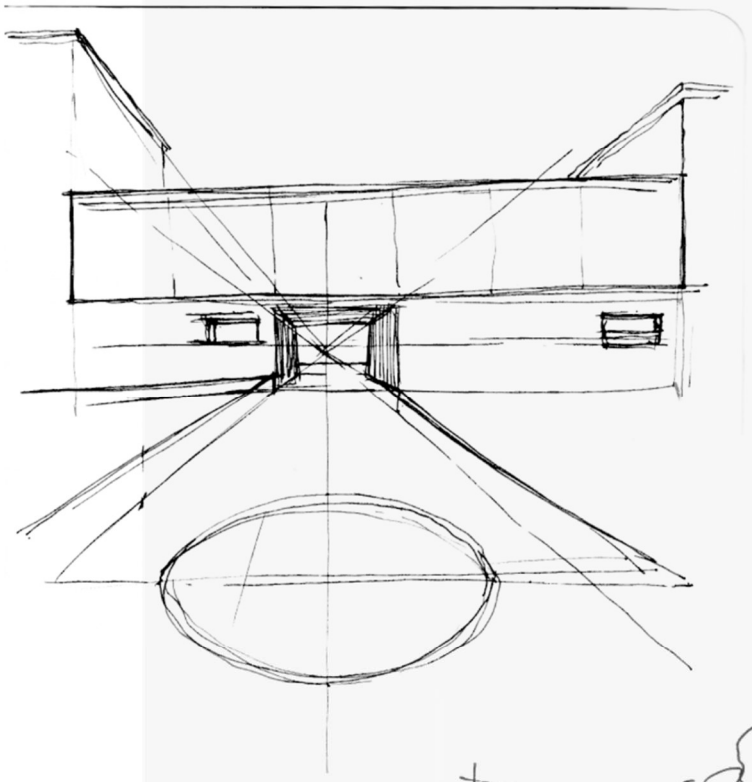


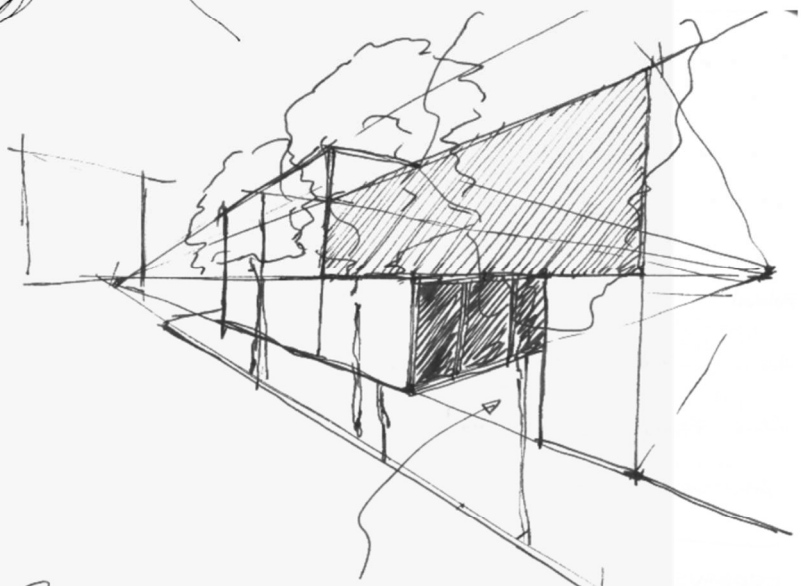


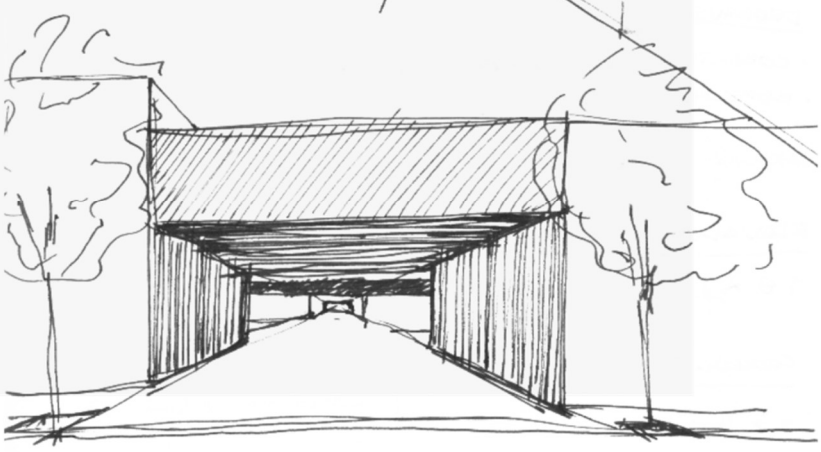


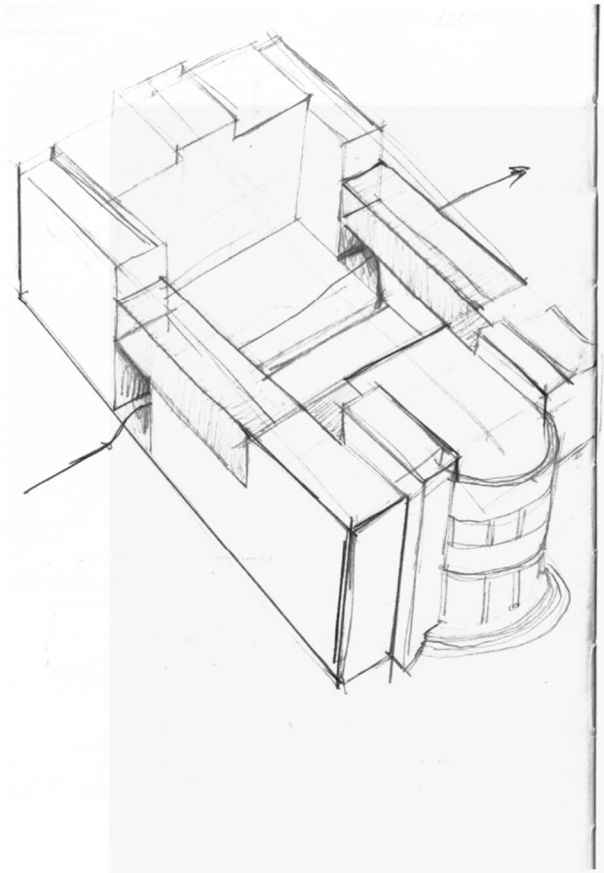


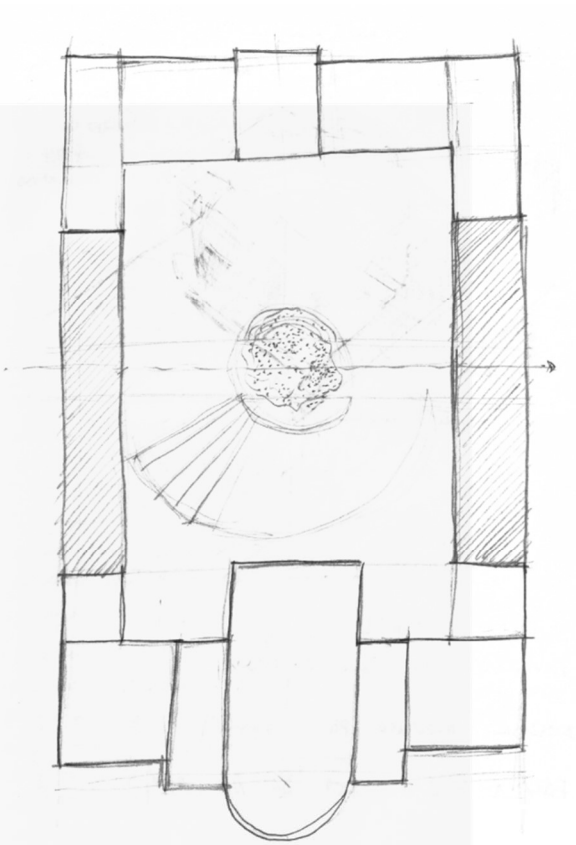


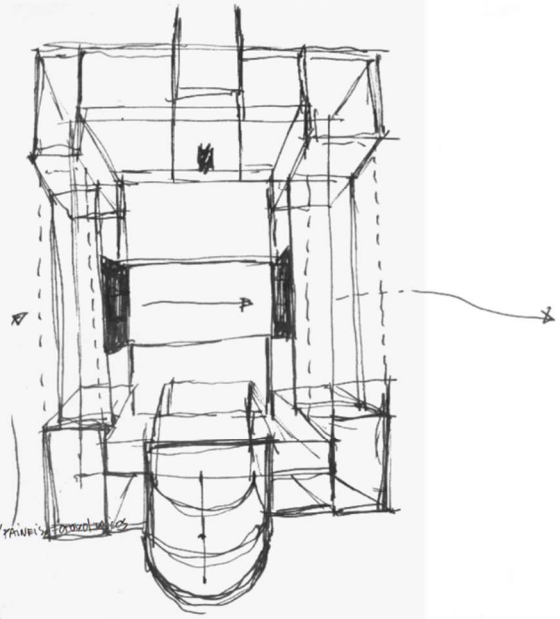


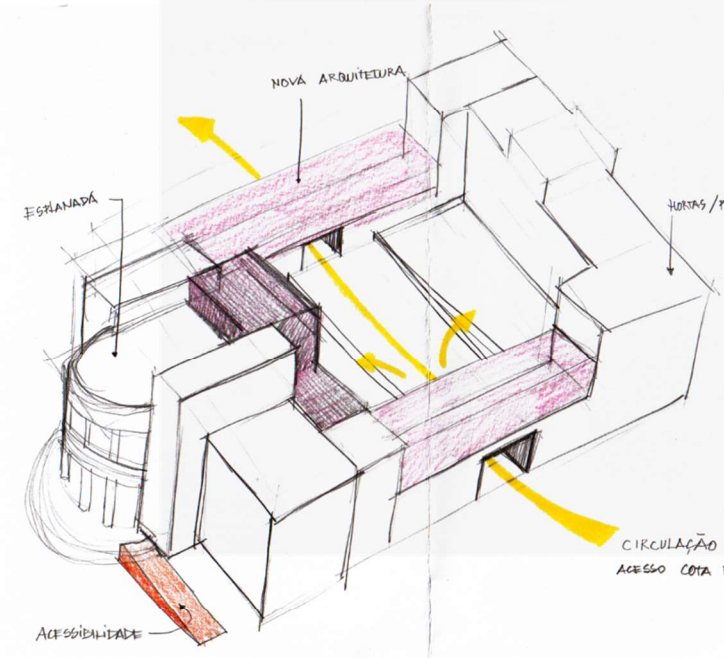


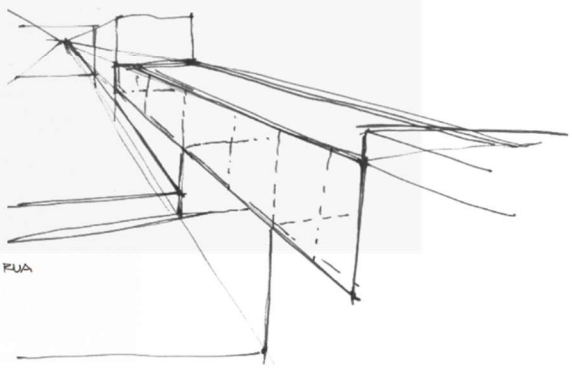


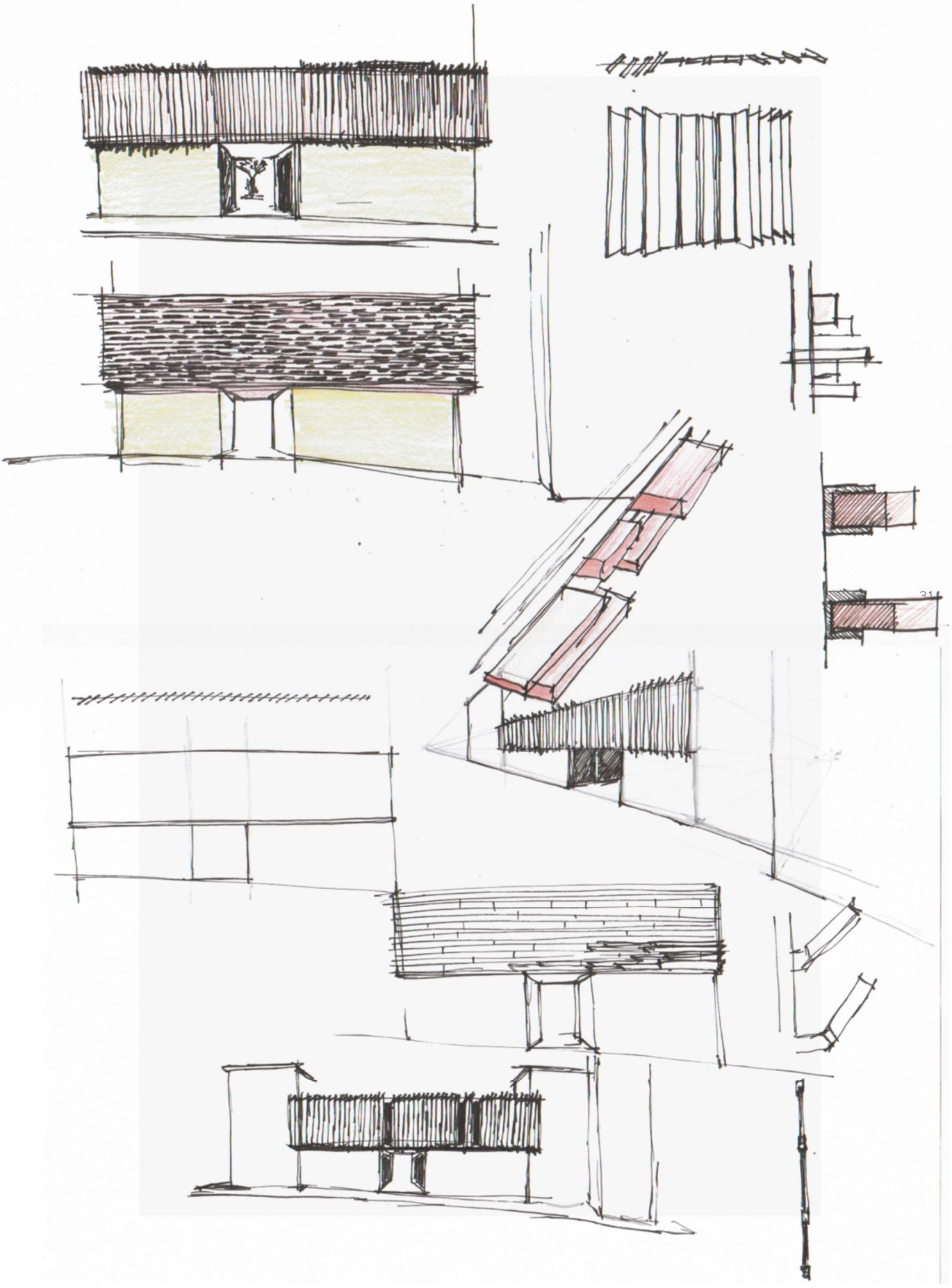


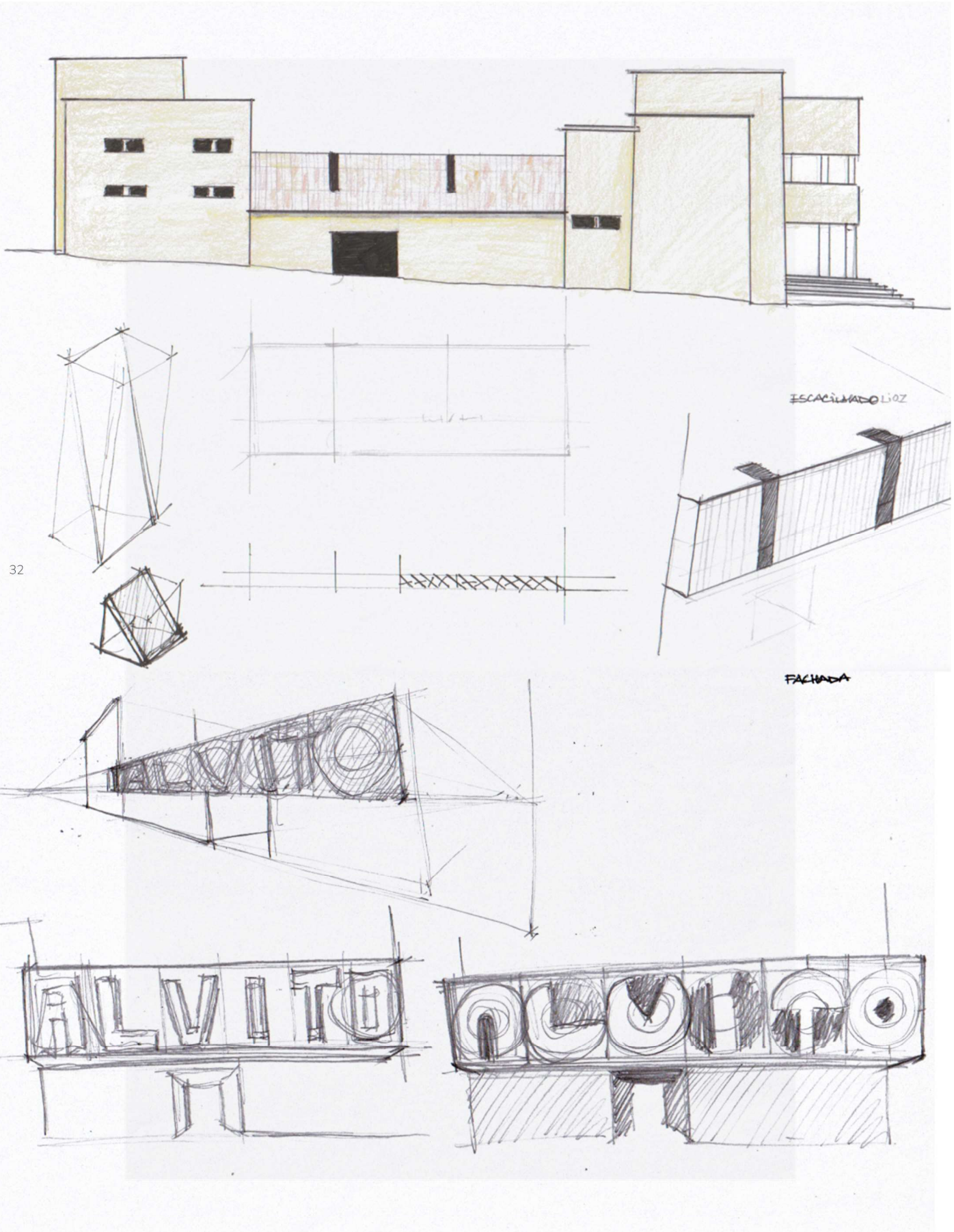


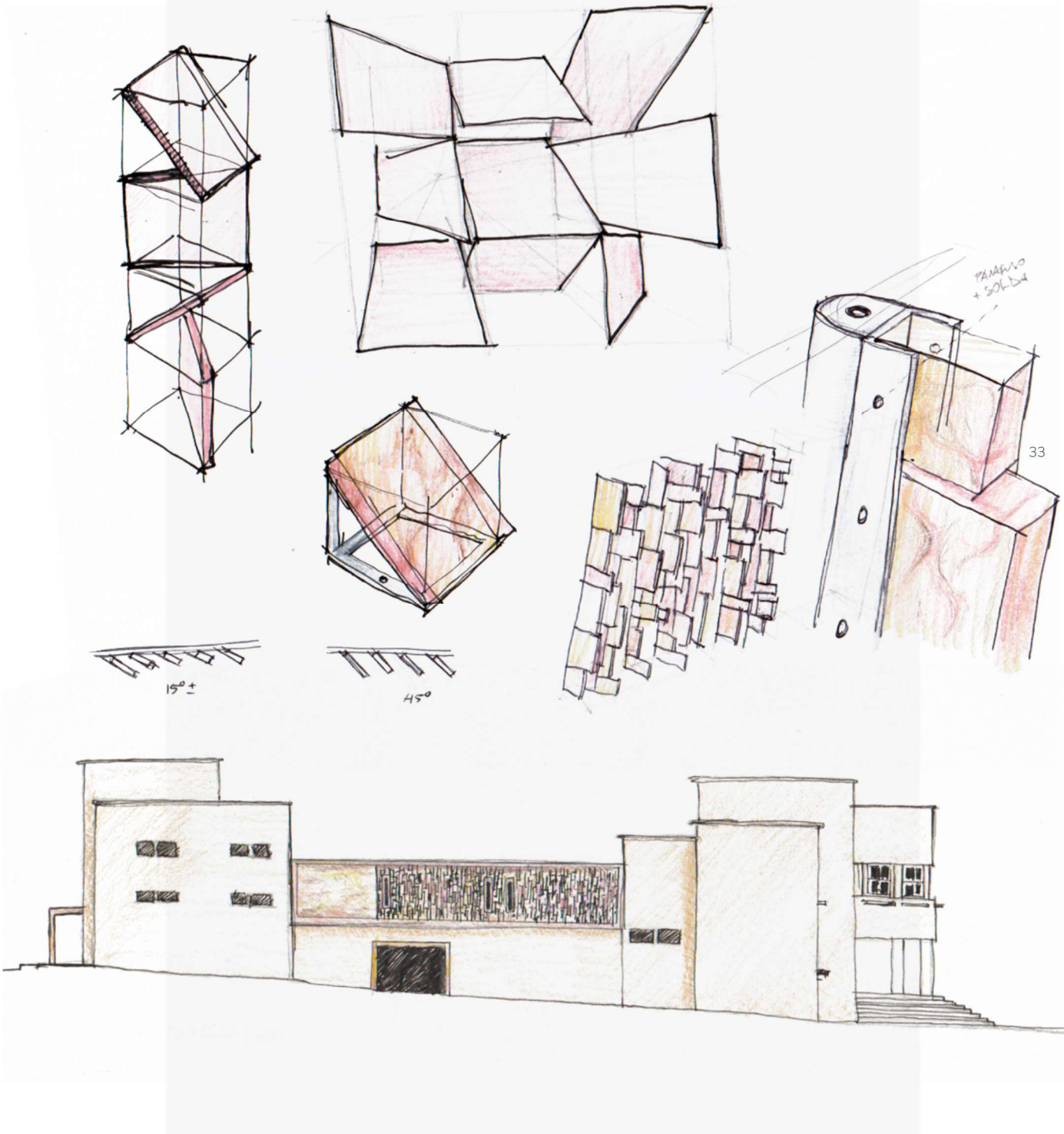

HORTAS / PAINÉIS FOTOVOLTAICOS

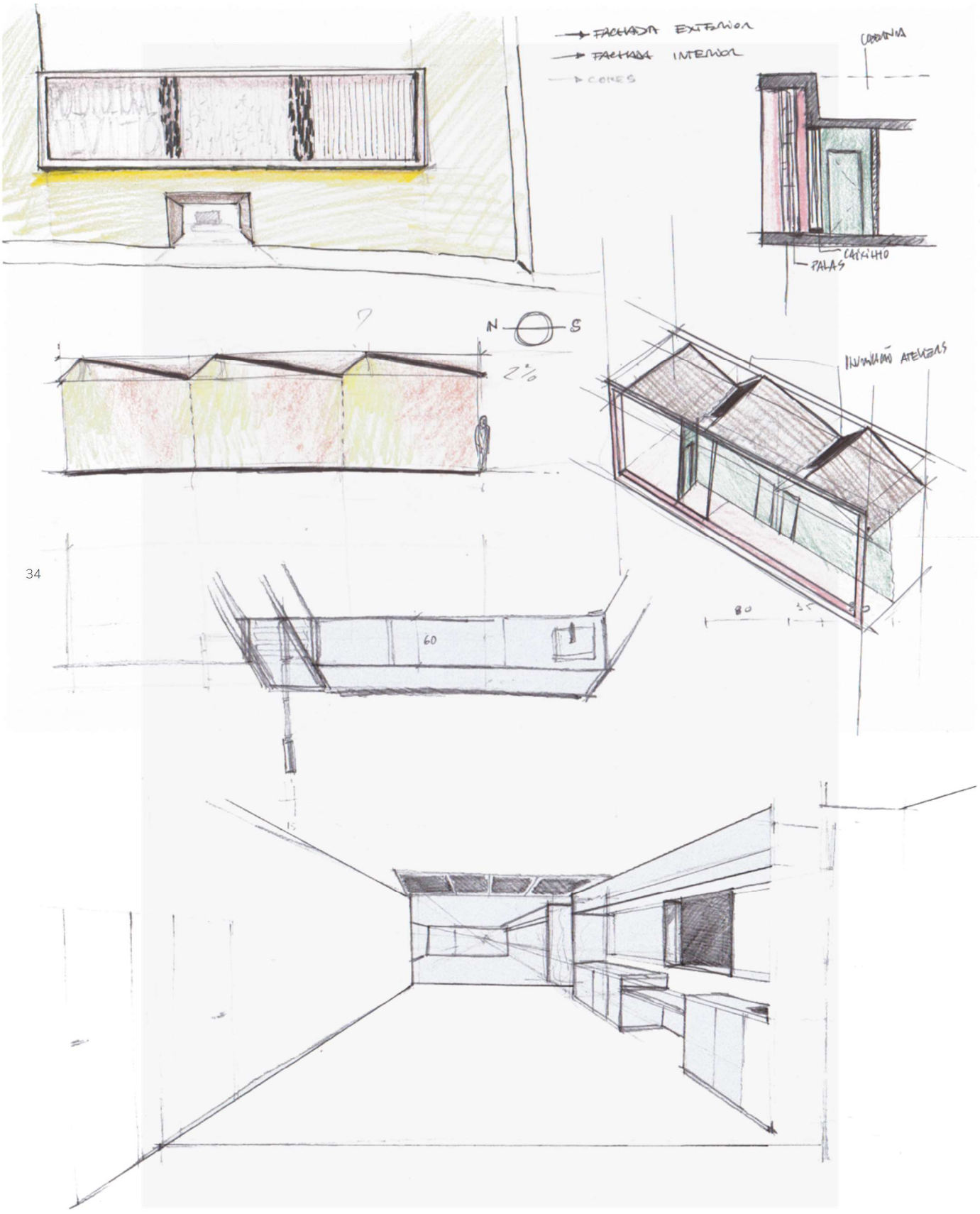

NOVA ARQUITETURA
ESPLANADA
ACESSIBILIDADE

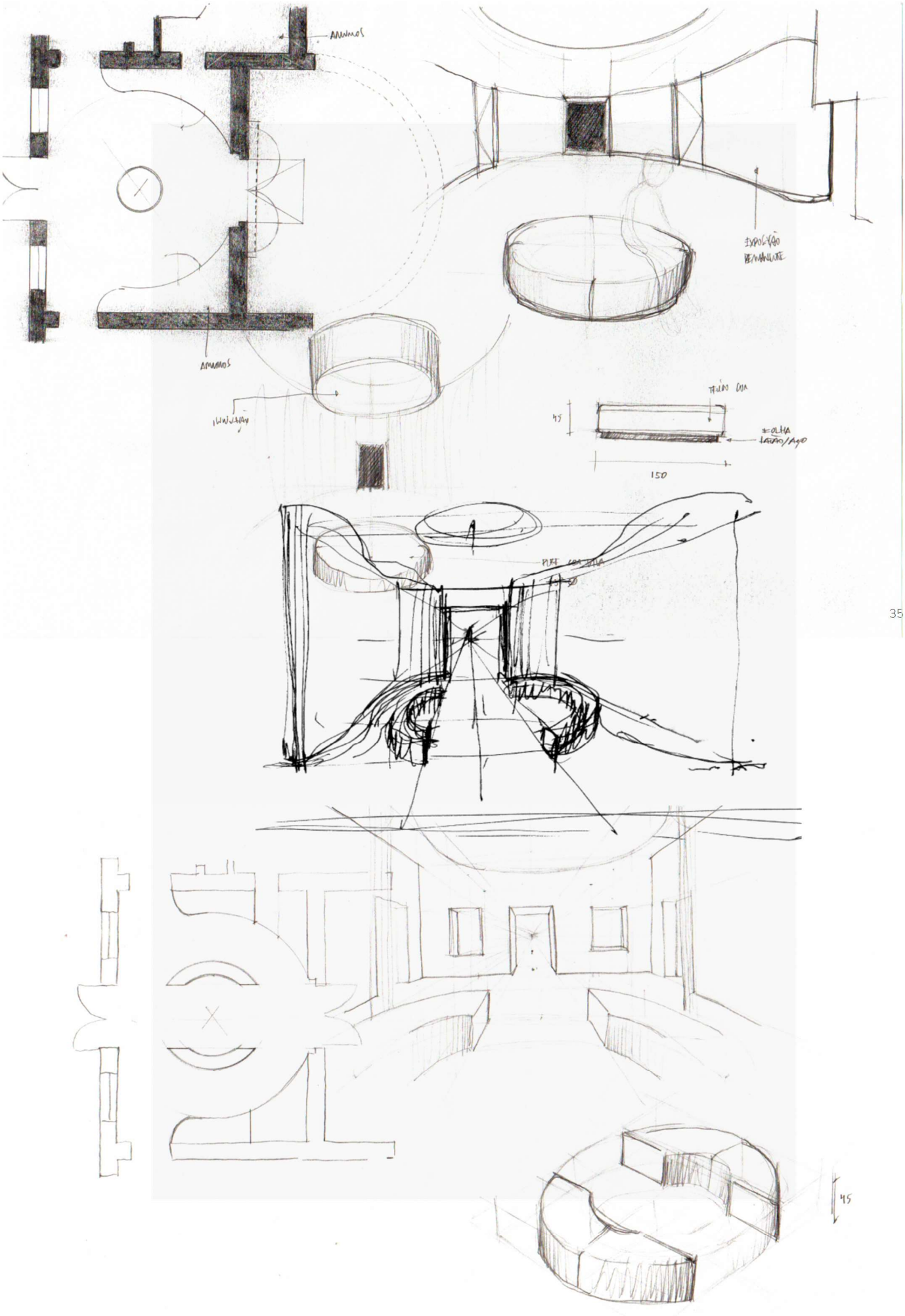

CIRCULAÇÃO
ACESSO COTA RUA

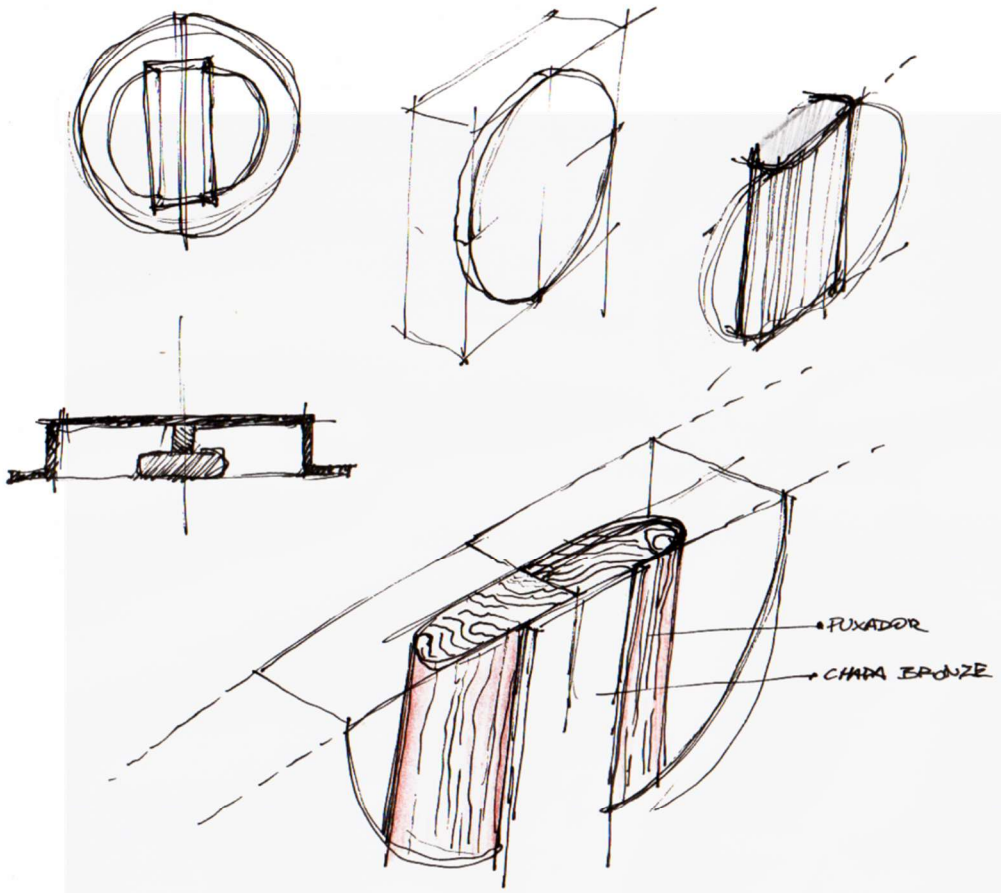


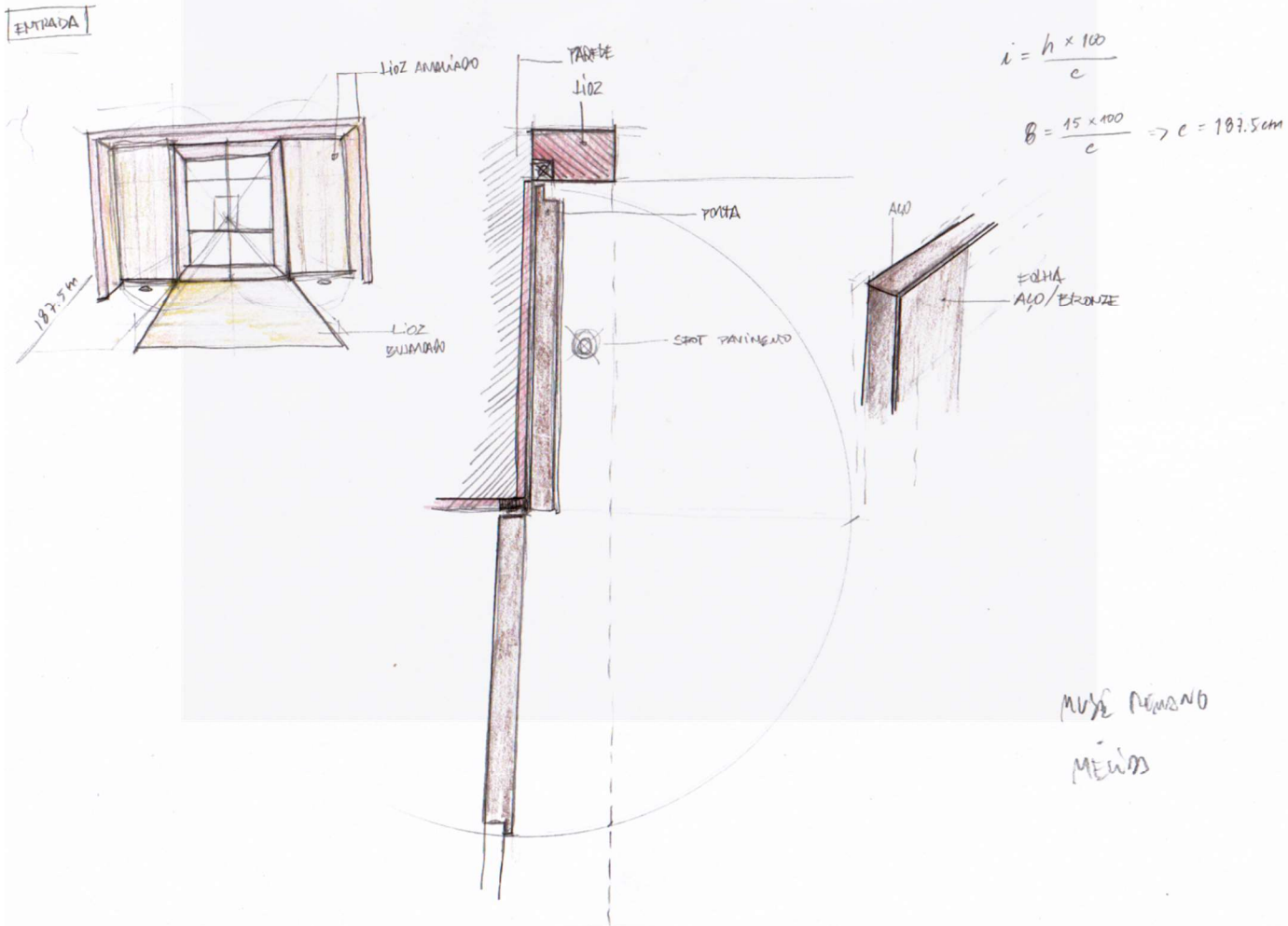

ESCALA 1:100
FACHADA
ALVARO
ALVARO

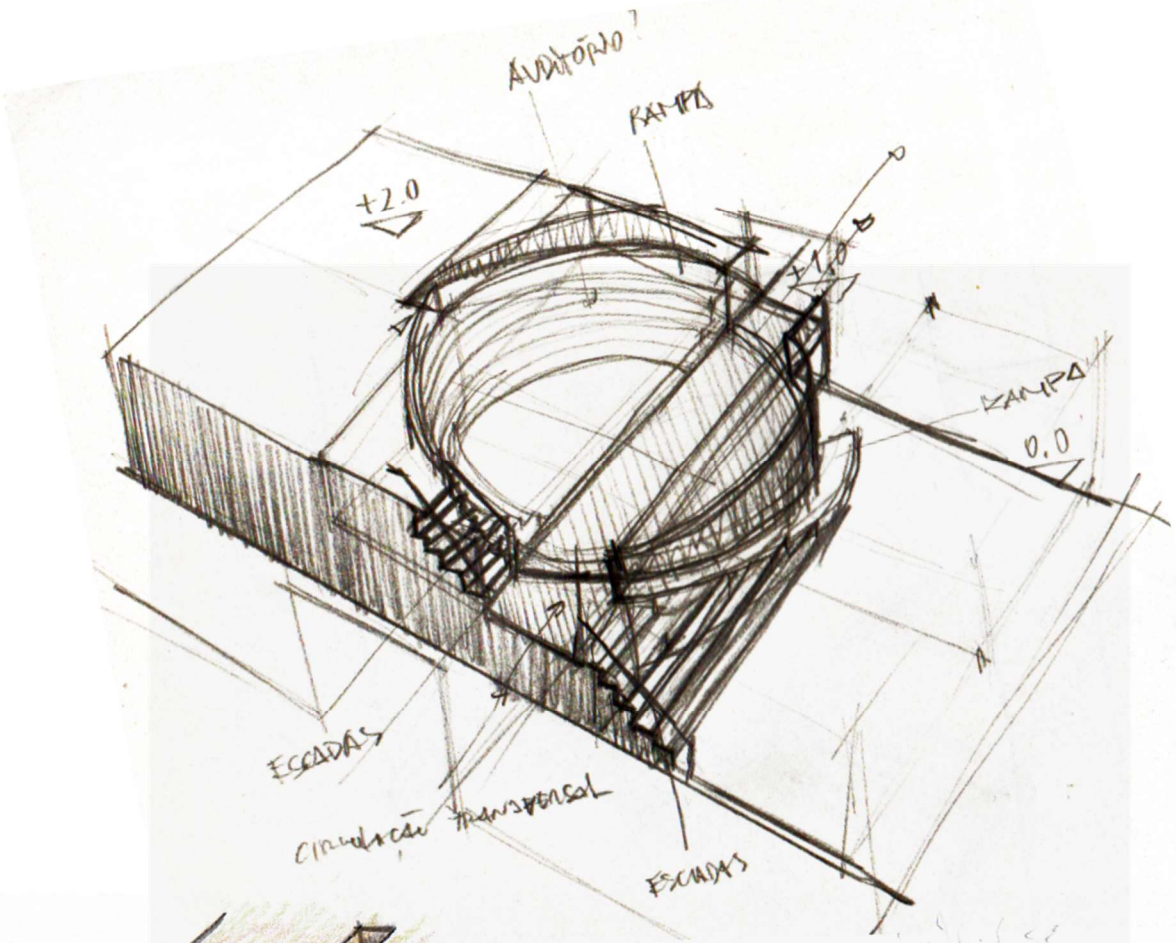

15° ±
45°

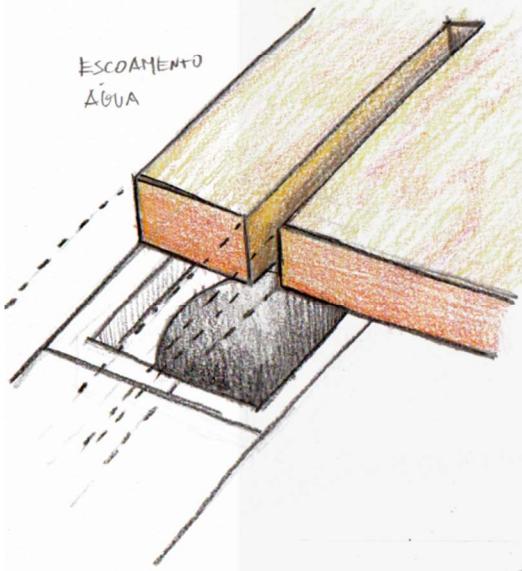

FACHADA EXTERIOR
FACHADA INTERIOR
CORTES
COBERTURA
CAIXILHO
PALAS
N
S
2%
ILUMINAÇÃO ATELIERES
60
80

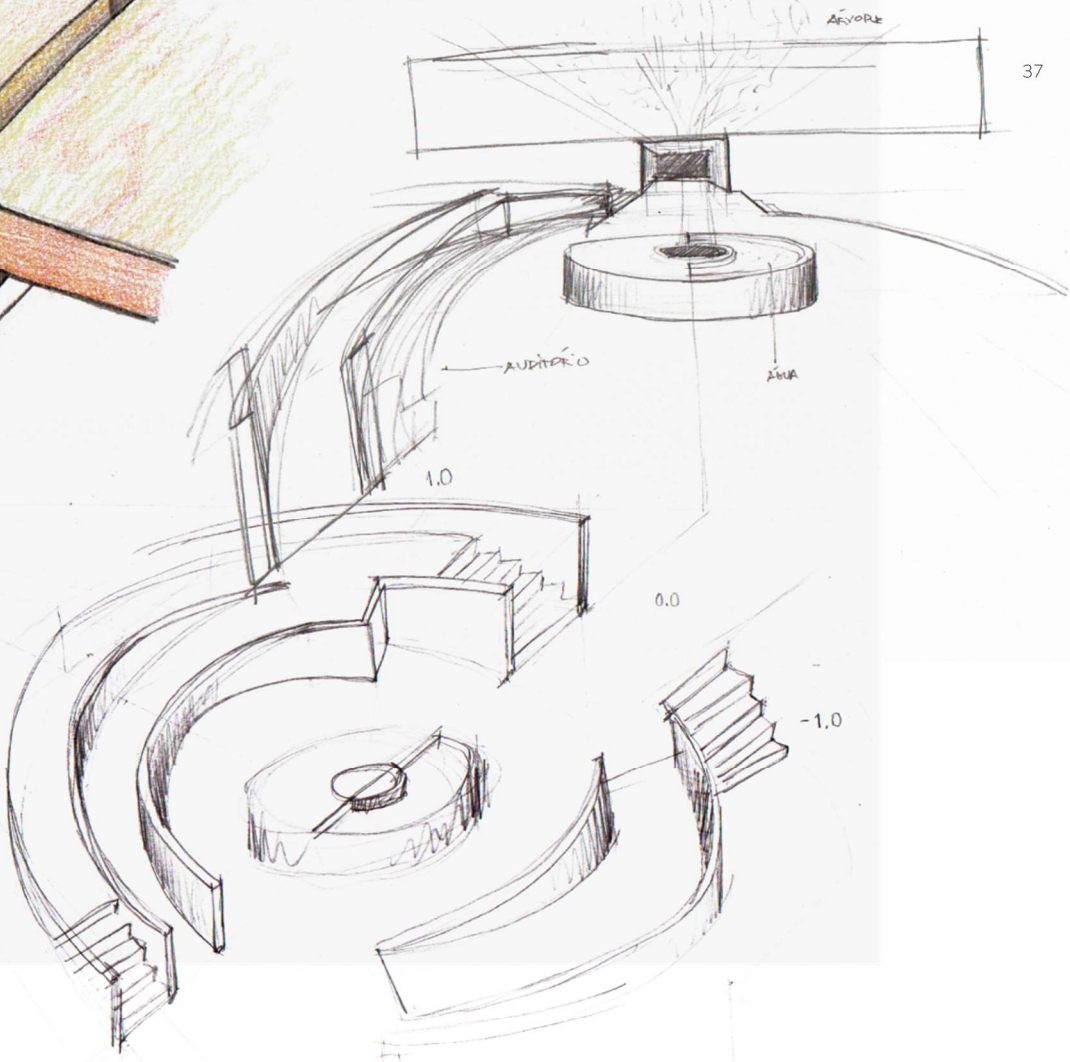

150
45

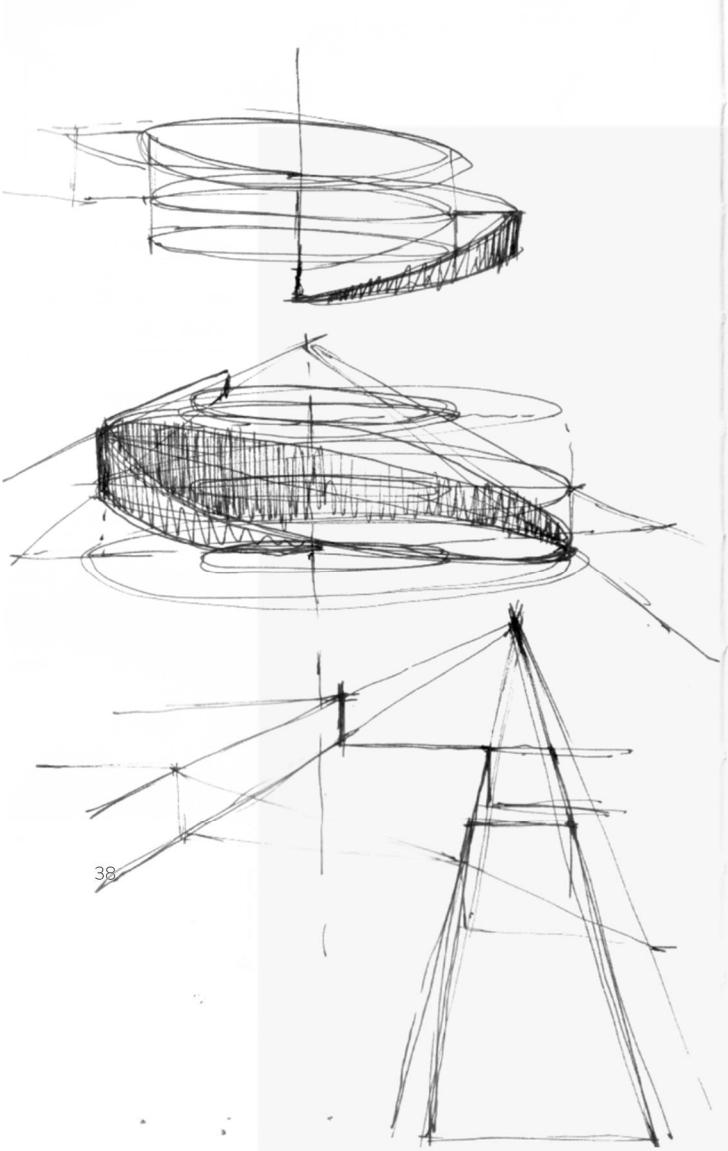

PUXADOR
CHAPA BRONZE

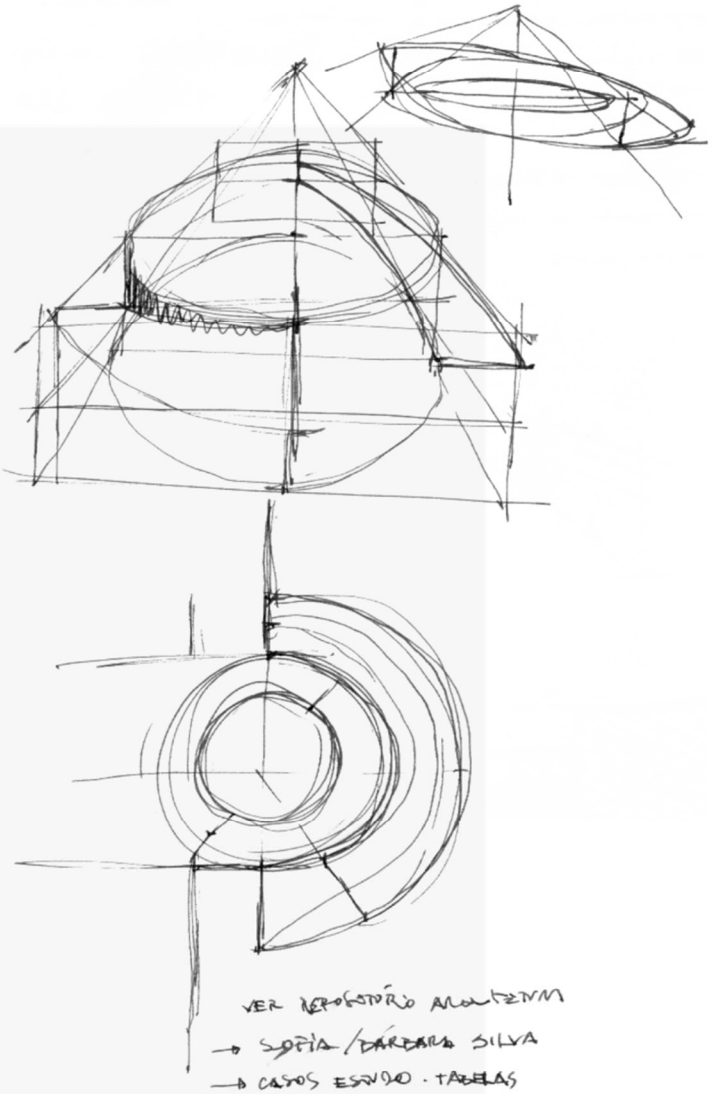

ENTRADA
LIOZ ANALIADO
187.5 cm
LIOZ BUJARDADO
PAREDE
LIOZ
PORTA
SPOT PAVIMENTO
AÇO
FOLHA AÇO/BRONZE
$i = \frac{h \times 100}{c}$
$B = \frac{15 \times 100}{c} \Rightarrow c = 187.5\,cm$
MUSE REMANO
MÉLIDA


AUDITÓRIO
RAMPA
+2.0
+1.0
RAMPA
0.0
ESCADAS
ESCADAS

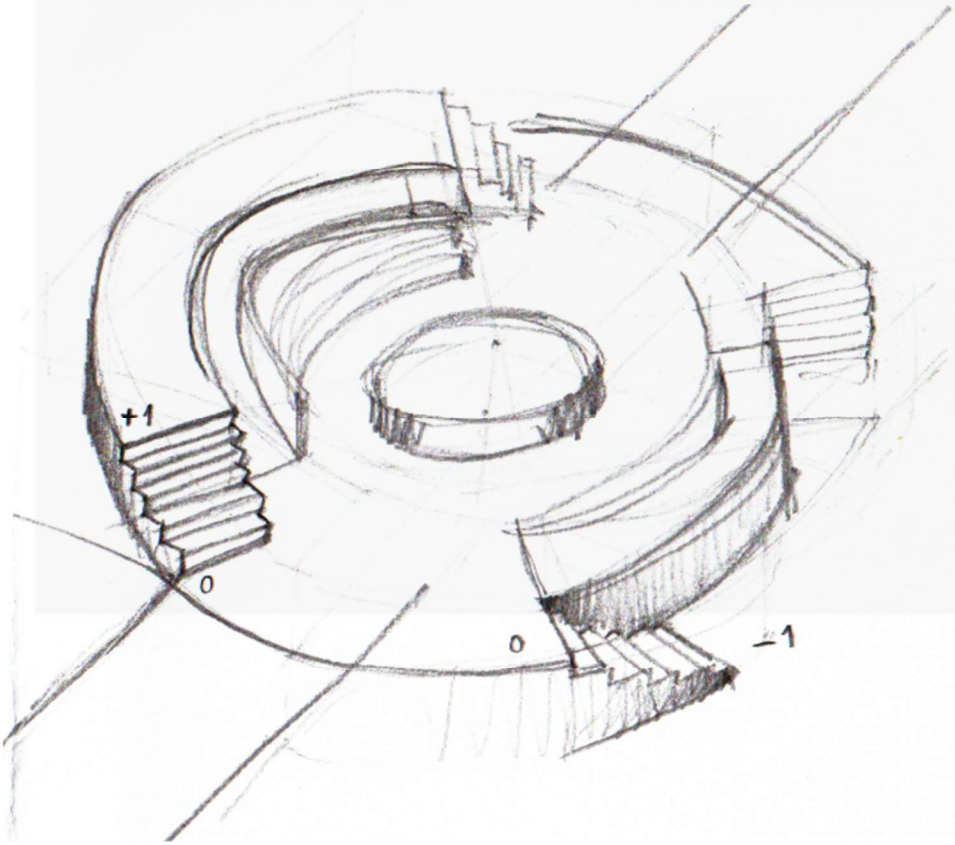

ESCOAMENTO
ÁGUA

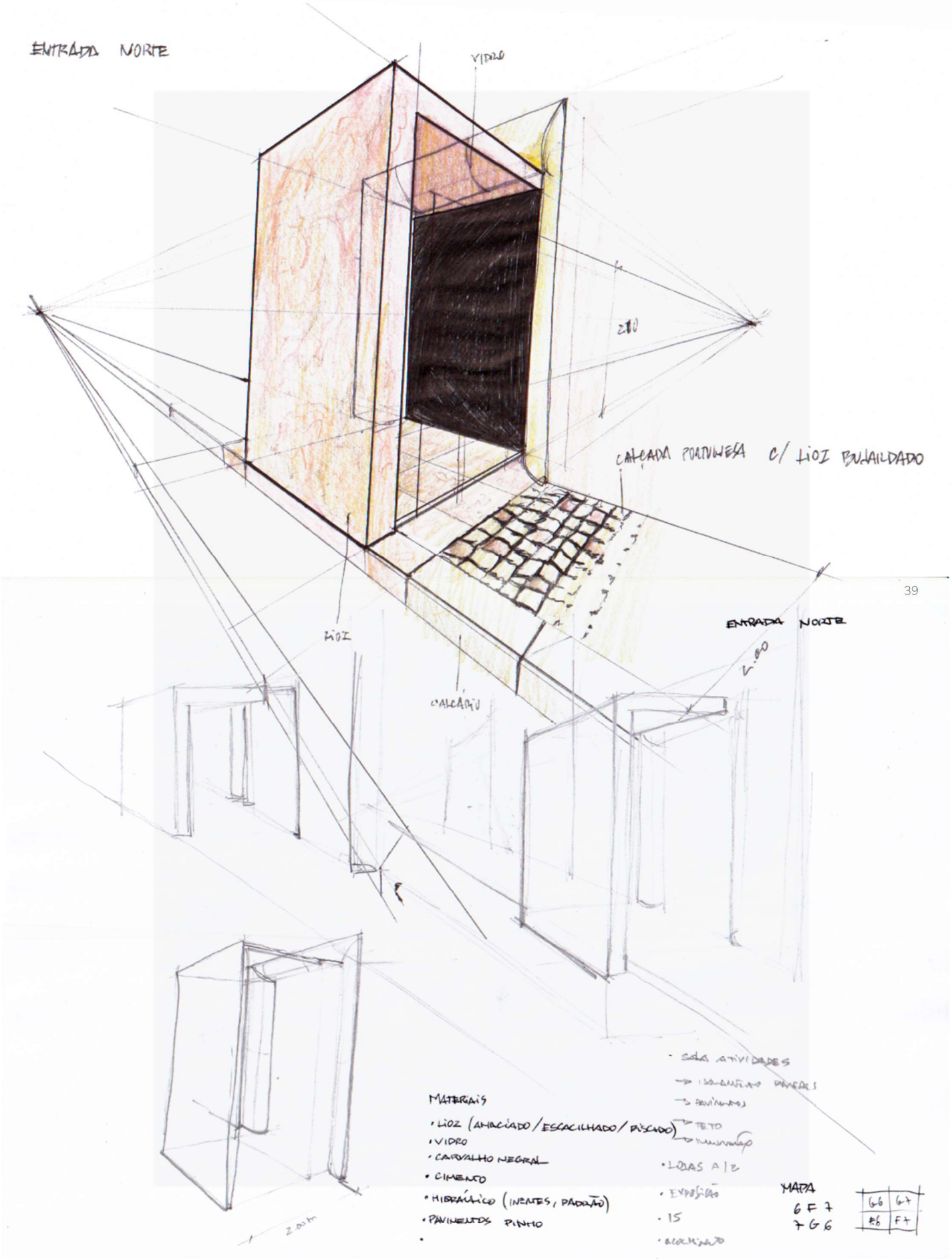

ÁRVORE
AUDITÓRIO
ÁGUA
1.0
0.0
-1.0

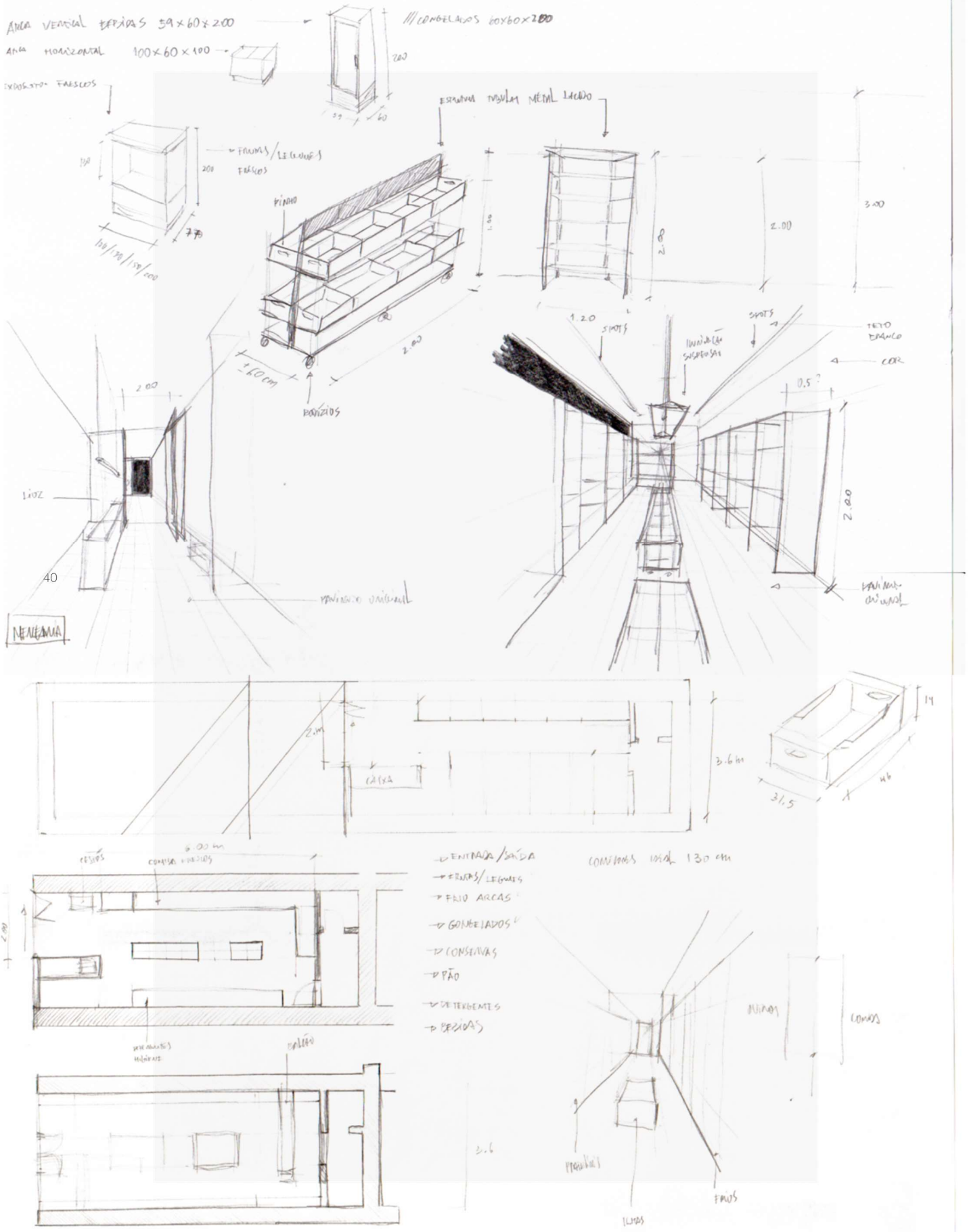


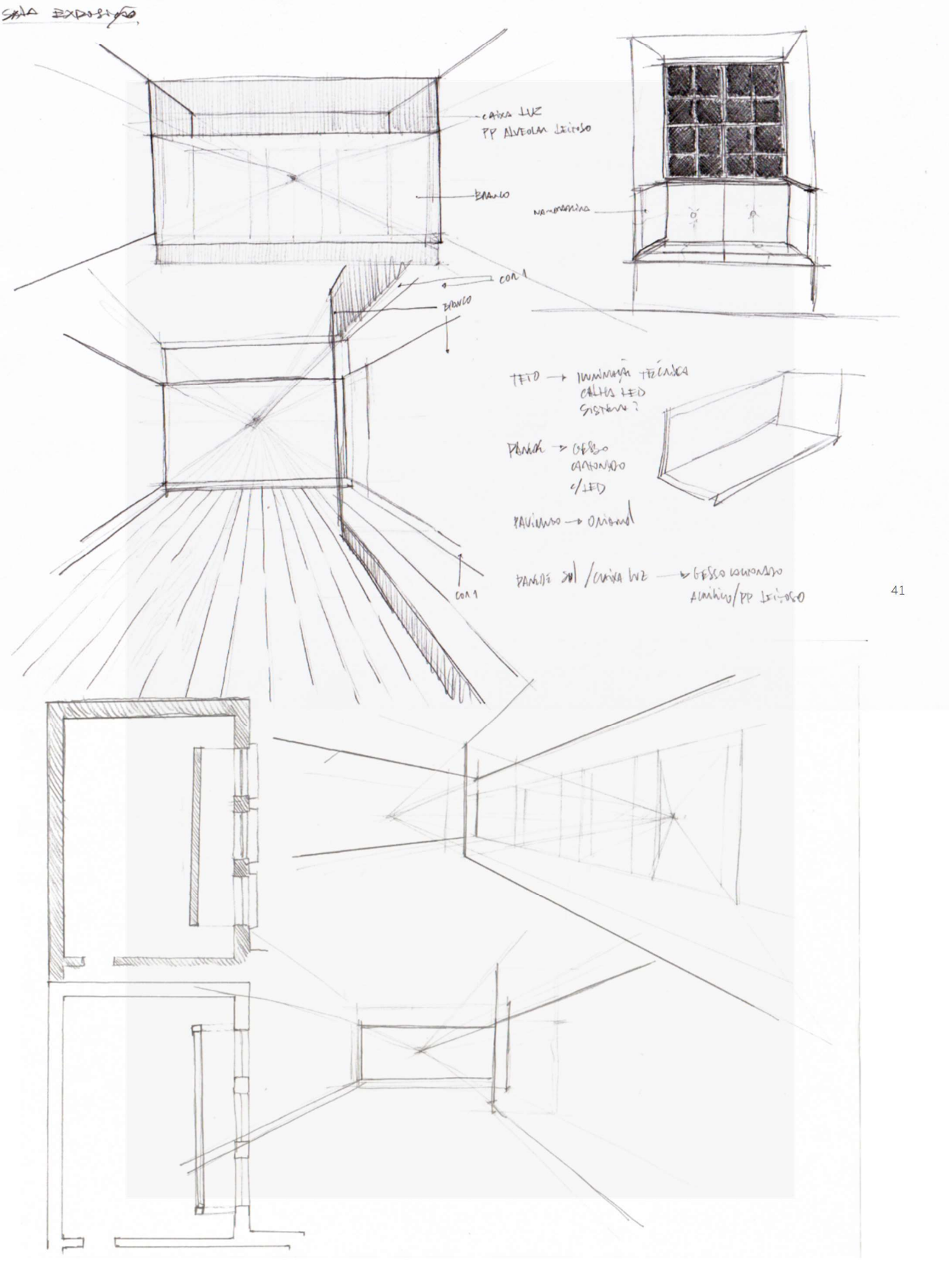


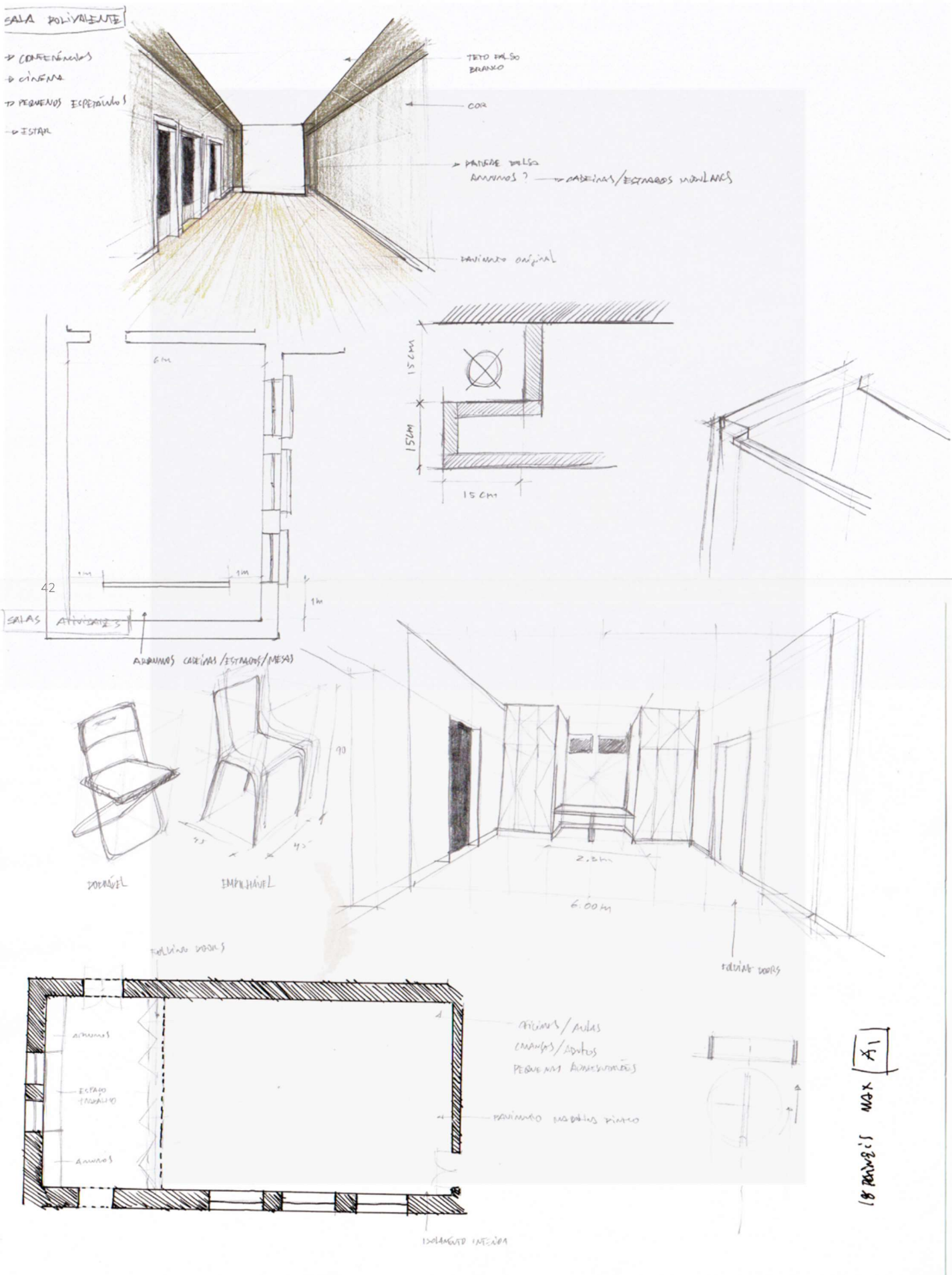
VER REPOSITÓRIO ARQUITETURA
→ SOFIA / BÁRBARA SILVA
→ CASOS ESTUDO - TABELAS
→ VER MANUAL PLANOS ESCOLA

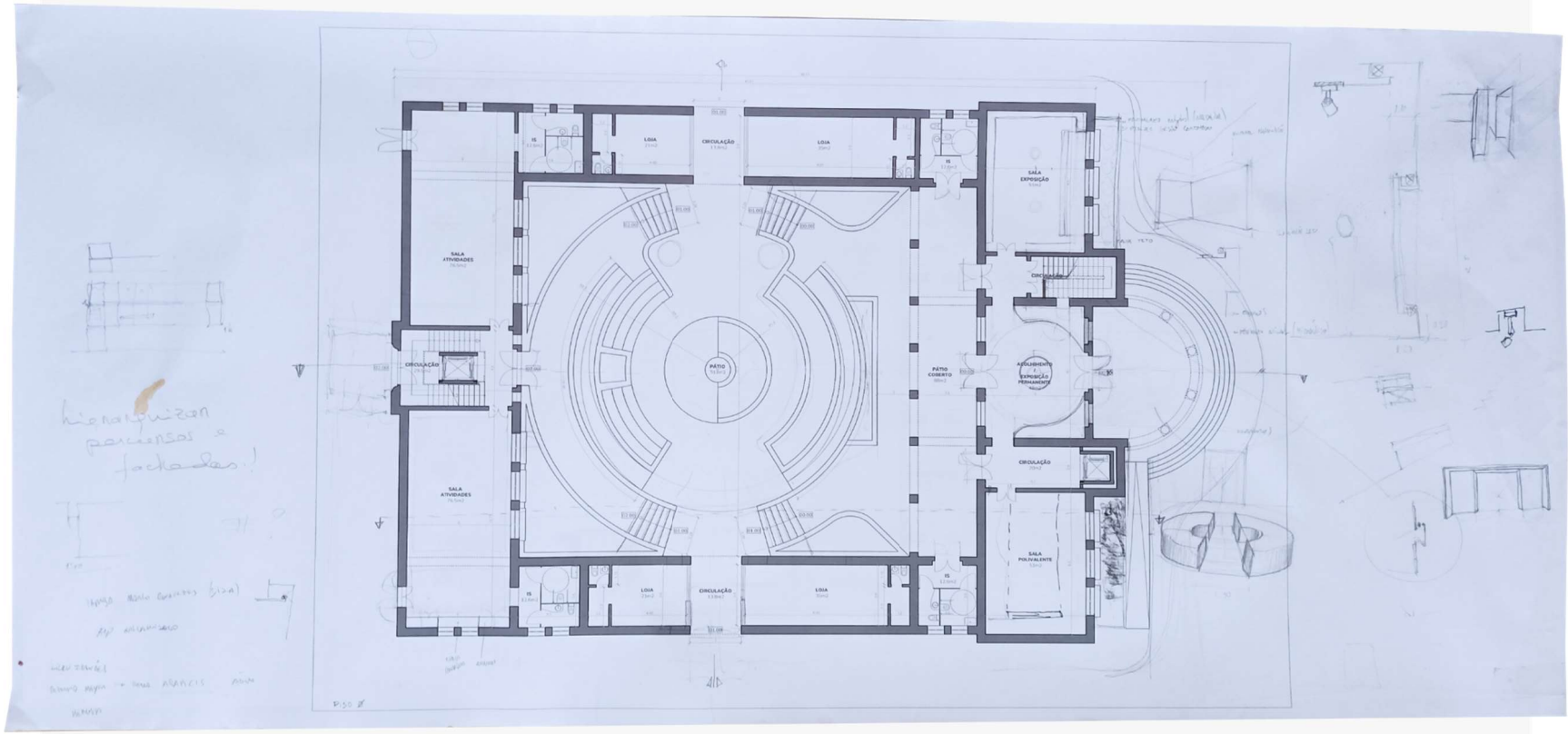



ENTRADA NORTE
VIDRO
CALÇADA PORTUGUESA C/ LIOZ BUJARDADO
LIOZ
CALCÁRIO
ENTRADA NORTE
MATERIAIS
• LIOZ (AMACIADO / ESCACILHADO / PICADO)
• VIDRO
• CARVALHO NEGRAL
• CIMENTO
• HIDRÁULICO (INTEIRES, PADRÃO)
• PAVIMENTOS PINHO
MAPA
6 F 7
7 G 6
66 67
F6 F7


ARCA VERTICAL BEBIDAS 59×60×200
ARCA HORIZONTAL 100×60×100
EXPOSITOR FRESCOS
/// CONGELADOS 60×60×200
FRUTAS/LEGUMES FRESCOS
ESTRUTURA TUBULAR METAL LACADO
PINHO
BODÍZIOS
LIOZ
PAVIMENTO ORIGINAL
SPOTS
TETO BRANCO
COR
CAIXA
ENTRADA/SAÍDA
FRUTAS/LEGUMES
FRIO ARCAS
CONGELADOS
CONSERVAS
PÃO
DETERGENTES
BEBIDAS
CONTADORES IDEAL 130 cm
BALCÃO
FRIOS
ILHAS


SALA EXPOSIÇÃO
CAIXA LUZ
PP ALVEOLAR LEITOSO
BRANCO
CORTINA
BRANCO
CORTINA
TETO → ILUMINAÇÃO TÉCNICA
CALHAS LED
SISTEMA ?
PAREDE → GESSO
CARTONADO
C/LED
PAVIMENTO → ORIGINAL
PAREDE SOB / CAIXA LUZ → GESSO CARTONADO
ALUMÍNIO/PP LEITOSO


SALA POLIVALENTE
→ CONFERÊNCIAS
→ CINEMA
→ PEQUENOS ESPETÁCULOS
→ ESTAR
TETO FALSO BRANCO
COR
PAREDE FALSA
ARMÁRIOS ? → CADEIRAS/ESTRADOS MODULARES
PAVIMENTO ORIGINAL
6m
1m
1m
1m
SALAS ATIVIDADES
ARMÁRIOS CADEIRAS/ESTRADOS/MESAS
15 cm
15 cm
15 cm
DOBRÁVEL
EMPILHÁVEL
90
45
45
2.3m
6.00m
FOLDING DOORS
FOLDING DOORS
ARMÁRIOS
ESPAÇO TRABALHO
ARMÁRIOS
OFICINAS/AULAS
CRIANÇAS/ADULTOS
PEQUENAS APRESENTAÇÕES
PAVIMENTO MADEIRA PINHO
ISOLAMENTO INTERIOR
18 PAINÉIS MAX
A1


SALA ATIVIDADES
SALA ATIVIDADES
CIRCULAÇÃO
IS
LOJA
CIRCULAÇÃO
LOJA
IS
SALA EXPOSIÇÃO
PÁTIO
PÁTIO COBERTO
APOIO EXPOSIÇÃO PERMANENTE
CIRCULAÇÃO
SALA POLIVALENTE
IS
LOJA
CIRCULAÇÃO
LOJA



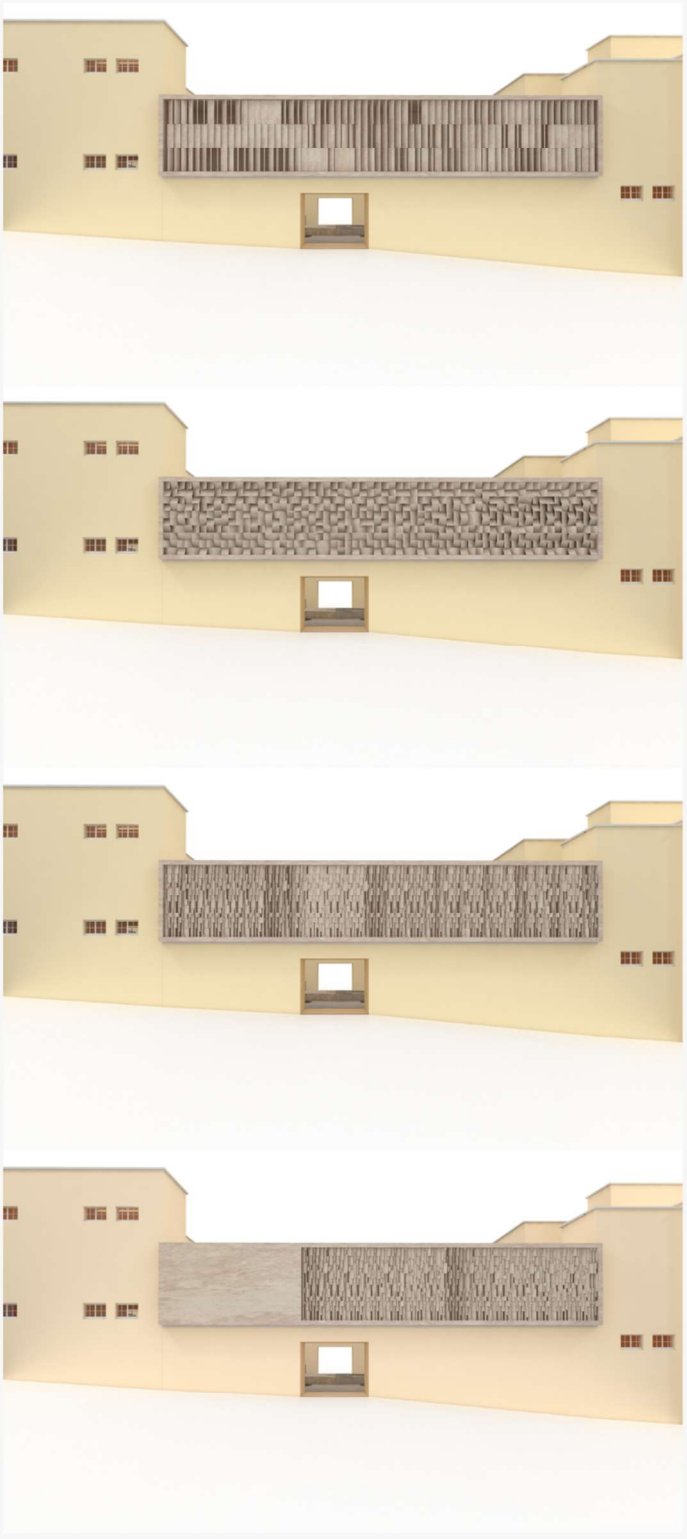












1. Porta de Valetta. Malta. Renzo Piano. Foto: Danica Kus **2.** Casa Fuesanta. Espanha. Muka Arkitectura. Foto: Alessia Raponi **3.** breezeblocks.com.au

1. Grupo Arca Showroom. Esrawe Studio. Foto: César Béjar **2.** Convento Saint François. França. Amelia Tavella. Foto: Thibaut Dini
3. Zikawei Library. China. David Chipperfield. Foto: DavidChipperfield.com **4.** Administrative Headquarters of the Amorepacific Cosmetics. Seul. David Chipperfield. Foto: Keiko Sasoaka

1. CCB, Lisboa. Vittorio Gregotti. Foto: Gianni Manzatto **2.** Biblioteca de Alcântara, Lisboa. Margarida Grácio Nunes. Foto: João Peleteiro **3.** Raw Culture. Lisboa. Atelier Pedra Líquida. Foto: Alberto Plácido

Estado do conhecimento

Para responder de uma forma mais assertiva e adequada ao trabalho proposto, será necessário abordar vários temas de natureza científica de modo a construir uma base sólida de conhecimento que permita uma contribuição fundamental para o decorrer do processo em curso. Estes temas serão necessariamente relacionados de modo que se consiga ter um produto, fruto de uma organização lógica de ideias, que possibilite responder às mais variadas frentes.

Relações Intergeracionais

"No entanto, de acordo com vários estudos, verificamos que no caso Português os familiares parecem ainda por consciencializar da importância da participação destes na educação para as relações intergeracionais. É cada vez mais evidente que essa responsabilidade não deve cair na jurisdição exclusiva dos profissionais que lidam com as crianças ou com os idosos, como parece ser o caso. A família é um elemento crucial e terá de continuar a providenciar um vínculo que permita, no mínimo o apoio emocional."

Cristina de Oliveira, Relações Intergeracionais: Um estudo na área de Lisboa

O termo *intergeracional* significa uma relação de convivência entre duas ou mais pessoas que se encontram em diferentes fases da vida, compreendendo-se, segundo os seus percursos e modos de conhecimento, sendo estes de especificidade diferente. Estabelecendo vínculos, possibilitam o cruzamento de experiências, contribuindo para uma unidade composta de multiplicidade.

Estes agentes reúnem características e necessidades muito próprias, facto este que enriquece e fortalece a vontade destas relações e a posteridade das mesmas.

Um exemplo perfeito desta definição, pode ser as relações entre netos e avós, que desde os tempos iniciais da civilização, se apresenta como uma prática primordial de transmissão de conhecimento e afeto, sendo uma notável chave lógica para o desenvolvimento da comunidade.

Foi na década de 40 do século XX que surgiram os primeiros estudos sobre Relações Intergeracionais, fruto do interesse nas relações entre avós e netos. Este interesse pode ter sido fruto da Segunda Grande Guerra Mundial, onde o papel dos avós era determinante na condição da família, servindo, na maioria dos casos, como base de sustento financeiro, e substituindo o papel do pai.

Nos anos 60 assistimos a um aumento significativo da taxa de natalidade, generaliza-se o modelo familiar nuclear isolado, e verifica-se um afastamento

gradual da presença dos avós. Já nos anos seguintes, pode-se constatar um efeito gradualmente inverso, com o número alto de casamentos, também resulta um número significativo de divórcios, surgem gravidezes adolescentes e o modelo de família monoparental ganha um peso significativo, o papel da mulher no meio laboral também ganha destaque, o que faz com que estes fatores todos contribuam para que o papel dos avós tenha significado novamente até aos dias de hoje.

Resumidamente, constata-se que as Relações Intergeracionais se encontram profundamente ligadas às mutações que a sociedade vai sofrendo, bem como as alterações impostas no seio da família.

Nos últimos anos, principalmente na Europa e Estados Unidos, verifica-se um maior aumento de interesse e preocupação neste fenómeno o que tem proporcionado um resultado maior de estudos e pesquisas nesta área. Em Portugal, este assunto ainda se encontra com pouca visibilidade dentro da comunidade científica, contudo, já se vão verificando alguns investimentos nesta área, o que é louvável.

As Relações Intergeracionais podem ser encaradas como um modelo de cidadania, demonstrando que a influência exercida diretamente sobre os dois grupos que estabelecem a relação, compromete indiretamente todos os elementos da sociedade. A aproximação entre diferentes gerações resulta, não só do fator cronológico, mas também dos estilos de vida, valores, memória, entre outros. Neste intercâmbio de conhecimento, a forma de transmissão não é linear, ambas as gerações possuem sabedorias distintas, o que pode originar histórias únicas comuns, partindo das experiências individuais, ambos ensinam e ambos aprendem. Esta troca de conhecimento só é possível através de elementos mediadores, como por exemplo, membros de uma geração intermédia, os pais, para o caso da família.

Sendo a primeira infância e a velhice, fases da vida que estão associadas a muitas limitações de teor variado, é na família que se encontra a solução para a sua sobrevivência, subsistência e posteridade. A estabilização e permanência destes dois grupos na família, permite com que eles se complementem e confrontem, resultando num aumento de solidariedade dentro do seio familiar, o que potencia as relações sociais e reduz significativamente a solidão e marginalização. Aumenta-se assim a segurança material e psicológica de cada elemento, conferindo-lhes maior eficácia social.

Em Portugal, ainda há muito a conquistar na área da intergeracionalidade visto que através de um levantamento realizado por Afonso, Branco, Esgalhado, Simões e "Pereira (2010) chegou-se à conclusão de que existem poucos documentos publicados sobre o tema e, no que diz respeito a iniciativas há alguns projetos a decorrer com bastante qualidade. Assim, em Portugal é urgente desenvolver conceitos e aprofundar o conhecimento acerca do impacto das relações intergeracionais na prática"

NUNES, L. Promoção do bem-estar subjetivo dos idosos através da intergeracionalidade, Universidade de Coimbra, Coimbra

O Estado tem um papel fundamental em sensibilizar a população para esta matéria, criando políticas ativas de cooperação entre diferentes serviços, que resultam na prevenção de situações de afastamento familiar ou social, promovendo a inclusão dos diferentes agentes e reduzindo o fosso geracional que se verifica atualmente.

Deve-se fornecer ferramentas adequadas, aumentando o reforço da rede de serviços existentes, com base em normas sociais, que sigam as orientações europeias dirigidas a estas matérias. Integrar os grupos mais desfavorecidos na vida social e profissional, criando dinâmicas com base em modelos de sustentabilidade e autossuficiência. O papel das instituições oficiais e corporações é fulcral no apoio à manutenção e gestão destes modelos.

Deve-se atuar nas mais variadas frentes, de modo a incentivar e promover políticas de inclusão e formação que contribuam para uma nova sociedade mais consciente, atenta e disponível para o contacto e envolvimento geracional, seja de que natureza for.

Envelhecimento Ativo

Portugal, no quadro do envelhecimento global da população, encontra-se dentro dos países mais envelhecidos do espaço europeu. De acordo com as previsões elaboradas pelo INE, a proporção de idosos será entre 30% e 36% da população total, podendo vir a atingir os 395 idosos por cada 100 jovens em 2050. Facto este que se poderá explicar por algumas transformações sofridas na sociedade como o aumento da diversidade das estruturas familiares, a continuação dos movimentos emigratórios, a desertificação rural e as questões ligadas à reabilitação urbana, como a falta de infraestruturas sociais ou as condições precárias de habitação

Para a Organização Mundial de Saúde, o envelhecimento ativo consiste no *"processo de otimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança, no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas que envelhecem"* (OMS, 2002, p.12) e deve ser vivido de uma forma ativa, tendo em conta 3 aspetos fundamentais, saúde, segurança e a participação.

No que diz respeito à saúde, falamos essencialmente de bem-estar, que se desdobra nas vertentes física, mental e social. É, portanto, fundamental, tentar diminuir, os fatores de risco que podem contribuir para doenças crónicas e o declínio funcional. As pessoas beneficiam de uma melhor qualidade de vida quando existem programas que promovem e asseguram constantes cuidados médicos e serviços assistenciais, muitas vezes, bastante onerosos, nestes termos será mais simples cuidarem de si mesmas, mantendo-se saudáveis. Existindo programas e políticas de segurança social, pode-se também, assegurar a proteção e o auxílio às pessoas idosas, tornando-as mais dignas e autónomas financeiramente. A participação relaciona-se diretamente com a educação ou transmissão de conhecimento, atividades culturais, sociais, civis, económicas e espirituais contribuem para um desempenho notável dentro da sociedade, intervindo e contribuindo para o seu desenvolvimento. É necessário que o idoso tenha um papel útil, numa sociedade que lhe seja segura, tornando-o autónomo plenamente.

Um envelhecimento bem-sucedido, satisfatório ou ativo não depende de fatores como a sorte, mas sim, da ação de cada indivíduo, da sua responsabilidade, bem como, do contexto promotor dessa forma de envelhecimento. Para que um programa de envelhecimento se possa fazer com relativo êxito, será necessário prevenir a doença e a incapacidade associada à otimização do funcionamento psicológico e cognitivo. O fator psicológico estará na base de um bom envelhecimento ativo, pois é este que faz com que o indivíduo consiga ultrapassar qualquer situação adversa que encontre.

Outro aspeto fundamental é o ambiente circundante e construído, pois este, criado com critérios que respeitem a mobilidade e acessibilidade, contribuirá também para o bem-estar do idoso, que se pretende ativo. Uma diversidade de estudos conclui que a maioria dos idosos prefere permanecer num ambiente que lhe seja familiar, na sua casa e comunidade. A capacidade de controlar uma rotina diária ou cuidados pessoais conduzem a um desejável "envelhecimento em casa", que só será possível mediante adaptações ao meio envolvente, pois as crescentes limitações físicas e funcionais serão sempre fatores a ter em consideração. Para esta área de intervenção abrange-se todo o espaço habitacional, os espaços envolventes e os respetivos transportes que os servem, que devem ser essencialmente, acessíveis e de fácil utilização, devendo assegurar também conforto e segurança. No espaço habitacional, o número de pisos, qualidade da construção, existência e localização das instalações sanitárias, acessibilidade e segurança no interior e espaços circundantes são fatores essenciais. No espaço envolvente tem que se envolver questões de planeamento urbano e infraestruturas que respondam da mesma forma nos espaços públicos como praças, arruamentos e transportes, até à escala da cidade.

Providenciar espaços ideais, projetados de raiz, torna-se bastante complicado, devido, essencialmente a fatores financeiros, no entanto, é possível adaptar espaços já construídos com uma significativa redução onerosa de encargos. Intervenções de atualização de infraestruturas e qualidade construtiva, devem ser consideradas de modo que o habitar destes espaços seja mais confortável, seguro e que obedeça aos princípios normativos de acessibilidade e qualidade habitacional. Mesmo assim, em Portugal, a incapacidade de proceder a obras de intervenção e a consequente degradação habitacional, compromete o bem-estar e segurança habitacional, o que obriga muitos idosos a permanecer longos períodos em casa.

A nível internacional, principalmente em países como a Suíça, Bélgica e Alemanha, têm surgido soluções de cariz público, privado, parcerias ou cooperativa com o pré-requisito fundamental da integração dos mais velhos. Permitindo a manutenção do estilo de vida, integrado num ambiente que suporte as necessidades de saúde e segurança. Este conceito designado Vida Integrada (*Integrated Living*) resulta em soluções residenciais multigeracionais, que promovem a integração dos mais velhos na sociedade e na vida do dia-a-dia. Famílias monoparentais, estudantes e idosos requerem assim, a resolução de novas tipologias de habitação. Ambientes livres de barreiras arquitetónicas e novas tecnologias potenciam um ambiente de melhor acessibilidade.

Será necessário, portanto, desenvolver novas experiências de habitação, adequadas aos recursos económicos existentes, que assegurem ao idoso, uma

participação autêntica na sociedade, tendo em conta as suas progressivas limitações funcionais. Ao mesmo tempo que se articulam programas de assistência ao domicílio ou teleassistência, promovidas por entidades de cariz público ou privado, tendo como princípios de gestão, a sustentabilidade e a autossuficiência. Será também fundamental o papel no estado na aplicação e desenvolvimento de políticas de sensibilização da população, de modo a que resultem soluções inovadoras e interdisciplinares de âmbito nacional, regional, comunitário e individual.

Património Cultural

Este conceito surge no período renascentista, com o crescente interesse na defesa de uma herança comum, em que toda a sociedade deva partilhar uma cultura que seja preservada como legado para o futuro. Com especial incidência em Itália, mais propriamente Florença, os intelectuais do Renascimento, ao quererem definir uma cultura nova, que respondesse às mudanças da sociedade desse tempo, e que partisse do princípio em que nada foi tirado de nada, foram buscar inspiração à cultura greco-romana, pré-cristã. Este património cultural europeu, com base no interesse nos seus velhos manuscritos, esquecidos nos esconsos dos mosteiros, desprezados na altura, como as ruínas dos monumentos antigos, o Panteão ou o Coliseu de Roma. Rompia-se assim a linguagem e o estilo de pensar medieval, em que a cultura europeia estava inteiramente submetida ao divino e sobrenatural.

"O Património Cultural pode ser definido como o conjunto de sinais materiais – tanto artísticos como simbólicos – transmitidos pelo passado a cada cultura e, portanto, a toda a humanidade. Como parte constituinte da afirmação e do enriquecimento das identidades culturais, como legado que pertence a toda a humanidade, o património cultural confere cada lugar específico as suas características reconhecíveis e é o repositório da experiência humana."

UNESCO (1989) "Draft Medium Term Plan 1990-1995" cit. por J. Jokilehto (ed.) (2005) Definition of Cultural Heritage. *References to Documents in History*, pp. 4-5 [trad.].

Segunda a UNESCO, é definido por obras arquitetónicas, de escultura ou pintura, monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico de valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Integram também, todos os bens portadores de interesse cultural relevante, designadamente, de carácter histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, refletindo valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. Para além dos bens materiais e imateriais, integram também os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuem com estes uma relação de interpretação e informação.

É em 1976, com a implementação da nova Constituição Portuguesa, a primeira democrática, que se inclui, também pela primeira vez, o papel do Património Cultural nos Direitos e Deveres Fundamentais. Desde logo no nº1 do artigo 78 – "*Todos têm direito à fruição e criação cultural*" e também "*bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural*". Com estes direitos e deveres pode-se garantir o acesso à cultura enquanto satisfação de uma

necessidade humana vital e requisito da "*dignidade da pessoa humana*", no qual o artigo 1 da Constituição da República Portuguesa se baseia. Esta iniciativa justifica-se contra a constante e histórica premissa de que, somente os grupos sociais privilegiados fruíam dos bens culturais, enquanto se marginalizavam os restantes e amplos sectores da sociedade. Com esta articulação entre o direito à criação cultural e o dever de preservar o património cultural, consegue-se que a criação cultural postule sempre um substrato formado pelo património, sustentando-se na herança cultural recebida.

Património Construído

Segundo Paulo Pereira, o Património Construído ou Imóvel, considera-se como as estruturas criadas e implantadas pelo homem, ou que ele produziu, transformando a natureza, dotadas de valor de testemunho histórico, artístico e técnico. Pode tratar-se de estruturas isoladas ou em conjunto. Podem deter uma finalidade imediata, relacionada com a vida material do homem. Como podem também deter uma finalidade mediata e essencialmente simbólica, relacionando-se com a vida espiritual das comunidades.

"Este tipo de património compreende monumentos, conjuntos arquitetónicos e sítios construídos, abrangendo edifícios e estruturas, tanto em contextos urbanos como rurais. Incluem-se também no património construído os objectos móveis e os elementos decorativos que fazem parte integrante desses monumentos, conjuntos e sítios e, em certos casos, as respetivas envolventes, designadamente as zonas de proteção."

European Heritage Network (s.d.) *Cultural Heritage Thesaurus*, pp. 49, 70 e 154 [traduzido e adaptado]

Património Imaterial

"Integram [...] o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas.
[...] integram o património cultural as realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória coletivas. Especial proteção devem merecer as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos."

Lei 107/2001, de 8 de Setembro, Artigos 2º e 91º.

"Entende-se por património cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhe estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana.
O património cultural imaterial [...] manifesta-se nomeadamente nos seguintes domínios:
a) tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial;
b) artes do espetáculo;
c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
d) conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo;
e) técnicas artesanais tradicionais."

UNESCO (2003) Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial, Artigo 2º: Definições.

Estas convenções de salvaguarda pretendem assim, colmatar uma lacuna existente nos instrumentos multilaterais com carácter vinculativo destinados a salvaguardar o património cultural imaterial da humanidade no sentido em que este constitui um fator de aproximação, intercâmbio e entendimento entre as diferentes culturas, tornando-se um instrumento de combate à intolerância e às ameaças de degradação, desaparecimento e destruição do património cultural imaterial, fruto dos atuais processos de globalização e transformação social. Aborda conceitos como a diversidade cultural, o desenvolvimento sustentável, a criatividade humana e a interdependência entre o património

cultural imaterial e o património material, cultural e natural. As várias partes intervenientes como o Estado, comunidade internacional, gerações mais jovens, comunidades, grupos e indivíduos, têm como papel a tomada de consciência, produção, salvaguarda, manutenção e recriação do património cultural imaterial.

Nas duas tradições culturais, popular e humanística, encontrar-se-ão sempre, associados e indissociáveis, o material e o espiritual, assumindo assim a dignidade do património cultural, não em natureza de grau inferior ou superior, mas sim por ser produto do homem, fruto da sua atividade mental em determinadas circunstâncias de tempo e lugar.

"During the Covid-19 pandemic, the term 'hybrid' became increasingly used by official planners, policy makers and stakeholders. This debate around hybrid city spaces and buildings has also gained greater attention in relation to the hybrid work revolution in several cities around the world, such as Helsinki, Montreal, Johannesburg, London, Milan, Amsterdam and many others."

Hybrid cities and new working spaces – The case of Oslo, Di Marino, Mina; Tabrizi, Helyaneh Aboutalebi; Chavoshi, Seyed Houssein; Sinitsyna, Anastasia. Progress in Planing, 2022

Na última década, as cidades tornaram-se cada vez mais digitais, integrando empresas que oferecem novos espaços e serviços, articuladas com uma, também crescente, aquisição de dispositivos digitais por parte da população, apoiadas fundamentalmente pela Internet, que vai oferecendo novos lugares para relações sociais, substituindo os anteriores. Todos estes fatores contribuem substancialmente para o processo de hibridização. É bastante frequente, hoje em dia, encontrar áreas urbanas ou edifícios, que outrora estavam adormecidos ou esquecidos, com mudanças significativas de valor, em que o papel digital contribuiu para que tal acontecesse. Pode bastar uma publicação numa rede social, para que um conceito de lugar se dissemine e se transforme em pouco tempo. Estes fenómenos dão origem a lugares transformados e híbridos, que consoante a interação da população se podem mutar.

Esta hibridização é baseada na conexão multifuncional com a estrutura interna da cidade e as áreas suburbanas, caracterizam-se por oferecerem serviços e infraestruturas para a população, empresas e visitantes, o que dá lugar ao desenvolvimento de negócios atuais, novas consciências sociais que se articulam entre si, formando tipos diferentes de fazer política, o que também, por sua vez, se torna atrativo para quem investe e visita. Estes complexos de arquitetura funcional estão a surgir gradualmente nos tecidos urbanos das cidades modernas e têm influência direta nas mudanças sociais e económicas ao seu redor, resultando em sinergias entre vários espaços e as suas funções.

Estes espaços podem ser considerados verdadeiros catalisadores de ambientes urbanos sustentáveis, visto promoverem soluções flexíveis de adaptação para todo o tecido urbano. Neste contexto, I. S. Cho (2016) distingue 3 formas de hibridização: A hibridização espacial, que significa a complexidade estrutural e de desenho do espaço, relação com a inovação tecnológica e o meio ao nível de acessibilidade. Os híbridos programáticos ou funcionais que abrangem uma variedade de atividades que possam subsidiar formas não convencionais de uso do espaço, e a hibridização operacional referente à redefinição de noções convencionais de limites e acessibilidade por meio de

propriedade, regulamentos de tempo e gestão de espaço, o exemplo das parcerias público-privadas.

A hibridização arquitetónica vai além da complexidade física e dos múltiplos programas dentro de um edifício ou complexo urbano, ela requer uma maior interação entre as peças estruturais programáticas e o contexto da envolvente. Esta pode ser a peça chave para a revitalização do cenário urbano atual, partindo de um processo de planeamento urbano e arquitetónico onde se tem em consideração as interações entre espaço, função e características sociais, apoiadas constantemente com os recursos digitais disponíveis.

Arquitetura Sustentável

"O desenho verde é sensível ao lugar. Um dos seus atrativos face à globalização, é o potencial que oferece para se fazer uma arquitetura especificamente localizada, respondendo a características particulares de um clima e de um local e utilizando, tanto quanto possível, materiais locais sustentáveis."

In Green Vitruvius, princípios e práticas de projeto para uma Arquitetura Sustentável, 2001

No período pré-revolução industrial, a conservação de energia e de recursos disponíveis, foi sempre uma premissa presente nas vivencias dos povos. Somente os mais abastados podiam aquecer os seus banhos ou iluminar os seus edifícios sem pensar nos custos, o que representava também uma pequena fatia da população. Já no período seguinte, com a riqueza mais difundida e a energia relativamente mais barata, verifica-se um aumento generalizado da utilização de energia. Esta democratização da utilização da energia e a sua consequente redução de custo, levou também à generalização da produção de materiais de construção e respetivo transporte, logo, o custo da construção e manutenção dos edifícios caiu drasticamente. Nos anos 70, com as crises petrolíferas, surgem as primeiras abordagens a alternativas de energia, pois até à data, o conceito de conservação de energia estava meramente abandonado.

Hoje, com a destruição da camada de ozono, a perda de habitat da vida selvagem e diversidade através da poluição, a desertificação e abate de florestas, o aumento dos níveis de dióxido de carbono proveniente dos sistemas de aquecimento dos edifícios, transportes e outros contributos, tem que se pensar em formas alternativas de produção de energia e desenho de edifícios, onde o papel do arquiteto é cada vez mais importante e engloba a

consciencialização nestas matérias. Com a "Declaração de Chicago" em 1993 ou a publicação do Concelho de Arquitetos Europeus "A Europa e a Arquitetura Amanhã", em 1995, define-se uma clara intenção de mudança.

"Em reconhecimento de que:
. Uma sociedade sustentável restaura, preserva e reforça a cultura e a natureza para o benefício de toda a vida, presente e futura; um ambiente saudável e diversificado é intrinsecamente valioso e imprescindível para uma sociedade saudável; a sociedade atual degrada seriamente o ambiente de modo não-sustentável.
. Somos ecologicamente interdependentes de todo o ambiente natural; somos socialmente, culturalmente e economicamente interdependentes de toda a humanidade; sustentabilidade, no contexto desta interdependência, exige parceria, equidade e equilíbrio entre todas as partes.
. Os edifícios e o ambiente construído desempenham um papel importante no impacto humano sobre o meio ambiente natural e sobre a qualidade de vida; o processo de design sustentável integra a consideração dos recursos e da eficiência energética, edifícios e materiais saudáveis, uso ecológico e socialmente sensível da terra, e uma sensibilidade estética que inspira, afirma, e enobrece; concepção sustentável pode reduzir significativamente impactos humanos negativos no ambiente natural melhorando, ao mesmo tempo, a qualidade de vida e bem-estar económico;

"Comprometemo-nos como membros do mundo da arquitetura e como profissionais de design e construção, individualmente e através de nossas organizações profissionais, à:
. Colocar a sustentabilidade ambiental e social no centro das nossas práticas e responsabilidades profissionais.
. Desenvolver e melhorar continuamente as práticas, processos, produtos, currículos, serviços e normas que permitam a implementação da conceção sustentável.
. Educar os nossos colegas profissionais, a indústria da construção civil, clientes, estudantes e público em geral sobre a importância crítica e substanciais oportunidades de conceção sustentável.
. Estabelecer políticas, regulamentos e práticas no governo e nas empresas que assegurem que a conceção sustentável se torne uma prática usual.
. Levar todos os atuais e futuros elementos do ambiente construído - na sua conceção, produção, utilização e eventual reutilização – às normas de conceção sustentável."

DECLARAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL, UIA / AIA Congresso Mundial dos Arquitetos
Chicago, 18-21 Junho 1993

A 1 de Janeiro de 2016 entrou em vigor a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada "Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável", constituída por 17 objetivos:

1. Erradicar a pobreza
2. Erradicar a fome
3. Saúde de qualidade
4. Educação de qualidade
5. Igualdade de género
6. Água potável e saneamento
7. Energias renováveis e acessíveis
8. Trabalho digno e crescimento económico
9. Indústria, inovação e infraestruturas
10. Redução das desigualdades
11. Cidades e comunidades sustentáveis
12. Produção e consumo sustentáveis
13. Acão climática
14. Proteger a vida marinha
15. Proteger a vida terrestre
16. Paz, justiça e instituições eficazes
17. Parcerias para a implementação dos objetivos

"Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são a nossa visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos"

Ban Ki-moon, secretário geral da ONU em 2016

Nos tempos primordiais, o homem sentia necessidade de preservar o construído, não pelo seu valor patrimonial, histórico ou cultural, mas sim pela sua utilidade. As primeiras aplicações de restauro têm origem nos séculos XVIII e XIX.
Viollet le Duc, Victor Hugo, ou mesmo Alexandre Herculano e Almeida Garret, em Portugal, acérrimos críticos das metodologias de restauro e salvaguarda do património na altura, acendem o pavio a uma continuada discussão em volta destes termos, o que vai provocar mais tarde a elaboração da Carta de Atenas de 1931, que tinha como objetivos, normalizar algumas práticas relativas ao património como doutrinas e princípios gerais, administração e legislação dos monumentos históricos, a sua valorização, degradação e conservação, englobando também princípios de colaboração internacional. Estas conclusões resultam na Resolução da Sociedade das Nações em 1932, onde se aborda a questão do património da humanidade. Com o fim da 2ª grande guerra funda-se a UNESCO que promove a realização do 1º Congresso dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, em Paris, 1957 e a criação do ICCROM, Centro Internacional sedeado em Roma que vai dedicar-se à investigação dos materiais e técnicas de conservação e restauro de edifícios antigos. Mais tarde, com a criação do ICOMOS (International Council of Monuments and Sites) realiza-se a redação da Carta de Veneza.

"A Carta de Atenas, de 1931, ao expressar pela primeira vez estes princípios fundamentais, contribuiu para o desenvolvimento de um amplo movimento internacional, expresso, nomeadamente, na elaboração de vários documentos nacionais; na actividade do Conselho Internacional dos Museus (ICOM) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e na criação, por esta última entidade, do Centro Internacional de Estudo para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais. A sensibilidade e a percepção crítica sobre estas matérias colocam problemas cada vez mais complexos e variados, pelo que parece também chegada a altura de reexaminar os princípios daquela Carta para os aprofundar e proceder ao alargamento do seu âmbito através da elaboração de um novo documento."

In Carta de Veneza, II Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, reunido em Veneza, 1964

Por todo o mundo, é reconhecida a importância cultural e socioeconómica da conservação do património arquitetónico e da reabilitação urbana.

"Sob o ponto de vista urbano a reabilitação tornou-se uma alternativa viável, mais fundamentada e credível – sob diversos pontos de vista, do cultural ao económico e social – às anteriores estratégias de "renovação urbana", tomadas estas no antigo e mau sentido do termo, ou seja: a demolição dos "velhos" edifícios e quarteirões tradicionais, substituindo-os por outros edifícios, mais "novos e higiénicos", e por traçados urbanos de duvidosa modernidade."

J. Aguiar, R. cabrita, J. Appleton *In Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais*

É, portanto, fundamental, intervir nestes tecidos e edifícios urbanos, articulando com diferentes políticas socioeconómicas e culturais, reabilitando assim de uma forma mais lúcida e racional, proporcionando acima de tudo uma melhoria das condições de vida das populações residentes.

City Beautiful

"...the movement of City Beautiful had really been a steady progression of heightened awareness and sensitivity in development and improvement of cities, led by architects, sculptors and painters. It was truly an exemplary culmination of several different emerging trends and practices, being implemented simultaneously in order to achieve idealistic cultural, social, political, economic, aesthetic and physical experiences in urban settings..."

Tulu Torus, AIA. The City Beautiful. College of Architecture, Planing & Design, Kansas State University

Este movimento teve a sua origem na Exposição Colombiana Mundial de 1893 em Chicago, com a mensagem de que as cidades deveriam ter fundamentalmente presente, um valor estético para os seus residentes, em resposta ao desenvolvimento industrial e económico que se vivia na altura. O planeamento e desenho de uma cidade seria possível através de estratégias e valências combinadas entre vários intervenientes, como arquitetos, artistas e paisagistas. A ideia de embelezar a cidade seria benéfica para os seus residentes, criaram-se regulamentos de incidência publica e privada, de forma a promover este conceito, limitando, por exemplo, o uso de outdoors publicitários que poluíam visualmente a paisagem urbana. Neste contexto, a

valorização de elementos como monumentos históricos, arte pública como esculturas e memoriais ou grandes parques, tem um peso importante no pensamento e desenho urbanístico.

Um excelente exemplo deste movimento é o Plano McMillan para Washington DC, produzido por um grupo de arquitetos e artistas, incluindo Daniel Burnham, Charles Follen Mckim, Frederik Law Olmsted Jr. E Augustus Saint-Gaudens.

"...the illustrations in their report indicate what impressed them: the gardens of Versailles, Fontainebleau, Compiegne, Vaux-le-Vicomte, the quays of Venice, Budapest, and Paris, the Memorial Walk in the Thiergarten in Berlin, and the great mall at Cirencester, England."

Scott, M. (1969). American City Planning Since 1890. Chicago: American Planning Association

Este plano serviu de inspiração e arranque para novas abordagens de planeamento urbano a cidades como Chicago, Cleveland, Columbus, Des Moines, Montreal, Denver, Madison.

O movimento *City Beautiful* marca o início da era do planeamento urbano moderno, e continua a influenciar a forma como políticos, urbanistas ou os próprios cidadãos compreendem o planeamento urbano e como o implementam.

Make no small plans; they have no magic to stir men's blood and probably will not be realized. Make big plans; aim high in hope and work, remembering that a nobler, logical diagram once recorded will never die, but long after we are gone will be a living thing, asserting itself with evergrowing insistency. Remember that our sons and grandsons are going to do things that would stagger us. Let your watchword be order and your beacon beauty

Daniel H. Burnham em 1907

Este movimento não interpretava a beleza por si mesma, mas sim para o bem comum, despertando sentidos de pertença e civismo à população urbana, promovendo assim uma ordem social em harmonia, aumentando a qualidade de vida. Com forte ligação às Beaux-Arts pelo seu sentido de ordem, dignidade e harmonia, é incluído em diversos programas de ensino relacionados com arquitetura, nas primeiras décadas do século XX. É também nesta altura que alguns arquitetos portugueses se deixam influenciar por este movimento, considerado modernista, Luis Cristino da Silva (1896-1976), Carlos Ramos (1897-1969) e Paulino Montez (1897-1988).

Paulino Montez projeta diversos planos urbanísticos para Lisboa, incluindo o Bairro do Alvito em 1937.